



# LINGUAGEM EM (RE)VISTA

(Ano 15, n° 30, 2020):

GÊNERO, SEXUALIDADE E IDENTIDADES

*Gênero, sexualidade e identidades*

EXPEDIENTE

A *LINGUAGEM EM (RE)VISTA* é um periódico semestral destinado à expansão e socialização de pesquisas inscritas no âmbito de estudos da linguagem. Eventualmente, poderá receber contribuições de áreas afins.

**Conselho Editorial**

Ana Léa Rosa da Cruz (UNIDERP)  
Antônio Carlos da Silva (UNIDERP)  
Beatriz dos Santos Feres (UFF)  
Celso Kallarrari (UNEB)  
Helânia Thomazine Porto (UNEB)  
Iran Nascimento Pitthan (UCAM)  
Lúcia Melo de Sousa (UNESA)  
Maria Isaura Rodrigues Pinto (UERJ)  
Maria Luiza de Castro da Silva (UNIDERP)  
Regina Souza Gomes (UFRJ)

**Organização  
e editoração:**

Maria Isaura Rodrigues Pinto

**Diagramação,  
editoração  
e edição:**

Celso Kallarrari

**Impressão:**

Universidade das Cópias

As ideias apresentadas nos artigos assinados são de exclusiva responsabilidade de seus autores.

*Revista Linguagem em (Re)vista*, vol. 15, n. 30, ago./dez. Niterói, 2020

# **GÊNERO, SEXUALIDADE E IDENTIDADES**

**ORGANIZADORES**

**MARIA ISAURA RODRIGUES PINTO**

**HELÂNIA THOMAZINE PORTO**

**NITERÓI, 2020**

*Gênero, sexualidade e identidades*

Homenageamos todas as vítimas do Covid-19 e nos solidarizamos com seus familiares e amigos entristecidos pela dor da perda.

## SUMÁRIO

- Apresentação** ..... 07  
*Maria Isaura Rodrigues Pinto*
1. **Estudos de gênero, corpo, sexualidade e desigualdades: de que se trata?**.....12  
*Maria de Fátima de Andrade Ferreira; José Valdir Jesus de Santana*
2. **Capitalismo de Vigilância: Uma discussão filosófica sobre a influência de redes sociais na autoimagem da mulher**.....38  
*Evellin Bianca Souza de Oliveira; Larisse Silva Andrade; Maria Rita Santos.*
3. **Questões de gênero e sororidade em *A cor púrpura***.....59  
*Jacqueline Laranja Leal Marcelino*
4. **Feminismo Camponês e Popular: caminhos para uma nova sociabilidade**.....78  
*Djacira Maria de Oliveira Araújo*
5. **Coletivo mulheres insubmissas: ações educacionais e políticas em tempos de pandemia da Covid-19**.....102  
*Helânia Thomazine Porto; Ana Carolina Porto Veronez*
6. **Escrita coletiva, subjetivação e esperança em narrativas bichas no *YouTube***.....128  
*Pedro Augusto Pereira; Tamires Ferreira Coêlho*

7. **Miradas femininas: reflexões sobre a atuação de editoras independentes geridas por mulheres no Brasil.....146**  
*Karina Lima Sales*
8. **O sujeito travesti no ambiente midiático.....168**  
*Yvets Morales Medina*
9. **No balanço de Oxum e Iansã: mulheres que amam mulheres.....178**  
*Josiane Alves dos Santos; Karina Lima Sales*
10. **Homoerotismo e (des) encontros com a subjetividade em duas narrativas curtas.....197**  
*Bougleux Bomjardim da Silva Carmo*
11. **Marisqueira: Uma reflexão sobre criação lexical à luz das relações de gênero.....220**  
*Crysna Bomjardim da Silva Carmo; Élica Mota Rodrigues*
12. **O Facebook ASUGOV GV e seus usos e apropriações por sujeitos comunicantes surdos.....242**  
*Sonia Maria Queiroz de Oliveira; Jiani Adriana Bonin*
13. **(Re)pensando a identidade indígena nas representações da adaptação de *O Guarani*.....251**  
*Dannisleyk Moraes de Araujo Santos; Juciene Silva de Sousa Nascimento*

## APRESENTAÇÃO

O periódico *Linguagem em (Re)vista*, em diálogo com o *Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos* (CiFEFiL), o *Grupo de Estudos Interdisciplinares Cultura, Educação e Linguagens* (GEICEL/CNPq/CAPES/UNEB – Campus X) e o *Coletivo Mulheres Insubmissas: feminismos e ações afirmativas no Departamento de Educação – Campus X* da UNEB, reúne, neste novo número, produções que focalizam, com amplitude e propriedade, temas relacionados aos eixos de pesquisa: *Gênero, Sexualidade e Identidades*. Tem-se uma diversidade de abordagens que apreendem questões sobre: feminismos; literatura e feminismo; literatura e identidade indígena; comunicação inclusiva; feminismos e ações afirmativas, lesbianismo e homossexualidade na escrita literária, desenvolvidas por pesquisadores de diferentes áreas de conhecimento: Letras e Linguística, Ciências Sociais e Ciências Humanas das universidades brasileiras – UNEB (BA), UESB (BA), UESC (BA), UEFS (BA), UFRGS (RS), UFMT (MT), UFJF (MG), UNISINOS (RS), UFSB (BA) e UFBA(BA).

As reflexões trazidas pelos autores destacam a importância de se avançar no campo das *epistemologias decoloniais* através de discursos e práticas promotoras de uma horizontalidade do pensamento, nos quais ganhem centralidade, conforme exige o tempo presente, reparações históricas aos epistemicídios (MAFFÍA, 2020)<sup>1</sup>, visto que todos os olhares são constitutivos do mundo e cada um, de alguma forma, é essencial. Em um contexto, ainda, mais de luta do que de efetiva absorção do pensamento decolonial, encontra-se bem delineada na cultura, a exclusão de olhares subalternizados, mas isso não é apenas um problema político, é também uma questão científica. Logo, na contramão das hegemonias, é preciso criar vias

---

<sup>1</sup> Maffía, Diana “Feminismo y epistemología: un itinerario político personal”. In AA.VV. *Apuntes epistemológicos. Cuadernos feministas para la transversalización 1*. Rosario. UNR Editora, 2020. P. 17-29.

### *Gênero, sexualidade e identidades*

pelas quais o silenciamento diante da exclusão de metade da população (LGBTQQICAPF2K+, mulheres, negros/negras, indígenas, quilombolas, pobres periféricos) possa ser desfeito, o que vem solicitar a promoção de interseccionalidades teóricas e metodológicas, a inter e transdisciplinares e a experimentação de transversalidades discursivas, como bem apontam os trezes artigos aqui apresentados.

A escolha por abrir a revista com o texto “Estudos de gênero, corpo, sexualidade e desigualdades: de que se trata?”, de Maria de Fátima de Andrade Ferreira e José Valdir Jesus de Santana, propicia, de pronto, ao leitor o acesso a conhecimentos substanciais acerca de gênero, corpo, sexualidade, por uma perspectiva histórico-filosófica, apontando alguns percursos, aproximações teóricas, distanciamentos, significados e sentidos acerca dessas categorias, com vistas ao debate no campo científico e educacional sobre essas questões.

Em “Capitalismo de Vigilância: Uma discussão filosófica sobre a influência de redes sociais na autoimagem da mulher”, as autoras Evellin Bianca Souza de Oliveira, Larisse Silva Andrade e Maria Rita Santos apresentam uma reflexão bem fundamentada sobre as demandas impostas ao corpo da mulher, na qual destacam a importância de investigações acerca da lógica econômica imbricada nas redes sociais e suas interferências na percepção da mulher sobre si mesma. Assim, defendem a aplicação da “Lei geral de proteção a dados pessoais” de usuários de mídias digitais.

Já Jacqueline Laranja Leal Marcelino, em “Questões de gênero e sororidade em *A cor púrpura*”, detém-se na análise dos impactos que questões de gênero e etnia causam na vida de Celie, protagonista da narrativa *A cor púrpura* (1986), de Alice Walker, a partir da vertente do feminismo negro, revelando a potencialidade do *womanism* e da sororidade no enfrentamento à violência de gênero, em intersecção com a questão racial.

No artigo “Feminismo Camponês e Popular: caminhos para uma nova sociabilidade”, Djacira Maria de Oliveira Araújo traz para exame e discussão a práxis do feminismo camponês e popular, enquanto uma expressão do movimento feminista gestado no campo a partir das lutas concretas das mulheres no enfrentamento à violência estrutural do sistema patriarcal, racista, sexista e capitalista, problemáticas vivenciadas por mulheres camponesas organizadas em movimentos feministas.

Helânia Thomazine Porto e Ana Carolina Porto Veronez no texto “Coletivo Mulheres Insubmissas: ações educacionais e políticas em tempos

de pandemia da covid-19” descrevem e analisam as ações políticas e educativas realizadas pelo grupo no contexto digital. Em suas explanações, explicitam as concepções de feminismo presentes nas narrativas de conferencistas e de mediadoras em quatro eventos, realizados entre o período de março a outubro de 2020 e respondem às seguintes indagações: Como as Insuportáveis reivindicam o lugar da mulher em suas atividades educativas? Na construção de suas proposições, que feminismo tem sido pensado e construído?

No texto “Marisqueira: Uma reflexão sobre criação lexical à luz das relações”, Crysna Bomjardim da Silva Carmo e de Élica Mota Rodrigues dão destaque aos sentidos atribuídos à palavra marisqueira em oposição ao seu correspondente masculino – marisqueiro. Para tanto, valem-se da Teoria dos Modelos Cognitivos Idealizados, bem como da discussão de gênero gramatical e de gênero como traço estruturante das relações sociais, baseada nas diferenças entre os sexos na sociedade.

No artigo “Miradas Femininas: reflexões sobre a atuação de editoras independentes geridas por mulheres no Brasil”, Karina Lima Sales põe em pauta as atuações de três editoras brasileiras independentes geridas por mulheres. Em suas reflexões, ressalta que essas editoras surgem como um posicionamento político de enfrentamento a uma sociedade ainda marcadamente patriarcal e misógina, incluindo o mercado editorial.

Os autores Pedro Augusto Pereira e Tamires Ferreira Coêlho no texto “Escrita Coletiva, Subjetivação e Esperança em Narrativas Bichas no YouTube” chamam a atenção para o papel da esperança, da vivência e do compartilhamento de alegrias e afetos no enfrentamento das opressões que incidem sobre dois youtubers gays negros a partir de seus lugares de fala. Nesse sentido, analisam as práticas de Murilo Araújo e Samuel Gomes em seus canais no YouTube, “Muro Pequeno” e “Guardei no Armário”, em uma perspectiva teórico-metodológica que tensiona o conceito de “escrita de si”, de Margaret Rago (2013), e o articula a uma perspectiva interseccional e descolonial.

A partir da compreensão das gramáticas de produção e das gramáticas de reconhecimento, que são atualizadas nos campos social e comunicacional, Yvets Morales Medina reflete sobre o lugar de enunciação e de leitura do sujeito travesti na sociedade midiaticizada, problematizando no

### *Gênero, sexualidade e identidades*

artigo “O sujeito travesti no ambiente midiático”, os processos de midiaticização nos quais se encontram inseridos e os modos como são representados no contexto midiático.

As pesquisadoras Josiane Alves dos Santos e Karina Lima Sales, “No balanço de Oxum e Iansã: mulheres que amam mulheres”, apresentam análises de três contos: “No balanço do teu mar” e “Mameto”, presentes no livro *Um Exu em Nova York*, de Cidinha da Silva e “Isaltina Campo Belo”, que compõe a obra *Insubmissas lágrimas de mulheres*, de Conceição Evaristo. Essas narrativas, na visão das autoras, constituem um marco na escrita literária contemporânea, em que se privilegia a temática do amor lésbico, ancorando esses amores a uma herança ancestral de Oxum e Iansã, a fim de legitimar corpos dissidentes da diáspora.

No artigo “Homoerotismo e (des)encontros com a subjetividade em duas narrativas curtas”, Bougleux Bomjardim da Silva Carmo tecem considerações sobre as relações homoafetivas representadas em textos extraídos de duas antologias de contos gays, no intuito de fomentar uma compreensão determinada da emergência da violência e do estranhamento na performatividade do corpo e do homoerotismo, principalmente, acerca da divisão subjetiva frente aos papéis sexuais.

As pesquisadoras Sonia Maria Queiroz de Oliveira e Jiani Adriana Bonin discutem resultados de uma pesquisa sobre as inter-relações comunicativas dos sujeitos surdos da Associação dos Surdos de Governador Valadares (ASUGOV) em suas páginas no Facebook, no artigo intitulado “O Facebook Asugov GV e seus usos e apropriações por sujeitos comunicantes surdos”. A partir de uma abordagem etnográfica, as observações e análises indicam que os processos comunicacionais desenvolvidos neste cenário digital colaboram para o fortalecimento da cultura surda em perspectiva cidadã, especificamente na constituição de vínculos comunitários, na divulgação e a promoção de ações educativas, esportivas e integrativas realizadas na associação, e no levantamento de pautas políticas de interesse do grupo.

Em “(Re)pensando a identidade indígena nas representações da adaptação de *O Guarani*”, os autores Dannisleyk Moraes de Araujo Santos e Juciene Silva de Sousa Nascimento corroboram a ideia de que o uso de novas pedagogias no ensino de língua portuguesa vem possibilitando o desenvolvimento de atividades inovadoras as quais podem levar a um bom aprendizado da literatura. Nesse sentido, (re)discutem a identidade indígena contem-

porânea, a partir da análise da adaptação do romance *O Guarani* (2010), de José de Alencar, para o gênero história em quadrinhos, que é visto pelos autores como um recurso pedagógico interessante no ensino da História e de Cultura Indígena, conforme lei n. 11.645/2008.

Para finalizar, queremos deixar registrado o nosso desejo de que publicações com essas temáticas se multipliquem sempre mais.

Fica aqui, novamente, o nosso agradecimento aos leitores.

*Maria Inaura Rodrigues Pinto*

## **ESTUDOS DE GÊNERO, CORPO, SEXUALIDADE E DESIGUALDADES: DE QUE SE TRATA?**

*Maria de Fátima de Andrade Ferreira (UESB)<sup>2</sup>*

*José Valdir Jesus de Santana (UESB)<sup>3</sup>*

### **RESUMO**

Este artigo apresenta concepções de gênero, corpo, sexualidade, apontando alguns percursos, aproximações teóricas, distanciamentos, significados e sentidos entre conceitos, variações e hierarquias sociais estabelecidas entre os sexos, masculino e feminino, com a intenção de estimular o debate e a produção científica sobre o tema, a partir de uma abordagem interdisciplinar, entendendo o percurso da evolução dessas categorias. Partindo dessas provocações, situa-se gênero, corpo e sexualidade em convergência a um mesmo ponto: das desigualdades entre os sexos, isto é, a falta de respeito ao outro – o diferente –, com vistas ao combate as violências nas relações de gênero, entrelaçadas à raça/etnia, classe social e outros marcadores sociais, utilizando-se de estratégias científicas que demonstrem que há várias maneiras de se enfrentar essas demandas, rumo ao exercício da cidadania.

### **Palavras-chaves:**

Gênero. Corpo e sexualidade. Desigualdades.

### ***ABSTRACT***

This article presents concepts of gender, body, sexuality, pointing out some paths, theoretical approaches, distances, meanings and meanings between concepts, variations and social hierarchies established between the sexes, male and female, with the intention of stimulating

---

<sup>2</sup> Pós-Doutorado em Antropologia Social (UFBA), Doutorado em Educação (UFBA). Docente Titular da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), do Departamento de Ciências Humanas, Educação e Linguagem (DCHEL), Programa de Pós-Graduação Mestrado em Ensino, Campus de Vitória da Conquista - BA e Programa de Pós-Graduação Mestrado em Relações Étnicas e Contemporaneidade, Campus de Jequié, BA. Coordena o Núcleo de Pesquisa e Extensão Gestão em Educação e Estudos Transdisciplinares e Rede de Pesquisa Discursos, Representações e Violência na Escola, Campus Juvinô Oliveira, Itapetinga, BA. E-mail: mfatimayago@hotmail.com

<sup>3</sup> Graduação em Pedagogia e mestrado em Educação e Contemporaneidade pela Universidade do Estado da Bahia. Doutor em Antropologia Social pela Universidade Federal de São Carlos. Professor adjunto da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, do Departamento de Ciências Humanas, Educação e Linguagem, no curso de Pedagogia e no Programa de Pós Graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidade; pesquisador do Núcleo de Pesquisa e Extensão Gestão em Educação e Estudos Transdisciplinares (NUGEET). E-mail: santanavaldao@yahoo.com.br

debate and scientific production on the theme, from an interdisciplinary approach, understanding the evolution path of these categories. Based on these provocations, gender, body and sexuality are found converging on the same point: inequalities between the sexes, that is, the lack of respect for the other - the different -, with a view to combating violence in gender relations, intertwined with race / ethnicity, social class and other social markers, using scientific strategies that demonstrate that there are several ways to face these demands, towards the exercise of citizenship.

**Keywords:**

Gender. Body and sexuality. Inequalities.

***1 Introdução***

Este artigo apresenta concepções de gênero, corpo, sexualidade, apontando alguns percursos, aproximações teóricas, distanciamentos, significados e sentidos entre conceitos, variações e hierarquias sociais estabelecidas entre os sexos, masculino e feminino; com a intenção de estimular o debate e a produção científica sobre o tema, a partir de uma abordagem interdisciplinar, entendendo o percurso da evolução dessas categorias.

Para começar, apresentamos uma reflexão sobre mudanças de perspectivas que se manifestam contra os discursos sobre as mulheres, masculinidades e feminilidades, sexualidade, destacando as lutas que têm se acirrado entre movimentos de mulheres, feministas, estudos de gênero e sexualidade, para modificar relações de gênero, sexo e suas intersecções com etnia/raça, classe social e outros marcadores sociais da diferença e de exclusão social.

A discussão sobre Gênero surge na década de 70, destacando-se no campo das ciências sociais, mas sua história não se inicia aí, vem se constituindo a partir da história das mulheres e muito se deve às críticas feministas, hoje, herdeira de diferentes interlocuções e formulações teóricas, a exemplo de Louro (2013, 1997); Hérítier (1996), Saffioti (2015); Scott (1995); Touraine (2010), dentre outros.

Gênero, corpo e sexualidade são termos complexos, de difícil definição e em contínua construção. Para tratarmos desses conceitos, apoiamos-nos

### *Gênero, sexualidade e identidades*

em trabalhos dedicados às relações entre os sexos, masculinidade e feminilidade, sexualidade, corpo. E, explicitamente da questão de gênero, recorrendo ao pensamento de Bourdieu (1999), Foucault (1981, 2003), Héritier (1996), Saffioti (2013), Scott (1995), Touraine (2010), Louro (2013) entre outros.

Gênero encontra-se no centro das discussões do movimento feminista ao longo de décadas, e tem avançado como movimento de luta e resistência, assegurando a sustentação das minorias contra os desmandos do poder de dominação e exclusão da mulher, trazendo em seus estudos substantivas contribuições para o combate ao racismo, homofobia, machismo, autoritarismo, não permitindo, assim, que o totalitarismo torne a ocupar os espaços da civilidade. Este movimento procura durante a sua história e desenvolvimento intelectual, político, social e cultural, entrelaçar a categoria gênero, raça/etnia, escolarização, trabalho, ocupação profissional etc, formando teias amarradas cuidadosamente em busca da cidadania, da ocupação do espaço público e da liberdade de expressão e de afetividade.

Para compreendermos o mundo de hoje, falarmos de desigualdades, da (re)produção de preconceitos sobre as relações entre os sexos, sobretudo de gênero e intersecções com raça/etnia, escolarização, classe social, precisamos desconstruir concepções, através de um olhar-avaliar-compreender atento, conforme as palavras de Ostrower (1988), como ser humano somos por natureza uma ser criativo, e no ato de perceber tentamos interpretar e, nesse interpretar, já começamos a criar, pois “não existe um momento de compreensão que não seja ao mesmo tempo de criação” (p. 167).

Os conceitos, percepções e concepções acerca de Gênero são frutos desse movimento. Apesar de mudanças significativas ocorridas sobre essa questão, elas ainda são muito tímidas para o tamanho da problemática. É preciso ter mais vozes que questionem a sociedade tradicional, meritocrática, autoritária, totalizante, às voltas com tendências individualistas e formais de um mercado, fruto de um capitalismo perverso. E, nessa sociedade os (pre)conceitos estão presentes em pequenos gestos, hábitos, palavras, aparentemente inocentes, que passam invisíveis, despercebidos, diante das relações de “saber-poder” autoritárias, totalitárias, machistas, racistas, genocidas e patriarcais. (FOUCAULT, 2003), especificamente no tempo presente, com as manifestações de atos antidemocráticos e ondas de *fake*

*News* que atacam políticas de igualdade de gênero, direitos sexuais, garantias de não discriminação e outros direitos fundamentais, e sem precedentes.

A discriminação e a violência de gênero demonstram a ausência do Estado no seu dever de promover e proteger a dignidade da pessoa, com “condições adequadas de existência” (RAMOS, 2005, p. 4), sem distinção de qualquer natureza. A ausência do compromisso aos princípios mínimos de respeito à dignidade da pessoa humana, isto é, o direito a ter direitos (ARENDR, 1999a) revela que o poder não deve ser pensado como um objeto do qual se possa realizar uma apropriação definitiva, mas como algo que flui, circula nas e pelas relações sociais (FOUCAULT, 1981). Nessa perspectiva, para a compreensão da sociedade, não podemos deixar de tratar dessas categorias, marcadores sociais, que vêm, ao longo dos tempos, delimitando, subjugando, controlando, normatizando, (re)elaborando tabus do corpo, prescrições e proibições, definindo os corpos e o poder.

Ao enfrentarmos essas categorias no âmbito educacional, observamos que essa questão deve ser problematizada pela escola contemporânea, pois ela é que deveria formar pessoas autônomas, educar para o exercício dos direitos humanos, orientar os seus estudantes para pensar e conviver respeitosamente com a diversidade, entretanto essa se encontra esfacelada em sua estrutura física, organizacional e de gestão pedagógica e função humanizadora. Apesar de suas tímidas mudanças no que se refere aos seus processos de democratização, participação aberta e interação entre a comunidade escolar e a local, há de se ocupar com a formação do sujeito social em que a vivência de experiências de resistência seja um elemento operador de liberdade do sujeito, diante das estruturas de dominação e de subordinação.

É dentro dessas provocações que nos situamos para falarmos de gênero, corpo e sexualidade e reflexões que convergem para um mesmo ponto: as desigualdades entre os sexos, a falta de respeito ao outro – o diferente -, o exercício da cidadania e a condição humana. Para o entendimento dessas relações, apresentamos algumas definições de gênero, sexualidade, corpo, buscando refletir sobre elementos sociais, políticos e culturais, constituintes desses conceitos. Logo, esperamos contribuir no combate às violências nas relações de gênero, entrelaçadas a raça/etnia, classe social e outros marcadores sociais.

## ***2 Gênero, sexualidade e corpo: uma abordagem teórica e reflexão sobre elementos constitutivos de um conceito***

Gênero, corpo, sexualidade, como já apresentamos no início deste texto, são termos complexos, de difícil definição, em contínua construção. Portanto, escolhemos tratar destes conceitos, a partir de uma abordagem interdisciplinar, recorrendo às aproximações possíveis de diferentes pensamentos, com vistas a desenvolver uma argumentação atualizada em termos bibliográficos e, em certa medida, demonstrar que a natureza da contribuição conceitual possibilita a produção do conhecimento sobre relações sociais fundantes na sociedade, as quais se engendram e se apresentam imbricadas na realidade social. Para tanto, recorreremos ao pensamento de Bourdieu (1999), Foucault (2001, 2002), Giddens (1991), Saffioti (2013), Scott (1995), Touraine (2010), autores que, apesar dos desencontros conceituais, dos distanciamentos, permitem entrelaçar os processos de (re)construção de relações sociais, em que homens e mulheres desenvolvem e vivenciam a realidade social. Sendo esses teóricos importantes referenciais para responder ao objetivo principal deste recorte, a busca de um conceito de gênero, corpo, sexualidade, especificamente o de gênero torna-se importante na promoção de reflexões sobre o tema em questão, pois os gêneros se produzem e são (re)produzidos nas e pelas relações de poder, e essas relações não são um objeto natural; mas sim, uma prática social e, como tal, constituídas historicamente (FOUCAULT, 1981).

Desde as décadas de 60 e 70, nos estudos feministas e suas práticas culturais, o conceito de gênero, como diferença sexual, ocupa espaço de discussão acirrada no pensamento feminista e encontra-se no centro da crítica da representação, da releitura de imagens e narrativas culturais do questionamento de teorias de subjetividade e textualidade, de leitura, escrita e audiência” (LAURETIS, 1994, p. 206). No final da década de 60, as mulheres ocupam um espaço de luta e constroem uma história, tomam um lugar de condição de objeto e de sujeito da história e, nesse contexto, destaca-se o movimento por acesso das mulheres à cidadania.

Os avanços de estudos feministas foram significativos, mas o conceito de gênero como diferença sexual e seus conceitos derivados – a cultura da mulher, a maternidade, a escrita feminina, a feminilidade etc. – acabaram por se tornar

uma limitação, como que uma deficiência do pensamento feminista (LAURETIS, 1994, p. 206).

Para Louro (2003, p. 17),

Tornar visível aquela que fora ocultada foi o grande objetivo das estudiosas feministas desses primeiros tempos. A segregação social e política a que as mulheres foram historicamente conduzidas tivera como consequência a sua ampla invisibilidade como sujeito – inclusive como sujeito da Ciência.

A pesquisa de mestrado em História, de Rachel Soihet, sobre “Bertha Lutz e a ascensão social da Mulher” (1919-1937), orientada por Stanley Hilton, no período de 1972-1974, é um marco na história desse movimento e luta pelos direitos da mulher. Soihet (1998, 1989) observa que, nesse período, apesar da luta e resistência do movimento das mulheres, falar de acesso das mulheres à cidadania no Brasil não era tarefa das mais fáceis, porque, no seio da história, preponderava o desinteresse, no tocante às desigualdades entre homens e mulheres. Enfim, há, nesse trabalho, a abordagem de diversas questões pertinentes, sendo que essa pesquisa foi a única a tratar desse objeto no Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense.

Nesse estudo, a referida pesquisadora trata dos inúmeros problemas que enfrentou, dentre eles, “o isolamento intelectual, as dificuldades de orientação e os subsequentes obstáculos quanto ao conhecimento da bibliografia mais recente sobre o assunto e do instrumental teórico metodológico a ser utilizado no tratamento da questão” (p. 77). O trabalho traz também diferentes formulações, reflexões de base e de sustentação às intervenções feministas na arena do conhecimento formal e abstrato, além de apresentar epistemologias e conhecimentos, que se exibem no campo das ciências físicas e sociais e pelas ciências humanas ou humanidades. Esses estudos versam de diferentes problemáticas sobre as mulheres, falando de “Segundo Sexo” (BEAUVOIR, 1970, 1967), “Tabu do Corpo” (RODRIGUES, 1975), “A mulher na sociedade de classes: mito e realidade (1969/2017)”, dentre outros.

Trazemos assim o pensamento de Beauvoir (1967), que ao iniciar suas reflexões tratando da “Formação” e da “Infância” e, apesar da contrové-

### *Gênero, sexualidade e identidades*

sia, seu modo de relacionar corpo e subjetividade, irá construir com um dos principais e destacáveis marcos do feminismo. O texto traz uma provocação no primeiro parágrafo, demonstrando a preocupação da autora com a questão do sujeito na Teoria Crítica Feminista:

Ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que qualificam de feminino. Somente a mediação de outrem pode construir um indivíduo como um Outro (BEAUVOIR, 1967, p. 9).

Badinter (1993) chama a atenção para a fórmula cromossômica do homem, a XY, e a fórmula da mulher, a XX, cromossomos sexuais que, em 1956, definem o sexo genético: pertencer ao sexo masculino ou ao sexo feminino, justificando a importância dessa descrição para mostrar o porquê da identificação do “ser homem” e “ser mulher”. A autora mostra ter motivos e uma boa razão para dizer que, quando não há acidentes de percurso, esses dois cromossomos desencadeiam todos os mecanismos da diferenciação sexual que fazem um homem não ser uma mulher. Para chegar a uma resposta para essa dificuldade de diferenciação, procura buscar sentido na compreensão humana, pois essa encontra-se nas pessoas e como elas pensam sobre as coisas.

[...] os cromossomos sexuais definem o sexo genético masculino e simbolizam a história do homem. Mas se XY é de fato a condição primeira do ser humano masculino, não é suficiente para caracterizá-lo. Existem pessoas XY, fisicamente normais, que desconhecem sua identidade masculina; outras adquirem esta identidade masculina; outras adquirem esta identidade a despeito de anomalias genéticas. O tornar-se masculino envolve fatores psicológicos, sociais e culturais que nada têm a ver com a genética, mas desempenham papel não menos determinante, talvez mais, do que ela. De XY ao sentimento de identidade masculina, que marca a completude da evolução do homem, o caminho é longo e semeado de emboscadas (1993, p. 29).

Foucault (2001a, 2001b, 2002) apresenta outras formas de problematizações para tratar do dispositivo de sexualidade, da moral dos prazeres, do cuidado de si, construindo uma história da sexualidade. O autor destaca questões que se apresentam nas relações entre os discursos sobre o sexo no seio das sociedades modernas, a partir do século XVII, tratando de

determinar, em seu funcionamento e em suas razões de ser, o regime de poder-saber-prazer que sustenta, entre nós, o discurso sobre a sexualidade humana e destaca a influência da educação que as crianças recebem e são envolvidas nesse processo do saber-poder-prazer. Além de Beauvoir (2017), Foucault (2001) e Badinter (1993), são apontadas outras reflexões sobre as impressões sexuais na própria criança, as transformações do corpo e experimentações de novas sensações.

Já Chombart de Lauwe (1991), em sua obra publicada em 1971, intitulada *Um outro mundo: a infância*, mostra que as representações da criança poderiam constituir um excelente teste projetivo do sistema de valores e de aspirações de uma sociedade, o que possibilitaria entender a própria criança, a relação entre ela e o adulto, o espaço íntimo pessoal e o espaço partilhado com o adulto, com outros espaços fora da família e da casa, chegando aos processos de conhecimento e às primeiras descobertas, às experimentações, aos questionamentos, às descobertas da sexualidade e da criança confrontada com a sexualidade dos outros, percebida como um mistério e “o despertar por uma sexualidade mais precisa e o interesse pelo corpo, seja enquanto objeto sobre o qual eles colocam questões, seja enquanto fonte de sensações” (p. 392). É interessante que esse estudo mostra uma preocupação com impressões sexuais na própria criança, destacando as relações entre meninos e meninas e a atração pelo próprio sexo.

Gênero, corpo e sexo não podem ser entendidos separadamente, a emergência do conceito de “gênero”, conforme lembra Louro (1997), sua distinção e relação com sexo e sexualidade e as intrincadas redes de poder em que essas e outras categorias estão implicadas, linguística e politicamente, fazem parte de lutas de movimentos, historicamente constituídos, contra a discriminação feminina, o direito do voto e a cidadania às mulheres, reivindicações ligadas à organização da família, à oportunidade de estudo ou ao acesso a determinadas profissões, dentre outras. Gênero e sexualidade, conforme Louro (2003, p. 17), “são construídas através de inúmeras aprendizagens e práticas, empreendidas por um conjunto inesgotável de instâncias sociais e culturais, de modo explícito e dissimulado, num processo sempre inacabado”, minucioso, sutil. A família, a escola e a igreja são instituições que ensinam, orientam e mantêm esses processos constitutivos.

### *Gênero, sexualidade e identidades*

Louro (2000) lembra ainda que natureza e corpo são apresentados de forma dicotômica, estão separados na tradição dualista e o corpo, localizado no âmbito da natureza, é negado pela cultura. A partir daí, a pesquisadora, busca argumentos para analisar as dimensões de gênero e de sexualidade, revisitando teorizações que vão do determinismo biológico ao construcionismo social. Para a autora, os dispositivos constroem subjetividades que lhes correspondem, constroem um jogo de práticas, que constituem as instituições sociais, inclusive, a escola, em que saberes socialmente construídos são oferecidos aos aprendentes e formam tramas subjetivas:

O corpo parece ter ficado na escola. Essa é, usualmente, a primeira impressão quando observamos as mais consagradas teorias educacionais ou os cursos de preparação docente. E talvez não nos surpreendamos com isso, já que nossa formação no contexto filosófico do dualismo ocidental leva-nos a operar, em princípio, com a noção de uma separação entre corpo e mente. (LOURO, 2000, p. 60)

Bourdieu (1999) também traz contribuições importantes ao debate sobre o que vem produzindo a escola sobre gênero, além de chamar a atenção sobre a prejudicial suspeita que pesa, muitas vezes, sobre os escritos masculinos a respeito da diferença entre os sexos, que não é inteiramente infundada e, na sua concepção:

Só uma ação política que leve realmente em conta todos os efeitos de dominação que se exercem através da cumplicidade objetiva entre as estruturas incorporadas (tanto entre as mulheres quanto entre os homens) e as estruturas de grandes instituições em que se realizem e se produzem não só a ordem masculina, mas também toda a ordem social (a começar pelo Estado, estruturado em torno da oposição entre sua “mão direita”, masculina, e sua “mão esquerda”, feminina, e a Escola, responsável pela reprodução efetiva de todos os princípios de visão e de divisão fundamentais, e organizada também em torno de oposições homólogas) poderá, a longo prazo, sem dúvida, e trabalhando com as contradições referidas, contribuir para o desaparecimento progressivo da dominação masculina (BOURDIEU, 1999, p. 139).

De acordo com o pensamento antropológico contemporâneo, expresso principalmente, em estudos que pretendem entender a natureza da sociedade humana como sendo a de um sistema de significação, o corpo humano “é socialmente concebido e a análise da representação social do corpo oferece uma das numerosas vias de acesso à estrutura de uma sociedade

particular” (RODRIGUES, 1975, p. 44). O autor trata de definir as características do Sagrado e do Profano como constituintes da oposição entre a vida social ordinária e a vida social extraordinária (o puro e o impuro), que definem parâmetros em relação a vida social profana, que adquire sentido. E apresenta como o comportamento individual está subordinado a determinados códigos, muitas vezes, inconscientes, além disso, reconhece ser função da educação inculcar nas crianças esses atributos, tanto do ponto de vista intelectual ou moral, quanto do ponto de vista físico. O corpo é definido como suporte de signos e a sua utilização como sistema de expressão não tem limites, tipifica os gestos, as atitudes, os comportamentos, caracterizados como de mulher e de homem, femininos e masculinos. Corpo é tomado com formas estéticas, artefatos culturais, produz e cristaliza crenças, representações, sentidos e significados do que é ser homem e ser mulher, lugar de homem e lugar de mulher, o feminino em oposição ao masculino.

Que o corpo porta em si a marca da vida social, expressa-o a preocupação de toda sociedade em fazer imprimir nele, fisicamente, determinadas transformações que escolhe de um repertório cujos limites virtuais não se podem definir (RODRIGUES, 1975, p. 62).

As pessoas são marcadas pelos gêneros, quer representando uma relação social ou cultural. Gênero tem uma história, faz história e, nesse processo, renova marcos conceituais, passa por transformações na história e emerge da crise de paradigmas tradicionais da escrita da história. Machado (1998) demonstra preocupação com o uso do conceito de gênero, identificando que o uso do termo se tornou, cada vez mais, generalizado no campo intelectual brasileiro e, embora, ainda que parcialmente, esteja sendo usado como sinônimo dos estudos das mulheres, mostra avanços no procedimento metodológico de análise por muitos pesquisadores do campo intelectual no Brasil.

Para Saffioti (2000, p. 47), o conceito de gênero “é aberto, sendo este o grande argumento das críticas ao conceito de patriarcado, que, como o próprio nome indica, é o regime da dominação-exploração das mulheres pelos homens”, inclusive, observa as dificuldades de conceituação para empregar a expressão violência doméstica que costuma ser empregada como sinônimo de violência familiar e, mesmo definida pela legislação, não tão raramente,

### *Gênero, sexualidade e identidades*

também é empregada como violência de gênero. Esta última, teoricamente, engloba, segundo a autora, tanto a violência de homens contra mulheres quanto a de mulheres contra homens:

O que melhor revela que o conceito de gênero não se resume a uma categoria de análise, como muitas estudiosas pensam, não obstante apresentar muita utilidade enquanto tal. Gênero também diz respeito a uma categoria histórica, cuja investigação tem demandado muito investimento intelectual (2000, p. 47).

Enquanto categoria histórica, o gênero pode ser concebido em várias instâncias, que são resumidamente colocados por Saffioti, com a intenção de chegar à aproximação conceitual do termo entre as feministas, que vêm ao longo de décadas, cada uma, procurando enfatizar determinado aspecto do fenômeno, como uma construção social do masculino e do feminino. Acerca desse entendimento, cita alguns exemplos de feministas que se destacaram, como Lauretis (1987), Scott (1988), Flax (1987), Saffioti (1992, 1997), Saffioti e Almeida (1995), Badinter (1993).

Lauretis (1994) define gênero como um aparelho semiótico, pois apoiada na perspectiva teórica foucaultiana, pensa a sexualidade como uma ‘tecnologia sexual’ e propõe que se deve considerar gênero, “como auto-representação, é produto de diferentes tecnologias sociais, como o cinema, por exemplo, e de discursos, epistemologias e práticas críticas institucionalizadas, bem como das práticas da vida cotidiana” (p. 208).

O conceito de tecnologias de gênero, construído por Lauretis (1994, p. 288), esclarece que a vivência dos gêneros e das sexualidades não se dá do mesmo modo, pois depende de formas de pensar a diferença e depende dos marcadores sociais que produzem as diferenças que identificam as pessoas.

A constelação ou configuração de efeitos de significados que denomino experiência se altera e é continuamente reformada, para cada sujeito, através de seu continuamente reformada, para cada sujeito, através de seu contínuo engajamento na realidade social, uma realidade que inclui – e, para as mulheres, de forma capital – as relações sociais de gênero (LAURETIS, 1994, 228).

Na concepção de Scott (1995), gênero é visto como símbolos culturais, evocadores de representações, conceitos normativos como grade de

interpretação de significados, organizações e instituições sociais, identidade subjetiva e tem duas partes e diversos subconjuntos, que estão interrelacionados, mas devem ser analiticamente diferenciados. O núcleo da definição repousa numa conexão integral entre duas proposições:

(1) o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e (2) o gênero é uma forma primária de dar significados às relações de poder. As mudanças na organização das relações sociais correspondem sempre a mudanças nas representações do poder, mas a mudança não é unidirecional (1995, p. 86).

Bandeira e Oliveira (1990) citam Heilborn<sup>4</sup> (1990) para destacar a efervescência de um movimento que desponta com objetivo de ir à luta pela visibilidade e valorização do tema mulher. Recordam que “um furor feminino atacou diversos campos de saber. Ele está ligado à decantada tomada de ‘consciência’ por parte das mulheres, fenômeno que intriga e tem o nome de feminismo” (p. 1).

A questão da contribuição conceitual é uma provocação que tem assumido embates, concordâncias e discordâncias entre as diferentes discussões sobre o termo. A pergunta que não deixa calar é: o que é gênero? Por que este termo provoca tantas perguntas ainda sem respostas? Bandeira e Oliveira traçam a “Trajetória da produção acadêmica sobre as relações de gênero nas Ciências Sociais” e, nas suas reflexões no XIV Encontro Anual da ANPOCS, realizado em Caxambu, em outubro de 1990, lembram que a trajetória da produção acadêmica do “GT Mulher e Política”, no decorrer do período de 1980/1989, “possibilitou de forma salutar, a visibilidade e valorização do tema mulher, por outro, pergunta-se qual a natureza da contribuição conceitual que, efetivamente, trouxe para a produção do conhecimento no interior das Ciências Sociais?” (1990, p. 2). Para as autoras, essa questão diz muitas coisas, inclusive coloca na ordem do dia a emergência da universalidade da questão feminina. Para percorrer essa trajetória, consideram como ponto inicial a cena conjuntural da emergência dos movimentos das mulheres, na década de 70, impulsionada pelo movimento

---

<sup>4</sup> HEILBORN, Maria Luíza. “Politização dos gêneros e as Cirandas dos novos problemas”. GT – Mulher e Política, apresentado no período de 1982-1989. Encontro Anual da ANPOCS, Rio de Janeiro: PUC, 1988.

### *Gênero, sexualidade e identidades*

feminista. As referidas teóricas observam ainda a pertinência de uma reconstrução das diversas matizes conceituais “desenhados no interior do GT, desembocando numa tentativa de contribuir como o ‘novo’ recurso analítico – o gênero – como construção cultural” (1990, p. 3).

Considerando gênero no contexto do patriarcado e da violência, Saffioti (2015) trata do termo violência como uma ruptura de qualquer forma de integridade da vítima, seja ela física, sexual, psíquica, moral. O autor entende que, as duas últimas formas situam-se fora do palpável, mas seus efeitos são assustadores, perversos. Assim, lembra que, para os estudiosos da violência de gênero, violência intrafamiliar, violência doméstica, violência contra as mulheres, a associação entre desemprego e violência aprofunda há correlações entre os processos de exploração e dominação.

E, em relação ao contexto brasileiro, o que chama a atenção, nas formulações da autora, é o modo como se busca mecanismos que permitem definir o fenômeno na sociedade brasileira de modo particular que, no nosso entender, deixa claro que esta é uma sociedade violenta, espaço onde se vive frequentemente as violências. Ela diz que os habitantes do Brasil, e até estrangeiros que aqui vêm fazer turismo, saberiam definir o termo, isso porque foram diretamente atingidos por alguma modalidade dela ou têm, em sua família e/ou em seu círculo de amizades, algum caso a relatar. A questão que se põe é simples: a violência enraizada no imaginário social ou no conjunto de ideologias, crenças e imagens do Brasil, da sociedade brasileira sobre si mesma, a representação da identidade brasileira é atravessada pelas violências, pelas amarras do discurso do mito fundador, do patriarcado, patrimonialismo, pelas fantasias e sonhos contados pelos romancistas e debruça-se sobre o “berço esplêndido” do encantador País do Carnaval, do progresso inesperado, são muitos os mitos, sonhos, amarras do discurso, das representações, metáforas, memórias.

Para Saffioti (2015) chegar ao conceito de gênero, primeiramente, deve-se discutir casos de violência que podem ser relatados cotidianamente pelos brasileiros e, também, pelos de fora, os estrangeiros, turistas, visitantes, pois, os sequestros são frequentes, assim como, os homicídios, latrocínios, ameaças de morte, roubos. O problema é que, em um país racista, homofóbico e de feminicídios como o Brasil, isso torna-se muito mais sério, pois os abusos sexuais, físicos, psicológicos, morais contra crianças, mulheres, homossexuais são frequentes, e não se encontra nenhuma vítima resiliente,

diz a autora. No seu entendimento, a resiliência é um fenômeno raro; “são resilientes pessoas capazes de viver terríveis dramas, sem, contudo, apresentarem um só indício de traumas, sendo, portanto, consideradas, por meio da aplicação de testes e da observação de sua conduta, absolutamente normais” (p. 19). O tabu do incesto é outra problemática discutida por Saffioti, recordando que o pai biológico é o adulto masculino “no qual a criança (menor de 18 anos) mais confia. Este fato responde pela magnitude e pela profundidade do trauma” (2015, p. 21) e uma das preocupações é que a conspiração do silêncio é perversa. O problema é que o argumento de quem justifica, se não defende, a conduta dos agressores sexuais, busca explicações para a diferença do tipo de sexualidade masculina e feminina, afirmando que “a sexualidade da mulher só aflora quando provocada, e vários são os meios de fazê-lo, o que é uma meia verdade. A mulher foi socializada para conduzir-se como caça, que espera o ‘ataque’ do caçador”. Esta é uma afirmação que nos leva ao questionamento de Badinter (1993, p. 3):

Qual é a essência do macho? Espontaneamente, damos crédito ao eterno masculino, sem prestar muita atenção ao comentário de Rousseau: “O macho só é macho em certos momentos, a fêmea é fêmea durante toda a vida, pelo menos durante toda a sua juventude.” Pouco inclinados a nos questionar sobre uma realidade inconstante, queremos crer num princípio universal e permanente da masculinidade (macheza) que desafie o tempo, o espaço e as fases da vida. Esse princípio, nós o encontramos na ordem da natureza, que exhibe a diferença entre os sexos. Logo que a criança nasce, o sexo lhe é conferido. E se alguma dúvida permanece, a genética explicará a falha da anatomia.

No entanto, essa forma de caracterizar e definir o ser homem e o ser mulher encontra suas dificuldades conceituais, essas evidências incessantemente invocadas não conseguem pôr termo à questão. Isso implica obstáculos epistemológicos que, para Bachelard, (1996) são definidos como conceitos que se colocam como impedimentos para a aprendizagem, tanto para os conhecimentos empíricos apreendidos no cotidiano quanto para os adquiridos no espaço escolar. Esses obstáculos constituem-se como barreiras, muralhas que inevitavelmente são inerentes ao processo de aquisição do conhecimento e se caracterizam como entraves na passagem entre o senso comum e o conhecimento científico, não permitindo ou dificultando a aquisição do

### *Gênero, sexualidade e identidades*

próprio pensamento científico, necessária ao seu avanço, e logo se chega “à convicção de que é em termos de obstáculos que o problema do conhecimento científico deve ser colocado” (p. 17). Nas suas reflexões sobre “Libido e conhecimento objetivo”, o autor (1996, p. 225) reconhece que o mito da digestão esmaece quando comparado com o mito da geração; o *ter* e o *ser* nada são diante do *devenir*. O apetite é mais brutal, mas a libido é mais poderosa e, assim, procura mostrar a concepção da psicanálise e o olhar da psicologia e seus obstáculos epistemológicos no que se refere à sexualidade, exemplificando marcas inegáveis da afetividade e as descargas dessa relação afetiva, do inconsciente científico, e diz:

Não é possível pensar durante muito tempo num mistério, num enigma, numa quimera, sem evocar – de modo mais ou menos encoberto – seus aspectos sexuais. Isso decorre do fato de o nascimento ter sido para a criança o primeiro mistério. O segredo da geração que os pais conhecem e escondem – sem jeito, com a ironia ou malícia, sorrindo ou ralhando – consagram-nos como autoridades intelectuais arbitrarias. Aos olhos dos filhos, os pais tornam-se educadores que não dizem tudo. A criança tem, então, de procurar sozinha. Reconhece, sozinha, o absurdo das primeiras explicações. Tem logo consciência de que esse absurdo é uma maldade intelectual, prova de que desejam, intelectualmente, mantê-la sob tutela; daí, o despertar do espírito para os caminhos que querem lhe proibir. Bem depressa instala-se uma recíproca no espírito em formação (BACHELARD, 1996, p. 227).

Touraine (2010) também fala sobre o desejo sexual e a oposição entre sexo e sexualidade, justificando que os resultados de sua pesquisa sobre “O mundo das mulheres”, especificamente das análises e descrições clássicas sobre “a construção de si opera-se antes de tudo pela sexualidade – e mais amplamente pelo corpo.” (p. 56). Desse modo, indica que é pelo corpo, e principalmente o corpo que deseja, mas que também é ameaçado, o corpo não fica fora da realidade ameaçadora, dos campos conflituosos, da violência. Afirma que os resultados claros de sua pesquisa mostram que a construção de si é considerada como uma construção de uma sexualidade a partir de uma experiência do corpo e a exemplo disso, cita como referências duas afirmações, a saber: “‘Eu sou mulher’ e ‘Eu busco construir a mim mesma’”, sendo estas questões o essencial de sua descoberta sobre o sexo e a sexualidade. O autor (2010) percebe a importância do corpo como espaço de relação consigo e de construção de si, buscando explicar que a importância

central da sexualidade para a mulher não tem origem em uma base social, já que, nos diversos domínios da vida social, a mulher geralmente encontra-se em uma situação de inferioridade, o erro naturalista coloca a mulher em oposição ao homem, o macho contra a fêmea. No corpo está impressa a estrutura social, as técnicas do corpo, os códigos controladores e, ainda que a construção da sexualidade reproduza desigualdades e as discriminações adquiridas, nesse processo, a construção pessoal do indivíduo apoia-se na atividade sexual a mais dissocializada possível. Para Scott (p. 72), gênero é uma categoria útil de análise histórica e lembra que as feministas começaram a empregar o termo gênero em um sentido mais abrangente, literal, como uma maneira de se referir à organização social da relação entre os sexos, sendo que a referência à gramática é ao mesmo tempo explícita e plena, as duas formas de possibilidades não-examinadas. Sendo que a primeira, envolve regras formais que resultam da atribuição do masculino e do feminino; plena de possibilidades.

Afinal, numa sociedade em que o autoritarismo, o machismo, o patriarcado e a permanência das ideias e do pensamento da diferença, discriminação, intolerância, são postos no cotidiano das pessoas, dos grupos sociais das instituições, de modo geral e, inclusive quando se trata de gênero, não é de surpreender que a mulher, os homossexuais e outras diferenças percebidas entre os sexos, cor da pele, condição socioeconômica, idade, corpo, raça/etnia sejam apresentadas por símbolos culturalmente disponíveis, que produzem representações, (pre)conceitos, interpretações binárias entre homens e mulheres, brancos e negros, pobres e ricos, homossexuais, a partir de explicações culturais, que se manifestam de modo conflituoso, reproduzindo múltiplas formas de relações entre os sexos, masculinos e femininos, o que permite a manutenção da dominação, subordinação entre a diferença e o desrespeito pela diversidade.

### ***3 Desigualdades entre os sexos e a sociedade de classes***

As desigualdades entre homens e mulheres têm sido motivo de discussões teóricas e estudos que se debruçam cada vez mais sobre questões relacionadas à mulher, aos brancos e negros, às determinações de sexo e consistem em examinar como as desigualdades entre o feminino e o

### *Gênero, sexualidade e identidades*

masculino operam na sociedade de classes, de forma a provocar a exclusão de grande população do sexo feminino, homossexuais, bissexuais dos espaços de convivência da diversidade e a escola é um lugar, no qual, essas relações acontecem cotidianamente.

Daí surge uma provocação: por que persistem as desigualdades, os (pre)conceitos, a discriminação? A desigualdade social é perversa no Brasil e nos acompanha desde a formação da sociedade colonial e as desigualdades de gênero estão nesse pacote. Para Chauí (2000), o mito fundador é uma força persuasiva, persistente, da representação de uma sociedade autoritária, meritocrática, hereditária dos mecanismos de sua formação colonizadora e a sociedade brasileira é povoada por mitos e crenças de que somos um povo novo, formado pela mistura de três raças valorosas: corajosos índios, estoicos negros e bravos e sentimentais lusitanos e questiona: “Quem de nós ignora que da mestiçagem nasceu o samba, no qual se exprimem a energia índia, o ritmo negro e a melancolia portuguesa?” (p. 6). Na concepção de Chauí (2014), ninguém duvida de que o trabalho de crítica aos preconceitos e às ideologias é algo necessário para quem deseja a emancipação humana e defende a liberdade nas democracias. Segundo a autora, a história registra que a sociedade brasileira, levada ao mito fundador, cujas raízes foram fincadas em 1500, se encontra povoada de tensões, conflitos e contradições que não encontram caminhos para serem resolvidos no nível da realidade de um mito fundador, o qual exprime novas linguagens, valores, ideias e, que quanto mais tenta parecer ser outra realidade, outra coisa, denuncia-se como uma repetição de si mesmo, porque, à maneira de toda *fundatio*,

esse mito impõe um vínculo interno com o passado como origem, isto é, com um passado que não cessa nunca, que se conserva perenemente presente e, por um passado que não cessa nunca, que se conserva perenemente presente e, por isso mesmo, não permite o trabalho da diferença temporal e da compreensão do presente enquanto tal (CHAUI, 2000, p. 9).

Da perspectiva aqui assumida, a sociedade brasileira contemporânea vem sofrendo mudanças sociais, culturais, mas ainda muito tímidas no que se refere aos processos de convivência com a diversidade, participação aberta e interação entre negros e brancos, ricos e pobres, mulher e homem. É uma sociedade que tolera violências, como a homofobia, o machismo, o racismo, o autoritarismo e, na história política recente, somam-se a tudo isso, atos

antidemocráticos, disseminação de *fake news*, de práticas que se constroem nas confluências entre fascismo e autoritarismo, como os que se observam na intolerância à diversidade ideológica, no descaso com a saúde, com a educação e com as vidas dos cidadãos brasileiros, em tempos de pandemia da COVID-19. As desigualdades se escancaram, da mesma forma que a violência, inclusive a constitutiva das relações entre homens e mulheres.

Como já temos afirmado em outros momentos, apesar das condições vivenciadas pelas práticas autoritárias e colonizadoras, as resistências, um elemento considerado importante para assegurar a insubmissão a uma subjetividade forjada, a um saber-poder invisível (FOUCAULT, 2003), que se apresenta através dos discursos e formas de linguagens entre os sujeitos, têm se manifestado no contexto de diferentes espaços sociais.

As dificuldades vivenciadas na sociedade contemporânea são diversas, envolvem ameaças de violências físicas, agressões, precarização do sistema de ensino. Como disse muito bem Arendt (1997, 1999a, 1999b), tudo isso pode ser causado pela ausência de pensamento, pela ameaça de precarização e exclusão social. Tanto para Arendt (1997) como para Adorno (1995), a educação pode ter um papel fundamental na prevenção do autoritarismo, genocídio, atrocidades, quando trata de valores, conhecimentos, habilidades, atitudes, cidadania e podem contribuir no combate às violências, à barbárie, e, certamente, ao racismo, ao autoritarismo, às homofobias.

Considerando o pensamento de Benjamin (1994) sobre o fenômeno “semióforos” - chamado pelo autor de “perda da aura”, expressão utilizada em relação aos movimentos de massa - manifestado não somente no campo das artes e cuja ruptura leva à perda da unicidade, autenticidade, singularidade, Chauí (2000) lembra que, no mundo de mercadorias, “coisas heterogêneas perdem a singularidade e a raridade, tornam-se homogêneas porque são trocáveis umas pelas outras e todas elas são trocáveis pelo equivalente universal e homogeneizador universal, o dinheiro” (p.13). Chauí compara a nação a um semióforo, carregada de signos indicativos de acontecimentos, e, a exemplo da sociedade brasileira, os rearranjos de poder no interior da classe dominante, desde a sua formação e, às voltas com o fim da escravidão, dentre outros aspectos, busca caracterizar o Brasil como resultado de uma ação social e política, todavia não é assim que

### *Gênero, sexualidade e identidades*

ideologicamente ela aparece, visto que nada mais faz do que manter vivo o mito fundador do país, afirma a autora. A sociedade brasileira conserva as marcas da sua formação colonial escravista, da “cultura senhorial”, caracterizada pela estrutura hierárquica e vertical do espaço social, em todos os seus aspectos. Nela, as relações sociais e intersubjetivas são sempre realizadas como relação entre um superior, que manda, e um inferior, que obedece.

As diferenças e assimetrias são sempre transformadas em desigualdades que reforçam a relação mando-obediência. O outro jamais é reconhecido como sujeito nem como sujeito de direitos, jamais é reconhecido como subjetividade nem como alteridade. As relações entre os que se julgam iguais são de “parentesco”, isto é, de cumplicidade ou de compadrio; e entre os que são vistos como desiguais o relacionamento assume a forma a favor, da clientela, da tutela ou do cooptação. Enfim, quando a desigualdade é muito marcada, a relação social assume a forma nua da opressão física e/ou psíquica. A divisão social de classes é naturalizada por um conjunto de práticas que ocultam a determinação histórica ou material da exploração, da discriminação e da dominação, e que, imaginariamente, estruturam a sociedade sob o signo da nação una e indivisa, sobreposta como um manto protetor que recobre as divisões reais que a constituem (CHAUÍ, 2000, p. 89-90).

Schwarcz (2019, p. 23) questiona como é possível representar o país, que carrega, na sua história, desigualdades sociais desde a formação de sua sociedade e diferentes formas de colonização, a partir da ideia de uma suposta coesão, partilhada por todos os cidadãos, quando ainda somos campeões no quesito desigualdade social, racial e de gênero, o que é comprovado por pesquisas que mostram a existência de práticas cotidianas de discriminação contra mulheres, indígenas, negros e negras, bem como pessoas LGBTQ: Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Queers?

Observações similares podem ser feitas acerca de outras populações diferenciadas, excluídas dos padrões da normatividade estabelecida e submetidas a sistemas de representação racistas, homofóbicas, patrimonialista, machista, em todos os domínios da vida social, de diversas formas, o que gera consideráveis diferenças e consequências para a vida das pessoas. Schwarcz (2019) lembra que somos o país em que a força policial é perversa, pois é uma das mais letais do mundo, com uma das mais altas taxas de assassinato de mulheres, hoje, denominado de feminicídio. Além das mulheres, vítimas da violência, também aparecem, nas altas taxas de

assassinatos, a população LGBTIQ, composta por aquelas pessoas que se “desviam” do padrão heteronormativo.

Sobre os percursos dos estudos feministas, Louro (2003) destaca a sua importância para a virada do paradigma sobre a relação feminino e masculino, mulher e homem na sociedade contemporânea. Uma das marcas significativas desses estudos, na concepção da autora, é o seu caráter político. Afirma que objetividade e neutralidade, distanciamento e isenção, que haviam se constituído, convencionalmente, em condições indispensáveis para o fazer acadêmico, foram colocados em pauta e problematizados, subvertidos, transgredidos.

As feministas utilizaram muitos mecanismos metodológicos como lembranças e histórias de vida, fontes iconográficas, registros pessoais, diários, cartas e romances e, ousadamente, escreviam na primeira pessoa, de forma destemida, com mais desembaraços. Os temas foram diversos e versavam sobre vidas femininas, falando de formas de trabalho, corpo, prazer, afetos, escolarização, oportunidade de expressão, de manifestação artística, profissional e política, afirma a autora (2003). A questão de gênero nunca esteve sozinha, tem a sua história atrelada a outras, como a de raça, etnia, escolarização, trabalho, classe social. Munanga (2001) e d’Adesky (2001) observam pontos comuns entre esses fenômenos que se entrelaçam formando confluências que geram diferentes tipos e modalidades de violência nos espaços de encontro de “uns” com os “outros”. Munanga (2001, p. 13) lembra que na década de 80, o aprofundamento de estudos sobre o negro no Brasil contribuiu com a concepção de que, independentemente dos vestígios do passado escravista ainda presentes no imaginário e no inconsciente coletivo do povo brasileiro, o racismo é um fenômeno produzido e reproduzido na sociedade contemporânea e se apresenta com novos antagonismos, nos quais, as categorias classe, raça, etnia, gênero se interseccionam como teias que confluem construindo normas, (pre)conceitos, diferentes formas de discriminação e exclusão do outro – o diferente.

Os estudos sobre o negro no Brasil foram iniciados no século XIX, sob o domínio de duas correntes de pensamento: a primeira, fortemente influenciada pela antropologia física racista que tratava o negro como uma categoria racial inferior, podendo até influenciar no futuro do país, inclusive poderia dar lugar a uma descendência degenerada, devido à mestiçagem com

### *Gênero, sexualidade e identidades*

a população branca; e a segunda, iniciada na década de 30, a corrente culturalista, fortemente influenciada por Gilberto Freyre (2003) e outros. Essa é uma dura realidade que persiste na sociedade brasileira e nas suas instituições e, apesar de atos normativos (leis, pareceres, decretos, portarias, tratados, convenções nacionais e internacionais), inclusive legislação educacional, que se propõem a criar condições e possibilidades de combate ao racismo, homofobia, feminicídio e outras violências na sociedade e na escola, essas tentativas não são, na maioria das vezes, atendidas.

As tentativas são diversas, quando se trata da educação para a cidadania e direitos humanos, como por exemplo, a orientação de inserção da diversidade cultural, de gênero, raça, etnia, religião, sexo, masculinidades e feminilidades e da equidade social no currículo, práticas docentes, metodologias aplicadas nos processos de ensinar e aprender, no cotidiano das instituições de ensino, sala de aula e noutros ambientes dos espaços pedagógicos e educacionais da escola, tornando obrigatório o ensino de história e cultura afrobrasileiras, abertura a discussões sobre relações de gênero, sexualidade, em todas as modalidades e níveis de ensino, no entanto, a reprodução de práticas discriminatórias, racistas, homofóbicas, preconceituosas e carregadas de estereótipos e estigmas denunciam que essas condições dadas à escola para provocar mudanças de atitudes, comportamento e relações com a diversidade e a diferença nos espaços escolares ainda caminham a passos lentos e, quando provocam mudanças, essas ainda são muito tímidas.

Como já afirmamos em outro momento, falar de gênero, autoritarismo, racismo, sexualidade, não é tão simples assim, até porque a história da sociedade brasileira tem mostrado que esses fenômenos ganham formas diversas, complexas e perversas e, muitas vezes, veladas, banalizadas, naturalizadas ou se apresentam como um “rito autoritário” e/ou carregados de implicações culturais, sociais, morais e políticas (FERREIRA, 2015). Torres (1973) mostra que o rito autoritário da expressão “Você sabe com quem está falando?”, é um exemplo claro que não apenas nos alerta sobre o “jeitinho brasileiro” de ser criativo, demonstrar esperteza e improvisação, mas também da questão da identidade social, de saber quem somos, como somos e por que somos. Nesse contexto, a mulher, o homossexual, etc, que são discriminados dentro dos padrões normativos, tornam-se alvos de preconceitos, são atingidos por instrumentos de autoritarismos e de negação

da cidadania e a invisibilidade social é percebida de forma hierarquizada e desarticulada de questões importantes como as relacionadas à etnia, raça, gênero, sexo etc.

A mulher, o negro e o homossexual ocupam os índices mais elevados das estatísticas de discriminação e exclusão social, conforme estudos que tratam de violência na sociedade brasileira. Munanga (2001) recorda que os estudos sobre o negro no Brasil surgiram no fim do século XIX e durante quase meio século foram dominados por duas correntes de pensamento:

Na primeira corrente, fortemente influenciada pela antropologia física racista, os negros eram apresentados como uma categoria racial inferior, podendo até pesar negativamente sobre o futuro do país, devido à mestiçagem com a população branca. [...], uma segunda corrente de pensamento fortemente influenciada pelo culturalismo (MUNANGA, 2001, p. 3).

Para D'Adesky (2001), o reconhecimento da pluralidade de culturas no seio das sociedades e a instauração de medidas concretas para promover a participação social e econômica dos grupos culturais minoritários é uma questão a ser conquistada, principalmente porque seus objetivos visam a demandas do multiculturalismo democrático, que considera a diversidade étnica e cultural da população valores a serem respeitados e garantidos, sem implicar tentativas de depreciar ou eliminar esses grupos.

Percebemos, que nas correntes teóricas dos anos 30, por um lado, contribuíram de alguma forma com o enraizamento do racismo na sociedade brasileira, mas, por outro, serviram para indicar a importância da pesquisa de campo no particular, portanto importante problematizar essas questões na educação. Esse é um dos motivos que nos obriga a pensar na valorização da diversidade e da educação em direitos humanos, entrelaçadas, dando acesso às crianças desde a infância, estimulando-as ao exercício da cidadania ativa e da condição humana. (AZEVEDO, 1975).

#### **4 Considerações finais**

À guisa de conclusão, podemos dizer que o tema gênero encontra-se no centro das discussões do movimento feminista ao longo de décadas o que

### *Gênero, sexualidade e identidades*

tem avançado como movimento de luta e resistência, bem como de sustentação das minorias contra os desmandos do poder de dominação, subordinação e exclusão da mulher. Ele também traz substantivas contribuições no combate ao racismo, à homofobia, ao machismo e ao autoritarismo. Esse movimento procurou durante sua história e desenvolvimento intelectual, político, social e cultural, entrelaçar a categoria de gênero com a de raça, etnia, escolarização, trabalho, ocupação profissional etc, formando teias cuidadosamente tecidas em busca da cidadania, da liberdade de expressão, da ocupação do espaço público, da afetividade, das relações sexuais.

Observa-se que o gênero, informado pelas desigualdades sociais, pela hierarquização entre as categorias de sexo e, até mesmo, pela lógica da complementariedade, provoca violências. Conforme Saffioti (2015) e Badinter (1993), podemos dizer que essa é uma justa razão para buscar as teorias para entender esse processo, pois é um exercício muito importante para que se possa sair da ignorância conceitual, operar transformações profundas nas relações de gênero e buscar estratégias para combater desigualdades na sociedade. Não se trata de abolir o conceito de gênero, mas discutir, refletir e usar as tecnologias de gênero, tecnologias sociais de gênero e suas intersecções com raça/etnia, classe social, escolarização, de modo inverso, para combater a alienação, as ideologias perversas, as violências. Essa é a principal condição para uma educação voltada para os direitos humanos. Na escola, é fundamental que os alunos sejam estimulados a pensarem e a amarem as pessoas e o mundo, educando, assim, o cidadão para conviver com a diversidade e para respeitar a diferença. Educação é vida e os sujeitos para viverem e conviverem uns com os outros precisam de educação e de emancipação.

As ações de discriminação e de violência de gênero demonstram a ausência do Estado no seu dever de proteger a dignidade da pessoa e de garantir as “condições adequadas de existência” (RAMOS, 2005, p. 4), sem distinção de qualquer natureza. Tem-se com a prática da discriminação a ausência do compromisso aos princípios mínimos de respeito à dignidade da pessoa humana, ao direito a ter direitos (ARENDDT, 1999a). É preciso haver mais vozes contra a discriminação, mais questionamentos e soluções.

## REFERÊNCIAS

- ADORNO, T. W. *Educação e emancipação*. Trad. Wolfgang L. Maar. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- ARENDT, H. *A condição humana*. Trad. Roberto Raposo. 9 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1999a.
- \_\_\_\_\_. *Homens em tempos sombrios*. Trad. Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 1999b.
- \_\_\_\_\_. *Entre o passado e o futuro*. Trad. Mauro W. B. de Almeida. São Paulo: Perspectiva, 1997. (Debates)
- AZEVEDO, T. de. *Democracia racial: ideologia e realidade*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1975.
- BADINTER, E. **XY: Sobre a identidade masculina**. 2. ed. Trad. Maria I. D. Estrada. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.
- BANDEIRA, L. M.; OLIVEIRA, E. M. de. *Trajatória da produção acadêmica sobre as relações de gênero nas Ciências Sociais*. In: GT 11- a transversalidade do gênero nas ciências sociais. XIX Encontro Anual da ANPOCS. Caxambu, outubro de 1990.
- BACHELARD, G. *A formação do espírito científico: contribuição para uma psicanálise do conhecimento*. Trad. Estela dos S. Abreu. Rio de Janeiro: Contrapontos, 1996.
- BENJAMIN, W. *A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica*. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- BEAUVOIR, S. de. *O segundo sexo: a experiência da vida*. v. 2, 2. ed. Trad. Sérgio Milliet. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1967.
- \_\_\_\_\_. de. *O segundo sexo: fatos e mitos*. v. 1, 4. ed. Trad. Sérgio Milliet. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970.
- BOURDIEU, P. *A dominação masculina*. Trad. Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.
- CHAUÍ, M. *Manifestações ideológicas do autoritarismo brasileiro*. Belo Horizonte: Autêntica; São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2014
- \_\_\_\_\_. *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.
- CHOMBERT DE LAUWE, M. *Um outro mundo: a infância*. Trad. Noemi M. Kon, Marise Levy e Belinda P. Haber. São Paulo: Perspectiva; USP, 1991.

### *Gênero, sexualidade e identidades*

- D'ADESKY, J. *Pluralismo étnico e multiculturalismo: racismo e antirracismos no Brasil*. Rio de Janeiro: Pallas, 2001.
- FERREIRA, M. de F. de A. Racismo, autoritarismo e violência na sociedade brasileira. In: *Periódico do XI Colóquio do Museu Pedagógico*, UESB. Vitória da Conquista, 14-16 out.2015, p. 2523-2537.
- FOUCAULT, M. *Estratégia, poder-saber*. Trad. Vera L. A. Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.
- \_\_\_\_\_. *História da sexualidade 1: a vontade de saber*. Trad. Maria T. da C. Albuquerque e J. A. G. Albuquerque. 9.ed. Rio de Janeiro: Graal, 2001a.
- \_\_\_\_\_. *História da sexualidade 2: o uso dos prazeres*. Trad. Maria T. da C. Albuquerque. 14.ed. Rio de Janeiro: Graal, 2001b.
- \_\_\_\_\_. *História da sexualidade 3: o cuidado de si*. Trad. Maria T. da C. Albuquerque. 7.ed. Rio de Janeiro: Graal, 2002.
- \_\_\_\_\_. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1981.
- FREYRE, G. *Casa grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 48. ed. São Paulo: Global, 2003.
- HÉRITIER, F. *Masculino/feminino: o pensamento da diferença*. Trad. Cristina F. Coelho. Lisboa: Instituto Piaget, 1996.
- LAURETIS, T. de. A tecnologia do gênero. In: HOLANDA, H. B. de (Org.). *Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro, Rocco, 1994. p. 206-241.
- LOURO, G. L. *Um corpo estranho: ensaios sobre a sexualidade e a teoria queer*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.
- \_\_\_\_\_. Gênero, sexualidade: pedagogias contemporâneas. *Pro-Posições*, v. 19, n. 2 (56) maio-ago. p. 7-23, 2008.
- \_\_\_\_\_. *Gênero, sexualidade e educação*. Uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.
- MUNANGA, K. Prefácio. In: D'ADESKY, J. *Pluralismo étnico e multiculturalismo: racismos e anti-racismos no Brasil*. Rio de Janeiro: Pallas, 2001. p. 13-15.
- OSTROWER, Fayga. A construção do olhar. In: NOVAES, Adauto (Org.). *O olhar*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- RAMOS, André de Carvalho. *Teoria Geral dos Direitos Humanos na Ordem Internacional*. Rio de Janeiro: Renovar, 2005.
- RODRIGUES, J. C. *Tabu do corpo*. Rio de Janeiro: Achiamé Ltda, 1975.

SAFFIOTI, H. I. B. *Gênero, patriarcado, violência*. São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015.

\_\_\_\_\_. *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. 3.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SAKAMOTO, B. A. M. Platão e a educação totalitária e racista. In: FERREIRA, M. de F. de A. (Org.). *Violência, diversidade e educação em Direitos Humanos na Escola*. Vitória da Conquista, BA: Edições UESB, 2017. p. 81-102.

SCHWARCZ, L. M. *Sobre o autoritarismo brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise. In: *Educação & Realidade*. v. 20, n. 2, p. 71-99, jul/dez 1995.

SOIHET, R. História das mulheres e história de gênero. *Cadernos Pagu*, n. 11, p. 77-87, 1998.

\_\_\_\_\_. *Condição feminina e formas de violência*. Mulheres pobres e ordem urbana (1890-1920). Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1989.

TOURAINÉ, A. *O mundo das mulheres*. Trad. Francisco Morás. 2 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

## **CAPITALISMO DE VIGILÂNCIA: UMA DISCUSSÃO FILOSÓFICA SOBRE A INFLUÊNCIA DE REDES SOCIAIS NA AUTOIMAGEM DA MULHER**

*Evellin Bianca Souza de Oliveira (UESC)<sup>5</sup>*

*Larisse Silva Andrade (UESC)<sup>6</sup>*

*Maria Rita Santos (UEFS)<sup>7</sup>*

### **RESUMO**

Estamos vivendo um momento no qual a relação entre algoritmos e humanos tem se tornado cada vez mais acentuada devido à comodidade que a internet tem concedido a seus usuários. Relacionar-se, entreter, estudar, realizar compras, dentre outros, tem acontecido de maneira *online* possibilitando multiatividades em tempo real, em época de pandemia; tais atividades têm acontecido com ainda mais intensidade. Todavia, estudos recentes apontam que grandes corporações têm se utilizado dos dados que usuários liberam em redes sociais para a produção de capital, tornando o usuário das mídias e redes sociais um produto facilmente manipulado e gerador de lucros. Observando estudos de Soshana Zuboff (2019) sobre Capitalismo de Vigilância, e as demandas que há muito tempo têm sido impostas ao corpo da mulher, compreendemos a necessidade de investigar como a lógica econômica imbricada nas redes sociais pode influenciar a forma como a mulher “se vê”. Para realizar esta análise, utilizamos a base teórica de filósofos como Hannah Arendt (2000), Michel Foucault (1987), Bauman (2008), além de pesquisas de autores que têm se debruçado sobre temáticas relacionadas a redes sociais, imagem, identidade e feminismo. Por meio desta pesquisa, buscamos conscientizar os usuários da internet, especialmente mulheres, da necessidade de reflexão sobre as formas de utilização das redes, evocando a importância de questionar as informações que chegam até nós. Levantamos a importância da propagação da Lei geral de proteção a dados pessoais como uma maneira de aparar usuários de mídias e redes sociais.

### **Palavras-Chave:**

Capitalismo de Vigilância. Redes sociais. Mulher.

---

<sup>5</sup> Graduada em Letras-Língua Inglesa e respectivas Literaturas (UNEB – CAMPUS X), mestranda em Linguística Aplicada no Programa Letras Linguagens e Representações (UESC). Atualmente professora da rede estadual da Bahia. *E-mail*: evellinbso@gmail.com.

<sup>6</sup> Graduada em Filosofia pela Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), especialista em Fenomenologia e Epistemologia (UESC). Atualmente professora da rede estadual da Bahia. Escritora, coautora do livro “Escola analógica, sociedade digital: educação do século XIX, alunos do século XXI”. *E-mail*: larisse.andrade1@nova.educacao.ba.gov.br.

<sup>7</sup> Graduada em Filosofia pela Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). Mestre em Educação pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Doutoranda em Educação e Contemporaneidade - Universidade do Estado da Bahia (UNEB). *E-mail*: mrita.sants@gmail.com.

## ABSTRACT

We are living in a moment in which the relationship between algorithms and humans has become intimate due to the benefits that the internet has granted to its users. To have new relationships, to entertain, to study, to make purchases, among others, has happened in an online way, enabling multi-activities in real time, in times of pandemic, such activities have happened with even more intensity. However, recent studies have pointed out that great corporations have been using the data that users release on social networks for the production of capital, making the user of media and social networks an easily manipulated and profit-generating product. Observing studies by Soshana Zuboff (2019) on Surveillance Capitalism, and the demands that have long been imposed on the woman's body, we understand the need to investigate how the economic logic embedded in social networks can influence the way in which women “see themselves”. To carry out this analysis, we used the theoretical basis from philosophers such as Hannah Arendt (2000), Michel Foucault (1987), Bauman (2008), and researches by authors who have been working on themes related to social networks, image, identities and feminism. Through this research we seek to make internet users, especially women, aware of the need for reflection on the ways in which networks are used, evoking the importance of questioning the information that reaches us. We raised the importance of spreading the General Data Protection Regulation on protection of personal data as a way to support users of media and social networks.

### **Keywords:**

Surveillance Capitalism, social networks, women.

## ***1 Introdução***

A revolução digital tem trazido benefícios para a humanidade e reconfigurado conceitos de produção e mediação de informação (CABALLERO; GRAVANTE, 2018), entretanto, esse território de constantes *updates* também pode estar nos levando a perigosos abismos, tais como: perder a nossa liberdade de escolha sem percebermos por meio das manipulações de dados.

Tanto na literatura filosófica como na sociológica, é possível encontrar teóricos que previram esses processos de “manipulação das massas” ou “coisificação humana” (ARENDRT, 2000; NIETZSCHE, 2005; BAUMAN, 2008, dentre outros), logo, trata-se de um processo de automatização humana que pode trazer danos irreversíveis. De acordo com Soshana Zuboff, na obra intitulada *The Age of Surveillance Capitalism: The*

## *Gênero, sexualidade e identidades*

*Fight for a Human Future at the New Frontier of Power* (2019),<sup>8</sup> o Capitalismo de Vigilância utiliza a experiência humana no mundo digital como “matéria prima” livre, desse modo, é possível extrair dados comportamentais para serem utilizados com a finalidade de gerar lucro financeiro. Além disso, busca-se também “moldar” o comportamento humano em grande escala, ou seja, influenciar as nossas ideias. Isso nos remete ao termo cunhado pelo filósofo Friedrich Nietzsche (2005), quando caracterizou o homem como um “homem de rebanho”, sendo assim, o homem necessitaria da opinião **do outros** para estabelecer o que pensa sobre si mesmo. Hannah Arendt (2000) compartilha da opinião de Nietzsche quando observa a necessidade humana de referencialidade: o homem que não encontra sua referência pode ser levado pelas ideias do homem de massas; desamparado, ele permite que qualquer força maior exerça influência sobre ele.

O historiador Yuval Harari, ao escrever o livro *Homo Deus: Uma breve história do amanhã* (2016), também discorre sobre a nova era tecnológica, a qual tem exercido uma força manipuladora que se difere do humanismo, tendo por objetivo o controle do ser humano em benefício das grandes corporações, bem como, necessidades políticas. O historiador possibilita compreender que a dependência tecnológica tem levado o homem a um *dataísmo*, que, tendo a tecnologia por aparato, encontra, nos dados liberados nas redes sociais, fonte de poder. Por meio desses dados, que são deixados por nós a cada vez que acessamos as redes, alimentamos o *dataísmo*, dando as informações necessárias para a operação do Capitalismo de Vigilância.

Logo, entendemos que a tecnologia, por meio das redes sociais, tem sido palco para recrutamento de dados<sup>9</sup>, do surgimento de tecnopolíticas (CABALLERO; GRAVANTE, 2018), compartilhamento de *Fake News*<sup>10</sup> e, recentemente, casos recorrentes de insatisfação com nossa imagem pessoal, ansiedade e depressão (SILVA, 2018). A falta de referencialidade tem feito

---

<sup>8</sup> A era do capitalismo de vigilância: a luta por um futuro humano na nova fronteira do poder. Título traduzido pelas autoras desta pesquisa; a obra foi publicada no ano de 2019 e ainda não existe uma tradução oficial para a Língua Portuguesa.

<sup>9</sup> Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/tecnologia/noticia/2019/04/04/dados-de-540-milhoes-de-usuarios-do-facebook-ficam-expostos-em-servidor.ghtml>. Acesso em 25 ago. 2020.

<sup>10</sup> Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/678465-responsabilizacao-de-redes-sociais-sobre-divulgacao-de-fake-news-divide-opinioes/>. Acesso em 25 ago. 2020.

com que pessoas queiram ser como os filtros, fotos e ter os modos de vida que as redes sociais as apresentam. É importante salientar que, em todas essas ocorrências, o personagem utilizado como a roda de engrenagem somos nós, que, inconscientemente, damos *like*, compartilhamos, comentamos, pesquisamos, nos expomos. Todo esse jogo de informações pode deixar marcas negativas nas vivências dos usuários das redes.

Portanto, levando em consideração as lutas das mulheres contra os padrões patriarcais que nos colocam em situação de subalternidade, com fins de dominação de nossos corpos, e as novas formas de detenção do poder trazidos pelo Capitalismo de Vigilância, este artigo buscou investigar a seguinte problemática, qual seja: como o Capitalismo de Vigilância pode afetar a percepção que as mulheres possuem de si? Para tanto, iniciamos com uma breve apresentação da ascensão da internet até os dias atuais, analisamos mecanismos tecnológicos utilizados para provocar mudanças comportamentais, geradores de danos à nossa saúde psicológica, e fizemos um diálogo entre filósofos e estudiosos de diferentes áreas, como Sociologia e História, que abarcam sobre as relações de poder, identidade, feminismo e uso de tecnologias.

## ***2 Da informatização ao Capitalismo de Vigilância***

De acordo Gonçalves (2010), depois da industrialização, toda a sociedade passou por uma reconfiguração por meio do início da modernização, quando novos desenvolvimentos tecnológicos surgem. Mas, apenas no final do século XX, a tecnologia da informação começou a ter seu espaço, sendo expandido no século XXI com a popularização da internet. Lemos (2005) nos traz que

A informatização da sociedade, que começa na década de 70 do século XX, parece já estar estabelecida nas principais cidades ocidentais desenvolvidas. O que está em jogo nesse começo de século XXI é o surgimento de uma nova fase da sociedade da informação, iniciada com a popularização da internet na década de 80, e radicalizada com o desenvolvimento da computação sem fio, pervasiva e ubíqua, a partir da popularização dos telefones celulares, das redes de acesso à internet sem fio (“Wi-Fi” e “Wi-Max”) e das redes caseiras de proximidade com a tecnologia “bluetooth”.

## *Gênero, sexualidade e identidades*

Trata-se de transformações nas práticas sociais, na vivência do espaço urbano e na forma de produzir e consumir informação (p. 02).

O surgimento da Web 2.0 fez com que as relações por meio do mundo virtual passassem a ser supervalorizadas; neste momento, se torna possível estabelecer relacionamentos com conhecidos e desconhecidos por meio da internet, realizar compras, assistir a vídeos e se tornar protagonista por meio das redes sociais e auto exposição. Essas novas possibilidades têm alcançado seu ápice nos dias atuais: no ano de 2019, o *Youtube*, *Facebook*, *Instagram* e *Twitter* foram as mídias e redes sociais<sup>11</sup> mais utilizadas pelos brasileiros. O que nos tem passado despercebido é que essas redes têm fomentado um mercado lucrativo e têm se utilizado de informações colocadas na rede voluntariamente por seus usuários, fazendo girar o capitalismo informacional, nomeado pela psicóloga social e filósofa Shoshana Zuboff como Capitalismo de Vigilância.

Podemos conceituar esse processo como uma forma de “venda direcionada”, em que são captados os “gostos” do cliente em potencial. O sistema de funcionamento do *Google* ocorre por meio do *Googlebot*, que é um robô rastreador escalável que foi construído para armazenar bases de dados. Desse modo, com o surgimento do *Google Cache*, ocorre um aprimoramento da experiência dos usuários (CARIBÉ, 2019). Aprimorar a experiência dos usuários pode até “parecer” vantajoso para quem navega na internet, visto que os robôs facilitam o acesso quando vamos escolher um filme, comprar um livro ou usar qualquer tipo de serviço, entretanto, a revolução dos algoritmos pode redefinir as nossas concepções sobre cultura, estética, política, modos de “ver o mundo” e sermos “vistos pelos outros” e isso pode ser denominado como manipulação. Dito de outra forma, ainda nos embasando nos estudos de Zuboff (2019), as grandes plataformas digitais podem induzir o que devo comer, vestir ou assistir, é forçoso mencionar que elas também podem influenciar a nossa forma de pensar.

Caribé (2019), ao explorar sobre as formas de expansão do Capitalismo de Vigilância, explica o processo de sugestões da plataforma *Amazon* para alcançar a marca de um milhão de clientes de livros em 1997.

---

<sup>11</sup> De acordo com Telles (2011), as mídias sociais e redes sociais se diferem, estas últimas se caracterizam por trazer a possibilidade de reunir pessoas por meio do compartilhamento de fotos, vídeos, sentimentos, como por exemplo *Facebook*, *My space*, *Instagram*, *Twitter*, dentre outras. O *youtube* ainda é visto como mídia social.

Para tal, a *Amazon* desenvolveu propostas com base no comportamento dos clientes, ou seja, verificaram quais livros procuravam, quais eram colocados na lista de desejos, e assim, foi a primeira plataforma a criar um “agente inteligente” que funcionou efetivamente. O método foi baseado no livreiro do bairro que conhecia os gostos dos clientes, desse modo, a *Amazon* extraiu os dados e remodelou construindo padrões ou perfis de usuários. Esse fenômeno pavimentou o Capitalismo de Vigilância ao ofertar livros com maiores possibilidades de compras por partirem dos interesses dos clientes. Vale mencionar que, no ano de 2007, a *Amazon* lançou o *Kindle* leitor de *e-book*, assim, a extração dos dados de seus usuários ficou mais refinada, visto que agora é possível verificar o horário de leitura, os destaques, as frases que o usuário mais gostou na leitura para poder atingir o objetivo com mais facilidade, qual seja: vender mais livros e alcançar mais clientes.

Trabalhos como os de Shoshana Zuboff (2019), sobre o iminente perigo manipulador que se utiliza da *big data*<sup>12</sup>, impulsionaram a criação da Rede Latino Americana de Estudos em Vigilância Tecnologia e Sociedade (LAVITS), que tem realizado eventos e pesquisas, debruçando-se sobre a necessidade de se perceber que, embora o Capitalismo de Vigilância afete a todos, não estamos em um mesmo lugar de privilégio. Ao escrever sobre isso, Rafael Evangelista (2017), aponta:

[...] tecnologias de vigilância e do Big Data precisam ser pensados a partir das diferentes posições sociais. Quero lembrar que essas tecnologias e as práticas culturais em torno delas não funcionam e não afetam igualmente a todos, a todos os países, a todos os gêneros, a todas as etnias e a todas as classes (p. 245).

Logo, questões como classe, raça e gênero, bem como países centrais e periféricos, serão afetados de maneiras diferentes pelo Capitalismo de Vigilância. Partindo do pressuposto de que algoritmos são informações pessoais, que navegam do privado para o público, podemos compreender que grupos sociais diferentes colocam dados diferentes nas redes e podem ser

---

<sup>12</sup> De acordo com Gartner (2012), Big Data pode ser entendido como o grande volume, variedade e velocidade de dados que demandam formas inovadoras e rentáveis de processamento da informação, para melhor percepção e tomada de decisão.

## *Gênero, sexualidade e identidades*

manipulados de diversas maneiras. Tais manipulações podem ter influências na representação de si mesmo, na esfera política e comportamental, podendo gerar a estagnação do indivíduo, ao passo que os algoritmos sempre apresentam aquilo que pode estar relacionado aos interesses do usuário. Temos como exemplo a possível influência nas eleições americanas de 2016, na qual há a acusação sobre grupos, como *Cambridge Analytica*, de que utilizaram dados de cidadãos americanos, extraídos do *Facebook*, de forma a interferir na eleição do atual presidente.<sup>13</sup>

Evangelista (2017) nos chama atenção para percebermos que “É preciso levar a sério a ideia de que as tecnologias são construções sociais e culturais, pois isso tem implicações que derivam da propagação de seu uso” (p. 245). Diante dessa afirmativa, podemos considerar que o mercado consumidor entre países centrais e periféricos é diferente, e quando pensamos em questões de gênero, podemos inferir que, de uma maneira ainda mais contundente, as imposições do capitalismo de vigilância sobre mulheres e homens afinam ainda mais os padrões sociais do que deve ser considerado belo e/ou não aceitável.

### *3 Facebook e Capitalismo de Vigilância*

Compreendemos que as redes sociais, com maior atenção ao *Facebook*, têm sido uma poderosa fonte de compartilhamento de dados e manutenção ativa do capitalismo de vigilância. O *Facebook* foi lançado em 2004 e tinha como principal objetivo melhorar a comunicação dos alunos da Universidade de *Harvard*. Entretanto, essa plataforma é hoje uma das mais potentes formas de extração de dados dos usuários. O estudo *Invisible Infrastructures: Mobile permissions*<sup>14</sup> indicou que é possível extrair dados de quatro formas distintas, tais como: a) informações da conta e do perfil, dados de cadastro que indicam o tipo de relacionamento, parentesco e “novos amigos”; b) informações do dispositivo que mostram modelo, capacidade e aplicativos instalados, IP (*Internet Protocol*) e condições gerais do aparelho, seja móvel ou fixo; c) ações e comportamentos, que são denominados por Zuboff como dados residuais que são produzidos pela interação dos usuários,

---

<sup>13</sup> Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-43705839>. Acesso em: 10 out. 2020.

<sup>14</sup> Disponível em: <https://labs.rs/en/invisible-infrastructures-mobile-permissions/>. Acesso em: 10 out. 2020.

como curtir, clicar, comentar e compartilhar, que podem parecer insignificantes, todavia, são eles que possibilitam conhecer detalhadamente o usuário e traçar um perfil; d) *Tracker*, que são (rastreadores) próprios ou informações que estão em outros domínios, como o *Instagram*, *Whatsapp*, *Onevo*, *Atlas*, *LiveRail*, *Oculos*, *Moves*, *Parsex*, *Mobile Technologies Inc*, Serviços de *Analytics* (CARIBÉ, 2019).

As informações obtidas pelo *Facebook* criam armazenamentos de dados brutos que, ao serem remodelados, se transformam em perfis dos usuários, além disso, o processo algorítmico ocorre por *machine learning* e *deep learning*, que significam aprendizado de máquina e aprendizagem profunda; em termos gerais, são formas de inteligência artificial que utilizam uma técnica avançada para realizar funções cognitivas. Nesse sentido, esses processos realizam uma aprendizagem intuitiva produzindo informações profundas nos usuários, tais como: posicionamento político, orientação sexual, estado civil, rotina, valores morais e éticos e renda familiar (ZUBOFF, 2019). O poder do *Facebook* se torna tão presente na vida de seus usuários que, ao baixarem qualquer aplicativo ou criarem contas para acessar conteúdos da internet, o registro do candidato a novo usuário pode ser feito por meio do seu *login* no *Facebook*, logo, aparentemente, o que se apresenta como uma opção mais fácil para o cliente, esconde riscos.

Ao passo que os estudos sobre Capitalismo de Vigilância têm alcançado notoriedade, o assunto vem sendo tratado nas mídias digitais, como, por exemplo, o documentário da *Netflix* intitulado *O Dilema das Redes* (2020), do diretor Jeff Orlowski. Ele reúne alguns dos desenvolvedores das grandes plataformas digitais, como o *Facebook*, *Google* e *Instagram*, revelando como ocorre a extração e manipulação dos dados e também apresenta uma história de ficção que esclarece como uma família vivencia as redes sociais e quais impactos podem ser percebidos na vida cotidiana. A extração dos dados pode fazer com que determinados conteúdos sugestionados em nossas redes sociais resultem em ações direcionadas; dito de outro modo, torna-se possível influenciar desde escolhas de produtos a serem comprados a representantes políticos de discursos alinhados às informações que “soltamos” na rede. Essas escolhas direcionadas podem comprometer a percepção dos usuários forjando identidades e maneiras de enxergar o mundo.

## *Gênero, sexualidade e identidades*

Zygmunt Bauman, na obra intitulada *Vida para Consumo* (2008), traz uma reflexão sobre o mundo contemporâneo por meio da ideia central de que somos transformados em mercadorias, dessa forma, o autor expõe a transição de uma sociedade de produtores que se baseia em estabilidade e segurança para uma sociedade de consumidores. Sendo assim, o sujeito é transformado em mercadoria e isso é delineado na forma como usamos as redes sociais, todos avaliando a forma como são e estão no mundo a partir de curtidas ou comentários, ou seja, nos colocamos em vitrines para sermos consumidos.

Logo, as redes sociais possuem mecanismos de persuasão, criados intencionalmente, para causar dependências. Nesse viés de entendimento, o que surgiu com o objetivo de conectar pessoas, geograficamente distantes, pode ter graves efeitos em nosso psicológico e tornar a sociedade cada vez mais polarizada. Isso é evidenciado no documentário da plataforma *Netflix*, denominado *Privacidade Hackeada* (2019), que revela a luta de um professor que move um processo contra a *Cambridge Analytica*, com o objetivo de recuperar os dados tomados por um *quiz* no *Facebook*. O documentário revela como os dados podem ser utilizados para influenciar em eleições e como funciona o Capitalismo de Vigilância em suas nuances mais profundas, desse modo, é possível refletir sobre os efeitos de aliar uso indiscriminados de dados, psicologia comportamental e estratégias de publicidade. Este documentário, em consonância com *O dilema das redes*, mostra os principais jornais do mundo noticiando que a plataforma *Facebook* está relacionada com manipulações de eleições presidenciais em 2016 e é provável que isso se repita nas eleições de 2020. Como a internet é ainda considerada um território permissivo com o ilícito, cabe-nos indagar: se uma rede social pode influenciar nos processos eleitorais, o que pode fazer com a percepção que os sujeitos têm de si?

Quando consideramos os argumentos do filósofo Platão, na obra intitulada *A República* (1988), verificamos que ele discorre se o homem agiria de forma correta, caso tivesse o poder de fazer o mal sem ser notado. No diálogo, a narrativa do *Mito de Giges* é ilustrada da seguinte forma: era um pastor que quando estava visível cuidava do rebanho e vivenciava a lei, entretanto, quando esse pastor recebe um anel que o torna invisível, revela sua verdadeira natureza, pois, de posse de algumas informações por causa da invisibilidade de um anel, seduz a rainha e toma o poder para si. Sendo assim,

no mito de Platão, o anel possibilita àquele que o usa usufruir as consequências agradáveis da injustiça sem sofrer punição alguma, diante desse contexto, podemos inferir que as grandes plataformas digitais utilizam os nossos dados de forma indiscriminada, ou se seja, colocam o “anel de gíges” e se aproveitam da invisibilidade para realizar o que é denominado Capitalismo de Vigilância.

#### ***4 Redes sociais, Capitalismo de Vigilância e Mulher: Meu corpo, suas regras?***

O filme *O show de Truman* (1998), escrito por Andrew Niccol, conta a história de um homem que tem sua vida transmitida 24 horas por dia desde seu nascimento, mostrando esta experiência como um “show da vida real”, pois Truman não sabe que é um personagem. A sátira que o filme apresenta é atemporal, visto que traz a ideia de que o capital está acima dos seres humanos e em como nos tornamos conformados com a realidade que “está posta” sem questionar ou verificar. Nesse sentido, podemos afirmar que vivemos uma espécie de “efeito *Truman*” com relação às redes sociais, por se tratar de uma realidade simulada que está sempre indo em direção a uma plateia de seguidores.

Público é tudo aquilo que é acessível a todos, ou seja, pode ser visto por todos, centrando-se na ideia de acessibilidade, por exemplo, quando divulgamos uma ideia ou uma experiência. Porém, a garantia desse acontecimento se dá por meio de um fato, qual seja: os outros devem partilhar da mesma realidade do mundo. O privado é um espaço que não pode ou não deveria ser “compartilhado” com outros. De acordo com Hannah Arendt (2000), existem sentimentos que não devem ser expostos em espaço público, tais como: a dor física e o amor. No entanto, devido à revolução das redes sociais, o virtual tornou-se mais importante que o real.

Fazendo menção novamente aos estudos de Evangelista (2017), nos quais ele observa que o Capitalismo de Vigilância afeta grupos sociais de maneiras diferentes, de acordo com classe social, raça e gênero, e, levando em conta as lutas feministas pela igualdade de direitos, incluindo o direito individual sobre nosso próprio corpo, cabe-nos questionar: Como o capitalismo de vigilância pode nos afetar? Os projetos de padronização e

### *Gênero, sexualidade e identidades*

exigências em torno da mulher são acentuados diante das novas demandas da revolução capitalista digital?

Para Zygmunt Bauman (2008), a padronização de nossa conduta está baseada nas imposições do mercado. As redes sociais “pregam” uma vida de falsa felicidade, desse modo, a aparência está relacionada com padrões esteticamente definidos pela indústria da moda, de formas perfeitas, isto é, os padrões de beleza irreais definem uma busca incessante para uma forma de “parecer aceitável” pela nova sociedade. Nesse processo de transformação dos sujeitos em mercadorias, as mulheres ocupam um lugar de destaque, visto que a sociedade patriarcal machista estabelece o que é belo ou feio de acordo com determinados padrões. Assim, a padronização da beleza produz lucratividade para o sistema capitalista, desse modo, compreender como o comportamento da sociedade está ligado a um modelo de consumo nas redes sociais é fundamental para compreender como o Capitalismo de Vigilância pode influenciar na forma como as mulheres “se percebem”.

A manipulação dos dados produz uma cultura de “corpos perfeitos”, que podem causar transtornos a saúde mental, pois, de acordo com Bauman (2008), a tarefa de cumprir com as regras impostas pelo mercado resulta em um estilo de viver individualista que proporciona insegurança, ansiedade e são encarados como naturais. Cabe dizer que tal estilo de vida gera lucro e transforma a vida de todos em uma busca eterna por uma “aparente felicidade”. Temos como exemplo os “filtros” do *Instagram*, que podem ser criados por qualquer usuário e recebem o nome relacionado ao seu criador. Os filtros, que atuam como editores automáticos de fotos, são capazes de “apagar” aquilo que o usuário considera como imperfeito e fora do padrão das redes. A indústria da beleza envolve cifras milionárias e movimentadas pelo capitalismo de vigilância, pode transformar corpos, quer dizer, para produzir uma imagem para as redes sociais, é necessário um grande investimento financeiro. De acordo com Bernardo (2004), na obra intitulada *Democracia Totalitária*, homens e mulheres do mundo todo registraram um valor que corresponde a 160 bilhões de dólares em produtos e serviços de beleza. Recentemente, pesquisas mostraram que muitas pessoas, incluindo grande parcela de adolescentes, têm desenvolvido uma preocupação excessiva com as pequenas “falhas”, motivados pela possibilidade de mudar sua aparência por meio desses filtros (KHANNA; SHARMA, 2017). Os mesmos pesquisadores nos trazem que, embora haja uma quantidade

semelhante de jovens do sexo masculino e feminino que apresentam sintomas de dismorfia, a maior preponderância está nas mulheres, sendo que a maioria desses usuários tem entre 18-29 anos.

Khanna e Sharma (2017) apontam que

This is frequently seen in social networking sites, as well as selfies in mobile phone, where there is emphasis on ideal pictures and images. The quality of immediate peer feedback leads to increased body surveillance. The enhancement of one's appearance on social media is considered by adolescents to be one of the most important skills for achieving popularity online. The perceived failure of the actual self to live up to the ideal and ought selves is hypothesized to result in negative affect and anxiety (p. 14).

Os autores levam-nos a compreender que, inconscientemente envolvidos pelos *feedbacks* dados nas fotos, como os *likes*, comentários e reações, aumenta-se a vigilância sobre o corpo. Nesse sentido, assim como nas compras, o corpo também passa pelo processo de manipulação que ocorre por meio da necessidade de ter o olhar e reações do outro sobre as imagens que postamos nas redes. Logo, entende-se que o Capitalismo de Vigilância pode nos tornar reféns de nós mesmos, transformando-nos em produtos facilmente manipuláveis pelo olhar das grandes empresas e aqueles que estão perto de nós.

Franchina e Lo Coco, em sua pesquisa *The influence of social media use on body image concerns* (2015), realizam uma investigação sobre as consequências do uso demasiado das redes sociais e a influência delas na imagem corporal de seus usuários. De início, os autores já apontam que o uso estendido dessas redes sinaliza problemas na saúde mental que podem ser agravados com seu uso rotineiro; segundo os autores, ansiedade, falta de sono e depressão podem estar associadas ao mau uso das redes sociais. Os autores supracitados declaram que o processo de internalização de mídias pode ocorrer quando começamos a nos comparar com o outro, reforçando dentro de nós a necessidade de pertencer ao padrão idealizado por meio daquilo que vemos e curtimos nas redes sociais. Nessa visão, as modificações de comportamento dos indivíduos impostas pelas redes sociais e cultura consumista têm ocasionado uma oscilação nos valores da sociedade, pois avalia-se uma pessoa pelo modo como se veste e por meio da forma de

### *Gênero, sexualidade e identidades*

comportamento, ou seja, por aspectos externos. Assim, as qualidades humanas deixam de ser importantes e entram em cena os objetos que possam ser exibidos na modelagem do próprio corpo. Cabe dizer que a visibilidade social se relaciona de forma direta com o poder de consumo.

O filósofo Michael Foucault, na obra *Vigiar e Punir* (1987), assevera que os corpos são treinados, marcados e moldados por formas históricas, tais como desejo, penalidade, feminilidade, masculinidade, desse modo, existe uma relação no que se refere ao controle político da corporeidade. Assim, a obra traz as modificações que ocorrem nas formas de punir e meios de manipular o corpo, além disso, ao analisar o sistema prisional moderno, Foucault discorre sobre o adestramento do corpo, para reduzir a capacidade de resistência e revolta por meio da fabricação de “corpos dóceis”.

Nesse sentido, é importante mencionar que os sistemas prisionais foram modelos para outras instituições, por exemplo, o emprego das técnicas disciplinares foi utilizado em escolas, fábricas e hospitais. Logo, essas instituições se ligariam a um objetivo: o de realizar uma transformação nos indivíduos. A disciplina no corpo dos sujeitos produz comportamentos e mantém a sociedade industrial capitalista, dito de outro modo, ao mesmo tempo os indivíduos são eficientes e obedientes (FOUCAULT, 1975). Respeitando a distância temporal, podemos afirmar que as redes sociais buscam adestrar o nosso corpo ao engendrar um controle sistemático e minucioso nos comportamentos.

O poder exercido pelas mídias sociais invade a subjetividade dos sujeitos possibilitando que a esfera pública e privada se confunda, aprisionando os indivíduos em alienação demarcada pelos valores mercadológicos. Nessa linha de raciocínio, ser feliz está relacionado com possuir bens de consumo, além disso, a identidade dos sujeitos desaparece frente às identidades fornecidas pelo capital, especialmente, aquelas que se relacionam com beleza e sucesso (BAUMAN, 2008).

De acordo com Debord (1997), há uma grave interferência na percepção e constituição da subjetividade por causa da sociedade do espetáculo, visto que são produzidos “tipos de indivíduos” que inserem no seu dia a dia a realidade pelo espetáculo. Sendo assim, corroborando com esse autor, podemos afirmar que o Capitalismo de Vigilância tem a capacidade de influenciar na vida pública e privada das mulheres, posto que, ao “seguirem” padrões estéticos inatingíveis e irreais, se deparam com a

realidade da própria vida e do próprio corpo causando confrontos consigo mesmas. Vale mencionar que tais confrontos podem proporcionar riscos à saúde mental, tais como: ansiedade, depressão, dificuldade de aceitar-se.

Lira *et al.* (2017), ao realizarem pesquisas sobre redes sociais e insatisfação corporal, apontam que “novas mídias reforçam o narcisismo e os padrões de beleza vigentes” (p. 165). Segundo os autores, as redes sociais, sendo as mais utilizadas *Facebook*, *Instagram* e *Snapchat*, têm acentuado problemas na imagem corporal de seus usuários, trazendo a discrepância entre imagem real e imagem idealizada. Os autores realizaram uma pesquisa de campo feita com um grupo de participantes de Marília - SP e demonstram que, quanto mais exposto às redes sociais, maior poderá ser a insatisfação com a imagem corporal. Essa insatisfação com o físico tem oportunizado doenças de cunho psicológico. Lira *et al.* (2017) afirmam:

Estudos apontam para a falta de diversidade de corpos como referencial de beleza, parecendo haver somente um modelo do que é belo e dificuldade em lidar com o diferente. Todos desejam ser iguais, como um pré-requisito para ser aceito, sendo o culto à magreza uma norma social, expondo-se à exclusão quem não adere a esse modelo. A mídia atua reforçando e popularizando maneiras de se atingir o “corpo ideal”. A indústria da beleza cria desejos e reforça imagens, e o corpo é associado à ideia de consumo (p. 168).

É importante lembrar que vários estudos, não tão recentes, têm questionado os padrões de beleza que são impostos às mulheres, sendo esta uma luta que vem seguindo por anos, seja sobre o modo ideal de se comportar, vestir, peso, cabelo a até mesmo cor de pele socialmente aceito. Várias interseccionalidades têm tornado a luta feminista ainda mais necessária (RIBEIRO, 2019). Para Foucault (1975), o poder exercido sobre o corpo produz um fenômeno singular, a exigência do próprio corpo contra esse poder, ou seja, quando o corpo vai contra o poder estabelecido surge o feminismo, as lutas por igualdades laborais, discussões sobre gênero.

Entendemos que os grupos sociais de classe, raça e gênero que sempre estiveram no poder continuam ocupando esses espaços e, agora, à medida que novas tecnologias vão surgindo, novos espaços de poder vão sendo utilizados pelos já antigos detentores, reforçando a padronização.

## *Gênero, sexualidade e identidades*

Se há algum tempo precisávamos comprar revistas para acompanhar o que estava na moda, seja sobre roupas ou o físico, o que demandava tempo e dinheiro, atualmente, a possibilidade de ver o que é ser/estar na moda está literalmente em nossas mãos, e tem exercido com eficácia seu papel de girar o capital por meio da vigilância de nossos dados e corpos. Nesse sentido, na sociedade da imagem, percebemos uma nova expansão do capitalismo, visto que o entretenimento oferecido pelas redes sociais está dissolvido na economia, ou seja, estão implicados e dependentes.

Na atualidade, é possível observar que muitos perfis nas redes têm sido utilizados por pessoas que militam contra os padrões de beleza eurocêntricos, racismo, feminicídio, dentre outras questões, porém, ainda assim, é possível observarmos que a mulher continua sendo alvo de agressões. Bruna Rosa (2013) escreve no *site* Geledés sobre o *Femicídio 2.0*, que é caracterizado pela exposição de fotos/vídeos íntimos de mulheres nas redes sociais, por seus ex-parceiros. Segundo Rosa (2013), esse tipo de exposição tem levado mulheres a perda de emprego, problemas de cunho psicológico e até mesmo suicídio. Atualmente, a lei 12.737/2012 criminaliza a invasão de dispositivo alheio para a exposição de fotos e vídeos de foro íntimo nas redes sociais e, em 2018, foi publicada a Lei 13.772/18, que alterou a Lei Maria da Penha, desde então, o registro não autorizado de conteúdo com cena de nudez ou ato sexual de caráter íntimo e privado se torna crime.

A influenciadora digital Sá Olebbar, criadora da *saollebar.com*<sup>15</sup>, mulher negra, no último dia 11 de outubro, abriu uma discussão muito pertinente após fazer um experimento em sua página do *Instagram*. Ela relata que, ao postar fotos de pessoas brancas nesta rede, sua página do *Instagram* ganha 5x mais visibilidade do que quando posta suas próprias fotos. Quando conectamos essa informação a pesquisas recentes, vemos que

81% das vítimas de racismo no Facebook no Brasil são mulheres negras de classe média, com ensino superior completo e na faixa etária de 20 a 35 anos. Os usuários brasileiros do Facebook que se engajam na prática de disseminar intolerância racial são predominantemente homens (65,6% dos casos), em seus 20 e poucos anos. Além disso, para insultarem pessoas Negras,

---

<sup>15</sup> Disponível em: <https://saollebar.com/>. Acesso em 10 de out. de 2020.

eles tendem a utilizar vocabulário mais pesado (sobretudo palavrões) do que as usuárias do sexo feminino (TRINDADE, 2017, p. 2).

Logo, entendemos que o corpo da mulher é a todo tempo atravessado, regrado e ridicularizado. Não obstante as questões mencionadas acima, Silva *et al.* (2018) realizam uma pesquisa sobre a construção imagético-discursiva da beleza corporal em mídias sociais. Elas apontam que

A restrição na referência central do corpo magro não abarca a pluralidade corporal que coabita o mundo contemporâneo; no entanto, é uma estratégia de persuasão. E sobre figuras públicas, dotadas de grande poder de influência, se materializa um hedonismo imaginativo distante da realidade da maioria das pessoas, que simboliza o alcance do sucesso, controle, racionalidade, saúde e felicidade, e ainda uma qualidade moral. E as mensagens, que incitam repetidamente a valorização do corpo magro, favorecem a internalização dessas mensagens como definitivas em relação às definições sociais de atratividade e beleza (p. 400).

É interessante mencionar que, ao realizar este estudo, as autoras (*op. cit.*) fazem uma análise de imagens e discursos nas redes sociais que reforçam a ideia de um corpo perfeito. Ao analisarem comentários de fotos da categoria *fitness*, as autoras listam algumas falas como: “(1) *Ela é diva das divas* (2); *Poderosa e linda!* (3); *Sereia, musa, magraa!!! Arrasani* (5); *Musa inspiradora* (7); *isso é corpo do poderrrrrrrr* (8); *Amiga, ela não é uma mulher, ela é uma deusa!!!*” (p. 400). É possível observar que os adjetivos encontrados nos comentários estão no feminino, logo, entendemos que corpos de mulheres foram expostos como modelo de magreza e beleza de forma a serem alvo para outras mulheres.

Quanto mais insatisfeita com a sua imagem a mulher estiver, possivelmente, a compra de serviços que trazem a promessa de beleza será maior, e os dados que liberam estarão à disposição para serem utilizados como fonte para a sugestão de novos produtos que “irão” nos causar bem-estar. O imaginário feminino, as formas de ser são inseridas ao universo das mercadorias por meio de uma espécie de “estetização profunda da realidade”, como afirma o filósofo Walter Benjamin (2012).

Entendemos que a imposição dos padrões efetuadas por meio de redes sociais como *Facebook* e *Instagram*, além de afetar as escolhas dos

## *Gênero, sexualidade e identidades*

usuários, também podem acarretar insatisfação e insegurança com sua imagem, ansiedade e depressão. É o que aponta Souza (2018), ao relatar as consequências do uso não reflexivo das redes sociais: “[...] problemas na saúde mental, principalmente os jovens, elevando níveis de ansiedade e levando principalmente as mulheres a terem problemas com seu próprio corpo” (p. 03).

O mito da mulher sempre bela é reforçado pelo machismo que em uma sociedade patriarcal se retroalimenta, desse modo, a mulher tem o “dever” imposto pela mídia de estar sempre bonita em qualquer situação da vida. Nesse sentido, o capitalismo de vigilância pode atuar oferecendo os melhores produtos e incentivar cada vez mais uma vida permeada de plasticidade e artificialidade, sendo assim, parafraseando o filósofo René Descartes, esse processo pode ser sustentado pela máxima “apareço, logo, sou”.

### **5 Considerações Finais**

O debate sobre o capitalismo de vigilância está apenas iniciando, a literatura sobre essa temática ainda é escassa. Dessa forma, se reconhecemos que os dados são o elemento principal desse processo, é necessário protegê-los, impor limites a extração e processamento. Sendo assim, são questões morais, éticas, econômicas, sociológicas, culturais e jurídicas que envolvem a proteção dos dados na internet e somente com fiscalização efetiva por meio de políticas públicas será possível modificar essa realidade.

Na Europa, a GDPR, *General Data Protection Regulation*, está vigente desde 2019 e regulamenta a captura, o armazenamento e o compartilhamento de dados pessoais. No Brasil, a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, intitulada Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), entrou em vigência em setembro de 2020 e ainda oferece 18 meses às empresas e instituições para se adequarem. Os direitos do titular estão localizados no artigo 2º da (LGPD) e determinam respeito a privacidade, autodeterminação, direitos humanos, desenvolvimento econômico, dentre outros.

Com a LGPD, o *Facebook* pode ter acesso com mais agilidade e facilidade às informações pessoais dos usuários, isso porque, apesar de ter que pedir permissão expressa aos usuários das redes sociais para coletar os

dados, a depender da situação, o próprio *Facebook* pode ser o operador e controlador dos dados. Entretanto, a legislação é um avanço como uma forma de buscar proteger os dados pessoais dos usuários, ademais, verificamos que, por se tratar de uma legislação nova, é necessário ainda confirmar como ficará de forma efetiva antes de tecer quaisquer considerações.

Os dados aqui apresentados permitem afirmar que o Capitalismo de Vigilância tem aproveitado todas as oportunidades para lucrar e aprimorar os negócios, desse modo, podemos inferir que a adoção de legislações pode regulamentar o que já ocorre livremente em grande escala. Desse modo, é fundamental que a sociedade possa fiscalizar e denunciar caso ocorra tratamento de dados que descumpram a legislação vigente.

Este estudo permite afirmar que a relação entre mídias e redes sociais e insatisfação corporal da mulher estão relacionadas. O uso do *Facebook* e *Instagram* estão associados como as plataformas digitais de interação que mais produzem nas mulheres ansiedade, por causa do fenômeno da comparação social e auto-objetificação. Além disso, o *Facebook* é a plataforma que mais possui mecanismos de extração de dados pessoais dos usuários, desse modo, tem maior influência na forma como as mulheres se percebem. Cabe dizer que o sentimento de não aceitação do corpo pode causar níveis altos de insegurança e doenças como ansiedade e depressão. Desse modo, podemos considerar que o capitalismo de vigilância pode interferir no comportamento das mulheres, causando problemas de ordem psicológica.

## REFERÊNCIAS

ARENDT, H. *A Condição Humana*. 10. ed. Rio de Janeiro: Ed. Forense Universitária, 2000.

BAUMAN, Z. *Vida para consumo*. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BRASIL. *Lei nº 12.737, de 30 de novembro de 2012*. Lei geral de tipificação criminal de delitos informático. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato20112014/2012/lei/112737.htm#:~:text=Disp%C3%B5e%20sobre%20a%20tipifica%C3%A7%C3%A3o%20criminal,Art. Acesso em 11 out. 2020](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20112014/2012/lei/112737.htm#:~:text=Disp%C3%B5e%20sobre%20a%20tipifica%C3%A7%C3%A3o%20criminal,Art. Acesso em 11 out. 2020).

### *Gênero, sexualidade e identidades*

\_\_\_\_\_. *Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018*. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato20152018/2018/lei/L13709.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20152018/2018/lei/L13709.htm). Acesso em 11 out. 2020.

\_\_\_\_\_. *Lei nº 13.772, de 19 de dezembro de 2018*. Registro não autorizado da intimidade sexual. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato20152018/2018/lei/L13772](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20152018/2018/lei/L13772). Acesso em 11 out. 2020.

BENJAMIN, W. *A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica*. Obras escolhidas. Magia e Técnica, Arte e Política: ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1985b. p. 165-196. v. 1.

CABALLERO, Francisco Sierra; GRAVANTE, Tommas: Networks, Movements and Technopolitics in Latin America Critical Analysis and Current Challenges. *Mexico Global Transformations in Media and Communication Research – A Palgrave and IAMCR Series* ISBN 978-3-319-65559-8 ISBN 978-3-319-65560-4 (eBook) <https://doi.org/10.1007/978-3-319-65560-4>. 2018.

CARIBÉ, J. C. Uma perspectiva histórica e sistêmica do capitalismo de vigilância. *Revista inteligência empresarial*. N. 41 - CRIE/COPPE/UFRJ ISSN 1517 – 3860. 2019. p. 5-13.

DEBORD, G. *A sociedade do espetáculo: comentários sobre a sociedade do espetáculo*. Trad. Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

EVANGELISTA, R. A. Capitalismo de Vigilância no sul global: por uma perspectiva situada. *V Simposio Internacional LAVITS | Vigilancia, Democracia y Privacidad en América Latina: Vulnerabilidades y resistencias*. 29 y 30 de noviembre, 01 de diciembre de 2017. Santiago, Chile, p. 243-253. ISSN 2175-9596.

FOUCAULT, M. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*; tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis, Vozes, 1987. 288p.

FRANCHINA, V.; LO COCO, G. The influence of social media use on body image concerns. *International Journal of Psychoanalysis and Education*, 2018. V. X. N. 1. ISSN 2035-4630.

GARTNER IT GLOSSARY. Disponível em: <<<http://www.gartner.com/it-glossary/bigdata/>>> Acesso em: 10 out. 2020.

GONÇALVES, V. R. *Gramática e Amizade: um estudo sobre comunicação e a construção das emoções nas redes sociais*. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Comunicação Social, 2012

HARARI, Y. N. *Homo Deus – Uma breve história do amanhã*. Companhia das Letras (2016). 475 p.

KHANNA A.; SHARMA, M.K. Selfie use: The implications for psychopathology expression of body dysmorphic disorder. *Industrial Psychiatry Journal*, Department of Clinical Psychology, M.V. Govindaswamy Centre, Service for Healthy Use of Technology Clinic, NIMHANS, Bengaluru, Karnataka, India. 31 Dec 2016, 26(1):106-109. DOI: 10.4103/ipj.ipj\_58\_17 PMID: 29456333 PMCID: PMC5810159.

LE MOS, A. *Cibercultura e Mobilidade. A Era da Conexão*. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XXVIII. *Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Uerj* – 5 a 9 de setembro de 2005.

LIRA, A. G.; GANEN, A. de P; LODI, A. S.; ALVARENGA, M. dos S. *Uso de redes sociais, influência da mídia e insatisfação com a imagem corporal de adolescentes Brasil*. *J Bras Psiquiatr*. 2017;66(3):164-71. DOI: 10.1590/0047-2085000000166.

NIETZSCHE, F. *Além do Bem e do Mal*. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2005. [edição de bolso].

RIBEIRO, D. *Quem tem medo do feminismo negro?* Companhia das Letras. 2019.

ROSA, B. *Feminicídio 2.0 – Mídias digitais, tecnologia e violência contra a mulher*. In: <https://www.geledes.org.br/feminicidio-2-0-midias-digitais-tecnologia-e-violencia-contra-a-mulher/>. 2013.

SILVA, A. F. DE S.; NEVES, L. DOS S.; JAPUR, C. C.; PENAFORTE, T. R.; PENAFORTE, F. R. de O. *Construção imagético-discursiva da beleza corporal em mídias sociais: repercussões na percepção sobre o corpo e o comer dos seguidores*. *Demetra*; 2018; 13(2); 395-411. DOI: 10.12957/demetra.2018.33305.

SOUZA, F. P. C. *A Influência das Redes Sociais na Constituição do padrão de beleza feminino*. TCC – Artigo Científico (Graduação em Psicologia), Centro Universitário Dr. Leão Sampaio, Juazeiro do Norte - CE. 2018.

*Gênero, sexualidade e identidades*

PLATÃO. *A República*. 2. ed. Tradução de Carlos Alberto Nunes. Belém: Edufpa, 1988.

TELLES, André. *A revolução das mídias sociais: cases, conceitos, dicas e ferramentas*. São Paulo, 2011.

TRINDADE, L. V. P. *It is not that funny: Critical analysis of racial ideologies embedded in racialized humour discourses on social media in Brazil*. University of Southampton, UK. [www.researcherid.com/rid/L-9382-2017](http://www.researcherid.com/rid/L-9382-2017).

ZUBOFF, S. *The Age of Surveillance Capitalism: The Fight for a Human Future at the New Frontier of Power*. London: Profile Books. (2019).

## QUESTÕES DE GÊNERO E SORORIDADE EM *A COR PÚRPURA*

Jacqueline Laranja Leal Marcelino (UNEB)<sup>16</sup>

### RESUMO

Neste trabalho, analisam-se questões de gênero e como estas impactam a vida de Celie, protagonista da narrativa *A cor púrpura* (1986) de Alice Walker. São privilegiadas questões de gênero e etnia, contextualizadas e problematizadas com o apoio de referencial histórico, dos estudos feministas e pós-coloniais: Alice Walker (1983), bell hooks<sup>17</sup> (1981, 1984, 1990) e 2000), Joana Maria Pedro (2005) dentre outras. A partir do termo *womanism*, uma vertente de feminismo negro, termo e conceito proposto por Alice Walker (1983), e frequentemente associado ao termo sororidade, são estudadas as relações /interações entre Celie e selecionadas personagens femininas secundárias. Destaca-se que cada mulher negra que interage com Celie, acrescenta novas maneiras de ver e enfrentar a vida apesar de serem igualmente negras e sem posses, com exceção de Docie Avery, que havia conquistado independência financeira como cantora profissional. Para o enfrentamento das violências potencializadas pela intersecção de etnia negra, historicamente em desvantagem pelo estigma imposto pela escravidão e classe social, marcada pela estagnação com origem também no sistema escravocrata, conclui-se que o *womanism* e a sororidade resultam em ser potência de ajuda mútua, para mulheres negras, como mecanismo de superação das verdades impostas pela sociedade patriarcal, especialmente por questionar questões de gênero.

### Palavras-chave:

Gênero. Feminismo negro. Sororidade

### ABSTRACT

In this work, gender issues are analyzed considering how they impact the life of Celie, protagonist of the narrative *The color purple* (1986) by Alice Walker. Gender issues and ethnicity

---

<sup>16</sup> Doutora em Letras pela Universidade Federal do Espírito Santo, UFES; Mestre em Estudos de linguagens pela Universidade do Estado da Bahia, UNEB; Especialista em Língua Inglesa pela Universidade Federal do Espírito Santo, UFES; Licenciada em Letras, Língua Inglesa e literaturas de língua Inglesa pela Universidade Federal do Espírito Santo, UFES. Professora adjunta na Universidade do Estado da Bahia - UNEB, DEDC-X, Teixeira de Freitas. Atualmente coordenadora do colegiado Letras, Língua Inglesa e respectivas literaturas no DEDC X, UNEB, E-mail: jmarcelino@uneb.br

<sup>17</sup> A autora adota seu nome escrito em letras minúsculas.

## *Gênero, sexualidade e identidades*

are privileged, contextualized and problematized with the support of historical references, feminist and post-colonial studies: Alice Walker (1983), bell hooks (1981, 1984,1990) e 2000), Joana Maria Pedro (2005) among others. From the term womanism, a strand of black feminism, a term and concept proposed by Alice Walker (1983), that is often associated with the term sorority, the relationships / interactions between Celie and selected secondary female characters are studied. It must be mentioned that each black woman who interacts with Celie, adds new ways of seeing and facing life despite being equally black and without possessions, with the exception of Docie Avery, who had gained financial independence as a professional singer. To face the violence potencialized by the intersection of black ethnicity, historically at a disadvantage due to the stigma imposed by slavery and social class, marked by stagnation that also originated in the slave system, womanism and sorority turned out to be source of power for mutual help, for black women as a mechanism to overcome the truths imposed by patriarchal society, especially for questioning gender issues.

### **Keywords:**

Gender. Black Feminism. Sorority

## **1 Introdução**

A escritora Alice Walker cunhou o termo *womanism* como alternativa para o feminismo negro por entender que “feminismo” não dava conta da pluralidade de interesses de tantas mulheres diversas e como mulher negra desejava distinguir características específicas das vivências de seu grupo étnico. Junto a ideia do womanism, frequentemente Walker aborda a questão da sororidade, união e apoio entre mulheres, como alternativa para que as mulheres se fortaleçam pela ajuda mútua. Neste estudo, serão abordadas questões de gênero que impactam a vida de Celie, a protagonista da narrativa *A cor púrpura* (1986) de Alice Walker, a mantendo submissa à sua condição de mulher negra e pobre como ser subalterno e não merecedor de respeito e ou amor, constantemente “coisificada” como uma mulher escravizada em seu ambiente doméstico. Também será abordado como a emancipação desta personagem, se dá a partir da desconstrução dos estereótipos de gênero, na interação amorosa e cuidadosa por outras mulheres que por sua vez já haviam se libertado destas amarras do jugo patriarcal ou que seguiam lutando contra as mesmas.

Para subsidiar este estudo recorreu-se aos ensaios *In search of our mother's gardens*, A procura dos jardins de nossas mães, de Alice Walker (1983), escritas feministas de bell hooks (1981, 1984,1990) e 2000),

abordagem de o uso da categoria gênero na pesquisa histórica de Joana Maria Pedro (2005) dentre outros (as).

Quanto à obra literária afro-americana selecionada para este estudo, *A cor púrpura*, cumpre destacar que tal narrativa rendeu a Alice Walker o *Pulitzer Prize*, em 1983, prêmio que lhe conferiu grande notoriedade. Esse romance tornou-se um *best-seller* e objeto de estudo em aulas de diversos campos do conhecimento, como literatura, história e sociologia, dentre outros, por abarcar temas contemporâneos e polêmicos, tais como violência familiar, incesto, racismo, sexismo, lesbianismo e mutilação genital feminina. Essa narrativa desvela a história de vida da personagem Celie, a partir dos seus quatorze anos.

Trata-se de uma menina a quem é imposto o silêncio pelo homem que ela acreditava ser seu pai e por parte de quem sofreu abuso sexual. Ele a silencia ao ameaçá-la dizendo que ela só poderia contar o acontecido a Deus, pois, se contasse a qualquer outro, sua mãe morreria. Escrever cartas a Deus passa a ser a forma de resistência encontrada por Celie para “ser” e viver quando é concedida em casamento pelo padrasto a um homem branco, mais velho e violento, chamado Albert, a quem ela só chama de Sinhô.

Para compreender os conflitos vividos por Celie destacaremos notas sobre o movimento social do feminismo que originou outras formas de feminismos, evidenciando as questões de gênero que passamos a discutir a seguir.

## **2 Questões de gênero & *A cor púrpura***

Como movimento social visível no Ocidente, o feminismo ficou conhecido por estágios denominados “ondas”. Na explicação de Pedro (2005), o feminismo de primeira onda desenvolveu-se no final do século XIX, marcado pelas lutas pelos direitos políticos de votar e ser eleita e, também, pelos direitos sociais e econômicos: trabalho remunerado, estudo, propriedade, herança. O feminismo de segunda onda é posterior à Segunda Guerra Mundial e caracteriza-se pelas lutas pelo direito ao corpo, ao prazer, e contra o patriarcado. No início do movimento feminista de segunda onda, a categoria usada era “Mulher”, pensada como contraponto da palavra “Homem”, que,

### *Gênero, sexualidade e identidades*

até então, era considerada universal, como se incluísse todos os seres humanos.

Os movimentos feministas passaram, então, a questionar a universalidade de “Homem” e defender as questões próprias da “Mulher”, tais como o direito de ter ou não ter filhos, a luta contra a violência doméstica, a divisão das tarefas domésticas, etc. As mulheres percebiam o quanto de comum permeava suas histórias e se conscientizavam – como defendia Simone de Beauvoir (1980) – de que o fato de terem se tornado tão submissas e com baixa autoestima era fruto da cultura dominada pelos homens. Ainda durante a segunda onda, quando se usava a categoria “Mulher”, foi criada a categoria “gênero”, como tributária das lutas do feminismo. A categoria ‘gênero’ tem sido geralmente usada em oposição a ‘sexo’ para descrever o que é social e culturalmente construído, contrapondo-se ao que é biologicamente dado. Segundo Joana Maria Pedro, referindo-se à realidade dos Estados Unidos e Europa:

[...] os movimentos feministas e de mulheres, nos anos oitenta, passaram a usar esta palavra ‘gênero’ no lugar de ‘sexo’. Buscavam, desta forma, reforçar a idéia de que as diferenças que se constatavam nos comportamentos de homens e mulheres não eram dependentes do ‘sexo’ como questão biológica, mas sim eram definidos pelo ‘gênero’ e, portanto, ligadas à cultura (PEDRO, 2005, p. 78).

O objetivo de se passar a usar a categoria gênero, que ganhou visibilidade nos anos 80, foi reforçar a compreensão de que as diferenças que se percebiam nos comportamentos de homens e mulheres, em vez de serem ditadas pelo sexo biológico, manifestavam-se por questões culturais. O uso desse novo termo nasceu de reflexões ligadas aos movimentos sociais de mulheres feministas, gays e lésbicas; questionamentos que buscavam não apenas estudar e problematizar a subalternidade das mulheres, mas principalmente promover a desconstrução das relações desiguais entre elas e os homens.

Paralelamente, a categoria “Mulher” seguia sendo questionada. Argumentava-se que essa categoria não podia dar conta de reivindicações extremamente diversas de grupos que apresentavam demandas específicas, como as mulheres negras, indígenas, mestiças, pobres, trabalhadoras, etc. Essa pluralidade de anseios e de necessidades evidenciou que não havia “A

mulher”, mas sim “Mulheres”, com as mais diversas experiências e reivindicações. Historicamente, as primeiras a questionar as propostas do feminismo foram as mulheres negras norte-americanas, que consideraram o movimento, em sua origem, branco, elitista e excludente, uma vez que não contemplava as diferenças, sobretudo referentes à raça e à classe.

Os temas que permeiam o movimento feminista negro são, segundo Nancy Fraser (1997), o legado de uma história de luta, a interligação de raça, gênero e classe, o combate aos estereótipos e aos trabalhos de baixa remuneração, que clamam por visibilidade e contemplam as vivências e necessidades específicas das mulheres negras. Pesquisas e estudos foram publicados focalizando aspectos da história feminina e negra. Na obra *Não sou eu uma mulher? Mulheres negras e feminismo*, por exemplo, bell hooks (1981) historiciza a opressão sexista e racista durante a escravidão, quando a exploração sexual das negras escravizadas se naturalizou em contraste com a repressão sexual da mulher branca.

Segundo hooks (1981):

[...] enquanto os colonizadores brancos adotaram uma identidade moralista para si mesmos, ficaram ainda mais ávidos de rotular o povo negro de pagãos sexuais. Como a mulher foi designada como a causadora do pecado original, as mulheres negras eram naturalmente vistas como a personificação da maldade e da luxúria sexual. Elas foram rotuladas de Jezebeis, sedutoras sexuais e acusadas de levar os homens brancos para longe de sua pureza espiritual em direção ao pecado (hooks, 1981, p.25).

Chegando ao século XX, hooks destaca as dificuldades em ser mulher negra da diáspora. A luta antirracista, brutal a ponto de essas mulheres inicialmente não se darem conta de que o sexismo poderia ser tão opressivo como o racismo, fez com que elas se agarrassem “à esperança de que a libertação da opressão racial seria tudo o que era necessário para sermos livres.” (hooks, 1981, p. 5). Quando a opressão acontece em vários níveis e ainda não se tem noção de que esses efeitos podem ser cumulativos, é natural que o primeiro obstáculo a ser transposto seja o único a ter visibilidade.

Bell hooks (1981) lembra que, apesar de as mulheres negras terem lutado em igualdade ao lado dos homens negros durante a escravidão e na

### *Gênero, sexualidade e identidades*

era da Reconstrução<sup>18</sup>, só eles avançavam em todas as esferas da vida americana. Nos anos 60 surgiu um movimento para resistir ao racismo, porém os valores patriarcais foram mantidos e os líderes políticos negros encorajavam as mulheres negras a se manterem em funções mais subservientes: “O que começou como um movimento de liberdade de todo o povo negro da opressão racista tornou-se um movimento cujo primeiro objetivo foi o estabelecimento do patriarcado negro” (hooks, 1981, p. 7).

O foco exclusivo do movimento contra o racismo, nos interesses dos homens negros, tornou invisível o duplo impacto da opressão sexista e racista contra as mulheres negras. hooks destaca a situação de exclusão e silenciamento dessas mulheres dizendo que “quando o **povo negro** é falado a tendência é focada nos **homens negros**; e quando as **mulheres** são faladas a tendência recai sobre as **mulheres brancas.**” (hooks, 1981, p. 8 grifo nosso). As mulheres negras são excluídas de um e de outro grupo, prática que com frequência reverbera na escrita da história americana.

Bamisile (2012) esclarece que, nos Estados Unidos, uma alternativa ao conceito de feminismo e, possivelmente, a mais conhecida no ocidente, é o *womanism*, proposto por Alice Walker (1983). O termo *womanism* apareceu pela primeira vez, na obra *In search of our mothers' gardens* (1983), na qual Walker explica que a origem desse termo se deve a uma expressão que a comunidade negra de mães diz às suas filhas: “Você está agindo como uma mulher” (WALKER, 1983, p. xi, tradução livre)<sup>19</sup>, para elogiar atitudes maduras e responsáveis, em oposição a agir como menina, que indica agir sem responsabilidade.

Walker (1983) acrescenta que essa expressão, que destaca o agir como mulher, é usada para elogiar atitudes corajosas de mulheres ou decisões delas que demonstrem amadurecimento, capacidade de assumir o controle de sua própria vida e desejo de conhecer além do que dizem ser bom para elas. Walker (1983) define *womanism* como um feminismo atento às necessidades das mulheres negras, por reconhecer que elas estão sujeitas a muito mais tipos de opressões do que as enfrentadas pelas mulheres brancas, mas defende a

---

<sup>18</sup> Após a Guerra Civil, travada entre o sul e o norte dos Estados Unidos que divergiam sobre a questão da escravidão, os estados derrotados foram aos poucos readmitidos no país. O sul reconstruiu as propriedades danificadas e mudou sua economia, que passou a não mais depender de escravos. Esse período ficou conhecido como Reconstrução e durou até que as últimas tropas americanas deixassem o sul, em abril de 1877 (FONER, 2015, tradução livre).

<sup>19</sup> “You act womanish”, i.e., like a woman (WALKER, 1983, p. xi).

sororidade<sup>20</sup> entre todas e quaisquer mulheres, para que cada uma possa contar com as outras.

Na obra *A cor púrpura*, Alice Walker (1986), também aborda a importância da sororidade, inclusive para desconstruir a lógica ocidental tradicional binária (homem x mulher) que tanto pode limitar a experiência humana. O despertar da protagonista começa lentamente com provocações de Nettie, sua irmã e Kate, sua cunhada; avança com as interações com Sofia, sua nora e culmina com a vivência do amor paixão por Docé Avery, amante de seu marido como abordaremos a seguir.

### ***3 Nettie e Kate incitam Celie a não se conformar com abusos e desrespeito***

Celie já estava casada com Albert quando recebeu a visita de sua irmã Nettie, que estava fugindo da residência do padrasto. Nos poucos dias em que Nettie passou com Celie, pôde observar como esta era desrespeitada pelos enteados, que pediam tudo nas mãos e nunca a ajudavam, como ressaltado no diálogo em que Nettie cobra que Celie se posicione como quem manda na casa, porém esta se resigna a admitir que não tem autoridade alguma, que não tem voz naquele lar:

Num<sup>21</sup> deixa eles dominarem você, a Nettie fala. Você tem de mostrar pra eles quem é que manda.

**Eles é que mandam**, eu digo.

Mas ela cuntinua. Você tem de brigar. Você tem de brigar.

Mas eu não sei como brigar. **Tudo queu sei fazer é continuar viva** (WALKER, 1986, p. 28, grifo nosso).

Celie estava habituada a ceder para sobreviver. Admite não saber brigar e destaca que sua única estratégia era adaptar-se, aceitando ordens para evitar a morte. Posteriormente, Celie ouve de Kate, sua cunhada, conselho

---

<sup>20</sup> O termo sororidade é um aportuguesamento do inglês womanhood ou sisterhood que, por sua vez, é uma tentativa de criar uma terminologia própria às mulheres para definir a amizade, a aliança e a solidariedade de modo diferencial à amizade masculina (QUEIROZ, 2016).

<sup>21</sup> Celie era semialfabetizada. Escrevia da forma que falava. Os tradutores optaram por marcar, na tradução, o desprestígio da variante linguística usada pela personagem, empregando um dialeto caipira.

### *Gênero, sexualidade e identidades*

semelhante ao de Nettie, para corrigir seus enteados. A resposta de Celie é praticamente a mesma dada anteriormente à sua irmã:

Você tem de brigar com eles, Celie, ela fala. Eu num posso fazer isso por você. É você mesma que tem de brigar por você.

**Eu num falo nada.** Eu penso na Nettie, morta. Ela brigou, ela fugiu.

Que isso trouxe de bom? **Eu num brigo, eu fico onde me mandam. Mas eu tô viva** (WALKER, 1986, p. 32, grifo nosso).

Nesse diálogo, evidencia-se que, mesmo em novo espaço, na posição de casada, Celia permanecia pressionada a obedecer. Ela havia sido socializada para esse comportamento de subserviência em relação aos pares masculinos e se conformava. Em contrapartida, também é mostrado que em uma sociedade patriarcal os meninos são socializados de forma bem distinta. Certa vez, Kate, cunhada de Celie, ao visitar a família de Sinhô tenta convencer seu sobrinho a colaborar com a madrastra, mas ele é bastante grosseiro:

Harpo num deixa Celie carregar toda a água sozinha. Você é um minino crescido, agora. Tá na hora de ajudar um pouco.

**As mulheres é que trabalham,** ele fala.

Quê? Ela fala.

**As mulheres é que trabalham. Eu sou homem.** (WALKER, 1986, p.32).

Ainda bem jovem, Harpo reproduz o discurso machista de que trabalho doméstico é coisa de mulher, assim como Celie também internalizou. A discriminação sexual está impregnada na casa, na família, nas instituições em geral e na própria vítima, como aponta bell hooks (1984):

Assim como acontece com outras formas de opressão, o sexismo é perpetuado pela estrutura institucional e social; pelos indivíduos que dominam, exploram ou oprimem; e **pelas próprias vítimas**, que são socializados para se comportarem de maneira que as fazem agir em cumplicidade com o status quo (HOOKS, 1984, p. 43, grifo nosso, tradução livre).<sup>22</sup>

---

<sup>22</sup> "As with other forms of oppression, sexism is perpetuated by institutional and social structure; by the individuals who dominate, exploit, or oppress; and by the victims themselves who are socialized to behave in ways that made them act in complicity with the status quo. Male supremacist ideology encourages women to believe we are valueless and obtain value only by relating to or bonding with men" (HOOKS, p. 43, 1984, tradução livre).

Hooks argumenta que a emancipação feminina depende da erradicação do sexismo. Este precisa ser o objetivo primeiro do feminismo porque, enquanto predominar a ideologia de que o homem é o protagonista e a mulher é mera coadjuvante na vida pública ou privada, homens, mulheres e mesmo crianças e adolescentes vão continuar a reproduzir discursos e a cobrar práticas que aprenderam e naturalizaram, condicionando a mulher à subalternidade..

Se a vida de Celie foi marcada por violência física e psicológica, pior é constatar que aquilo que lhe foi dito e repetido *ad infinitum* acaba sendo absorvido como verdade, de modo que o sentimento de inferioridade se interiorizou e a jovem se resigna a uma vida marcada por deveres e alijada de direitos. Foucault (1984) discorre sobre a produção de efeitos de verdade:

Há efeitos de verdade que uma sociedade como a sociedade ocidental, e hoje se pode dizer a sociedade mundial produz a cada instante. Produz-se verdade. Essas produções de verdades não podem ser dissociadas do poder e dos mecanismos de poder, ao mesmo tempo que esses mecanismos de poder tornam possíveis, induzem essas produções de verdades, e porque essas produções de verdade têm, elas próprias, efeito de poder que nos unem, nos atam (FOUCAULT, 1984, p. 229).

Celie foi vítima de efeitos de verdade que afirmavam que ela era feia, não aprendia e não evoluía na escola, numa estratégia que visava a justificar que fosse explorada em seu próprio lar por quem ela acreditava ser seu pai. Posteriormente, como se fosse uma mercadoria, a moça só trocou de “dono”, pois o homem que a desposou tinha intenção de se casar com Nettie, a irmã mais nova e apenas aceitou se casar com ela porque o pai das meninas só consentiu o casamento com a mais velha e o homem necessitava com urgência de alguém para cuidar dos muitos filhos que tinha.

#### ***4 Sofia desafia e ensina Celie pelo exemplo***

Com o passar do tempo e o trânsito de novos personagens ocorrem mudanças na maneira de Celie apreender o mundo. Em sua nova morada, ela vem a conhecer e conviver com Sofia que se torna esposa de seu enteado e

### *Gênero, sexualidade e identidades*

sobre ela Celie reflete: “Eu gosto de Sofia, mas ela num faz como eu de jeito nenhum. Se ela tá falando quando o Harpo e Sinhô entram na sala, **ela continua**. Se eles perguntam uma coisa pra ela, **ela fala que num sabe. E continua conversando**” (WALKER, 1986, p. 48, grifo nosso).

Celie se surpreende com a altivez e independência de sua nora, que mesmo sendo bem mais jovem que ela própria, não se deixa intimidar nem pelo marido nem pelo sogro. Sofia não se priva de fazer o que quer para dar satisfação a homem nenhum, mas apesar de Celie demonstrar que gosta de Sofia, acaba por reproduzir o discurso machista, como se observa no conselho que ela dá a seu enteado quando esse se queixa que sua esposa não obedece:

[...] quando o Harpo pergunta pra mim o que ele deve fazer para Sofia obedecer. [...] eu penso que toda vez **queu pulo quando Sinhô me chama**, ela fica surpresa. E parece que ela fica com pena de mim.

**Bate nela eu falo** (WALKER, 1986, p. 48, grifo nosso).

Celie aconselha Harpo a bater em Sofia, a recorrer, portanto, ao mesmo castigo que ela sofre toda vez que contraria seu esposo. Tendo sido criada em um ambiente machista e opressor, considera legítima essa prática, mesmo sabendo o sofrimento que ela proporciona.

Para hooks, “[...] todos nós, mulheres ou homens, somos socializados desde o nascimento para aceitar o pensamento e a prática sexista. Como consequência, as mulheres podem ser tão sexistas quanto os homens.” (hooks, 2000, p. viii, tradução livre)<sup>23</sup>. A personagem Celie reproduz o discurso machista que defende que, para obedecer, a mulher deve sofrer castigos físicos, como se fosse natural o domínio dos homens sobre as mulheres. Além disso, Celie demonstra excessiva subalternidade quando diz que “pula” para atender prontamente a seu esposo ao primeiro chamado dele, como uma obrigação inquestionável. Quando Sofia percebe que Celie está aconselhando Harpo a bater nela e questiona a sua sogra sobre o porquê daquela atitude, ouve a seguinte explicação:

Eu falei porque sou idiota, eu disse. Eu falei porque tava com inveja de você. Eu falei porque você faz o que eu num dô conta de fazer.  
O que que eu faço? ela falou.

---

<sup>23</sup> “[...] all of us, female and male, have been socialized from birth on to accept sexism thought and action” (hooks, 2000, p.viii).

Briga. Eu falei (WALKER, 1986, p.52).

Celie rejeita em Sofia o que na verdade gostaria de ter coragem de fazer. Sofia, por sua vez, naquele momento transforma a raiva que estava sentindo em tristeza e compara Celie com sua mãe: “[...] você me faz lembrar minha mãe. **Ela tá debaixo do polegar do meu pai**. Não ela tá debaixo do pé do meu pai. **Tudo que ele diz, ela faz**. Ela **nunca responde**. Ela **nunca se defende**” (WALKER, 1986, p. 53, grifo nosso). Sofia reconhece que, em Celie, assim como em sua mãe, mulheres de uma geração anterior, a agressão física masculina é usada como estratégia de coação, mesmo no ambiente doméstico, onde deveria existir amor e colaboração.

Em uma sociedade patriarcal, alerta hooks, o lar é o primeiro espaço de opressão para as mulheres, que desde o nascimento são ensinadas a aceitar e apoiar os privilégios dos homens: “Em nossa sociedade, a opressão sexista perverte e distorce a função da família”<sup>24</sup> (hooks, 1984, p. 36, tradução livre). Para a autora, a família deveria proteger e acolher os seus integrantes, pondo fim a essa ideologia por meio de uma educação que promovesse o reconhecimento da igualdade de direitos entre homens e mulheres.

Sofia demonstra uma consciência feminista ao dizer que toda vida brigou em seu próprio lar para não se submeter nem a pai, nem a tios e nem a primos. Chama a atenção para a violência no espaço privado ao denunciar que “uma criança mulher **não está sigura** numa família de homem” (WALKER, 1986, p. 52, grifo nosso). Sofia tem consciência de que em uma sociedade patriarcal, o homem toma a mulher como propriedade e sente-se no direito de explorá-la, seja para o trabalho ou para seu prazer sexual, sem se importar com o que a esposa sente ou pensa.

Sofia provoca Celie, perguntando o que ela faz quando fica com raiva do marido e esta responde: “Bom, tem vez **que sinhô me bate muito mesmo**. **Eu tenho que me queixar ao criador**. Mas ele é meu marido. **Eu deixo prá lá**. Essa vida logo acaba, eu falo. O céu dura pra sempre” (WALKER, 1986, p. 54). Sofia se irrita com tanto conformismo e explode: “Você tinha era que esmagar a cabeça do Sinhô, ela falo. E pensar no céu

---

<sup>24</sup> “In our society, sexist oppression perverts and distorts the positive function of family” (hooks, 1984, p. 36).

### *Gênero, sexualidade e identidades*

depois” (WALKER, 1986, p. 54). Nessa passagem se evidencia como a religião cristã muitas vezes colabora com o patriarcado, pregando a resignação para se ganhar o céu.

Hooks adverte que “uma vez que a nossa sociedade continua a ser essencialmente uma cultura "cristã", massas de pessoas continuam a acreditar que Deus ordenou que as mulheres sejam subordinadas aos homens no lar”<sup>25</sup> (hooks, 2000, p. 2, tradução livre). Subentende-se na fala de Celie essa influência da cultura cristã, porém os comentários e atitudes de Sofia fazem com que Celie passe a questionar seu conhecimento do mundo. Pelo convívio com a nora, que não se submete ao marido, que reage às pancadas de Harpo com pancadas outras, Celie passa a entender que ser submissa não é da natureza das mulheres, nem é um mandamento de Deus.

Ao perceber que Harpo e Sofia brigavam como dois homens. Celie vai se dando conta de que rebelar-se, revidar ou defender-se não deve ser direito exclusivo dos homens. Que apesar das diferenças físicas, as mulheres devem ter igualdade de oportunidades e não se deixar paralisar pelas imposições. Pela convivência com Harpo e Sofia, depois de um certo tempo, Celie percebe que o relacionamento entre um casal deve ser norteado pelo amor e respeito e tenta convencer Harpo a não mais partir para a agressão física contra sua esposa. Celie explica: “Sinhô casou comigo preu cuidar das crianças dele. Eu casei com ele porque meu pai forçou. Eu num amo Sinhô e ele num me ama” (WALKER, 1986, p. 76).

Seu casamento com Sinhô é bem diferente do enlace entre Harpo e Sofia, jovem casal que se uniu por amor. Harpo, porém, ainda insiste na subalternidade da mulher no casamento: “Mas você é a **esposa** dele, ele falou, como Sofia é a minha. **A esposa deve obedecer**” (WALKER, 1986, p. 76, grifo nosso). A essa altura da narrativa, Celie já havia despertado para nuances nas relações entre homens e mulheres: “A Docí Avery **obedece** Sinhô? Eu perguntei. **Ela é a mulher com quem ele queria casar**. Ela chama ele de **Albert**, num vacila em falar pra ele que as cueca dele tão fedendo” (WALKER, 1986, p.77, grifo nosso).

Ao dizer que a amante chama seu marido de Albert enquanto ela própria o chama de Sinhô, Celie reconhece sua sujeição aos deveres

---

<sup>25</sup> “Since our society continues to be primarily a "Christian" culture, masses of people continue to believe that god has ordained that women be subordinate to men in the domestic household.” (hooks, 2000, p. 2).

reconhecidos nessa instituição: cuidar da casa, cuidar dos filhos, atender os desejos sexuais do marido. Por outro lado, Doci o trata de igual para igual, ousando até mesmo criticá-lo pela higiene pessoal. Nessa reflexão, Celie identifica que as diferenças entre homens e mulheres não estão baseadas em características masculinas ou femininas específicas, mas, em posturas de comportamento que dependem dos indivíduos e das relações entre os pares.

Posteriormente, Sofia, a nora de Celie, sai de casa, levando os filhos, descontente com a vida de casada, ainda que vivesse de forma bem incomum, ao habitual: enquanto Harpo preferia se ocupar da cozinha e de cuidar das crianças, Sofia preferia se ocupar da roça e dos reparos domésticos. Por outro lado, Celie também é testemunha de que, se na vida privada Sofia era capaz de se defender, o mesmo não acontece na esfera pública, pois, em certa ocasião, a jovem Sofia ao revidar uma provocação da esposa do prefeito da cidade, se envolve em uma confusão e acaba presa.

Esse episódio demonstra diversos níveis e espaços de opressão que as mulheres negras têm de enfrentar. No ambiente doméstico, Sofia era independente e, portanto, conseguia enfrentar o marido, não permitindo que ele a subjugasse. Porém quando se trata de enfrentar uma autoridade, seja o prefeito ou mesmo algum policial, a situação não apresenta saída. Sofia apanha até não ter forças para reagir. Naquele contexto, a nora de Celie não conseguiu se defender e foi obrigada a passar vários anos na prisão, sofrendo muitas violências físicas e simbólicas. Tempos depois, conseguiu a alternativa de cumprir sua pena trabalhando como empregada doméstica justamente na casa do prefeito, uma ironia que torna pior a punição que começou fragilizando o corpo de Sofia, com as surras e castigos físicos na prisão. Sobre as relações de poder sobre o corpo, Foucault defende que:

As relações de poder têm alcance imediato sobre ele (o corpo); elas o investem, o marcam, o dirigem, o supliciam, sujeitam-no a trabalhos, obrigam-no a cerimônias, exigem-lhe sinais. Este investimento político do corpo está ligado, segundo relações complexas e recíprocas, à sua utilização econômica (FOUCAULT, 1987, p. 29).

Sofia foi presa porque se rebelou contra a autoridade do prefeito e da polícia, por isso os policiais a surraram e a prenderam como estratégias de fazê-la se conformar com a ordem das instituições. Segundo a análise de

### *Gênero, sexualidade e identidades*

Foucault (1987), o poder é exercido para manter a situação conforme o desejo do dominador, mas isso não significa dizer que o dominado seja desprovido de forças. Como Sofia estava em muita desvantagem para lutar contra o sistema, ela se vê obrigada a se submeter e, tendo sido justamente ela a primeira pessoa a mostrar a Celie que havia jeito de se rebelar contra a tirania doméstica, ao ver-se subjugada em uma situação de poder disciplinar exercido pela polícia, é obrigada a obedecer e acaba se rendendo aos ensinamentos da sogra para sobreviver.

Ao visitar a nora na prisão, Celie pergunta como ela estava conseguindo sobreviver naquelas condições, ao que Sofia responde: “Toda vez que eles me mandam fazer alguma coisa, Dona Celie, **eu faço como se fosse você**. Eu me levanto e faço do jeitinho que eles querem” (WALKER, 1986, p.104, grifo nosso). Naquele momento, Sofia iguala-se a Celie, submetendo-se estrategicamente por instinto de preservação. Ela entende que tal qual uma escrava, seria morta se não se submetesse.

Essa experiência, vivida por uma mulher forte e independente como Sofia, permite ao leitor entender melhor a situação da protagonista Celie. Ela era muito jovem e, quando estuprada várias vezes pelo pai, não o denunciou por temer que ele matasse sua mãe como sempre ameaçava, o que evidencia que qualquer mulher, forte ou fraca, estando sozinha e sem amparo legal, não tem como enfrentar uma situação de desigualdade em que o dominante se ache no direito de subjugar-la.

Quanto à prática de estupro, muito presente na vida da protagonista, bell hooks (1990) a interpreta como estratégia usada pelo homem branco para impor sua dominação sobre três setores sociais: primeiro, sobre as mulheres negras, o grupo dominado e que fisicamente era sempre mais desrespeitado; segundo, sobre as mulheres brancas, considerando que a exploração sexual das mulheres negras era utilizada também para humilhar e intimidar as esposas brancas, pela imposição e por reforçar a dominação falocêntrica também no espaço privado; e finalmente sobre os homens negros, pois essa barbárie lhes fazia lembrar a subtração de poder e status social. Assim, dentro das relações escravagistas - o estupro simbolizaria o gesto da castração.

### *5 Docí Avery e a desconstrução da concepção de gênero*

Além de Sofia, outra personagem que contribui para o crescimento e libertação da protagonista Celie é Docí Avery, cantora e, a princípio, amante de Albert, marido de Celie. Albert leva Docí Avery para morar em sua casa, pois a cantora estava muito doente. O que poderia ser mais uma forma de humilhar e castigar Celie transforma-se em uma grande oportunidade para ela própria. Celie já admirava Docí Avery pelo que ouvia falar dela e por fotos que já havia visto e, quando a vê chegando a sua casa demonstra pela primeira vez vontade de fazer valer sua voz: “Entra, **eu quero gritar. Berrar.** Entra. Com a ajuda de Deus, Celie vai fazer você ficar boa. **Mas eu num digo nada. A casa num é minha. Também ninguém me pergunta nada**” (WALKER, 1986, p. 58, grifo nosso). Celie lamenta não ser reconhecida como dona da casa e o fato de não ser ouvida naquele lugar onde ninguém se interessa pelos seus desejos. Ela expressa seus sentimentos contra o mundo, que insiste em mantê-la invisível e sem voz por não se interessarem por sua opinião.

Com a convivência, aos poucos, Celie e Docí Avery se tornam amigas e Celie acaba por se apaixonar pela cantora ousada e independente, que a inspira e incentiva a tomar as rédeas de sua vida, rompendo com a existência de opressão a que era submetida. Docí Avery corresponde à paixão por encantar-se com a dedicação e o amor de Celie. A protagonista, incentivada pela amada, abandona seu marido e passa a se dedicar à arte da costura, ofício que desenvolvia com esmero e que passa a ter outra dimensão em sua vida a partir do momento que Docí Avery a elogiava pelas peças tão bem produzidas artesanalmente.

Tempos depois, Celie reencontra seus filhos, frutos dos estupros que sofreu por parte do suposto pai. Ela já havia descoberto que seu pai era, na realidade, seu padrasto, mas o fato de ele não ser seu pai biológico não tem efeito atenuador sobre os abusos sexuais sofridos, pois ela o considerava como pai e ele deveria ser o responsável por sua educação e cuidados. Importa destacar que, se o pai/padrasto de Celie não a respeitava como filha, o marido também não a respeitava como esposa. Albert revela todo o desprezo que sente quando Celie avisa que vai se mudar para Memphis com Docí Avery. Ele começa dizendo que no norte não tem nada para uma pessoa como ela: “Olhe pra você. Você é **preta, é pobre, é feia.** Você é **mulher.** Vá pro diabo, ele falou, você não é **nada**” (WALKER, 1986, p. 229, grifo nosso).

### *Gênero, sexualidade e identidades*

Albert, um homem branco, utiliza as palavras “preta” e “mulher” como adjetivos para desclassificar sua esposa, explicitando os sentidos negativos fixados pelos discursos do dominador/colonizador/patriarca. Ele também a chama de pobre e feia para reduzi-la a “nada”, de acordo com sua perspectiva racista e machista, evidenciando o peso da intersecção de gênero, raça e classe quando se imbricam com as questões de discriminação em geral.

Como lembra hooks (2000), historicamente as mulheres negras têm apresentado pouca mobilidade social, já que vêm se ocupando prioritariamente de serviços subalternos, o que faz com que permaneçam nas camadas mais pobres da sociedade.

A agressão verbal de Albert contra sua esposa, citada acima, acontece quando Celie já está de partida para Memphis com Docí Avery e depois que ele já tinha feito a seguinte provocação:

[...]. A Docí tem talento, - ele falou. Ela canta. Ela tem garra, ele falou. Ela pode falar com qualquer um. Docí faz vista, - ele falou. Quando ela levanta as pessoa olham pra ela. Mas você, o que você tem? **Você é feia.** Magricela. Você tem um jeito engraçado. **Você é medrosa demais pra abrir a boca na frente das pessoas.** Tudo que você pode conseguir lá em Memphis é ser impregada da Docí. Botar o lixo dela pra fora e quem sabe fazer a comida. Você também num é nem boa cozinheira (WALKER, 1986, p.229, grifo nosso).

Albert compara Celie com Docí Avery, enaltecendo, além da vocação artística da segunda, a emancipação, a altivez, o fato de Docí ter voz e presença, enfim, tudo o que em geral os homens machistas tentam inibir nas mulheres. O paradoxo é que, enquanto defende o papel subalterno para a esposa, demonstra paixão por uma mulher que tem perfil dominante, independente e que não se submete ao tradicional sistema patriarcal.

As diferenças entre Celie e Docí Avery são muitas. As duas mostram que há muitas diferenças entre mulheres, assim como entre homens e mulheres e que essas diferenças decorrem da forma como as pessoas são socializadas e não necessariamente de características inerentes ao sexo biológico. Ao conviver com Docí, Celie começa a perceber que homens e mulheres podem partilhar de condutas que ela acreditava caracterizar um ou outro indivíduo de diferentes gêneros, como se revela no momento em que Docí Avery ao reencontrar Sofia diz: “Minina, **você tá mesmo gostosa.**”

(WALKER, 1986, p. 96, grifo nosso). Celie se surpreende com essa fala de Docí e reflete:

Aí foi que eu reparei como a Docí **fala e age às vezes como homem. Homem é que fala coisa assim pras mulher**, Minina você tá mesmo é gostosa. **As mulher sempre falam do cabelo e da saúde. Quantos nenê tão vivendo ou morrendo, ou tão com dente nascendo.** Num falam que a mulher que elas tão abraçando tá mesmo gostosa (WALKER, 1986, p. 97, grifo nosso).

Apesar de Celie tentar recapitular o que sempre entendeu como sendo conversa de homem ou de mulher e demonstrar surpresa com a saudação de Docí a Sofia, fica evidente que ela desconstrói essa noção porque em seguida ela complementa: “Docí, eu falo pra ela na minha cabeça, **Minina, você tá mesmo gostosa**, só Deus sabe o quanto” (WALKER, 1986, p. 97, grifo nosso). Ao imaginar que poderia igualmente usar o adjetivo “gostosa” para Docí, ela assume que, de fato, homem ou mulher podem assim se expressar em relação a uma mulher, e pela interação com mulheres fortes e independentes como Sofia e Docí, vai ampliando sua compreensão do que é ser mulher.

Celie e Docí diferem uma da outra tanto no que se refere à personalidade, ao modo de ser, quanto no que diz respeito ao modo de se vestirem e agirem. Enquanto Celie é caracterizada como dona de casa e esposa sem voz, que nem sequer conhece de fato o prazer sexual, uma vez que as experiências de sexo que viveu foram de abuso ou de total descaso com o seu prazer, Docí é uma mulher experiente, inclusive, em sexo, com um jeito especial de se vestir, de falar de igual para igual com Albert e com qualquer outro homem. Desde o início encanta Celie por sua independência e liberdade. Pelo convívio com Docí Avery, Celie passa a aprender muito sobre seu próprio corpo, sobre o amor, sobre a vida em geral.

Uma das características mais fortes de Docí Avery é a autonomia pela independência financeira conseguida por meio da arte, porém essa personagem também evidencia muitas identidades cambiantes: por ser cantora, deixou os filhos para sua mãe criar, mas em certo momento busca conviver com um dos filhos, mostrando que a maternidade pode ser vivida de diferentes formas, dependendo da idade e das escolhas da mulher. No campo afetivo, viveu uma grande paixão com Albert, com quem teve dois filhos,

### *Gênero, sexualidade e identidades*

mas não pode se casar por objeção do pai de Albert, que reprovava sua independência e liberdade. Viveu um grande amor com Celie, mas não deixou de ter romances heterossexuais, inclusive com um rapaz bem mais jovem quando já estava na meia idade.

Além de todas essas vivências de Docí, testemunhadas por Celie, merece ser ressaltada a importância de Docí ser admirada pela arte de cantar, atividade importante para marcar uma identidade empoderada. Assim, os comportamentos e o modo de ser de Docí mostraram a Celie que as histórias das mulheres não se resumem à servidão e ao apagamento. Celie compreendeu que poderia desvencilhar-se dos grilhões que a aprisionavam e que poderia usar a sua força produtiva para si mesma como profissional, como mulher, como ser humano e, ainda, que merecia conhecer seu próprio corpo, assim como poderia aprender a viver seu prazer sexual.

### *6 Considerações Finais*

No decorrer da narrativa de Alice Walker, observa-se que a identidade da protagonista passa por uma desconstrução e reconstrução a partir da interação com outras mulheres que já estavam habituadas a desafiar o sistema patriarcal. Apesar de inicialmente os conselhos de Nettie e Kate parecerem impossíveis de serem seguidos por medo, insegurança e instinto de preservação, esses, certamente causaram os primeiros abalos em sua visão de mundo, fruto da forma como foi socializada para se conformar e aceitar tudo que lhe fosse imposto. Porém, o convívio com mulheres como Sofia e Docí Avery, que não se deixaram moldar por estereótipos femininos ditados pela ordem patriarcal e racista, em um ambiente/época em que se objetivava reduzir a mulher a “o outro” do homem, sem direitos e sem visibilidade, foi crucial para o crescente empoderamento que Celie conquistou e que propiciou total transformação em sua vida.

Para Celie, sua reconstrução identitária tem início por meio do autoconhecimento, a partir de sua interação com mulheres com experiências de vida mais independentes e autônomas. Destaca-se, que é, principalmente pelo ofício/arte da costura que Celie se dá conta de seu potencial criador e passa a exercer sua criatividade. Ela que criava colchas com a finalidade de aquecer a família, ao ter seu trabalho produtivo valorizado e reconhecido por Docí Avery, passa a direcionar sua força criativa para a confecção de peças

personalizadas, tornando-se empresária no ramo de costura. No momento de sua ascensão profissional, ela também demonstra agradecimento e apreço especial às suas companheiras, ao empregar Sofia e outras mulheres de seu convívio em seu novo empreendimento, evidenciando então, que a sororidade promove transformações nas vivências de todas elas. Celie se deu conta de que seu êxito profissional só foi alcançado a partir do apoio de Docí Avery e compreendeu que apoiar outras mulheres não apenas emocionalmente mas propiciando ganhos financeiros, seria o caminho para que outras tantas pudessem trilhar seus caminhos com mais independência e autonomia.

Portanto, em *A cor púrpura*, Alice Walker desmistifica a caracterização de “mulher negra” como um bloco homogêneo de mulheres, apresentando mulheres negras diversas e em diferentes níveis de consciência sobre a manipulação de seu corpo e vontades seja por homens e mulheres brancos (as) e /ou negros(as). Como vimos, no convívio com estas diferentes personagens, Celie, a protagonista, se depara com muitos questionamentos e passa a conhecer possibilidades de ser mulher, diferente do ensinado em sua casa ou na igreja, espaços únicos a que tinha acesso, visto que muito cedo foi retirada da escola sob a alegação de que ela não aprendia. Depois de casada, a mudança para o novo lar, ainda que metáfora de novo aprisionamento, acabou por propiciar o encontro de Celie com mulheres de vivências diversas que a fazem compreender outros insights e principalmente que o sexo biológico não é determinante para que ela se sujeite ao homem com quem casou ou para que as mulheres se sintam inferiores aos homens. Esta narrativa de Walker, nos sensibiliza para a extrema vulnerabilidade das mulheres negras que podem ser privadas de escola, dignidade, amor e respeito, por abuso de poder e ainda por interesse de uma parcela da sociedade em perpetuar a inferiorização de uma etnia que foi vítima de escravização como se esta fosse uma característica desta etnia e não uma barbárie cometida contra ela. Já a relativização do que compete a homem ou mulher ser/fazer, promovem relevantes questionamentos a cerca do que é de fato inerente a construção social de ser homem ou mulher. Por tudo isso, promove reflexões e ensinamentos tão necessários, seja como reparação histórica, seja como sensibilização para uma sociedade mais igualitária, lembrando que as mulheres negras como quaisquer outros grupos femininos, devem estar

## *Gênero, sexualidade e identidades*

irmanadas para que uma de suporte a outra, porque a luta é diária e o empoderamento é um processo em permanente construção.

### REFERÊNCIAS

BAMISILE, Sunday Adetunji. *Questões de gênero e da escrita no feminino na literatura africana contemporânea e da diáspora africana*. Tese (Doutorado em Literatura Comparada). Universidade de Lisboa, Lisboa, 2012.

BEAUVOIR, Simone. *O segundo sexo: fatos e mitos*. Tradução de Sérgio Milliet. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1980.

FONER, Eric. Reconstruction: United States. Encyclopaedia Britannica, Inc.5 mai2015. Disponível

em :<<https://global.britannica.com/event/Reconstruction-United-States-history>> Acesso em jun 2019.

FOUCAULT, Michel. *Dois ensaios sobre o sujeito e o poder*. Paris: Gallimard, 1984.

\_\_\_\_\_. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Tradução de Raquel Ramalhete. Petrópolis: Vozes, 1987.

FRASER, Nancy. Justice Interruptus: Critical Reflections on the "Postsocialist" Condition. New York & London: Routledge, 1997.

HOOKS, Bell. *Yearning: race, gender and cultural politics*. Boston: South End Press, 1990.

\_\_\_\_\_. *Feminism is for everybody: passionate politics*. Boston: South End Press. 2000.

\_\_\_\_\_. *Feminist theory: from margin to center*. Boston: South End Press,1984.

\_\_\_\_\_. *Não sou eu uma mulher. Mulheres Negras e feminismo*. Tradução livre para a plataforma gueto. 1981. Disponível em: <[https://plataformagueto.files.wordpress.com/2014/12/nc3a3o-sou-eu-uma-mulher\\_traduzido.pdf](https://plataformagueto.files.wordpress.com/2014/12/nc3a3o-sou-eu-uma-mulher_traduzido.pdf)> Acesso em 11 nov 2015.

PEDRO, Joana Maria. *Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica*. In: História. São Paulo, v.24, n.1, p 77-98, 2005.

WALKER, Alice. *A cor púrpura*. Tradução Peg Bodelson, Betúlia Machado e Maria José Silveira. 7. ed. São Paulo: Marco Zero, 1986.

WALKER, Alice. *In search of our mothers' gardens*. New York: Harcourt & Company, 1983.

## **FEMINISMO CAMPONÊS E POPULAR: CAMINHOS PARA UMA NOVA SOCIABILIDADE**

*Djacira Maria de Oliveira Araújo (UFBA)<sup>26</sup>*

### **RESUMO**

Neste artigo refletimos sobre a práxis do feminismo camponês e popular, enquanto uma expressão do movimento feminista gestado no campo a partir das lutas concretas das mulheres no enfrentamento a violência estrutural do sistema patriarcal, racista, sexista e capitalista. Traçamos um recorrido sobre o seu surgimento, seu caráter internacionalista e os aportes do feminismo camponês e popular, desde uma concepção articuladora das lutas das mulheres em que as opressões e exploração, quer sejam de raça, classe, ou gênero, são percebidas como estruturantes da sociedade capitalista. O objetivo é apresentar reflexões sobre os problemas que vêm sendo enfrentados pelas mulheres e suas organizações e as contribuições do movimento feminista na perspectiva de superá-los.

#### **Palavras-chave:**

Feminismo camponês e popular. Patriarcado.  
Mulheres do Campo. Movimento Feminista

### **ABSTRACT**

In this article, we reflect about the praxis of people's peasant feminism, as an expression of the feminist movement generated in the countryside from the concrete struggles of women in confronting the structural violence of the patriarchal, racist, sexist and capitalist system. We will trace its trajectory since its emergence, its internationalist character and the contributions of peasant and peoples feminism, from an articulating conception of women's struggles in which oppression and exploitation, whether of race, class, or gender, are perceived as structuring of capitalist society. The objective is to present reflections on the problems that women and their organizations are facing and the contributions of the feminist movement to overcome them.

---

<sup>26</sup>Possui graduação em Pedagogia pela Universidade do Estado da Bahia. Especialista em Estudos Latino-americanos pela UFJF. Mestrado em Educação pela UFBA. Tem experiência na área de educação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), com ênfase em educação do campo, atuando principalmente nos seguintes temas: gênero, movimentos sociais, classe social, memória e trabalhadora rural. E-mail: djaciraaraujo@yahoo.com.br

### **Keywords**

Peasant and popular feminism. Patriarchate.  
Country Women. Feminist Movement.

### ***1 Introdução***

Pensar a estratégia da superação das opressões e exploração na sociedade brasileira exige fazer o percurso histórico a respeito das estratificações sociais de raça, classe e gênero, analisando como os diferentes estamentos sociais<sup>27</sup> foram instituídos no decorrer do desenvolvimento dos modos de produção na sociedade. Nesse sentido, em particular, nos interessa lançar um olhar sobre as condições das mulheres.

Neste breve estudo, buscamos situar fatores históricos que nos ajudem a refletir sobre as opressões e explorações que estão se dando em nossa sociedade e incidindo nas condições de vida e lutas das mulheres no campo. Também fazemos um recorrido do surgimento e aportes do feminismo camponês e popular, um movimento internacional que vem sendo construído pelas mulheres do campo. O interesse é obter uma maior compreensão dos problemas que vem sendo enfrentados no campo pelas mulheres e as organizações da classe trabalhadora em face da ofensiva cultural patriarcal, racista e capitalista, refletindo acerca das contribuições do feminismo e as lutas das mulheres na perspectiva de superá-los.

Para nós é importante refletir sobre os aportes do movimento feminista diante do atual cenário internacional de profunda instabilidade e crises, impactando no aumento da violência contra as mulheres e em retrocessos nos direitos conquistados pelo movimento feminista e demais organizações da classe trabalhadora.

No Brasil, desde o golpe de Estado contra a Presidenta Dilma em 2016, as mobilizações feministas têm sido as principais forças nas ruas. Entretanto, essa força ainda tem sido insuficiente para conter a ofensiva de viés fascista, patriarcal e racista que, utilizando de meios legais e ilegais, se aparelharam do governo para aprofundar a opressão e exploração, que, neste

---

<sup>27</sup>Sociedade estamental é uma forma de organização social na qual a sociedade é dividida em grupos sociais separados uns dos outros por privilégios, sendo a estratificação social garantida pelo próprio Estado. [https://pt.wikipedia.org/wiki/Sociedade\\_estamental](https://pt.wikipedia.org/wiki/Sociedade_estamental). Acesso em 01/09/2020.

## *Gênero, sexualidade e identidades*

caso, se faz com muita mais força sobre negros/as, LGBTs, camponeses/as, sem terra, indígenas e trabalhadores/as e sobre as mulheres. Essa ofensiva impõe inúmeros desafios à classe trabalhadora e ao movimento feminista, tanto nas elaborações quanto nas ações que objetivem superar as violências, opressões e a exploração resultante das estratificações sociais da sociedade brasileira, sejam elas de raça, classe e gênero. Diante desses desafios, nos interessa falar sobre a condição feminina nos termos indicados por Teles (1993):

Falar da mulher, em termos de aspiração e projeto, rebeldia e constante busca de transformação, falar de tudo que envolva a condição feminina, não é só uma vontade de ver essa mulher reabilitada no plano econômico, social e cultural. É mais do que isso. É assumir a postura incomoda de se indignar com o fenômeno histórico em que a metade da humanidade se viu milenarmente excluída nas diferentes sociedades no decorrer do tempo (TELES, 1993, p. 9).

O patriarcado e o racismo não são, segundo as reflexões aqui trazidas, apenas de uma ideologia, pois prescindem de uma base material que é justificada pela ideologia. Assim a nossa compreensão é de que as determinações classistas da sociedade no Brasil se fundiram com o patriarcado e o racismo, aperfeiçoando e ampliando as relações de exploração e opressão sobre determinados grupos humanos, sobretudo, o das mulheres.

O modo de capitalista de produção não faz apenas explicitar os fatores que promovem a divisão da sociedade em classes sociais; lança mão da tradição para justificar a marginalização efetiva ou potencial de certos setores da população do sistema produtivo de bens e serviços. Assim é que o sexo, fator de há muito selecionado como fonte de interiorização social da mulher, passa a interferir de modo positivo para a atualização da sociedade competitiva, na constituição das classes sociais (SAFFIOTI, 2013, p. 66).

O patriarcado<sup>28</sup> foi apropriado pelas diversas sociedades classistas, e lhes tem sido funcional, no sentido de favorecer o controle social e exploração de determinados grupos humanos.

---

<sup>28</sup> Os aspectos culturais do modelo patriarcal são construções que remontam à sociedade e ao pensamento Grego, em que se definia uma ordem para a vida na *polis*, ou seja, no espaço público, e outra ordem para a vida na *oikia* (espaço doméstico familiar). No decorrer do desenvolvimento das sociedades, a cultura do patriarcal tem sobrevivido e tem sido apropriada pelas formações econômicas para reforçar as desigualdades, manter a propriedade privada e controle e o controle e

O aparecimento do capitalismo se dá, pois, em condições extremamente adversas à mulher. No processo de individualização inaugurado pelo modo de produção capitalista, ela contaria com uma desvantagem social de dupla dimensão: no nível superestrutural era “tradicional” uma subvalorização das capacidades femininas traduzindo em termos de mitos justificadores da supremacia masculina e portanto da ordem social que a gerara; no plano estrutural, à medida que se desenvolviam as forças produtivas, a mulher vinha sendo progressivamente marginalizadas das funções produtivas, ou seja, periféricamente situada no sistema de produção (SAFFIOTI, 2013, p. 65).

A opressão da mulher e a exploração das capacidades do corpo e do trabalho feminino é estrutural ao sistema capitalista.

A opressão das mulheres foi assimilada pelo capitalismo como forma de diminuir os custos com a reprodução da força de trabalho, aumentar a exploração da classe trabalhadora; manter uma divisão e competição de interesses e privilégio dentro da classe trabalhadora; assegurar mecanismos de assimilação da ideologia burguesa e patriarcal no seio dos oprimidos (...) (GODINHO 2003, p. 34).

Nos estudos de Saffioti (2013), Teles (1993) e Godinho (2003), vemos que não se pode falar de capitalismo fora da sua relação com o patriarcado e das especificidades do seu desenvolvimento. Se tratando das sociedades de origem colonial, como no caso brasileiro, não se pode analisá-la sem considerar a dominação colonial e o racismo dele decorrente. Há singularidades no desenvolvimento do capitalismo em nosso país, conforme estudos de Saffioti (2013) e de Florestan (2008). Os principais aspectos dessas singularidades são as contradições decorrentes do modo de produção capitalista, em que a dependência externa e as heranças do sistema patrimonial e escravagista, são pilares de origem e estruturantes do capitalismo brasileiro. Para esses autores, embora o desenvolvimento do sistema industrial urbano no Brasil tenha uma ordem social classista de viés capitalista, todavia, sobreviveram padrões tradicionalistas de comporta-

---

regulação do trabalho e das capacidades produtivas e reprodutivas das mulheres para aperfeiçoar a exploração de classe.

## *Gênero, sexualidade e identidades*

mentos oriundos do sistema colonial que se fundiram no modelo de capitalismo dependente.

O modo de produção colonial (*plantagem*) durou quase quatro séculos, se mantendo através da exploração do trabalho das mulheres e homens escravizados nas lavouras e nas casas grandes, além do “lucrativo” comércio dos seres humanos. A violência, a exploração e o comércio das escravas foram o principal fator econômico, e também da miscigenação que vai dar origem ao povo brasileiro. No regime de escravização, o controle dos corpos das mulheres se deu através da violência sexual e dos estupros, sobretudo das indígenas e africanas, e com a subordinação da mulher branca que era mantida subjugada ao domínio dos maridos, pais e irmãos.

A implantação da grande empresa colonial se fez com a expropriação das terras dos povos indígenas, e com o emprego do trabalho escravo dos povos africanos dominados e traficados para o Brasil com a finalidade de produzir riquezas para os países colonizadores, justificadas por uma ideologia patriarcal, racista e patrimonialista.

Sabe-se que, em qualquer sociedade, o grupo dominante (definido por raça, sexo, etnia etc.) define e impõe seus valores e sua concepção de mundo: constrói estruturas sociais, estabelece as relações sociais de poder; elabora o conhecimento e desenha os símbolos e a utilização da linguagem. Mas, além disso, tais valores tendem a assumir a categoria de universais, com o que se visibiliza o resto da sociedade (CARRASCO, 2003, p.18).

Na passagem do sistema colonial para o republicano, e do sistema agrário para o urbano industrial, não houve ruptura das estruturas econômicas assentadas na grande lavoura agroexportadora, que permaneceu como o principal setor econômico e com isso, também sobreviveram padrões comportamentos raciais e patriarcais oriundos da escravização.

A transição para o capitalismo no Brasil, não se fez integrando as populações negras ao sistema de “trabalho livre”, isto é, o trabalho assalariado. A opção das oligarquias agrárias foi a substituição dos escravos, pelos trabalhadores migrantes. Tão pouco se rompeu com a dependência externa. O Brasil deixa de ser subordinado à Portugal e passa para a dependência da Inglaterra a nova potência capitalista que emergia neste período. Portanto, na formação da sociedade brasileira, há permanências das opressões e de comportamentos patriarcais e racistas que são de natureza autoritários.

O negro só encontrou alguma oportunidade de transição balanceada ou quando submergia na economia de subsistência através das migrações que se sucederam à Abolição, pois os antigos escravos buscavam as regiões de origem, ou quando permanecia nas áreas que entravam em decadência e em estagnação econômica relativa. O trabalho livre não contou como uma fonte de libertação do homem e da mulher negros: ele os coloca em competição com os imigrantes em condições desiguais (FLORESTAN, 2017, p. 39).

O pressuposto histórico é de que não se pode falar de opressão de gênero e de raça, separado da ordem classista da sociedade contemporânea e das especificidades de cada sociedade. Saffioti (2013) chama nossa atenção para a indissociabilidade de classe, gênero e raça e também para a impossibilidade de separar os problemas locais e cotidianos das relações de dependência e subordinação dos países de capitalismo periférico ao capitalismo imperialista. Em nossa sociedade, as estratificações e os papéis sociais de cada grupo são determinados de acordo com a forma de acesso aos bens e às riquezas produzidas e isso tem sido justificado por uma ideologia onde as diferenças étnicas, de cor da pele, de sexo e classe são utilizadas como parâmetros de valor das capacidades produtivas e reprodutivas. Com isso, a opressão e exploração será sempre maior sobre o grupo humano que se caracteriza por possuir maior expressão das diferenças biológicas classificadas como inferiores.

Os condicionamentos históricos operam na reprodução das opressões e das desigualdades existentes, pois, no Brasil, não houve reparação dos despojos e da violência da dominação colonial contra os povos indígenas e negros. Por outro lado, se manteve no país uma economia dependente do mercado externo tendo por base uma estrutura agrária e agrícola que remonta ao período colonial, centrada na concentração e monopólio da terra e no monocultivo agroexportador.

O modo de organização da produção no Brasil, a partir da colonização, resultou na apropriação da riqueza material e imaterial produzida e distribuída de modo desigual e concentrado, e isso implicou em relações sociais de dominação, opressão e exploração de determinada raça, gênero e classe social, com diferentes formas e intensidade; certamente com uma violência e opressão da mulher muito maior.

Refletir sobre a luta das mulheres e os aportes do feminismo camponês e popular, com vistas à superação das desigualdades históricas é

## *Gênero, sexualidade e identidades*

uma necessidade intrínseca ao sustentável e pleno desenvolvimento societário.

### ***2 O feminismo camponês e popular e as suas contribuições históricas***

As mulheres sozinhas não irão transformar a situação de opressão e exploração. No entanto, sem a liberação das mulheres, não se pode alcançar a emancipação humana. Temos em nosso país toda uma trajetória de lutas camponesas e indígenas e de rebeliões de pessoas escravizadas das quais as mulheres tomaram parte.

Não se pode supor que a luta das mulheres no campo brasileiro seja algo recente. Mesmo que não haja registro na história, as mulheres estavam à frente das lutas do seu tempo e, mesmo não se denominando feministas, elas estavam enfrentando as violências e escrevendo páginas de resistência, criatividade, esperanças e ensinamentos.

É preciso resgatar e aprender com a luta das mulheres pela superação do sistema patriarcal, racista, classista e imperialista que destrói vidas, violenta e desumaniza as pessoas. Por isso, interessa-nos compreender como as mulheres estão enfrentando a violência do capital, legitimada por um Estado patriarcal, autoritário, racista e burguês que estimula a violência armada das multinacionais do agro, hidro e mineral negócio e atuam diretamente na expropriação dos territórios dos povos indígenas, camponeses e dos quilombolas.

As mulheres do campo, através dos seus movimentos, vão estabelecendo um conjunto de lutas contra as opressões e a exploração e se afirmando como feministas. Elas estão construindo o feminismo no campo e trazem junto a luta contra a violência dirigida às mulheres, a luta por novas relações entre homens e mulheres, pelo direito à participação e organização política, sem deixar de lutar contra a privatização das terras, a mercantilização da água e energia, privatização do petróleo e gás, das florestas, da biodiversidade e oxigênio, das sementes e dos alimentos pelas transnacionais que atuam sobre os recursos estratégicos em nosso país, na América Latina e no mundo.

Não foi de imediato que as mulheres das organizações do campo se declarassem feministas. Vários fatores que apresentavam como inibidores da afirmação da identidade feminista. Os principais deles foram a deturpação e

as atribuições pejorativas ao feminismo e os preconceitos religiosos que reforçavam a submissão das mulheres e o controle do corpo feminino com a criminalização da liberdade sexual das mulheres, bem como o baixo nível de organização política no campo, provocado pela destruição das organizações sociais do campo, perseguição e assassinato das lideranças sociais durante o longo período de repressão vivido sob o regime da ditadura militar.

Entretanto, a participação feminina nas lutas no campo vai ganhar um novo impulso no final da ditadura militar, nos anos 1980 com o surgimento do MST. A partir daí surgem também outras organizações camponesas que, juntamente com o MST, irão se articular na Via Campesina (articulação mundial) e na Coordenação Latino Americana de Organizações do Campo (CLOC) que é uma instância de articulação continental<sup>29</sup>. E a partir daqui nos cabe refletir sobre as condições que conduzem as camponesas nas lutas e a necessidade de propor a construção do feminismo camponês e popular. Segundo BATISTA (2017, p.295), citando depoimentos de SEIBERT (13/03/2018)<sup>30</sup>.

“As mulheres camponesas, indígenas e afro-descendentes, no decorrer de sua trajetória vão se dando conta de que existem muitos feminismos, com os quais não se identificavam, entre eles, o feminismo liberal. Nesse sentido era necessário construir uma elaboração que dialogasse com as especificidades das bases do movimento camponês internacional e que fosse profundamente coletiva. Uma construção coletiva própria que apontasse as demandas, lutas e perspectivas dessas mulheres. Um feminismo que falasse de uma nova relação entre seres humanos e natureza, que pudesse desconstruir as relações hierárquicas e patriarcais entre homens e mulheres, que pudesse questionar a sociedade de classes apontando os percalços do trabalho reprodutivo no campo, que pudesse valorizar o trabalho das mulheres na reprodução das sementes crioulas, no reconhecimento das plantas medicinais e da saúde integral, na produção alimentar” (BATISTA 2017, p. 295).

---

<sup>29</sup> CLOC-Via Campesina é uma instância de articulação continental. São 84 organizações, em 18 países da América Latina e do Caribe que constitui uma força social mobilizadora presente em todos os espaços que ofereça propostas alternativas para o continente. A CLOC é parte da Via Campesina Internacional.

<sup>30</sup> SEIBERT, Iridiane Graciele. Feminismo Campesino e Popular: uma propuesta de las campesinas para el mundo. Brasil: MMC, CLOC-VC, 13 de março de 2018. Disponível em: <https://viacampesina.org/es/feminismo-campesino-y-popular-una-propuesta-de-las-campesinas-para-elmundo/>

## *Gênero, sexualidade e identidades*

Segundo Michele Calça (2020), dirigente do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC)<sup>31</sup>, no contexto dos anos 1980, as mulheres do campo não tinham a oportunidade e nem as condições de acesso à literatura feminista e marxista, seja nas universidades ou através das organizações da classe que geralmente eram dirigidas pelos homens. Isso se constituía como desafios a serem enfrentados pelo feminismo. O movimento feminista do campo passa, então, a buscar respostas e propor reflexões para as seguintes indagações: como as mulheres vinham protagonizando a luta feminista, mesmo sem saber o que era o feminismo? Como estavam se organizando, lutando e defendendo os seus territórios? Quais eram as pautas das mulheres do campo? E como avançar no protagonismo feminino nos diferentes espaços de luta no campo? Estas, entre outras indagações, foram feitas pelas organizações de mulheres na busca de avançar no feminismo camponês e popular.

Batista (2019) vai mostrar que a elaboração teórica sobre o feminismo camponês e popular é algo bem recente.

Uma elaboração bastante recente e em processo de construção, mas que em suma prefigura seus fundamentos calcados num feminismo de classe, num feminismo socialista, anticapitalista, que discute e potencializa as particularidades da luta camponesa, negra e indígena sob o horizonte histórico do socialismo (BATISTA, 2019, p. 294).

No decorrer destas lutas as mulheres vão adquirindo experiências, ampliando suas leituras de mundo e reformulando suas formas de organização. Estas experiências vão se dando seja através de movimentos mistos, seja de movimentos autônomos, onde a ação das mulheres vem qualificando o movimento feminista e reposicionando as forças populares na estratégia de luta política.

No âmbito do movimento feminista no campo há uma identidade e interesses comuns de classe que unem, a partir da materialidade das opressões e exploração que as mulheres estão enfrentando contra o agro, o hidro e o mineral negócio e todas as formas de opressões e violências que pesam sobre as mulheres.

---

<sup>31</sup> Michele Calça 2020, *mimeo*, estudo ainda não publicado.

O Feminismo Camponês e Popular, portanto, caracteriza-se por sua identidade de classe, das classes trabalhadoras do campo e que carrega como horizonte estratégico a construção socialista, pois suas demandas são incompatíveis com esta sociedade capitalista (BATISTA, 2019, p. 295).

A construção do feminismo camponês e popular avança na elaboração e na articulação das lutas das mulheres ao identificar as contradições que atingem a vida destas mulheres; as violações e opressões que as ligam em sofrimento e os laços comuns que unem e as mobilizam em lutas, sem que não se perda e nem se negue suas identidades particulares, sejam elas camponesas, assalariadas rurais, indígenas, pescadoras, quilombolas, ribeirinhas, sem terra, entre outros segmentos.

O Feminismo Camponês e Popular acaba sendo uma síntese da trajetória da luta interna das mulheres na CLOC-VC que inicia pela pauta da igualdade de gênero, pela valorização do papel da mulher na luta produção agroecológica, pelo acesso à terra e a créditos, pela participação na tomada das decisões política e econômica de suas próprias organizações e no movimento internacional. Uma formulação que recupera o protagonismo das mulheres na luta de classes no campo. Uma síntese que ainda em construção, mas que se conecta com a construção de um projeto político na perspectiva de emancipação humana (BATISTA, 2019, p.294).

Nos seus estudos sobre o feminismo na via campesina, Batista (2019) afirma que foi a necessidade de qualificar o debate interno sobre a igualdade de gênero e de garantir a participação nos espaços e instâncias dos movimentos do campo, que levou à formulação do que se tem chamado “Feminismo Camponês e Popular”.

A autora destaca dois grandes momentos da Via Campesina Internacional como propícios ao avanço da elaboração do feminismo camponês e popular: um deles foi a Conferência Internacional de Bangalore no ano de 2000 onde ocorre um salto de qualidade organizacional, com uma participação equitativa entre camponeses e camponesas, e que possibilitou decisões importantes na estrutura organizativa como a adoção da paridade de gênero (um homem e uma mulher) nas reuniões internacionais do movimento. O outro grande marco diz respeito à realização da Conferência de Escala Hera em 2017, onde se questiona que para além da opressão do

### *Gênero, sexualidade e identidades*

gênero feminino, há ainda opressão quanto à diversidade de identidade de gênero (Batista, 2019, p.298).

Não foi casual que as formulações sobre o feminismo camponês e popular se dão no amplo espaço de articulação dos movimentos camponeses como a Coordenação Latina América de Organizações Camponesas (CLOC) e a Via Campesina, espaços de articulação das lutas camponesas ao nível internacional, pois, estas formulações são apenas a apreensão das muitas lutas que já vêm se dando no campo, no continente, nas quais as mulheres têm sido grandes protagonistas. Também é fruto de toda uma análise da ofensiva mundial do capital sobre o meio ambiente, a natureza e a vida das pessoas no campo. Contradições já há muito enfrentadas pelos povos do campo na América Latina. Entretanto, a elaboração do feminismo camponês e popular vai possibilitar articulações para lograr organizações de impulso à luta feminista e às mobilizações das mulheres camponesas latino-americanas.

Entre as decisões que são reiteradas e aprofundadas nas conferências internacionais que se seguiram uma delas teve grande importância na reestruturação da força organizativa dos movimentos e na participação política das mulheres, qual seja, a exigência da representação igualitária entre homens e mulheres na representação junto à CLOC. Essa decisão tenciona para que os movimentos adotassem essa deliberação também nas suas próprias instâncias organizativas.

Os compromissos e bandeiras assumidas pela CLOC inclui a luta pelos direitos das mulheres, o combate às violências e ao feminicídio; a defesa dos territórios campesinos; a soberania das mulheres sobre os seus corpos, a soberania alimentar e a valorização do trabalho das camponesas; com vistas à construção de novas relações sociais de gênero, classe e etnias. Esse compromisso vem impulsionando novas lutas e resultando em aprendizados e sínteses extraídos destas experiências. A formulação é de que o patriarcado, capitalismo, racismo e colonialismo são constitutivos dos conflitos no campo, revelando as contradições e os embates enfrentados pelas mulheres no que diz respeito à questão as violências contra as mulheres e os povos do campo. O feminismo camponês e popular também tem avançado na defesa dos direitos das populações LGBT, demarcando posições políticas do feminismo no campo e reposicionando os movimentos e suas lutas.

O feminismo camponês e popular reafirma a luta política das mulheres e traz junto dessa luta as bases materiais para o uso da terra e as

formas de organização da produção e gestão do trabalho no campo, em que se inclui a esfera doméstica e as atividades de reprodução da vida através ações concretas e do trabalho, seja nas lavouras, no lar, e demais espaços de trabalho e da vida em geral. Há singularidades na forma de vida e no trabalho feminino no campo; essas variam de acordo ao uso e propriedade da terra e as suas formas de acesso, pois pode ser por mulheres sem-terra, assentadas, trabalhadoras rurais, camponesas, indígenas, quilombolas, ribeirinhas, trabalhadoras na mineração, entre outras estratificações sociais.

A principal forma de trabalho das mulheres é a produção de alimentos na lavoura e também no espaço doméstico, esses trabalhos mantêm relação com a agroecologia, a defesa do território, a defesa da soberania alimentar e o direito a uma alimentação saudável. Coube às mulheres do campo, no âmbito do movimento camponês internacional, o protagonismo no debate da soberania alimentar, o enfrentamento aos transgênicos e defesa das sementes como patrimônio da humanidade. Tudo vem avançando na agroecologia e na produção de alimentos saudáveis, trazendo junto a luta pela reforma agrária, a defesa dos territórios, das águas e das florestas e a defesa da vida, apontando para a construção de novas sociabilidades, novos valores e novo projeto de campo e de sociedade.

Veja depoimento de Itelvina Massioli, dirigente do MST Brasil, falando da amplitude das lutas feministas no campo, conforme citado por Batista (2019, p. 297):

E desde a Via Campesina temos discutido que o feminismo é para nós toda uma luta política não só da emancipação das mulheres, como de emancipação humana. As mulheres, somos parte histórica da luta em defesa da vida, em defesa do campo, na construção da Via Campesina, e ser feminista não é apenas algo restringido às mulheres. As mulheres e os homens revolucionários, comprometidos com um processo de liberação têm que se afirmar na sua prática, na sua vida, ser feminista. De modo que somos arquitetas também de nosso destino, do povo do campo e de construir um mundo sem violência. Um mundo de respeito, um mundo onde todos, homens e mulheres, possamos nos desenvolver plenamente com todas nossas possibilidades humanas.

Sem negar que ocorra uma sobrecarga e responsabilidade feminina sobre os trabalhos domésticos, devido às particularidades do trabalho das

### *Gênero, sexualidade e identidades*

mulheres no campo, o feminismo camponês e popular tem um olhar próprio sobre esse trabalho. O trabalho doméstico no campo se diferencia do trabalho doméstico nas cidades. Ele tem a ver com a cultura alimentar e a renda familiar, com a soberania alimentar, a produção e consumo de alimentos saudáveis, com a defesa agroecologia e o combate ao uso do agrotóxico; tem a ver com a forma de organização do trabalho, uso e propriedade da terra.

E que de alguma maneira está relacionado à manutenção da família no que diz respeito à produção de alimentos, ao cuidado com a saúde, com os filhos, com os anciãos, e com a vida doméstica. Neste caso, na divisão sexual do trabalho no campo, o homem está sempre à frente do trabalho produtivo para a comercialização, e no controle das finanças da unidade familiar. Isso não significa que a mulher também não realize o trabalho produtivo, mas são consideradas apenas ajudantes. O debate que se encontra em efervescência é que o trabalho reprodutivo neste caso também é trabalho produtivo e gera riqueza, mas que numa sociedade capitalista encontra-se subsumido a tal (BATISTA, 2019, p. 295).

No campo, o trabalho doméstico é de grande importância na geração de renda, no entanto, segue sendo desvalorizado. As mulheres produzem alimentos tanto para o consumo quanto para a venda. Produzem doces, compotas de frutas e de verduras, além de outros produtos que são vendidos nas feiras livres para ampliar a renda familiar. A crítica que o feminismo camponês e popular faz sobre isso é que, apesar de tão relevante, mesmo assim o trabalho e a produção doméstica segue sendo ainda mais desvalorizada, quando feito pelas camponesas.

A produção de alimentos realizada pelos camponeses e camponesas é desvalorizada no mercado capitalista. Isso implica no baixo preço dos produtos e da baixa renda obtida pelos camponeses e camponesas pelos frutos do seu trabalho. No caso do trabalho doméstico, soma-se a isso a desvalorização do trabalho feminino. Por isso não basta que os trabalhos das mulheres do campo sejam considerados produtivos, pois a desvalorização da mão de obra no campo, se expressa nos baixos preços dos alimentos e isso também atua para reduzir o valor dos salários pagos a classe trabalhadora, sendo, portanto, um dos fatores que garante as altas taxas de lucros dos capitalistas. Por isso, vimos quão necessárias são as elaborações do Feminismo Camponês Popular que surge com a CLOC, ao lançar um olhar sobre as especificidades do trabalho e sobre luta das mulheres no campo,

contudo, não despreza as contribuições gerais do movimento feminista, todavia trazia à baila as lacunas apresentadas pelas correntes feministas que no entender das mulheres dos movimentos camponeses se distanciavam da realidade das mulheres do campo, suas pautas e lutas.

Não se pode negar que existem lacunas e desafios que se apresentavam tanto do ponto de vista da elaboração, quanto das lutas e ações práticas do feminismo em nosso continente. No feminismo que vem se constituindo a partir da luta das mulheres do campo, as lacunas estão sendo encaradas como elementos potenciais de uma formulação por parte das camponesas para quem a luta feminista mistura de certa forma as diversas lutas contra as opressões e explorações. Assim, a compreensão a que se chega é a de que o feminismo camponês e popular é uma apreensão de uma prática real, conduzida pelas mulheres no campo, é também um movimento político, que envolve as mulheres na luta para superar as opressões, violências e explorações que atravessam suas vidas.

Na perspectiva do feminismo camponês e popular é necessário articular a luta das mulheres no campo partir dois aspectos integrados: a luta para transformar as condições de produção e reprodução da existência, pois a produção capitalista no campo, se faz com a expropriação dos povos do campo e a exploração do trabalho onde apropriação dos resultados e da riqueza produzida e distribuída de modo desigual e concentrado, incorrem em relações sociais de opressão e super exploração das atividades produtivas e reprodutivas das mulheres; e a luta para suplantar a ideologia do patriarcado alterando as estruturas e instituições que conformam as classes sociais, a ordem racial, sexista e o sistema político, desde o micro ao macro espaço da sociedade.

Na estratégia do feminismo camponês e popular se faz necessária a luta cotidiana por transformações desde o micro e o macro espaços de vida. Tais transformações devem implicar em mudanças qualitativas que reorientem os valores pelos quais a sociedade se pauta e projetem novas relações solidárias entre homens e mulheres, entre etnias e nações. Neste mesmo sentido, compreende-se que os desafios do movimento feminista é estabelecer os vínculos com a realidade local e social que vivem estas mulheres, enfrentando os seus problemas sejam econômicos, familiares, sociais buscando saídas coletivas e, ao mesmo tempo realizando a propagação

### *Gênero, sexualidade e identidades*

das ideias e da literatura, feministas e do projeto popular de nação buscando elevar as consciências e impulsionar as lutas por transformações.

O feminismo camponês e popular estabelece nexos entre as situações enfrentadas pelas mulheres nos diferentes espaços em que elas atuam para criar as condições de existência. Ele incorpora os aprendizados das experiências das lutas das mulheres enquanto um fator pedagógico que contribui para elevar as consciências, enquanto arma de combate às violências, favorecendo à construção de uma nova cultura política.

Para as mulheres do campo, a sua libertação das opressões e exploração, está relacionada com a libertação da terra. O acesso à terra é o que garante às mulheres a condição de produzir alimentos e a auto sustentação econômica e isso é o que rompe em muitos aspectos a condição de opressão e de exploração do trabalho na lavoura e com o lugar da mulher como completamente dependente e subordinada à vontade do pai/marido /irmão/filho.

A violência estrutural que resulta na expropriação dos territórios dos povos do campo tem sido legitimada pelo Estado patriarcal, racista e burguês. Para se ter um exemplo da intensa concentração de terras no Brasil, basta considerar que até a década de 1960 a população do campo era bem superior à população urbana. Nesta década, a reforma agrária estava no centro das lutas por um projeto socialmente justo de país. Entretanto, as classes dominantes, com os militares, instituíram um golpe de Estado em 1964 e destruíram e inviabilizaram as possibilidades da democratização do uso da terra no Brasil.

A participação organizada das mulheres camponesas, como movimento político na zona rural brasileira, começou na década de 1950, com maior organicidade na década de 1960, a partir da Constituição das Ligas Camponesas. Todavia o golpe militar de 1964 no Brasil, impossibilitou o avanço dessas lutas e as principais lideranças foram assassinadas ou perseguidas. Cabe lembrar a trajetória de Elizabeth Teixeira e de sua família, na qual dois dos seus filhos e o marido foram assassinados pelo latifúndio e a filha mais velha se suicidou em decorrência da depressão motivada pelo assassinato do pai. Elizabeth também foi presa e perseguida pela ditadura, por isso teve que fugir da Paraíba para o Rio grande do Norte onde adotou o nome falso de Marta Maria da Costa, e permaneceu escondida, lavando roupa

e lecionando para sobreviver, e impedida de qualquer contato com os seus filhos e família por 17 anos.

Sem alternativa de vida e trabalho no campo durante os largos períodos da ditadura militar no Brasil, os povos do campo se viram forçados à migração para escapar da violência dos latifundiários e do coronelismo, ou da fome e do abandono social. Somente nos finais dos anos setenta, tanto na cidade como do campo, começam a ressurgir na cena da luta política a rearticulação dos trabalhadores. Vai ser nesse período que as famílias sem terras, apoiadas na teologia da libertação iniciam um processo de resistência nos seus territórios e passam a realizar as ocupações de terra. Essas resistências irão possibilitar a fundação do MST, em 1984. Com o reascenso da luta pela terra e pela reforma agrária. Com o surgimento do MST as famílias sem-terra e, principalmente, as mulheres irão decisivamente participar das ocupações de terra.

A ocupação é um acontecimento marcante na experiência de homens e mulheres assentados, porque é o momento da decisão de entrar na luta e se constitui no primeiro enfrentamento com as forças contrárias. Dependendo da motivação para entrarem nesse processo e do grau de envolvimento dos membros da família, essa fase poderá influir, com peso maior ou menor, no desenvolvimento das seguintes (PAVAN, 1998, p. 7).

Uma das primeiras lutas das mulheres do campo foi pelo reconhecimento como trabalhadoras rurais, pois elas estavam completamente invisíveis, e alijadas da posse da terra, do direito à educação e saúde, aos direitos previdenciários e trabalhistas e até mesmo ao direito de participação política nos sindicatos. Até 1996, não havia na legislação do INCRA, o reconhecimento do direito de as mulheres receberem lotes na implantação dos assentamentos, superando a condição de dependência em relação a pais ou irmãos. Muitas famílias que ocupavam as terras eram constituídas por mulheres viúvas, solteiras e separadas, isso exigia o reconhecimento delas como beneficiárias da Reforma Agrária. Neste ano é registrada a primeira grande vitória das mulheres; o direito até então negado: o de ser titular da terra. O que significa ter o título da terra no seu próprio nome.

As lutas das mulheres por direitos se estenderam da década de 1980 ao início dos anos de 1990 e foram de grande importância para o

### *Gênero, sexualidade e identidades*

reconhecimento e visibilidade da mulher trabalhadora do campo, até então, invisíveis até mesmo nos censos nacionais. Essas lutas envolveram o conjunto das articulações das mulheres do campo ligadas aos movimentos de luta pela terra e aos movimentos sindicais das trabalhadoras do campo, pois, muitas dessas mulheres nem sequer possuíam registro de nascimento, nem sequer sabiam ler e escrever. Além da falta de estrutura social no campo, o machismo era um dos principais obstáculos que dificultava a alfabetização das mulheres. Junto à luta pela terra, as mulheres também estavam lutando contra o machismo e pelo direito à documentação e à alfabetização. No MST, houve uma intensa campanha nos assentamentos e acampamentos para erradicar o analfabetismo em todos os seus territórios, e isso foi um grande ganho das mulheres.

Durante o governo Fernando Henrique Cardoso na década de 1990, a falta de políticas para a pequena agricultura, combinada com os baixos preços da produção camponesa, contribuiu para a perda das terras para os bancos em função de dívidas. Neste período, cerca de 450 mil pequenas propriedades, com áreas inferiores a 10 hectares, desapareceram. Também foi durante esse governo que ocorreu a grande ofensiva contra os movimentos do campo, com o aumento dos assassinatos dos trabalhadores. Cabe lembrar os dois maiores massacres de trabalhadores sem terra na história do país, o de Corumbiara em 1985 em Rondônia e o Massacre de Eldorado dos Carajás em 1986 no Estado do Para, fatos que provocaram o maior levante do campo, como foi a Marcha dos Sem Terra a Brasília, realizada de fevereiro a abril de 1997 a qual mobilizou cerca de cem mil pessoas. Portanto, é no final dos anos noventa que surgem, na cena política, as grandes mobilizações realizadas pelos movimentos do campo, que também abrem caminho para as grandes mobilizações de trabalhadoras rurais.

Em março de 2000, coordenadas pela Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais (ANMTR) e pelo MST, quando 3.600 mulheres de 26 estados montaram em Brasília o primeiro acampamento de mulheres rurais. A principal pauta do movimento era a reforma agrária e o assentamento das famílias Sem Terra. Em agosto desse mesmo ano, também ocorre a marcha da margarida, coordenada pela Comissão de Mulheres da Confederação Nacional de Trabalhadores (as) da Agricultura (CONTAG), em parceria com as organizações autônomas de mulheres do campo, e o Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste -MMTR-NE,

que mobilizou cerca de 20 mil mulheres. Segundo Deere (2004, p. 193), a reivindicação do título de propriedade conjunta da terra para casais nos assentamentos de reforma agrária apareceu como prioritária.

A partir de meados dos anos noventa, com a expansão do monocultivo e o modelo de produção do agronegócio isso irá exigir novas formas de lutas das mulheres e dos movimentos populares do campo. Nesta conjuntura, a concentração de terras não diminuiu e os latifundiários continuaram com uma força ainda maior, mas o que eles representavam nesse momento é o agronegócio, principal força contrária à reforma agrária e defensora da concentração de terra e da monocultura. Neste período em curso no país, há a aprovação das leis para a liberação da manipulação genética, o cultivo, da comercialização e consumo de sementes e produtos geneticamente modificados e o uso dos agrotóxicos. Também há a aprovação de leis que favoreçam a concentração de terras, destruição da biodiversidade e o desmatamento. Essas propostas estão articuladas também ao projeto implantação da ALCA, área de livre comércio das Américas. Essas políticas são recusadas pelos movimentos do campo.

O agronegócio envolve grandes empresas agrícolas nacionais e estrangeiras e é um modelo de produção agrícola, que se apoia na grande concentração de terras, de recursos e tecnologias e, ao mesmo tempo, difunde no campo um padrão produtivo baseado no monocultivo, e com alto uso de agrotóxicos. Ele está voltado para a agricultura de exportação e para o mercado externo e tem sido responsável pelo aumento da dependência da agricultura brasileira às empresas transnacionais e às tecnologias estrangeiras.

A luta contra o modelo do agronegócio e a luta pela democratização do uso da terra e dos recursos naturais têm, podemos assim dizer, a marca do protagonismo das mulheres do campo. As mulheres seguem denunciando os crimes do latifúndio e do agronegócio e combatendo as desigualdades e violências históricas no campo, bem como propondo a democratização da terra e novas formas de produção e vida no campo com base na agroecologia e na construção da soberania alimentar.

Visando resistir e assegurar a sobrevivência, os movimentos do campo assumem a luta contra o modelo da agricultura capitalista que se expande no país, e propõem um novo projeto de agricultura com base na

## *Gênero, sexualidade e identidades*

democratização da terra, na diversificação da produção e na defesa de uma agricultura orgânica. Dentro dessas propostas, o coletivo de mulheres do MST assume a luta contra os transgênicos e elabora uma cartilha orientando toda a base feminina e o conjunto das organizações do campo a se lançarem na luta contra o monopólio do conhecimento através do uso da biogenética, contra os transgênicos e a favor das sementes como patrimônio da humanidade, conforme podemos ver no documento a seguir:

(...) as mulheres observaram nas sementes das frutas, que utilizavam para se alimentar, a formação de outra planta, garantindo a continuidade da espécie, perceberam que nelas existia vida. Ao longo do tempo foram realizando um processo de reproduzir as sementes, aperfeiçoando, multiplicando, guardando e passando para as gerações futuras, dessa forma desenvolvendo um conhecimento milenar num processo de partilha que lhes garantia o aumento da diversidade genética. Criando costumes, rituais, crenças, mística, religiosidade, receitas, conhecimentos numa relação harmônica e de respeito com a natureza. As mulheres foram às primeiras cientistas empíricas (MST cartilha Mulheres Sem Terra semeando lutas e novas relações de gênero –2004, p. 26).

A campanha das sementes deve ser permanente, é uma ferramenta para combater e resistir o modelo tecnológico que ameaça a vida e garantir a soberania. É um instrumento contra a propriedade intelectual onde as empresas se apropriam das pesquisas públicas e criam leis de patentes tirando do povo a possibilidade de melhorar seus conhecimentos e de passar para gerações e usar as que já conhece (Idem,2004, p 28).

A partir do ano 2000, as mobilizações das mulheres se intensificam. Esta década vai ser marcada pelas ocupações de terra impulsionadas por mulheres. Um marco destas ações foi a ocupação da Aracruz Celulose no Rio Grande do Sul, no dia 8 de março de 2006, por 2 mil mulheres da Via Campesina. As mulheres com essa ocupação demarcam a posição contra o agronegócio e a monoculturas do eucalipto, que nomeiam de ‘desertos verdes’. Depois da ocupação, as manifestantes fizeram uma marcha e entregaram à Conferência da FAO um documento de reivindicações.

A partir dos aprendizados extraídos das próprias experiências, as mulheres irão construir espaços próprios que possibilitarão uma participação mais qualificada nos seus movimentos. Ao deparar com as dificuldades, elas vão tomando consciência da opressão. Essa consciência será impulsionada também a partir dos contatos que vão estabelecendo com outras organizações de mulheres e alguns intelectuais feministas. Assim, outra importante

dimensão do feminismo camponês e popular, que merece ser destacada, é sua contribuição nos aspectos organizativos e comunitários da vida no campo e a importância dessas formas de sociabilidades na vida das mulheres. As novas formas de organização comunitária possibilitam novas vivências, ampliando os conhecimentos, alargando horizontes e fortalecendo novas formas de relações entre as pessoas.

As mulheres estão a construir espaços de maior liberdade, autonomia e reconhecimento político e familiar. A organicidade nos núcleos de base, coletivos de mulheres, setor de gênero, coletivo LGBT, e diversas formas outras de organização comunitária fortalecem a organização dos movimentos populares e a participação feminina.

O feminismo camponês e popular tem buscado politizar mulheres e homens sobre as tarefas relativas aos cuidados e à necessidade de repensar as formas de divisão do trabalho quer sejam na comunidade, quer sejam nas cooperativas e associações, e no ambiente doméstico, ao mesmo tempo que compreende o trabalho doméstico. Um exemplo disso foi a politização do debate sobre a infância no MST, que nasce da discussão sobre a integração das mulheres nas atividades das cooperativas e a necessidade dos cuidados às crianças. Essa discussão leva o MST avançar para pensar o que é a infância sem terra, o papel da família, do homem e da mulher, da escola, do movimento, da sociedade e do Estado no trato das crianças.

É a partir da ação concreta que o feminismo camponês e popular vai criando métodos organizativos e fortalecendo os vínculos entre as mulheres, contribuindo para o avanço das lutas, sem desvincular a luta do campo da luta do conjunto da classe trabalhadora brasileira. É sobre esse prisma que devemos olhar as perspectivas das lutas feministas no campo, ao articular a luta pela terra e a reforma agrária à luta pela soberania alimentar e a luta contra o domínio do corpo e a exploração do trabalho das mulheres.

O feminismo camponês e popular estabelece vínculos entre teoria e prática. Ele parte da realidade em que vivem as mulheres, buscando saídas coletivas para os problemas que elas estão enfrentando e, ao mesmo tempo em que vão formulando a literatura feminista, buscam qualificar as lutas populares e elevar as consciências das mulheres e dos homens das classes oprimidas e exploradas. Ele busca fortalecer os espaços de participação, representação coletiva e participação direta das mulheres, sem deixar de

### *Gênero, sexualidade e identidades*

combater e problematizar as contradições e tensões que estão se dando no âmbito social, econômico e político que subjuga, desvaloriza, oprime e exclui as mulheres.

A luta das mulheres e ação do movimento feminista é uma das maiores armas do combate à ofensiva do capital sobre a vida das pessoas e sobre a natureza e para combater a violência estrutural que se pauta em um ideário conservador, de cunho fascistizante, patriarcal e classista, que alimentar a exploração, o racismo, a violência contra as mulheres e o feminicídio.

*É esperançoso constatar que as mulheres do campo seguem se auto-organizar e lutar pelo direito à participação política, à autonomia das mulheres sobre seu trabalho, sua produção e seus corpos, fortalecendo a organização popular e o feminismo, seja através dos movimentos mistos, seja através de movimentos de mulheres auto-organizadas. Também é de grandiosa importância a dimensão política e organizativa das mobilizações do movimento feminista na articulação das diversas forças a nível nacional e internacional para enfrentar a ofensiva desse modo de produção patriarcal, racista, sexista e neocolonialista, que provoca destruições e mortes e que está impondo uma crise global de graves consequências para a civilização humana.*

### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ARAUJO, Djacira Maria de Oliveira. *A pedagogia do Movimento Sem Terra e Relações de Gênero: incidências, contradições e perspectivas em movimento*. Dissertação Salvador: UFBA, 2011.

BATISTA, Andrea Francine. *Movimento camponês e consciência de classe: a práxis organizativa da Via Campesina Internacional na América Latina / tese de doutorado*. Rio de Janeiro, 2019.

CARRASCO, Cristina. A sustentabilidade da vida humana: Um assunto de Mulheres? In: FARIA N., NOBRE M. (Orgs.). *A produção do viver*. Cadernos Sempreviva, nº 8 – pp. 11-43 São Paulo, 2003.

DEERE, Carmen Diana. Os direitos da mulher à terra e os movimentos sociais rurais na reforma agrária brasileira. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, 12(1): p. 175-204, janeiro-abril/2004.

ENGELS, Friedrich. *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*. Rio de Janeiro: Editora - Bertrand, 2000.

GODINHO, Tatau: O feminismo e a luta dos trabalhadores. In: *Construindo Novas Relações de Gênero – desafiando relações de poder: Setor Nacional de Gênero – MST*, julho de 2003.

MARX, ENGELS, LÊNIN. *Práxis: sobre a mulher*. São Paulo: Global, 1980.

PAVAN, Dulcinéia. *As Marias Sem Terras – Trajetória e Experiências de Vida de Mulheres Assentadas em Promissão/SP – 1985 a 1986*. São Paulo: PUC, 1998.

RANDALL, Margaret. *As Mulheres da Nicarágua - Estamos todas despertas*. São Paulo: Ed. Global, 1982.

SAFFIOTI, Heleieth Iara. *A mulher na Sociedade de Classes Mito e Realidade*. 3ª Edição, São Paulo, Expressão Popular, 2013

SILVEIRA, Gema. *Por uma memória de inclusão da Mulher*. São Paulo: 2004. mimeo.

TELES, Maria Amélia de Almeida. *Breve história do Feminismo no Brasil*, São Paulo: Brasiliense, 1993.

## **COLETIVO MULHERES INSUBMISSAS: AÇÕES EDUCACIONAIS E POLÍTICAS EM TEMPOS DE PANDEMIA DA COVID-19**

*Helânia Thomazine Porto (UNEB)<sup>32</sup>*

*Ana Carolina Porto Veronez (UFES)<sup>33</sup>*

### **RESUMO**

O propósito deste artigo é descrever e analisar as ações políticas e educativas realizadas pelo Coletivo *Mulheres Insubmissas* no contexto digital, apreendendo as concepções de feminismo presentes em narrativas de conferencistas e de mediadoras em quatro eventos, realizados entre o período de março de 2020 a outubro de 2020, a partir das indagações: como as *Insubmissas* reivindicam o lugar da mulher em suas atividades educativas? Na construção de suas proposições, que feminismo tem sido pensado e construído? As análises das narrativas das conferencistas e mediadoras de nove web conferências acerca do(s) feminismo(s) foram realizadas pela adoção da semiologia e da etnografia virtual, por uma abordagem qualitativa, visto que as subjetividades presentes nas narrativas também foram levadas em consideração. As reflexões postas nesse artigo ainda são embrionárias quanto à questão do feminismo como epistemologia na Universidade do Estado da Bahia, entretanto não se pode negar que as ações empreendidas e analisadas têm potencial de mobilizar conceitos acerca de identidade/alteridade e gênero. Dessa forma, as vivências do Coletivo, que foram analisadas, revelam que as mulheres engendram diferentes estratégias e táticas para circular e driblar as adversidades do machismo estrutural, colocando-se em posições políticas e em resistência ao sistema patriarcal.

### **Palavras-chave:**

Coletivo de Mulheres. Mulheres Insubmissas.  
Feminismos. Narrativas Femininas.

---

<sup>32</sup> Professora e pesquisadora da Universidade do Estado da Bahia - UNEB, no Departamento de Educação - Campus X. Doutora em Ciência da Comunicação: processos midiáticos, pela UNISINOS - RS. Membro do Grupo de Estudos Interdisciplinares em Cultura, Educação e Linguagens - GEICEL (CNPq/CAPES/UNEB), do Grupo de Pesquisa Processos Comunicacionais: epistemologia, midiaticização, mediações e recepção - PROCESSOCOM (CNPq/CAPES/UNISINOS) e da Rede AMLAT (América Latina: Comunicação, cidadania, educação e integração latino-americana) E-mail: hthomazine@hotmail.com.

<sup>33</sup> Estudante do curso de Agronomia da Universidade Federal do Espírito do Santo, Campus Alegre (E.S.). Membro do Coletivo Mulheres Insubmissas: *feminismos e ações afirmativas no Departamento de Educação da UNEB - Campus X.* E-mail: anacarolinaportoveronez@gmail.com

## ABSTRACT

The purpose of this article is to describe and analyze the political and educational actions carried out by the Coletivo Mulheres Insubmissas in the digital context, apprehending the conceptions of feminisms present in narratives of lecturers and mediators in four events, held between the period of March 2020 to October of 2020, based on the questions: how do Insubmissas claim the place of women in their educational activities? In the construction of your propositions, what feminism has been thought and constructed? The analysis of the narratives of the lecturers and mediators of nine web conferences about feminism (s) were carried out through the adoption of semiology and virtual ethnography, through a qualitative approach, since the subjectivities present in the narratives were also taken into account. The reflections put in this article are still embryonic regarding the issue of feminism as an epistemology at the State University of Bahia, however we cannot deny that the actions undertaken and analyzed have the potential to mobilize concepts about identity / otherness and gender, thus, the experiences from the Collective that were analyzed reveal that women devise different strategies and tactics to circulate and circumvent the adversities of structural machismo, placing themselves in political positions and in resistance to the patriarchal system.

### Key words:

Women's Collective. Insubmissive Women.  
Feminisms. Female Narratives.

## ***1 Introdução***

O propósito deste artigo é descrever e analisar as ações políticas e educativas realizadas pelo Coletivo *Mulheres Insubmissas* no contexto digital, apreendendo as concepções de feminismo presentes em narrativas de conferencistas e de mediadoras em quatro eventos, realizados entre o período de março de 2020 a outubro de 2020. O grupo social sujeito desse artigo é constituído por 50 mulheres feministas, essas acreditam e lutam pela desconstrução do pensamento heteronormativo e do machismo estrutural, e ao entenderem que o feminismo pode ser construído e defendido de diferentes formas, utilizam o substantivo feminismo no plural, em consideração à multiplicidade dos movimentos feministas e das mulheres que os compõem.

O coletivo *Mulheres Insubmissas* vincula-se ao projeto de extensão *Mulheres Insubmissas: feminismos e ações afirmativas* no Departamento de Educação da UNEB - Campus X, que se organiza como uma práxis de

## *Gênero, sexualidade e identidades*

enfrentamento ao machismo estrutural e ao racismo, na defesa radical de que as mulheres são seres humanos, portanto merecem respeito, dignidade e direitos. Nesse sentido, buscamos apresentar e interpretar os pensamentos e ações das mulheres feministas que participam do projeto, atentando-se para as formas como refutam as estruturas sociais fundamentadas no patriarcado, a partir de algumas indagações: como as *Insubmissas* reivindicam o lugar da mulher em suas atividades educativas? Na construção de suas proposições, que feminismo tem sido pensado e construído?

O método de investigação se deu pela adoção da semiologia, procurando trazer os pensamentos de conferencistas e mediadoras de nove *web* conferências acerca do(s) feminismo(s), portanto as análises se deram por uma abordagem qualitativa, visto que as subjetividades presentes nos pontos de vista de cada conferencista foram levadas em consideração. Nesse sentido, o procedimento metodológico adotado direcionou a leituras críticas das interlocuções que se derem entres os sujeitos comunicativos em suas enunciações, estas últimas como respostas *sócio-históricas e culturais* (BAKHTIN, 2003).

A metodologia adotada possibilitou a descrição e análise de nove *web* conferências, referentes aos quatro eventos: *Círculos de Debates Quem tem medo do feminismo negro?*, *I Fórum Nacional Julho das Pretas: lutas, resistências e protagonismos de Mulheres Negras*, *Visibilizando Mulheres Lésbicas: encruzilhadas entre a academia e a militância*, e *I Udxêre'xó Ūpâp jokana Txihihãny /I Encontro de Mulheres Indígenas*, ocorridos entre o período de março de 2020 a outubro de 2020. Esses seminários foram estruturados em módulos aglutinando, assim, um conjunto de conteúdos e de procedimentos didáticos, que invocaram reflexões coletivas e debates estimulados pelas pesquisas e ações extensionistas apresentadas entre as fronteiras da academia e das militâncias.

Em decorrência da pandemia Covid-19, as ações que eram realizadas presencialmente tiveram se redimensionadas por meio da utilização de canais alternativos de comunicação e de informação, como do *Programa Uirapuru a Voz do Campus X* apresentado na Rádio Câmara 90,9 FM, do perfil *Mulheres Insubmissas* do Youtube e do Instagram, buscando, nesses *locus*, a socialização de saberes e de integração de seus membros, contribuindo, em certa medida, para a diminuição dos impactos da crise sanitária na vida de mulheres e de seus familiares. O sentido de feminismo

apreendido dessas narrativas se deu também das dialéticas com teorias que tratam sobre feminismos e suas interfaces com as questões étnico-raciais e identitárias. Desse modo, nas análises das ações políticas e educacionais do coletivo *Mulheres Insubmissas* buscou-se aproximações com a operação semântica do termo *insubmissas*, deste como um *legisigno* que sugere a negação da imposição da soberania do patriarcado e seus desdobramentos.

Sabe-se que a dominação arbitrária masculina no interior da esfera familiar se revela de diferentes formas, como da obrigatoriedade de as mulheres atenderem as expectativas masculinas, independentemente das circunstâncias e de suas próprias vontades. A violência contra mulheres e a impunidade, como legítima defesa da honra masculina, consistem em outra indicação de relações patriarcais; e, na linguagem, no campo simbólico onde circulam informação, há também relações de poder. Portanto, busca-se nos discursos das conferencistas revelar como as relações de poder, presentes na sociedade patriarcal, são denunciadas nos discursos das conferencistas.

A idealização e implantação do coletivo *Mulheres Insubmissas* tem funcionado como uma *escola feminista*, à medida que vem buscando a construção de um feminismo descolonial, focado em políticas educacionais para mulheres, priorizando as experiências e saberes de todas. Logo, as enunciações das conferencistas apreciadas como uma resposta ao *status quo*, serão lidas como enunciações uma vez que são narrativas constituídas de autoria, com endereçamento - leitor imediato e aos possíveis leitores das *webs* conferências e de circularidade de informações em espaço público;

Se o discurso é dirigido a outros/as, pode-se pensar também que as definições de feminismo estão fundamentadas em diferentes paradigmas de grupos histórico-sociais, que indiretamente influenciam a práxis das *Mulheres Insubmissas*, conforme explicita Maria da Glória Gohn (2011), as concepções são tensionadas por três fatores fundamentais: (1) mudança de organização civil, no que se refere a seu conteúdo, suas práticas, formas de organização e bases sociais, (2) mudanças nos paradigmas de análise dos pesquisadores, e (3) mudanças na estrutura econômica e nas políticas estatais. Nesse sentido, investiga-se como as *Mulheres Insubmissas* inseridas na atmosfera e nas múltiplas relações e dimensões da *interação socioideológica* no contexto digital (FARACO, 2009) constituem-se discursivamente como feministas. Para o estabelecimento de dialéticas teóricas com as experiências

dessas mulheres convoca-se Sojourner Truth, Barbara Smith, Djamilia Ribeiro, bell hooks, Conceição Evaristo, Joana Burigo e Juliete Paredes.

## ***2 O projeto de extensão Mulheres Insubmissas e suas proposições***

O projeto de extensão Mulheres Insubmissas busca avançar em três frentes de ações, por meio da articulação do ensino com a pesquisa e a extensão, assim registrado: feminismos como uma epistemologia convergente e interdisciplinar; práticas educativas institucionalizadas em prol de mulheres e por meio de ações culturais que promovam reflexões profundas e sensíveis acerca das condições das mulheres universitárias, do feminismo na academia.

Feminismo(s) como epistemologia(s) privilegia o reconhecimento da pluralidade e complexidade do mundo, percebendo as diferenças como amálgamas, sem tentar reduzi-las a algum referencial. Tanto o ensino quanto a pesquisa devem dialogar com essas diversidades, sendo a questão de gênero o tema central para se questionar as formas de construção social, cultural e linguística implicadas nos processos que diferenciam mulheres de homens, incluindo nesses, aqueles que produzem seus corpos, distinguindo-os e nomeando-os como corpos dotados de sexo, sexualidade, gênero e identidades. Quanto às intervenções, busca-se a implementação de políticas afirmativas em prol de universitárias e egressas, por meio da promoção de encontros, formações/estudos acerca do feminismo, gênero, sexualidade, identidades e de políticas públicas de inclusão e permanência de mulheres na universidade.

O projeto *Mulheres Insubmissas* almeja exercitar a imaginação e ampliar as perspectivas, capacitando cada mulher na construção de uma realidade por ela protagonizada, propondo assim epistemologias de oposição ao patriarcado, para que educadores/as e estudantes reflitam sobre a posição privilegiada do masculino em suas diversas formas de exercício de poder.

O referido projeto foi elaborado entre o período de agosto a outubro de 2019, a princípio constituído de uma pequena equipe<sup>34</sup>, formada por nove

---

<sup>34</sup> Aline Sousa de Oliveira (estudante de Letras), Priscilla Cruz Delfino (estudante de Letras representante do DA de Letras), Mirian de Oliveira Dias (estudante de Letras) Helânia Thomazine Porto (professora do DEDC\_X), Olga Suely Soares de Souza (professora do DEDC\_X), Lúcia de

mulheres. Em 18/12/2019, por meio do *I Encontro de Mulheres Submissas: Feminismos e ações afirmativas no DEDC-X*, no auditório do Departamento de Educação - Campus X, apresentou-se a proposta à comunidade acadêmica, incluindo nesse evento a conferência “Costurando a vida com fios de ferro: narrativas de mulheres negras cotistas na UNEB/Campus X”, pela Professora Mestre Jéssica Silva Pereira, e a exposição de fotografias *Cosmovisão Pataxó*, pela fotógrafa Solange Nogueira.

Nesse encontro, a coordenadora do projeto, Helânia Thomazine Porto, partindo da indagação enfrentada por Simone de Beauvoir no seu livro “O Segundo Sexo” (1968), “o que é uma mulher?” justifica a importância de se pensar no âmbito da universidade os fatores sociais, políticos e culturais que formatam os significados do significante *mulher*, compreendendo o termo como um signo não apenas pelos imperativos biológicos, mas como resultado das relações de poder, questionando, assim, as formas de discriminação e de desigualdade, como tarefa imprescindível na conjuntura atual.

Nessa perspectiva, a ação extensionista entende que é na cotidianidade que se constrói o que é ser *Mulher*, distanciando-se de teorias de noções essencialistas que remetem a modos de ser e de sentir, principalmente nas noções biologistas de corpo, de sexo e de sexualidade. Logo o coletivo trata dessas questões pelo deslocamento da construção hierárquica do homem, não aceitando esse lugar como óbvio e um estado natural das coisas, portanto, ao refutá-lo, pressupõe entender os *feminismos* como uma ação política e educativa.

A questão de gênero como o centro das discussões aponta para a necessidade de ações pedagógicas e políticas continuadas na formação de todas, essas em repúdio ao capitalismo, ao autoritarismo, ao machismo, assegurando nessas proposições o lugar de fala dessas mulheres que são *minorias*<sup>35</sup> em comparação ao poder exercido majoritariamente por homens.

---

Fátima O. de Jesus (professora do DEDC\_X), Raíza Cristina Canuta da Hora (professora do DEDC\_X), Jéssica Silva Pereira (egressa do DEDC-X) e Adriene Macário dos Santos (estudante de História e representante do DCE-Campus X)

<sup>35</sup> Compreende-se o termo *minoria*, na perspectiva de Barbalho (2005), o significa abranger um conjunto de sujeitos e grupos marcados por diferentes demandas sociais, com diferenciadas características culturais e organizacionais. São identificados como minorias, uma vez que se

### *Gênero, sexualidade e identidades*

O grupo é constituído por mulheres negras, indígenas, brancas, universitárias, periféricas, heterossexuais, lésbicas. Consequentemente, as pautas apresentadas pelas *Mulheres Insubmissas* do DEDC-X englobam temas diversos, como as diferentes formas de assédios, violências contra as mulheres, feminicídios, criminalização do aborto, a educação e a sociedade organizadas a partir do machismo, da cultura patriarcal e do racismo, ausência de autoria feminina na base das discussões académicas. Nessa miragem indaga-se: - De que feminismo(s) as Mulheres Insubmissas falam em seus encontros formativos?

### **3 Gênero como questão central**

Os primeiros textos escritos sobre as mulheres na Grécia e Roma antigas são originários de sociedades patriarcais, de pensamentos filosóficos e políticos quase exclusivamente masculinos. Entretanto, em todo sistema há resistências, por exemplo, a poetisa Safo, que escreveu poemas de amor e erotismo quando viveu em Lesbos, supostamente entre os séculos VII e VI antes de Cristo. Mas isso não significa que, antes disso, mulheres não estivessem articulando dissidências.

Na Idade Média, com o crescimento do cristianismo e da organização da igreja hierárquica, exclusivamente masculina, o acesso ao deus cristão também fora questionado por algumas mulheres, que reivindicavam acesso direto a “Ele”, independente do clero, por meio de suas visões e conhecimentos místicos.

Na Idade Moderna, as concepções cristãs foram aos poucos sendo suplantadas por ideias do Estado nacional, dos sistemas jurídicos e da ciência. Contudo, essa nova organização não significou valorização das mulheres. Novamente as mulheres sofreram apagamento sistemático de suas vozes e pensamentos, justificado pelas explicações científicas, que consideravam as mulheres seres inferiores. A escritora e filósofa francesa Cristina de Pisano publicou em 1405 *Le Livre de la Cité des Dames* (O Livro da Cidade das Mulheres), no qual atacava com perspicácia e ironia as opiniões misóginas de muitos de seus contemporâneos.

---

encontram ideologicamente marginalizados, em situação desprivilegiada em relação a grupos sociais hegemônicos.

No Iluminismo, a ideia de igualdade entre homens e mulheres difundiu-se pela Europa no século XVIII, integrando-se à Revolução Francesa de 1789, que tinha como tema *Liberdade, Igualdade e Fraternidade*. Nesse período, muitas mulheres participaram das insurreições, requerendo a equidade, pois não consentiam a fraternidade dirigida somente aos homens, esses como categoria de humano, enquanto as mulheres como seres inferiores, questões que eclodiram na “Marcha da Mulheres a Versalhes”, em 5 de outubro de 1789, da qual participaram mais de 8.000 trabalhadoras e cidadãs.

No início do século XIX, tornou-se cada vez mais claro que a ideia de igualdade entre todos os sujeitos não existia, pois o abismo entre os direitos humanos entre mulheres e homens persistiam. Igualmente durante o século XIX e início do Século XX em diversos países, expressivamente no Reino Unido, Estados Unidos e França aconteceram movimentos feministas, esses requeriam entre outros, o direito ao voto. Esse período de articulações foi lido como *Primeira Onda do Feminismo*, com desdobramentos tanto na Europa quanto nos Estados Unidos. Como exemplo, a primeira convenção de mulheres em Nova York, realizada em 19 a 20 de julho de 1848, com a participação de Lucretia e Elizabeth Cady Stanton, ativistas pelos direitos de civis e das mulheres. Já em 29 de maio de 1851 aconteceu a Convenção pelos Direitos das Mulheres em Akron, Ohio (EUA), organizada por uma maioria de mulheres brancas defensoras dos direitos das mulheres, dentre essas algumas abolicionistas. Desse período o texto que inspirou muitas feministas foi o discurso de Sojourner Truth (2014) que questionava “Eu não sou uma mulher?”

No Brasil tivemos a atuação da escritora e advogada mineira Mietta Santiago, que em 1928, observou que a proibição ao voto feminino contrariava o artigo 70 da Constituição da República Federativa dos Estados Unidos do Brasil de 1891, assim impetrou Mandato de Segurança, obtendo sentença favorável, consequentemente candidatou-se, exercendo assim plenamente os seus direitos políticos, de votar e ser votada. Alzira Teixeira Soriano também disputou eleições em 1928, vencendo o pleito com 60% dos

### *Gênero, sexualidade e identidades*

votos, o que a tornou a primeira mulher da América Latina a assumir o governo da cidade Lajes (RN)<sup>36</sup> (TSE, 2013).

A segunda onda do feminismo compreende o período de 1960 a 1980 nos Estados Unidos, tendo suas ações reverberadas em outros países. Nesse período as críticas sobre desigualdades sociais e legais, foram ampliadas e aprofundadas em diversas frentes: divisão do trabalho, direitos sexuais e reprodutivos, aborto seguro, estupro, violência doméstica e conjugal, divórcio e sexualidade dentre outros. Essas pautas problematizavam a suposta vocação natural das mulheres para a maternidade e para as atividades assistenciais apresentadas à sociedade no período de guerra. Tem-se ainda, nesse período, investimentos em estudos, como da teórica Bárbara Smith (1979) que coloca o feminismo como teoria e prática política de libertação de todas as mulheres: mulheres racializadas, trabalhadoras, mulheres pobres, com deficiência, lésbicas, idosas, e também mulheres economicamente privilegiadas e heterossexuais.

A segunda onda do feminismo no Brasil foi ainda acrescida pelas lutas contra a ditadura, por exemplo as ações do Movimento Feminino pela Anistia, fundado pela assistente social, advogada e ativista dos direitos humanos Therezinha Zerbini, que reivindicava a anistia para todas as pessoas perseguidas, presas, exiladas e banidas em função de suas posições políticas.

Na terceira onda até a presente data, tem-se a intersecção das práxis feministas com as pautas antirracistas. A afirmação da diversidade das experiências das mulheres corroborou para um exame crítico das desigualdades entre elas. Sendo a corrente de pensamento do feminismo negro que apontara para as formas de opressão das mulheres oriundas da discriminação racial O feminismo de *abordagem interseccional*, conforme Kimberlé Crenshaw (2002), busca “capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação” (p. 177). Essa corrente vem mostrando como o sexismo se combina com o racismo e outros sistemas discriminatórios com base na classe social, geração, pertença étnica e orientação sexual, em diferentes esferas da vida social, econômica e política.

Nesse período ocorreu a nível nacional a abertura democrática, com o fim da ditadura militar colaborou para se pensar uma série de políticas

---

<sup>36</sup> Conforme Tribunal Superior Eleitoral, disponível em: <https://www.tse.jus.br/imprensa/noticiastse/2013/Marco/semana-da-mulher-primeira-prefeita-eleita-no-brasil-foi-a-potiguar-almazira-solano>.

públicas e dispositivos sociais para as mulheres, destaca-se a criação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher – CNDM, em 1985, marcando a institucionalização das reivindicações das mulheres brasileiras. Dessa conquista resultou a implantação, em âmbito federal, das primeiras políticas públicas dirigidas especificamente às mulheres e não apenas às mulheres-mães, como por exemplo a inauguração das primeiras Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher (DEAMs) e os abrigos governamentais para a proteção de mulheres em situação de violência. (MIRANDA, 2016).

Sendo assim, para refletir sobre os feminismos atravessados por questão de classe, raça, etnia e sexualidade e identidades tem-se como fonte de informações enunciados de mulheres sobre mulheres selecionados de uma série de *web* conferências disponíveis no canal das *Mulheres Insubmissas*, divulgadas entre o período de abril a outubro de 2020.

#### ***4 Narrativas insubmissas em quatro eventos***

O projeto *Mulheres Insubmissas* nasce da defesa de que a universidade precisa reinterpretar e revisar a história; e, ao reescrevê-la, por meio de projetos de pesquisa e atividades extensionistas, impulsionando transformações internas, especificamente na organização curricular. Pensando nesse desafio, o Coletivo realizou cinco eventos, em modalidade online, dos quais serão analisados quatro.

Para o primeiro seminário foi eleito como tema o título do livro de Djamila Ribeiro, *Quem tem medo do feminismo negro?* (2018) ampliado com a leitura interdisciplinar da *minissérie A Vida e a História de Madam C. J. Walker* (2020). O evento aconteceu em três momentos distintos, realizados na plataforma Zoom.

O primeiro círculo no contexto digital foi realizado em 23 de abril de 2020, das 17 horas as 21 horas. Nesse encontro abordou-se sobre a *miscigenação e cultura do estupro, racismo e cotas raciais*, tendo como mediadoras: Prof.<sup>a</sup> Doutoranda Raiza Cristina Canuta da Hora (UNEB /UFBA), Prof.<sup>a</sup> Doutora Lúcia de Fátima Oliveira de Jesus (UNEB) e Prof.<sup>a</sup> Me Jéssica Silva Pereira, visando pensar formas de se construir uma

## *Gênero, sexualidade e identidades*

sociedade organizada a partir do respeito à diversidade, pela construção de um feminismo antirracista, conectado com as lutas da classe trabalhadora, conforme defesa de Cinzia Arruzza, Nancy Fraser e de Ângela Davis, um feminismo que beneficie 99% das mulheres, pois não basta não ser feminista, é preciso ser antirracista.

**Imagem 1:** Card de divulgação do círculo 1



**Fonte:** Arquivos do Coletivo Mulheres Insubmissas

O segundo círculo foi realizado em 07 de maio de 2020, e teve como temática as diversas ondas do feminismo, protagonismo de escritoras negras e violência física e simbólica. As mediadoras dessa mesa foram a Prof.<sup>a</sup> Doutora Olga Suely Soares de Souza, Prof.<sup>a</sup> Doutora Karina Lima Sales e a estudante de Letras Katiane Martins de Oliveira.

**Imagem 2:** Card de divulgação do círculo 2



Fonte: Arquivos do Coletivo Mulheres Insubmissas

Dentre as discussões apresentadas, as conferencistas posicionaram-se contra a dominação machista e as formas de exclusão da mulher, ao tempo em que apresentaram as estratégias de resistências de diferentes mulheres em organizações sociais diversas, conforme as ondas do feminismo.

No terceiro círculo, realizado no dia 21 de maio de 2020, a obra de Djamilia foi ampliada com as leituras interculturais e interdisciplinares da minissérie *A Vida e a História de Madam C. J. Walker* (2020), tendo como mediadoras: Prof.<sup>a</sup> Doutora Helânia Thomazine Porto, a estudante de Letras Carla Silva Santana, Prof.<sup>a</sup> Mestre Maria Mavanier Assis Siquara e Prof.<sup>a</sup> Mestre Jéssica Silva Pereira. As Insubmissas, por meio da interpretação da série *Madam C. J. Walker*, refletiram sobre o feminismo negro, este como movimento de enfrentamento às consequências perversas do racismo estrutural, que atinge homens e mulheres pretos. Assim, nesse círculo de debates, incentivou-se todos/as a avaliarem as questões sociais e políticas do ponto de vista de gênero, raça e classe social, para que coletivamente se avance em oposição ao patriarcado capitalista de supremacia branca imperialista.

## *Gênero, sexualidade e identidades*

**Imagem 3:** Card de divulgação do círculo 3



**Fonte:** Arquivos do Coletivo Mulheres Insubmissas

Nos debates elucidou-se que os feminismos distantes dessas pautas não se configuram como feminismo, que na observação de Joan Scott (1990), seria pela defesa de se lançar luz sobre a história das mulheres e também a dos homens, e das relações entre homens e mulheres, dos homens entre si e igualmente das mulheres entre si, isto é, por uma perspectiva histórica, social e antropológica, propiciaria análises mais pontuais das desigualdades e das hierarquias sociais.

Há pouco tempo a desigualdade entre homens e mulheres só era lembrada no dia oito de março, felizmente debates políticos acerca das mulheres tem ocorrido durante todo o ano. E em aderência a continuidade das ações, o coletivo Mulheres Insubmissas realizou o *I Fórum Julho das Pretas*, que de acordo como a data de celebração do Dia Internacional da Mulher Negra Afro Latino-americana e Caribenha, Dia Nacional de Tereza de Benguela e da Mulher Negra, celebrado em 25 de julho no Brasil e América Latina, propôs, por meio da plataforma *Streamyard*, web conferências transmitidas no perfil do Youtube das Insubmissas, entre o período de 23 a 25 de julho de 2020.

*O I Fórum Nacional Julho das Pretas: lutas, resistências e protagonismos de Mulheres Negras* foi construído com a participação do Diretório Central Estudantil do Campus X - DCE Flor de Mandacaru, envolvendo práticas educativas e culturais de docentes e discentes da

Universidade do Estado da Bahia. O evento teve início no dia 23/07, no qual se discutiu sobre *Mulheres Negras do extremo sul baiano e suas escrevivências*, com a participação de estudante do ensino médio Odara Galdino, Prof.<sup>a</sup> Mestre Arolda Maria Figueredo e da estudante de Letras e poeta Eliza Metzker, tendo como mediadora a estudante de Letras do Campus X Joana Estefane Calixto Silva. Nesse bloco, as quatro mulheres negras falaram de si e de como foram se constituindo escritoras negras, a partir de suas histórias de vida, conforme ensina Conceição Evaristo ao cunhar a palavra escrevivência em 1995. Assim, dentre as narrativas trazidas pelas conferencistas, destaco a enunciação da poetisa Eliza Metzker (2020), acerca de sua apreensão do feminismo negro, com sua capacidade questionadora fez cada uma pensar sobre quem é e como se constituiu mulher negra ao longo da sua existência, aconselhando cada uma a reverenciar as mulheres que as antecederam, pois as conquistas das mulheres negras do presente vêm de longe, assim, reportando-se ao pensamento de Conceição Evaristo:

Quando estou escrevendo e quando outras mulheres negras estão escrevendo, me vem à memória a função que as mulheres africanas - dentro das casas-grandes, escravizadas - tinham de contar histórias para adormecer a casa-grande. Eram histórias para adormecer. Nossos textos tentam borrar essa imagem. Nós não escrevemos para adormecer os da casa-grande, pelo contrário, é para acordá-los dos seus sonos injustos (EVARISTO, 2008, p. 8)

Eliza Metzker (2020) progredindo nessa argumentação retoma uma questão que é crucial para o feminismo, quando se fala em dar voz as mulheres negras, para ela deveria ser a escuta de suas vozes, pois as mulheres negras sempre estiveram aí presentes, falando, escrevendo e produzindo conhecimento, e importante se faz no presente é (re)conhecer as *escrevivências* de escritoras negras, pois nessas as demais mulheres se sentirão representadas.

**Imagem 4:** Conferencista Arolda M. Figueredo, intérprete de Libras Amanda, mediadora Joana E. C. Silva e conferencistas Eliza Metzker e Odara Galdino

## *Gênero, sexualidade e identidades*



**Fonte:** Canal da Mulheres Insubmissas no Youtube, 23/07/2020

O primeiro dia do evento possibilitou ler pelas *escrevivências* das quatro Insubmissas a compreensão do feminismo interseccional, em que se tem adjunto as pautas feministas o combate ao racismo, por uma desconstrução do pensamento fundamentada em autoras latino-americanas. De seu lugar de pertencimento, cada conferencista colocou a sua escrita literária a serviço a revolução social, conforme no lembra Mary Hawkesworth (2006) ao dizer que o dinamismo e a capacidade de retroalimentação do feminismo brasileiro são características que possibilitam a força necessária para sua sobrevivência e inovações harmonizadas com a mudança de valores sociais diante das conquistas decorrentes de suas existências nos cenários local, regional e global.

No dia 24/07, abordou-se sobre *Mulheres Pretas no Mercado Fonográfico*, com a participação da historiadora e cantora Mirla Kleille O. Correia, da cantora, compositora e estudante de Turismo do Campus XVIII/UNEB Emmer Carvalho e da cantora, produtora, compositora e design Beatriz Maria Barbosa da Silva, tendo como mediadora a historiadora e compositora Renata Freitas. Essa mesa de debate trouxe como reflexão o racismo no mercado fonográfico, conforme Renata Freitas (2020) ao apontar que o Brasil com sua população majoritariamente negra, só tem 12% da população negra ocupando espaço na cultura musical, e que entre tantos outros desafios que as mulheres enfrentam, as mulheres negras ainda enfrentam a desigualdade no campo da cultura. Dessas enunciações pode-se realizar aproximações com o pensamento da ativista estadunidense Ângela Davis (2014) ao dizer que “não posso falar com autoridade no Brasil, mas

às vezes não é preciso ser especialista para perceber que alguma coisa está errada em um país cuja maioria é negra e a representação é majoritariamente branca".<sup>37</sup>

Essa violência também está presente na economia fonográfica, assim, é preciso projetar um futuro que preencha essas “ausências” intencionalmente mantidas na economia predominantemente branca e heteronormativa. Ao capitalismo e ao colonialismo, deve-se acrescentar o patriarcado como sistema de invisibilização de mulheres nas esferas públicas da política, da economia e cultura.

**Imagem 5:** Mediadora Renata Freitas e conferencistas Emmer Carvalho, Beatriz M. B. da Silva e Mirla Kleille O. Correia



**Fonte:** Canal da Mulheres Insubmissas no Youtube, 24/07/2020

Para além da invisibilidade dos negros e negras na cultura fonográfica, a conferencista Mirla Kleille O. Correia (2020) também questiona o lugar da mulher negra no espaço midiático, pois a mídia hegemônica, que segundo o pesquisador Muniz Sodré (1999), no seu livro *Claros e escuros: identidade, povo e mídia no Brasil*, diz que “a mídia funciona, no nível macro, como um gênero discursivo capaz de catalisar expressões políticas e institucionais sobre as relações inter-raciais, que, de uma maneira ou de outra, legitima a desigualdade social pela cor da pele.” (p.

<sup>37</sup> Informação disponível em: <https://memoria.ebc.com.br/cultura/2014/07/angela-davis-critica-ausencia-de-negros-no-poder-e-na-televisao-no-brasil>.

### *Gênero, sexualidade e identidades*

243). Ou seja, não se pode ignorar que no espaço midiático também ocorrem relações de poder, sendo esse espaço sexista, machista o saber e a economia.

Na sua proposta de descolonização do saber, Boaventura de Sousa Santos (2010) aponta o universalismo e a globalização como escalas dominantes de pensamento e de ação, e que esses apagam os vários segmentos da vida social, econômica, política e cultural e alternativas, nesse caso, a cultura fonográfica.

E, no dia 25/07, falou-se sobre *Mulheres Negras no Poder*, sendo as conferencistas a professora Dra Lúcia de Fátima O. de Jesus (pré-candidata a vereadora de Teixeira de Freitas), professora Eslane Paixão (pré-candidata a vereadora de Salvador) e a professora e mãe de santo Bernadete de Souza (pré-candidata a prefeita de Ilhéus), diálogos mediados pela mestranda Evellin Bianca Souza de Oliveira. Nesse evento, as Insubmissas debateram sobre a garantia do empoderamento das mulheres a partir da participação de mulheres de esquerda no poder político, frente ao déficit de representação de mulheres negras, indígenas, jovens, mulheres trans, etc. no executivo e no legislativo. Pois, falar de empoderamento da mulher é refletir sobre a nossa democracia. Se as mulheres são 52% da população nacional, por que só 10% das cadeiras do congresso nacional são ocupadas por mulheres? Mesmo depois de 20 anos da lei que determina que um terço das candidaturas dos partidos sejam femininas. E essa representação é ainda mais baixa quando se analisa a representatividade de mulheres negras, pardas e indígenas, a nível municipal.

**Imagem 6:** Mediadora Evellin B. Souza, as conferencistas Lúcia de F. O. de Jesus, Bernadete de Souza, Helânia T. Porto e conferencista Eslane Paixão.



**Fonte:** Canal da Mulheres Insubmissas no Youtube, 25/07/2020

Assim, nesse momento das prévias das eleições municipais as *Insubmissas* entendem que a garantia do empoderamento das mulheres se dará também pela participação na política, portanto, o Coletivo defende no fórum a participação das demais no poder, para que as pautas feministas sejam ampliadas e exequíveis, ao tempo em que sugere um novo formato de exercício de mandato, não o modelo machista/ do coronelismo, mas um formato de mandato coparticipativo, cooperativo e concidadão, em que os programas nascidos na base possam ser levados a frente por grupos de mulheres que constituíram o planejamento.

As enunciações do *I Fórum Nacional Julho das Pretas* possibilitaram perceber que é por essas trincheiras que as *Insubmissas* devem trilhar, buscando transformações políticas e sociais, aquelas capazes de afrontar o sistema capitalista, o patriarcado e o racismo pelo enfrentamento aos sistemas operantes de manutenção das desigualdades sociais, das opressões e violências.

Essas argumentações instigaram a pensar na concepção de feminismo como teoria e prática política de libertação de todas as mulheres que se dá pela adoção de um método de análise, de abordagem da vida e de política, uma forma de levantar questionamentos e buscar respostas, ao invés de um arcabouço de conclusões sobre a opressão das mulheres. O feminismo não como dogma, mas como um método que nasceu de movimentos sociais (CASTRO; BRONFMAN, 1993).

A questão de gênero e sexualidade constituem-se em pautas basilares do Coletivo, assim, no dia 27 de agosto de 2020 as *Insubmissas* realizaram o *Seminário Visibilizando mulheres lésbicas*: encruzilhadas entre a academia e a militância, juntando-se a agenda de 29 de agosto como o dia *Nacional da Visibilidade Lésbica*. Esse evento objetivou lembrar a existência da mulher lésbica, as violências sofridas por elas e as suas demandas no cerne dos movimentos LGBTQIAP+ (Lésbica, Gays, Bi, Trans, Queer/Questionando, Intersexo, Assexuais/Arromântiques/Agênero, Pan/Poli e mais), com ênfase na militância lésbica a nível nacional e local.

As conferências foram desenvolvidas pela Prof.<sup>a</sup> Doutoranda em História Raiza Canuta da Hora, Prof.<sup>a</sup> Doutora Rebeca Valadão Bussinger e pela Prof.<sup>a</sup> Mestre Virgínia de Santana Cordolino Nunes (Vir Nunes), tendo como mediadora a estudante de Biologia da UNEB - Campus X Sacha Bianco.

## *Gênero, sexualidade e identidades*

**Imagem 7:** Card do Seminário



**Fonte:** Arquivo do Coletivo Mulheres Insubmissas

Nesse seminário, a questão de gênero foi o mote de todas as narrativas, assim, as intelectuais questionaram a cisheteronormatividade patriarcal que tem regido, regulado e legislado as formas de violência, essa prática hegemônica tem imposto a ideia de que todos os corpos podem ser categorizados apenas em masculinos ou femininos, assim as conferencistas convocam todos/as para a desnaturalização dessas ideologias, conforme pontuam as professoras Rebeca Valadão Bussinger e Raiza Canuta da Hora.

Nesse sentido, o feminismo defendido pelas conferencistas engloba teoria e prática revolucionária, pensando nas mulheres lésbicas como sujeitos históricos da transformação da sua própria condição social, propondo que as mulheres partam do autorreconhecimento para transformar a si mesmas e a sociedade. Das teias de sentidos amarradas de suas experiências da militância e da academia, essas mulheres defendem a cidadania, a liberdade de expressão, a ocupação do espaço público e o direito à comunicação de afetividade pelas mulheres lésbicas.

Ainda na perspectiva de trazer para a formação do grupo pautas políticas feministas em interface com a questão identitária, realizou-se nos dias 03 e 04 de setembro de 2020 o *I Udxêre'xó Ūpâp Jokana Txihihãŷ* (I Encontro de Mulheres Indígenas), objetivando refletir sobre o que é ser mulher indígena na Bahia, no Brasil e em Quito (Equador), uma vez que se comemora no dia 5 de setembro o *Dia Internacional da Mulher Indígena*. Essa data foi instituída em 1983, durante o *II Encontro de Organizações e*

Movimentos da América, em Tihuanacu (Bolívia). A escolha dessa data tem como motivação o assassinato de Bartolina Sisa, mulher quéchua que foi esquartejada durante a rebelião anticolonial de Túpaj Katari, no Alto Peru, em 5 de setembro de 1782. Portanto o *Dia Internacional da Mulher Indígena* tem sido entendido como uma data de combate ao racismo, pois este tem impedido o movimento de mulheres de apreender e de compreender o legado ancestral de sabedoria dos povos e das mulheres indígenas, assim como dos povos e mulheres negras.

**Imagem 8:** Conferencista Iatã Pataxó, mediadora Vanessa I. Rozisca e conferencistas Ariane ãwãnuK Pataxó e Tamikuã Pataxó



**Fonte:** Canal da Mulheres Insubmissas no You Tube, 03/09/2020

O evento de 2020 tem sua motivação na *I Marcha das Mulheres Indígenas* em Brasília, em 13 de agosto de 2019, com tema *Território: nosso corpo, nosso espírito*, reuniu cerca de 3 mil mulheres na Esplanada dos Ministérios em defesa de seus corpos e territórios. Para as indígenas essa marcha além do seu significado político, funcionou como um importante espaço de trocas entre mulheres de 113 nações indígenas, revelando que mulheres e homens podem lutar lado a lado por seus direitos.

Em 2020, por conta da pandemia da Covid-19, a marcha indígena aconteceu nos dias 07 e 08 de agosto de 2020, nas redes sociais de lideranças indígenas, sendo a temática *O sagrado da existência e a cura da terra*. E, em aderência a essa pauta, o coletivo Mulheres Insubmissas propôs o *I Udxêre'xó*

### *Gênero, sexualidade e identidades*

*ūpâp jokana Txihihây (I Encontro de Mulheres Indígenas)*, transmitido no You Tube das Insubmissas, nos dias 03 e 04 de setembro de 2020, das 19 às 21 horas.

No primeiro dia de evento abordou-se sobre “Quando nossos maracás soam é porque estamos nos movendo”, tendo por conferencistas Prof.<sup>a</sup> Ariane Nascimento da Conceição da aldeia Corumbauzinho (sendo seu nome indígena *Āwānuk Pataxó*), Prof.<sup>a</sup> Graziela Santos de Oliveira da aldeia Guaxuma (*Iatã Pataxó*) e a Prof.<sup>a</sup> e Diretora Tânia Alves Maciel da aldeia Craveiro (*Tamikuã Pataxó*), sob a mediação da Prof.<sup>a</sup> Mestre Vanessa Iurcchiag Rozisca. No segundo dia, abordou-se sobre “Organizações de Mulheres Indígenas: experiências da Bahia e de Quito, sendo as conferencistas Kâdara Pataxó da aldeia Juerana (pré-candidata a vereadora de Santa Cruz Cabralia) e a Professora Doutoranda Yvets Morales Medina, de Quito, com a mediação da Prof.<sup>a</sup> Doutora Helânia Thomazine Porto.

**Imagem 9:** Mediadora Helânia T. Porto, conferencistas Kâdara Pataxó, Adriene Macario e Ivets Morales.



**Fonte:** Canal da Mulheres Insubmissas no Youtube, 04/09/2020.

Em todas as enunciações das quatro indígenas Pataxós, por diversas vezes, a palavra feminismo fora abordada, contudo, distante de ser o feminismo dos demais grupos sociais. O debate sobre o feminismo, na perspectiva das indígenas não corresponde majoritariamente as pautas apresentadas pelas não-indígenas. Assim, seus feminismos se estruturam juntamente com a luta pelo território, em repúdio ao avanço de uma economia *ultraneoliberal* que vai tomando de roldão as reservas, nascentes, impactando diretamente a vida de aldeados/as, pois essa economia além de agredir um

conjunto de direitos historicamente conquistados, acentua o foço das desigualdades sociais e restrições às liberdades democráticas, elementos importantes da pauta feminina indígena.

As singularidades entre o feminismo não-indígena e o pensado pelas mulheres indígenas fornecem exemplos importantes para situar o feminismo em plural. Os movimentos feministas liderados por indígenas são também de resistência ao pensamento do colonizador, assim a mulheres indígenas almejam reformular as histórias contadas através de lentes problemáticas eurocêntricas que reduzem as organizações sociais indígenas pela leitura da desqualificação de seus saberes. Na miragem da conferencista Kãdara Pataxó (2020), os indígenas aprenderam a ser machistas com o colonizador, uma vez que no passado a divisão do trabalho era comunitário, e não pelo sexo e gênero. ãwãnuK Pataxó (2020) também observa que há narrativas de não-indígenas que rearticulam os indígenas e as suas formas de conhecimento como retrógradas, como não modernizados. E esses tropos coloniais têm servido para apagar os saberes de povos indígenas, estendendo o preconceito a outro tipo de binarismo, dos “civilizados versos os “selvagens”.

Essas argumentações se aproximam da abordagem da teórica Juliete Paredes (2020) sobre feminismo comunitário, como uma relação transgeracional e originária que cada povo indígena mantém com seu território ancestral, sendo o feminismo indígena emergente desses lugares de origem. As mulheres lembraram ainda que muito antes dos europeus chegarem a essas terras, havia cientistas indígenas, astrônomos nativos, agrônomos, geneticistas, ecologistas, engenheiros, botânicos, zoólogos, hidrólogos de bacias hidrográficas, farmacologistas, médicos e muito mais - todos engajados na criação e aplicação do conhecimento que promovesse o florescimento das sociedades humanas e dos seres com os quais todos compartilham no planeta, que na perspectiva da conferencista equatoriana Yvets Medina, o feminismo não se inicia com a inserção das indígenas e camponesas na universidade e tão pouco em movimentos feministas, ele se fundamenta na infância, nos conhecimentos tradicionais partilhados entre adultos e crianças.

Para essa conferencista, estar no território indígena possibilita que cada menina e mulher indígena compreenda que não existe feminismo sem as mulheres de diferentes idades e sem a comunidade, pois esse se organiza

## *Gênero, sexualidade e identidades*

na convergência de diferentes lutas e conhecimentos, principalmente na organização política pelo território. Nas enunciações das mulheres Pataxós, há pistas de um *ecofeminismo* que se organiza pela dimensão da relação das mulheres com o território, este como fonte de identidade e de base para as ações políticas. Essa corrente de pensamento conflui na ética do cuidado, da solidariedade e da recuperação do que foi depreciado acerca do que é ser feminina no contexto de cada aldeia.

### **5 Considerações finais**

Essas narrativas femininas revelaram que os feminismos que têm sido debatidos nas propostas formativas do coletivo *Mulheres Insubmissas* são enunciações de respostas às contradições sociais, políticas e econômicas, tendo como esferas públicas os espaços digitais, como exemplo, o canal do You Tube, este permite a produção de informações em formato hipermídia, com maior protagonismo e autonomia. Entretanto, demanda que essas estejam engajadas coletivamente, abertas à criação de enunciações tanto em contexto digital quanto em outros espaços de participação política.

Suas enunciações apontaram ainda que os feminismos propostos se configuram como interseccional, construídos dos cruzamentos de gênero, raça, identidades e classe social. Assim, essas mulheres têm buscado coletivamente a formação pessoal. E nesse processo o autorreconhecimento, e o reconhecimento de cada uma no grupo como produtoras de culturas, de proposições de mudanças sociais e políticas. Trata-se, portanto de uma luta política, que tenta ser substancialmente democrática e, por isso mesmo, antiautoritário. Sendo essencial a participação de todas na elaboração e formulação de saberes e de questionamentos para a formação política de todas/todes, compreendendo que a descentralidade do corpo autoritário nas discussões se faz importante na construção de um feminismo decolonial.

Quanto à formação do coletivo como um grupo orgânico, percebe-se sua constituição está motivado pela sororidade, especificamente quando todas se juntam em enfrentamento às formas excludentes como mulheres negras, indígenas, lésbicas e periféricas têm sido alvejadas.

As reflexões postas nesse artigo ainda são embrionárias quanto a questão do feminismo como epistemologia na Universidade do Estado da

Bahia, entretanto, não se pode negar que as ações empreendidas por essas mulheres têm potencial de mobilizar conceitos acerca de identidade/alteridade e gênero. Nesse caso, os feminismos como uma epistemologia da diferença sem ser excludente, conforme cada um/a se identifica, pode ser pensado pela junção de identidades multifacetadas e plurais, colocando, assim, em suspeita a adoção de teorias e de métodos que reduzem o mundo a um conjunto mínimo de categorias para compreendê-lo, ao tempo em que se defende a inserção dessa episteme na formação acadêmica.

As narrativas do Coletivo analisadas revelam que as mulheres engendram diferentes estratégias e táticas para circular e driblar as adversidades do machismo estrutural, colocando-se em posições políticas de resistência ao sistema patriarcal. Trata-se de um processo com várias entradas capturadas desse *devoir feminista interseccional, ecofeminista, afrofeminista*, em dialética com as sabedorias das ancestrais que não se diluem, não se anulam ou desaparecem nas diferenças, mas, ao contrário, guardam, talvez, nas singularidades daquilo que se mistura do feminismo da globalização e da tecnosfera.

## REFERÊNCIAS

- BARBALHO, Alexandre. Cultura minorias e mídia: ou algumas questões postas ao liberalismo. In: BARBALHO, Alexandre.; PAIVA, Raquel. (Orgs.). *Comunicação e cultura das minorias*. São Paulo: Paulus, 2005.
- BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- BEAUVOIR, Simone de. *Le Deuxième Sexe*. Paris, Gallimard, 1968.
- BURIGO, Joana. Em meio à crise, o patriarcado contra-ataca. In. Carta Capital. *Artigo de opinião*, 2016. Disponível em:< <https://www.cartacapital.com.br/opiniaio/em-meio-a-crise-o-patriarcado-contra-ataca/>>. Acesso em 10/10/2020.
- CASTRO, Roberto P.; BRONFMAN, Mário P. Teoria feminista y sociologia medica: bases para una discusión . *Cad Saúde Púb.* v. 9, n. 3, p. 375- 394, 1993.

### *Gênero, sexualidade e identidades*

- CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. Tradução de Liane Schneider. In: *Estudos Feministas*, Ano 10. University of California ã Los Angeles, 2002. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/ref/v10n1/11636.pdf>>.
- EVARISTO, Conceição. “*Escrevivências da afro-brasilidade: história e memória*”. Releitura, Belo Horizonte, n. 23, p. 1-17, 2008.
- FARACO, Carlos Alberto. Criação ideológica e dialogismo. In: FARACO, C. A. *Linguagem e diálogo: as ideias linguísticas do Círculo de Bakhtin*. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.
- GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais na contemporaneidade. In: *Revista Brasileira de Educação*. vol.16 no.47 Rio de Janeiro May/Aug. 2011. Disponível em:<[https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-24782011000200005&script=sci\\_arttext](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-24782011000200005&script=sci_arttext)>. Acesso em:10/10/2020.
- HAWKESWORTH, Mary. A semiótica de um encontro prematuro: o feminismo em uma era pós-feminista. In: *Revista Estudos Feministas*, v. 14, n. 3, p. 737-763, 2006.
- HOOKS, BELL. *O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras*. São Paulo: Rosa dos Tempos, 2018.
- \_\_\_\_\_. “Intelectuais negras”. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 3, n. 2, p. 464-478, ago./dez. 2005.
- MIRANDA, Cynthia Mara. *Mobilização das mulheres em enunciados de jornais brasileiros (1979-1988)*. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2016.
- PAREDES, Juliete. Na Bolívia, um feminismo que descoloniza as Américas. *Feminismos*.Entrevista.18/05/2020. Disponível em: <https://outraspalavras.net/outrasmidias/na-bolivia-um-feminismo-que-descoloniza-as-americas/>. Acesso em: 10/10/2020.
- RIBEIRO, Djamila. *Quem tem medo do feminismo negro?* São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- SMITH, Barbara. Racism and Women’s Studies’ in *Frontiers: A Journal of Women’s Studies*, Vol. 5, No. 1, *National Women’s Studies Association Conference*, Selected Proceedings, 1979 (Spring, 1980) pp 48-49.
- SODRÉ, MUNIZ. *Claro e Escuro: identidade, povo, mídia e cotas no Brasil*. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.
- TRUTH, Sojourner. *E não sou uma mulher?* [Tradução Osmundo Pinho] Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (Cachoeira)/University of

Texas (Austin): Portal Geledés, 2014. Disponível em:<  
<https://www.geledes.org.br/e-nao-sou-uma-mulher-sojourner-truth/>>.  
Acesso em: 10/10/2020.

## **ESCRITA COLETIVA, SUBJETIVAÇÃO E ESPERANÇA EM NARRATIVAS BICHAS NO YOUTUBE<sup>38</sup>**

*Pedro Augusto Pereira (UFMT)<sup>39</sup>*

*Tamires Ferreira Coelho (UFMG)<sup>40</sup>*

### **RESUMO**

Este texto aborda o papel de esperança, vivência e compartilhamento de alegrias e afetos para o enfrentamento das opressões que incidem sobre dois youtubers gays negros a partir de seus lugares de fala (RIBEIRO, 2017). São analisadas as práticas de Murilo Araújo e Samuel Gomes em seus canais no YouTube, “Muro Pequeno” e “Guardei no Armário”, em uma perspectiva teórico-metodológica que tensiona o conceito de “escrita de si” de Margareth Rago (2013) e o articula a uma perspectiva interseccional e descolonial. Vivenciar o afeto, a alegria e o amor, ter e externalizar esperança, compartilhá-la com outros, também é revolucionário para aqueles aos quais a opressão tenta impor sistematicamente o apagamento e a morte (hooks, 2010).

### **PALAVRAS-CHAVE:**

Escrita de si. Esperança. Bichas pretas.

### **ABSTRACT**

This text addresses the role of hope, experience and sharing of joys and affections to face the oppression that affects two black gay youtubers from their places of speech (RIBEIRO, 2017). The practices of Murilo Araújo and Samuel Gomes are analyzed on their YouTube channels, “Muro Pequeno” and “Guardei no Armário”, in a theoretical-methodological perspective that strains the concept of “self-writing” by Margareth Rago (2013) combined with an intersectional and decolonial perspective. Experiencing affection, joy, and love, having, and externalizing hope, sharing it with others, is also revolutionary for those to whom oppression systematically attempts to impose erasure and death (hooks, 2010).

---

<sup>38</sup> Artigo apresentado no GP Estéticas, Políticas do Corpo e Gêneros do 43º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

<sup>39</sup> Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) e graduado em Comunicação Social – Jornalismo pela UFMT, e-mail: [pedroaecp@gmail.com](mailto:pedroaecp@gmail.com)

<sup>40</sup> Professora Adjunta do Departamento de Comunicação Social e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFMT, Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), e-mail: [tamiresfcoelho@gmail.com](mailto:tamiresfcoelho@gmail.com)

**KEYWORDS:**

Self-writing. Hope. Black *bichas*.

## ***1 Introdução***

Este trabalho é fruto de uma pesquisa mais ampla cujo objetivo foi analisar as práticas de Murilo Araújo e Samuel Gomes em seus canais no YouTube, “Muro Pequeno” e “Guardei no Armário” respectivamente, a partir da autoidentificação de ambos como bichas pretas e diante das múltiplas opressões que marcam este lugar. O objetivo específico deste artigo é abordar o papel fundamental da esperança, da vivência e compartilhamento de alegrias e afetos para o enfrentamento das opressões que incidem sobre Murilo e Samuel a partir de seus lugares sociais/ lugares de fala (RIBEIRO, 2017). O corpus é constituído por vídeos publicados até 2019: identificados pelo selo “Chá com S”, no caso do canal Guardei no Armário, e quatro playlists do canal Muro Pequeno<sup>41</sup>.

Utilizamos como base teórico-metodológica a escrita de si de Margareth Rago (2013) articulada à plataforma audiovisual do YouTube. O conceito é ampliado com o pensamento de Grada Kilomba (2019) sobre a potência da escrita como forma de enfrentamento e com as perspectivas de Djamila Ribeiro (2017) e Gayatri Spivak (2014) sobre quem tem o direito à voz e quais grupos têm suas vozes sistematicamente silenciadas. A partir dessas articulações, passamos a pensar essa escrita audiovisual como uma “escrita da gente”, que é tanto “individual” quanto, em alguma medida, coletiva.

É preciso compreender melhor os fluxos de opressão e silenciamento que marcam o (não) lugar das bichas pretas na sociedade brasileira, que Murilo e Samuel se propõem a (e precisam) enfrentar. Essas formas de opressão não são, contudo, dissociáveis. É necessário enxergá-las de forma interseccional (CARNEIRO, 2017; GONZALEZ, 1984), nos levando a perceber as bichas pretas como um “outro do outro” (KILOMBA, 2019).

As práticas de subjetivação e liberdade, juntamente com a reivindicação do direito à voz por Murilo e Samuel em seus canais do *YouTube*, necessariamente passam pelo enfrentamento e denúncia dessas

---

<sup>41</sup> 1) “Viadagens, diversidade, LGBTfobia e militância”; 2) “AFROntamentos e recortes raciais”; 3) “Tretas, debates e problematizações” e 4) “Sexo, amores e relacionamentos”.

## *Gênero, sexualidade e identidades*

violências múltiplas. No entanto, ambos demarcam a importância de romper, também, com a história única (ADICHIE, 2009) que aponta que suas vidas se resumem à luta, ao sofrimento, enfim, às opressões. Suas escritas ressaltam a importância da conservação de fluxos de cura – afetivos, amorosos, festivos – e de esperança. Eles vão além do mero otimismo ou de se “conservar bons sentimentos”, assumindo potencial de transformação da realidade e rompimento de lógicas de opressão.

### *2 Escritas de si e “da gente”*

Propomos um olhar sobre o YouTube como ferramenta com potência de escrita de si, de subjetivação, de “tornar-se sujeito”. Não pretendemos restringir os canais analisados a uma forma de celebração de seus autores. Partimos da observação de que Murilo e Samuel se apropriam da plataforma como ferramenta de “escrita audiovisual”, para buscar voz – para si e seus semelhantes – como uma prática de liberdade.

O conceito de escrita de si de Margareth Rago (2013) parte das observações de Michel Foucault, que encontra nas sociedades gregas da antiguidade a visão de que o sujeito se encontra em constante transformação – ou devir – a partir de um trabalho sobre si em busca da temperança, do equilíbrio, controle de suas paixões e instintos, a partir das práticas de liberdade. Essas práticas de liberdade são definidas, então, como artes do cuidado de si, a partir das quais Rago (2013) propõe a escrita de si, que “ganha destaque como uma das atividades constitutivas das ‘artes da existência’” (RAGO, 2013, p. 50).

A escrita de si caracteriza então como uma elaboração do indivíduo sobre si em uma abertura ao outro. Quem elabora a si mesmo a partir da escrita, se abre a um outro que lê o que se escreve. Pode-se, então, compreender a escrita de si como um processo de elaboração de si e de suas verdades éticas e, ao mesmo tempo, de retorno ao outro.

Trata-se, antes, de um trabalho de construção subjetiva na experiência da escrita, em que se abre a possibilidade do devir, de ser outro do que se é, escapando às formas biopolíticas de produção do indivíduo. Assim, o eu de que se trata não é uma entidade isolada, mas um campo aberto de forças; entre o eu e o seu contexto não há propriamente diferença, mas continuidade, já que

o “indivíduo se autoconforma a partir da relação com os outros, em uma experiência voltada para fora”, como observa Orellana (2008, p. 480). Nessa perspectiva, as tecnologias de si que objetivam o sujeito são problematizadas como formas de sujeição, ao vincular o indivíduo estreitamente à sua identidade, enquanto nas técnicas de si aqui trabalhadas há um movimento ativo de autoconstituição da subjetividade, a partir de práticas da liberdade (RAGO, 2013, p. 52).

Essa abertura dos sujeitos ao devir e ao outro implica, de certa medida, em assumir riscos, de se colocar em lugar de vulnerabilidade – especialmente se tratando de pessoas em subalternização (SPIVAK, 2014). Ao elaborar sobre si, é preciso que se elabore também a respeito de verdades frequentemente incômodas e, até mesmo, colocar em risco sua própria vida. Se por meio da escrita de si o indivíduo torna-se sujeito, (re)criando sua subjetividade, por meio dela ele levanta questionamentos acerca das forças de sujeição que atuam sobre ele. Ainda referente à relação que o indivíduo tem com a verdade, a partir da escrita de si, Rago traz o conceito de parrésia que, a partir de Foucault, “pode ser definida como o dizer a verdade, sem dissimulação, o falar francamente não importa para quem, mas que não se trata de qualquer enunciação da verdade e sim daquela que comporta um risco em relação à pessoa a quem se fala” (RAGO, 2013, p. 53).

A escrita de si de indivíduos subalternizados passa, necessariamente, pelo lugar de subalternização em que o indivíduo se encontra. Ousar elaborar sobre si, desse lugar, torna-se um ato de questionamento dos fluxos subalternizantes que criam esse lugar. Pensando a escrita de si feita por Murilo Araújo e Samuel Gomes aliada à ideia de parrésia, entendemos os dois canais do YouTube também como forma de enfrentamento de opressões e fluxos subalternizantes. Desse modo, o trabalho de ambos na internet possui uma potência de questionamento de relações de poder injustas. Nessa perspectiva, a escrita de si torna-se um ato de coragem.

Com todos os limites, o espaço virtual tem sido um espaço de disputas de narrativas, pessoas de grupos historicamente discriminados encontram aí um lugar de existir. Seja na criação de páginas, *sites*, canais de vídeos, *blogs*. [...] Friso que mesmo diante dos limites impostos, vozes dissonantes têm conseguido produzir ruídos e rachaduras na narrativa hegemônica (RIBEIRO, 2017, p. 86-87).

## *Gênero, sexualidade e identidades*

Colocando-se em posição de vulnerabilidade, abrindo-se ao outro, no YouTube – mesmo espaço no qual circula conteúdo de ódio voltado a eles e a seus semelhantes – Murilo e Samuel praticam, ainda, uma espécie de contraconduta:

movimentos que têm como objetivo outra conduta, isto é: querer ser conduzido de outro modo, por outros condutores e por outros pastores, para outros objetivos e para outras formas de salvação, por meio de outros procedimentos e de outros métodos. São movimentos que também procuram (...) escapar da conduta dos outros, que procuram definir para cada um a forma de se conduzir. (FOUCAULT, 2008, p. 256-257 apud RAGO; PELEGRINI, 2019, p. 10).

A abertura de Murilo e Samuel ao outro, por meio de sua prática no YouTube, não “gera” os riscos aos quais ambos estão submetidos. Sua mera existência enquanto homens gays negros, bichas pretas, em um Brasil marcado por violências estruturais racistas e homotransfóbicas já os coloca em risco. Entre outras coisas, essas violências atravessam a fala desses sujeitos. Os diferentes lugares sociais, criados pelos fluxos de subalternização operantes em nossa sociedade opressora, definem quem pode ou não falar (SPIVAK, 2014). Indivíduos pertencentes a grupos subalternizados experimentam diversas barreiras sociais que impedem que sua voz seja ouvida ou, no mínimo, que sejam ouvidas com a mesma intensidade com que o são as de grupos dominantes.

Podemos compreender melhor esses fluxos de silenciamento a partir de um conceito frequentemente distorcido pelo “senso comum”: a definição de lugar de fala de Djamila Ribeiro (2017). Para a autora, o equívoco no uso do termo “lugar de fala” parte de uma compreensão (equivocada) do significado de “grupos” apenas como amontoados de indivíduos. Ao fazer isso, podemos facilmente cometer o erro de pensar lugar de fala como uma experiência individual – “esse não é o seu lugar de fala”.

Entretanto, lugar de fala se refere, antes, a coletividades. “Não se trataria de afirmar as experiências individuais, mas de entender como o lugar social que certos grupos ocupam restringem oportunidades” (RIBEIRO, 2017, p. 61). Os diferentes lugares sociais ocupados por diferentes grupos em sociedades opressoras, criam diferentes lugares de fala. Desse modo, lugar de fala também tem íntima relação com poder.

Havendo condições de subalternização, o discurso dos indivíduos tornados socialmente subalternos – como Murilo e Samuel – será sempre atravessado pelas condições sociais próprias do lugar social criado para ele pelas opressões sociais que operam sobre esses indivíduos. Nessa perspectiva, lugar de fala não tem a ver com falar “em” – como em “esse não é o seu lugar de fala” –, mas com falar “a partir de”.

A perspectiva foucaultiana na abordagem de Margareth Rago, embora trate do enfrentamento e do risco ao se enfrentar poderes estabelecidos e/ou trazer à tona verdades incômodas, mostra-se limitada para falarmos sobre a resistência, pela escrita, de grupos que falam a partir de lugares subalternizados. É preciso, primeiro, compreender que estes sequer são considerados socialmente como “sujeitos”, mas sim como “objetos”:

*Sujeitos* são aqueles que “têm o direito de definir suas próprias realidades, estabelecer suas próprias identidades suas próprias identidades, de nomear suas histórias” (hooks, 1989, p. 42). Como *objetos*, no entanto, nossa realidade é definida por outros, nossas identidades são criadas por outros, e nossa “história designada somente de maneiras que definem (nossa) relação com aqueles que são *sujeitos*.” (hooks, 1989, p. 42). Essa passagem de *objeto* a *sujeito* é o que marca a escrita como um ato político. (KILOMBA, 2019, p. 28, grifos dela).

Grada Kilomba compreende a escrita como uma forma de resistência e descolonização, de rompimento com forças que buscam definir quem tem direito à autonomia (sujeito) e quem não tem (objeto). O ato de escrever e tornar-se autor da própria história representa, então, uma forma de “passagem de *objeto* a *sujeito*”. Para a autora, colonialismo é silenciamento. A descolonização seria então um processo de reparação do trauma colonial “através da mudança de estruturas, agendas, espaços, posições, dinâmicas, relações subjetivas, vocabulário” (KILOMBA, 2019, p. 46).

Por seu lugar de fala, e consciência sobre ele, o sujeito em lugar de opressão não apenas elabora sobre si, mas também sobre os outros que compartilham desse lugar de fala. A “elaboração de si” não deixa de ser uma “elaboração do grupo”, a “escrita de si” é também uma “escrita da gente”. Ainda assim, não podemos considerar Muro Pequeno ou Guardai no Armário como representações de todos os gays negros brasileiros. Fazer isso seria reforçar uma imposição racista/homofóbica sobre ambos. Nossa abordagem

### *Gênero, sexualidade e identidades*

compreende a coletividade que se apresenta juntamente com a individualidade: falar e ser escutado, reverberar reivindicações e visibilizar opressões nas redes, é desestabilizar silenciamentos destinados a essa coletividade. Ao entendermos a escrita de si como uma forma de resistência e enfrentamento (KILOMBA, 2019; RAGO, 2013), acrescentamos que Murilo e Samuel não resistem apenas “por si”, tampouco estão em risco apenas pelo enfrentamento que promovem em sua escrita, mas também pelo simples fato de existirem.

Há ainda uma outra dimensão de coletividade para compreender essa escrita da gente: um reconhecimento mútuo de pessoas às quais é imposto o lugar de *objeto* em vez de *sujeito*. Os outros aos quais Murilo e Samuel se abrem em sua escrita, por exemplo, são principalmente seus semelhantes – pessoas negras, homens negros, pessoas LGBTQB<sup>42</sup>, bichas pretas – que são tratados, nos canais, como interlocutores. Um interlocutor é um *sujeito*. Ao reconhecer alguém como um (possível) interlocutor, automaticamente se reconhece o outro como capaz de falar por si, em uma situação de paridade.

Assim, vemos a escrita da gente não como “falar por” ou “falar para”, mas *falar com*. Ao se proporem, por meio de sua escrita (da gente) audiovisual, a dialogar com outros gays negros, fazê-los interlocutores, Murilo e Samuel reconhecem outros gays, negros e gays negros – e outros grupos em lugar de subalternização – como sujeitos, ao se dirigirem a eles. Ao não apenas falarem sobre racismo, homofobia e opressões, mas falar *com* outros subalternizados, abrem a possibilidade de “tornar-se sujeito” (hooks, 1989 apud KILOMBA, 2019) para outros.

### **3 Interseccionalidade e as bichas pretas**

É preciso que se comece dizendo que a primeira “barreira” para a constituição dessas reflexões teóricas é justamente um de seus objetos: o racismo. Como apontado por Kilomba (2019), Ribeiro (2017) e Spivak (2014), existem fluxos de poder e autorização discursiva em sociedades

---

<sup>42</sup> Dentre as várias possibilidades de menção ao movimento político LGBTQBQIA+ (lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, transgêneros, queer, intersex, agêneros, assexuais e mais), optamos neste texto pela sigla LGBTQB (lésbicas, gays, bissexuais e transexuais) por ser a mais popularizada (e aceita) no Brasil, além de ser a forma adotada pelos autores dos canais.

marcadas pelo colonialismo (como acontece no Brasil) que determinam quais vozes são dignas de serem ouvidas e quais conhecimentos – produzidos por quem – são considerados válidos. Por ser fundamental à nossa reflexão reunir referenciais teóricos construídos por pessoas negras – e por pessoas LGBT –, os elementos marcadores das opressões múltiplas que incidem sobre os lugares de fala de Murilo e Samuel já se apresentam desde os primeiros passos da reflexão.

O racismo é uma realidade violenta. [...] No entanto, o racismo é, muitas vezes, visto como um fenômeno periférico, marginal aos padrões essenciais de desenvolvimento da vida social e política [...] De modo tendencioso, o racismo é visto apenas como uma “coisa” externa, uma “coisa” do passado, algo localizado nas margens e não no centro da política europeia. (KILOMBA, 2019, p. 71).

Grada Kilomba define, então, o racismo como uma questão central da organização social europeia e, por consequência, estendida aos países colonizados, uma vez que é o próprio racismo que define quem ocupa o lugar de colonizador (central) e quem ocupa o lugar de colonizado (periférico, subalterno). Em sua definição, o racismo é composto por três características básicas: 1) a construção da branquitude como norma, estabelecendo todas as outras pessoas não brancas como *diferentes*; 2) a associação dessa diferença construída a uma hierarquia baseada em estigmas que estabelecem o branco como superior e as/os *Outras/os* como inferiores; 3) o *poder* – histórico, econômico, social e político – que acompanha as duas características anteriores (KILOMBA, 2019, p. 75-76). Ainda segundo a autora, as duas primeiras características combinadas formam o *preconceito*, é preciso a terceira – o poder – para que se configure o *racismo*.

No caso do Brasil destaca-se o elemento da miscigenação, a partir do estupro colonial, como demarca Sueli Carneiro: faz parte da construção de raça no Brasil a busca constante da aproximação com a branquitude na tentativa de se distanciar da negritude, sobretudo no caso de pessoas negras mestiças de pele mais clara. Para Carneiro (2017),

Vem dos tempos da escravidão a manipulação da identidade do negro de pele clara como paradigma de um estágio mais avançado de ideal estético humano; acreditava-se que todo negro de pele escura deveria perseguir

## *Gênero, sexualidade e identidades*

diferentes mecanismos de embranquecimento. Aqui, aprendemos a não saber o que somos e, sobretudo, o que devemos querer ser. Temos sido ensinados a usar a miscigenação ou a mestiçagem como carta de alforria do estigma da negritude (p. 64).

É impossível abordar a subjetivação de pessoas negras – como nos propomos a fazer – sem a compreensão do racismo e a forma como este se manifesta, seja em sua forma estrutural, institucional ou cotidiana (KILOMBA, 2019), atravessando as vivências dos sujeitos em sociedades racistas. Contudo, abordar a questão racial “sozinha”, em um aspecto geral, não dá conta das opressões que atravessam os autores do Muro Pequeno e do Guardar no Armário. Ambos são negros, mas também são homens gays. A realidade do homem negro gay é diferente do homem negro heterossexual em uma sociedade que, além de racista, é homofóbica e heteropatriarcal. Uma abordagem interseccional nos mostra que o racismo é indissociável de outras formas de opressão, “a conjugação do racismo com o sexismo [ou a homofobia] produz [...] uma espécie de asfixia social sobre todas as dimensões da vida” (CARNEIRO, 2017, p. 127).

O lugar em que nos situamos determinará nossa interpretação sobre o duplo fenômeno do racismo e do sexismo. Para nós o racismo se constitui como a sintomática que caracteriza a neurose cultural brasileira. Nesse sentido, veremos que sua articulação com o sexismo produz efeitos violentos sobre a mulher negra em particular. (GONZALEZ, 1984, p. 224).

Embora essas perspectivas interseccionais tratem, principalmente, do lugar das mulheres negras, nos ajudam a compreender que a vivência tanto de gênero quanto de sexualidade de Murilo e Samuel também são indissociáveis de sua vivência racializada. Se olharmos para a construção da masculinidade apenas pela perspectiva de gênero, corremos o risco de considerar que o homem negro ocuparia o mesmo lugar do homem branco, o que seria um erro. A construção da masculinidade negra nunca foi a mesma que a branca. Diz Fanon: “Mesmo expondo-me ao ressentimento de meus irmãos de cor, direi que o negro não é um homem. Há uma zona de não-ser, uma região extraordinariamente estéril e árida [...]. (2008, p. 26).

O modelo de masculinidade hegemônico patriarcal é construído a partir do referencial “universal” do homem branco. Os principais marcadores

dessa masculinidade hegemônica são a atividade, a dominação e a violência, formando a noção de virilidade (BOURDIEU, 2012; GROSSI, 2004).

[...] a virilidade tem que ser validada pelos outros homens, em sua verdade de violência real ou potencial, e atestada pelo reconhecimento de fazer parte de um grupo de "verdadeiros homens". Inúmeros ritos de instituição, sobretudo os escolares ou militares, comportam verdadeiras provas de virilidade, orientadas no sentido de reforçar solidariedades viris. (BOURDIEU, 2012, p. 65).

No entanto, essa construção branca da masculinidade não confere lugar de humanidade aos homens negros. Eles são aprisionados dentro de estereótipos animalizantes (GONZALEZ, 1984) e sexualizantes. Enquanto a virilidade de um homem branco pode ser sustentada por outras vias – sucesso financeiro, agressividade nos negócios – do homem negro apenas se espera a violência, que sejam “durões” e dotados – inclusive de órgãos sexuais avantajados – apenas de “qualidades” (hetero)sexuais. O “poder” de ter um pênis, para o homem negro, é ilusório e, na verdade, objetiva esse homem. Apenas o pênis é validado, não o homem negro (CUSTÓDIO, 2017).

A masculinidade gay é um desvio do padrão de masculinidade hegemônica, uma vez que ele é claramente heterossexual. Para os homens gays e negros, o “não lugar” de que fala Fanon (2008) é ainda mais violento. Novamente, o exemplo das mulheres negras pode ser útil: semelhante ao que ocorre com o feminismo “universal” (KILOMBA, 2019; RIBEIRO, 2017), a chamada “comunidade LGBT” também se organiza segundo um padrão colonial branco. O corpo gay desejável é, quase que exclusivamente, o do gay branco, mais próximo ao hegemônico, segundo “valores e padrões comportamentais tipicamente burgueses, brancos, heterossexuais” (LOPES, 2017, p. 407).

A dinâmica de afetividade na vida das bichas pretas estrutura-se em questões que interseccionam raça e sexualidade. Além de enfrentarem a imposição ideológica de uma masculinidade viril e objetificadora – construída pelo racismo –, lidam também com a noção heteronormativa, que enxerga as suas relações como apenas lascivas e sexuais – desprovidas de sentimentos. Isso fica ainda mais tensionado, quando a performance de feminilidade é mais latente, fugindo do que o padrão hegemônico nos engendra (COSTA, 2017).

## *Gênero, sexualidade e identidades*

Segundo Alan Costa (2017), o lugar da bicha preta se define, então, entre duas possibilidades: o objeto e o abjeto. Objeto, caso se aproxime do ideal de homem negro fetichizado, ativo, de pênis avantajado e virilidade imponente. Já o lugar do abjeto é destinado a todas aquelas bichas pretas que se distanciam da expectativa de virilidade extrema posta sobre homens negros. Quanto mais os gays negros se distanciam da expectativa de masculinidade imposta sobre eles, mais se aproximam do lugar de abjeto: “se não for viril, se não for dotado, se for afeminado, se não for ativo, se for gordo, quanto mais distante do padrão de beleza” (COSTA, 2017). Desse modo compreendemos que o lugar das bichas pretas se aproxima daquele definido por Grada Kilomba (2019) como “outro do outro”, tendo seu direito à existência e à voz absolutamente negado, mesmo dentre outras pessoas subalternizadas que lhes são próximas.

### *4 A esperança que emerge das narrativas bichas*

Eu não consigo olhar ao redor e ver todas as coisas que a gente tem produzido e transformado e achar que exista alguma coisa que vai poder vencer a gente. E essa esperança, assim como o medo, não é uma coisa que eu quero que me paralise. Assim como eu quero que o medo me sirva de alerta, *eu quero que essa esperança sirva como motor pra que a gente possa sair pelas ruas e produzir mais esperança*. Produzir transformação, colocar no mundo o projeto de sociedade que a gente quer ver, que a gente quer construir.

A gente pode enfrentar muita resistência, muita dificuldade, mas eu não consigo acreditar que a mudança é impossível, porque quando eu olho ao redor eu vejo que ela é tão possível que ela já está acontecendo. Tá acontecendo aqui, na gente. Nessa possibilidade que a gente tem *de trocar carinho, de trocar afeto, de trocar energias positivas e de cuidar uns dos outros num momento em que a gente sabe dos nossos medos e das nossas dores*. (MURILO, 11 out. 2018, grifos nossos).<sup>43</sup>

O relato acima foi retirado de um vídeo publicado no canal Muro Pequeno. Nele, vemos que Murilo não entende a esperança como um mero ato de nutrir bons sentimentos. Ao contrário, ela é descrita como um motor de transformação que articula ações coletivas e cotidianas. Apontamos que a elaboração de si – ou escrita de si – que Murilo faz nesse vídeo demonstra uma proposta de reescrever a própria realidade na qual se vive, construir um

---

<sup>43</sup> Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=3F3fiWesqGI&t=400s>.

projeto de mundo diferente. Ele destaca ainda as ações de troca de carinho, de cuidado de si e dos outros, como sinais de que a mudança é possível. Essa articulação entre a ruptura de opressões, por meio de um outro projeto de mundo a ser construído, e a necessidade e potência das trocas de carinho e da conservação da esperança também são percebidas em um trecho de um vídeo de Samuel:

De verdade? Eu cresci com meus pais e meus tios, fazendo churrasco na laje. E eu faço sempre aqui e eu chamo sempre as pessoas pra vir pra cá. Independente de toda a sua militância, eu tenho certeza que você, militante negro e LGBT, também já fez churrasco na laje e adora. [...] E é isso que a gente tá convidando entre a gente. A gente não vai parar de militar, mas se a gente puder ter esses momentos de alegria, momentos de cura [...] Às vezes a pessoa teve uma semana horrível, que foi péssimo no trabalho, que foi explorado pelo seu chefe, que pegou ônibus lotado, e muitas vezes ele só quer ver aquele youtuber que ele gosta falando sobre alguma coisa que deixa ele feliz. (SAMUEL, 14 jun. 2019).

O churrasco na laje é usado por ele como exemplo de “momentos de cura”, necessários para o cuidado com a própria saúde. Sua fala dialoga com a de Murilo sobre a necessidade de se estar com “pessoas queridas”, cuidando uns dos outros. A celebração é entendida, aqui, como um momento de cuidado de si, necessário à militância. Há o esforço de não se reduzir ou anular a importância da combatividade, mas um apelo para que não seja esquecida a necessidade dos momentos de cura.

Entendemos, então, que a alegria é uma forma de resistência. Todo o contexto das pessoas de “grupos minoritários”, ou subalternizados (SPIVAK, 2014), é desenhado para o sofrimento, para que não haja espaço ao lazer e aos momentos de alegria, de descanso, de confraternização. Nesse sentido, abrir brechas a esses momentos também é resistir. Ser feliz em meio ao bombardeio racista, sexista, homofóbico e classista que os atinge diariamente é um ato de resistência tão importante quanto sair às ruas para militar por algo em uma manifestação. Se o sistema não prevê espaço para “alegria e felicidade” a essas camadas e grupos, ser feliz é uma grande subversão, é desafiar a norma e o que é esperado ao trabalhador explorado, a LGBTs excluídos, às pessoas negras. Murilo traz, em um de seus vídeos, uma citação de Foucault para pensar o exercício da militância:

## *Gênero, sexualidade e identidades*

Não imaginem que seja preciso ser triste para ser militante, mesmo se o que se combate é abominável. É a ligação do desejo com a realidade (...) que possui uma força revolucionária”. E eu fiquei bem impactado com isso porque o sentimento maior que tava batendo na gente ontem era um sentimento de triste mesmo, assim. E essa sensação de que o que a gente combate é abominável, mas que a gente não precisa ser triste foi uma ideia que me colocou pra pensar em um monte de coisa, assim. (MURILO, 1 set. 2016).

Tanto Murilo quanto Samuel se alinham a essa compreensão de Foucault de que não é preciso ser triste para ser militante. Ambos reconhecem a importância da indignação, da combatividade e até da raiva, porém, também destacam a importância de se manter saudável e, sim, feliz, mesmo diante da realidade abominável contra a qual se propõem a lutar. Para tanto, os dois youtubers se propõem, com certa frequência, a demarcar e celebrar conquistas, sejam “particulares” ou coletivas, se tornando referências positivas ao público, ajudando a configurar realidades de sucesso possíveis frente aos fluxos de subalternização (SPIVAK, 2014), e mesmo a repensar a noção de sucesso, que também é socialmente construída atendendo a padrões brancos e heteronormativos.

O que mais me deixa feliz não é só ter a presença deles [outras pessoas negras trabalhando nas mesmas agências] aqui, mas saber que muitas pessoas que não teriam contato com eles talvez no mercado hoje estão podendo ter e mudaram muito. Em pouquíssimo tempo, eu vejo uma mudança real nas pessoas aliadas aqui dentro [das agências]. [...] Eu sou numa época em que eu era sempre o único negro em todos os espaços que eu trabalhava e hoje eu tenho o prazer e o orgulho de ver que a Comunicação, a publicidade, mesmo a passos muito lentos, estão correndo atrás do tempo perdido e entendendo que nós somos muito mais potentes se nós trabalharmos juntos (SAMUEL, 20 nov. 2019).<sup>44</sup>

Samuel atua profissionalmente na área de Publicidade e Propaganda. Além disso, ele participa de projetos voltados à inclusão de pessoas negras e LGBT nesse mercado de trabalho. Nesse relato, ele identifica mudanças em seu ambiente de trabalho, maior presença de pessoas negras – além dele mesmo – e mudanças de comportamento entre pessoas brancas que já atuavam nesses lugares – a quem ele chama de “pessoas aliadas”. Ele também

---

<sup>44</sup> Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=1Ap5WSf3glo>.

identifica em seus colegas de trabalho uma espécie de rede de apoio, compartilhando vivências e trabalhando juntos pela inclusão no mercado.

Para Murilo e Samuel a busca pela autoestima, por sentir-se “empoderado”, e ver seus semelhantes conquistando isso, tem muita importância.

O que mais tem por aí é gente querendo que a gente suma, gente querendo que a gente fique trancado em casa sem nunca colocar a nossa cara no mundo. O que mais tem por aí é gente querendo que a gente tenha vergonha das nossas sexualidades ou das nossas identidades de gênero. E numa realidade como essa, afirmar o nosso orgulho é provocar uma revolução. É uma forma de resistência importantíssima, é um jeito de mandar pro mundo um recado de que, mesmo com toda a violência, ninguém nunca vai calar as nossas vozes, nem apagar os nossos sorrisos. A gente tá junto, junto a gente é mais forte, e junto a gente tem orgulho de ser quem a gente é. (MURILO, 21 jun. 2016).

A ideia de “orgulho” é importante como forma de resistência tanto para a militância negra quanto a LGBT. Pessoas LGBT se apropriam especialmente desse termo para celebrar o orgulho daquilo pelo que supostamente deveriam se envergonhar – suas sexualidades e identidades de gênero. A fala de Murilo remonta a essa importância do orgulho e, portanto, de uma conquista de autoestima como uma forma de rompimento com opressões. “Mesmo com toda a violência, ninguém nunca vai calar as nossas vozes nem apagar os nossos sorrisos”, apresenta sujeitos que ousam falar, quando “deveriam” permanecer silenciados, e buscam a felicidade, o sorriso, mesmo que “devessem” permanecer resignados e deprimidos.

Samuel demarca, novamente, a importância de se construir redes de apoio em um vídeo sobre o filme “Bacurau”, que grava junto a seu marido:

[Luiz]: Uma coisa que me chama muito a atenção nesse filme e que se provou mais forte ainda depois que o personagem do Silvero aparece no filme foi o senso de comunidade deles. Apesar das diferenças que eles têm, eles tão sempre se protegendo.

[Samuel]: E aí a gente consegue fazer um paralelo, talvez, as nossas amizades, né, as pessoas que a gente tem como amigos de fato. A gente se cuida, a gente faz grupo no WhatsApp, a gente avisa muitas vezes onde a gente tá indo, se alguma coisa tá acontecendo e é aí que eu falo que são as nossas famílias que não são de sangue. (23 ago. 2019).<sup>45</sup>

---

<sup>45</sup> Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ORv8oIRAN4>.

## *Gênero, sexualidade e identidades*

Além da reflexão sobre a importância de criar laços, este é o primeiro vídeo do *Guardei no Armário* no qual ouvimos (e vemos uma caricatura de) Luiz. Mostrar seu relacionamento publicamente tem potência política no trabalho de Samuel. Como bicha preta, a solidão afetiva seria seu “destino”. No entanto, ele aparece publicamente com seu marido, que, pela caricatura, identificamos como um homem negro. Desse modo, a partir de sua escrita no YouTube, Samuel demonstra a possibilidade da vivência do amor e do afeto também para bichas pretas, e entre bichas pretas – o que é ainda mais importante.

quando a gente tá em uma série de situações de minoria, em que os nossos corpos não são reconhecidos como corpos desejáveis, como corpos padrão, quando a gente tá nessa realidade, se amar é um exercício de resistência. E a gente precisa começar a fazer esse exercício de resistência não só pra que a gente se sintam bem, mas pra que essa cultura de violência e de diminuição das outras pessoas simplesmente pare de acontecer. E aí aquele esforço que não é só dizer pra si mesmo, mas é conseguir dizer pros outros também que a gente basta, que a gente é suficiente, que a gente merece amor e que a gente tem plenas condições de oferecer amor também (MURILO, 9 fev. 2017).<sup>46</sup>

Murilo inicia a fala do vídeo citado acima abordando exclusão, solidão, e suas dores decorrentes disso. Em seguida, desperta reflexões sobre o afeto e ter “plenas condições de oferecer amor também”, ainda que a sociedade diga o contrário de pessoas como ele. O que é importante ressaltar é que Murilo, neste vídeo, coloca, explicitamente, seus semelhantes – bichas pretas – como possibilidades de afeto. Há ainda uma constatação sobre si como “digno de afeto”, como “suficiente”, após Murilo ter passado a maior parte da vida sentindo o oposto. Vemos uma passagem a sujeito (KILOMBA, 2019), e a sujeito “de amor”.

Atualmente, o youtuber namora o multiartista Raphael Elias, que também é uma bicha preta. Raphael só aparece em apenas um vídeo do corpus selecionado – e em todo o canal – sendo mencionado em alguns outros vídeos (dentro ou fora do corpus). Ao contrário de Luiz, no *Guardei no Armário*, Raphael efetivamente aparece frente à câmera e para o público do Muro Pequeno, porém, em um vídeo musical, tocando violão e cantando ao lado de Murilo – vídeo intitulado “EU QUERO SEGUIR VIVENDO, AMOR!

---

<sup>46</sup> Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=cea0HxkGX0o>

#MuroMusical” (MURILO, 27 out. 2018) <sup>47</sup>. Os dois cantam a música “Alegria, Alegria”, de Caetano Veloso, se beijando ao final. Reorganizamos quatro versos da canção cantada para melhor compreensão da importância dessa demonstração pública de afeto de Murilo e Raphael:

Em caras de presidentes  
Em grandes beijos de amor  
[...]  
Eu quero seguir vivendo, amor  
Eu vou

### **5 Considerações finais**

Ao longo deste trabalho refletimos, a partir de Grada Kilomba, sobre a escrita audiovisual de Murilo e Samuel como uma forma de libertação, um caminho para tornar-se sujeito, autor da própria narrativa. Buscando ocupar esse lugar, eles têm de enfrentar diversos fluxos de opressão que operam sobre si, silenciando suas vozes. O enfrentamento dessas lógicas, ao assumir o compromisso da parresia (RAGO, 2013), traz riscos.

O YouTube é, ao mesmo tempo, a plataforma de escolha dos dois autores dos (e com os) quais falamos e um lugar hostil, no qual notavelmente circulam discursos de ódio voltados a pessoas como eles – não sendo muito diferente da sociedade em geral. Colocando suas vozes, se abrindo à vulnerabilidade, eles se deparam com diversos desafios, tentativas de silenciamento e sofrimentos. Se ambos continuam, é porque precisam. Apenas por existirem neste mundo, ambos já estão em risco. Também ambos compreendem e deixam claro que não estão sozinhos. Por isso, vale apontar que eles não falam apenas de si e, tampouco, continuam apenas por si. Diante do tamanho do desafio enfrentado, a continuidade depende da esperança.

Ter esperança não se limita a “nutrir bons sentimentos” e usá-los como uma espécie de acomodação. A esperança aparece como uma força que impulsiona esses sujeitos a continuarem a luta e, mais ainda, a fazê-lo com alegria. Não que a combatividade, a indignação, a raiva e a dor não estejam

---

<sup>47</sup> Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=GGNIVOPDICI>.

## *Gênero, sexualidade e identidades*

presentes, elas estão – e talvez devam estar, ou sejam inevitáveis. Contudo, Murilo e Samuel nos ajudam a compreender a necessidade também da alegria, do afeto, do cuidado e do amor para que se possa, de fato, lutar pela liberdade e para que uma autocompreensão que supere o lugar da opressão.

Para bell hooks (2010), o amor cura e, a partir dele, se torna possível “transformar o presente e sonhar o futuro”. “A idéia de que o amor significa a nossa expansão no sentido de nutrir nosso crescimento espiritual ou o de outra pessoa, me ajuda a crescer por afirmar que o amor é uma ação” (hooks, 2010). Assim, esperança e amor se cruzam.

Enquanto bichas pretas, o direito ao afeto, à felicidade e a tantas outras coisas sempre lhes foi sistematicamente negado. A existência de Murilo e Samuel, e das bichas pretas, não se resume, ainda que o “consenso” assim deseje, a dor e medo. Vivenciar o afeto, a alegria e o amor, ter e externalizar esperança, compartilhá-la com outros, também é revolucionário para aqueles aos quais a opressão sistematicamente tenta impor o apagamento e a morte (hooks, 2010), operando para implodir imaginários vigentes e gestar possibilidades de fundação de outros imaginários (BORGES, 2020).

Esta esperança é, então, o que move Murilo e Samuel. Seu percurso no YouTube é marcado por isso. Entre pausas e retomadas, entre dores e alegrias, entre golpes e amores, Muro Pequeno e Guardei no Armário continuam, bem como seus idealizadores.

## REFERÊNCIAS

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. *Chimamanda Adichie: o perigo de uma única história*. [S. l., s. n.], 7 out. 2009. 1 vídeo (19 min 16 s). Publicado pelo canal TED. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=D9lhs241zeg>. Acesso em: 09 out. 2020.

BORGES, Rosane. *Traduções - Ep. 9: Rosane Borges*. [S. l., s. n.], 4 ago. 2020. 1 vídeo (1h 13min 55s). Publicado pelo canal jornalismo. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=vUTsB6cVZWQ>. Acesso em: 09 out. 2020.

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

- CARNEIRO, Sueli. *Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil*. Selo Negro, 2011.
- COSTA, Alan. Bichas pretas: entre o objeto, o abjeto – poucas vezes afeto. In: *CEERT: Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades*. [S. l.], 01 ago. 2017. Disponível em: <https://ceert.org.br/noticias/genero-mulher/18475/bichas-pretas-entre-o-objeto-o-abjeto-poucas-vezes-afeto>. Acesso em: 09 out. 2020.
- CUSTÓDIO, Tulio. Opinião: Ser homem e negro é um rascunho inconcluso e constante. In: *HuffPost Brasil*. [S. l.], 27 jan. 2017. Disponível em: [https://www.huffpostbrasil.com/tulio-custodio/ser-homem-e-negro-e-um-rascunho-inconcluso-e-constante\\_b\\_9829946.html?guccounter=1](https://www.huffpostbrasil.com/tulio-custodio/ser-homem-e-negro-e-um-rascunho-inconcluso-e-constante_b_9829946.html?guccounter=1). Acesso em: 09 out. 2020.
- FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: SciELO-EDUFBA, 2008.
- GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *Revista Ciências Sociais Hoje—Anuário de Antropologia, Política e Sociologia*. 1984.
- GROSSI, Miriam Pillar. Masculinidades: uma revisão teórica. *Antropologia em Primeira Mão*, 75, 1-37. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/1265/masculinidades.pdf?sequence=1>. Acesso em: 1º mar. 2020.
- HOOKS, Bell. *Vivendo de Amor*. Trad. Maísa Mendonça. In: Geledés: Instituto da Mulher Negra. [S. l.], 9 mar. 2010. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/vivendo-de-amor/>. Acesso em: 26 jan. 2020.
- KILOMBA, Grada. *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.
- LOPES, Oscar Guilherme. *Gays afeminados ou a poluição homoerótica*. *Revista Periódicus*, v. 1, n. 7, p. 405-422, 2017.
- RAGO, Margareth. *A aventura de contar-se*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2013.
- RAGO, Margareth; PELEGRINI, Maurício (Org). *Neoliberalismo, feminismos e contracondutas: perspectivas foucaultianas*. São Paulo: Intermeios, 2019.
- RIBEIRO, Djamila. *O que é lugar de fala?* Belo Horizonte: Letramento, 2017.
- SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2014.

## **MIRADAS FEMININAS: REFLEXÕES SOBRE A ATUAÇÃO DE EDITORAS INDEPENDENTES GERIDAS POR MULHERES NO BRASIL**

*Karina Lima Sales (UNEB) <sup>48</sup>*

### **RESUMO**

As editoras independentes no Brasil despontaram nos últimos anos como fenômeno da nova cena cultural. Atuar como editora independente no mercado editorial brasileiro é uma espécie de luta, com desafios os mais variados que se interpõem aos editores-autores-envolvidos em cada um dos projetos. Dentre as diversas experiências editoriais independentes que vicejam no país interessa-nos, nesse texto, projetos editoriais independentes geridos por mulheres e que publicam mulheres. Essas editoras surgem, antes de tudo, como um posicionamento político de enfrentamento a uma sociedade ainda marcadamente patriarcal e misógina, também no que tange ao mercado editorial. O artigo centra-se em três editoras brasileiras, analisando suas ações para além do mero ato de produção editorial. As atividades de editoras independentes geridas por mulheres devem ser analisadas como agenciamentos que estão conectados e articulados a vários outros, gerando outros possíveis agenciamentos, em uma esfera político-cultural que pode e deve ultrapassar o âmbito do campo editorial.

### **Palavras-chave:**

Editoras independentes geridas por mulheres. Aliás Editora.  
Quintal Edições. Me Parió Revolução. Agenciamentos coletivos.

### **ABSTRACT**

Independent publishers in Brazil have emerged in recent years as a phenomenon of the new cultural scene. Acting as an independent publisher in the Brazilian publishing market is a kind of fight, with the most varied challenges facing the editors-authors-involved in each of the projects. Among the independent editorial experiences that thrive in the country, we are interested in independent editorial projects managed by women and that publish women. These publishers emerge, above all, as a political position to confront a society that is still markedly patriarchal and misogynistic, also to the publishing market. The article focuses on three Brazilian publishers, analyzing their actions beyond the mere act of editorial production. The activities of independent publishers managed by women must be analyzed as agencying that are connected

---

<sup>48</sup> Doutora em Letras: Estudos Literários pela UFMG. Professora Assistente no Curso de Letras: Língua Portuguesa e Literaturas da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Campus X. E-mail: [kalisalima@hotmail.com](mailto:kalisalima@hotmail.com).

and articulated with several others, in a political-cultural sphere that can and must go beyond the scope of the editorial field.

**Keywords:**

Independent publishers managed by women. Aliás Editora.  
Quintal Edições. Me Parió Revolução. Collective agencying.

***1 O fenômeno das editoras independentes no cenário editorial brasileiro***

Quando se observa o cenário editorial brasileiro dos últimos dois anos percebe-se que ele foi marcado por uma grave crise. Em 2018, duas grandes redes de livrarias do país foram atingidas por ela, a Saraiva e a Cultura, levando ao fechamento de lojas físicas e a pedidos de recuperação judicial, atrasando ou suspendendo pagamentos às editoras fornecedoras. Em 2020, com o pandêmico cenário do coronavírus, a crise voltou a atacar o setor livreiro. Novamente Saraiva e Cultura, que alegavam tentar recuperar-se, em parte, da crise, voltaram a atrasar pagamentos. A única que parece passar pela crise sem maiores consequências – mesmo porque, na crise anterior, crescera de forma sólida – é a gigante de vendas Amazon, cujo império se fortalece, pois continua vendendo muito, pautada no sistema *e-commerce*, paga a seus fornecedores e tem o poder de conquistar uma maior fatia do mercado de livros. Outras livrarias também foram obrigadas a renegociar pagamentos ou suspendê-los de imediato, em meio à pandemia, surpreendendo fornecedores e levando editoras independentes a graves crises. Esse recente cenário resultou, em março, em um movimento de mais de cem editoras independentes que foram a público, explicitando, em uma dura carta, a quebra de confiança das relações comerciais e exigindo o pagamento das vendas consignadas e ameaçando ir à justiça para a cobrança dos valores devidos pelas livrarias.

Embora a crise do setor livreiro no Brasil não seja o foco desse texto, ela toca no fenômeno do crescimento das editoras independentes e sua busca por fortalecimento no mercado. Nos últimos anos tem crescido o número de feiras literárias realizadas no país, multiplica-se a criação de pequenas livrarias e editoras independentes, que parecem compor uma força de resistência, impulsionados pelo alcance da internet e busca de custos mais

baixos de impressão. O setor ia bem, até que chegou a pandemia. Se a queda das vendas atingiu as gigantes do mercado, também o fez em relação às pequenas editoras e às editoras independentes. Nesse momento de contingência, a compra de livro acaba sendo um dos primeiros cortes.<sup>49</sup> As editoras independentes, que despontaram nos últimos anos como fenômeno da nova cena cultural, sem capital, podem sucumbir à queda drástica nas vendas e, por isso, precisam buscar formas de sobrevivência e investem em sua condição precípua, o que tem sido chamado de uma cultura anti-Amazon: o livro como ferramenta política, não só produto de consumo.<sup>50</sup> Não basta vender, simplesmente. Atuar como editora independente no mercado editorial brasileiro é uma espécie de luta, com desafios os mais variados que se interpõem aos editores-autores-envolvidos em cada um dos projetos. E as editoras independentes que intentam consolidar suas ações vinculando práticas editoriais com conteúdo, para além da mera ação de publicar e vender livros, podem ser analisadas como focos de resistência cultural. Segundo Malena Botto, “las editoriales independientes se conciben a sí mismas como actores culturales, más que como empresas con fines de lucro. La editorial es un medio para difundir ideas, arte y/o conocimientos” (2006, p. 223).

Essa atuação das editoras independentes como atores culturais pode ser exemplificada com experiências editoriais diversas, como a das editoras

---

<sup>49</sup> A recente proposta de reforma tributária do governo federal que prevê o fim da isenção de contribuição para livros, se aprovada, encarecerá ainda mais o produto e o colocará na condição de artigo de luxo. A Câmara Brasileira do Livro, o Sindicato Nacional dos Editores de Livro e a Associação Brasileira de Editores de Livros Escolares publicaram um “manifesto em defesa do livro”, em que se posicionaram contrários à mudança. Para as instituições, essa cobrança aumentaria a desigualdade do acesso ao conhecimento e à cultura. Esse movimento em defesa do livro foi fortalecido nas redes sociais, com uma adesão em massa de internautas.

<sup>50</sup> Como movimento amplo, nessa perspectiva, destaca-se a realização, com a participação de diversas editoras, do Salão do Livro Político, que teve a sua quinta edição em 2019, com a realização de mesas redondas com temas politicamente instigantes, promoção de cursos (em 2019 foi sobre o pensamento de Paulo Freire), atividades culturais como filmes, peças teatrais e apresentações musicais e vendas de livros de 35 editoras independentes, com a presença de editores e autores, para interação com o público. O evento poderia ser acompanhado pelos visitantes nas páginas do Facebook do Salão do Livro, da TV PUC-SP e Fundação Perseu Abramo, que transmitiam ao vivo as mesas ou publicaram vídeos das mesas e conferências na sequência das atividades. Esse material também pode ser acessado na página web do Salão do Livro. Um dos fundadores da Editora Elefante, uma das organizadoras do Salão do Livro, o jornalista Tadeu Breda, em entrevista concedida a Rôney Rodrigues, afirma que é preciso apostar na construção de uma cultura livresca que se oponha ao Império da Amazon, que transforma livros em *commodities*, baseando nossa relação com o conhecimento no “menor preço” e no “imediatismo”. Para Breda, a contribuição das livrarias e editoras independentes é mais eficaz se desacelerarem o frenético fluxo de venda e compra para cultivar uma relação mais vagarosa e forte com leitores, dando-lhes atenção e estimulando a crítica aos gigantes do mercado editorial. A ideia é de “humanizar o livro”, entendido não apenas como mercadoria, mas também instrumento para a política, a cultura e a felicidade humana.

cartoneiras. A primeira editora cartoneira surgiu na Argentina em 2003, a Eloísa Cartonera, fundada em Buenos Aires por Washington Cucurto, Javier Barilaro e Fernanda Laguna. Hoje as editoras cartoneiras são muitas e se multiplicam por vários países, tendo como matriz a experiência da Eloísa Cartonera. No Brasil, há várias editoras cartoneiras, como Dulcinea Catadora, Mariposa Cartoneira, Pé de Letra, Sereia Catadora, Cartoneira do Mar, Malha Fina Cartoneira, dentre tantas outras. Em suas listas de autores publicados, figuram autores já conhecidos e consagrados, mas principalmente novos autores. Nessas editoras, o papelão coletado nas ruas é transformado em obra de arte, recheada de literatura latino-americana. Segundo Ksenija Bilbija, cada “una de las comunidades editoriales cartoneras diseminada por la matriz Eloísa Cartonera está en relación con contextos específicos en los que la circulación del producto - el libro - impacta la creación de nuevas identidades sociales” (2010, p. 11). Como sintetiza Bilbija, “usar el libro como arma contra las injusticias neoliberales, no sólo teóricamente, sino en términos prácticos a través de su propia producción, es el objetivo de la editorial cartonera” (2010, p. 13). Nas editoras cartoneiras interessa a dimensão ontológico-política, o trabalho coletivo que se desenvolve nesses espaços, pautado na premissa da convivência criativa, do artesanato e da livre criação como molas, além de toda uma possibilidade de produção e circulação da literatura por outra via que não a convencional.

Contudo, dentre as diversas experiências editoriais independentes que vicejam no país interessa-nos, nesse texto, projetos editoriais independentes geridos por mulheres e que publicam mulheres. Essas editoras surgem, antes de tudo, como um posicionamento político de enfrentamento a uma sociedade ainda marcadamente patriarcal e misógina, também no que tange ao mercado editorial. Por exemplo, a história das mulheres editoras não é tão conhecida no país e carece de um olhar mais acurado.<sup>51</sup> Destaco, no cenário contemporâneo, a atuação de Maria Mazarello Rodrigues, mulher negra, fundadora e editora da Mazza Edições, em Belo Horizonte, desde

---

<sup>51</sup> Ana Elisa Ribeiro, em seu projeto de pesquisa “Mulheres que editam: um mapeamento preliminar no Brasil”, em execução no Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagens do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG), busca traçar um mapeamento da história das mulheres no campo da edição, especialmente as que atuaram e atuam em posições de liderança e decisão.

### *Gênero, sexualidade e identidades*

1981, editora pioneira na publicação de autores negros. Ou Sonia Junqueira, editora atuante há mais de 40 anos, em diversas casas brasileiras, sendo hoje a editora de obras infantis, entre outras, do grupo Autêntica. Mas a grande questão é que o silenciamento e apagamento de mulheres no mercado editorial é uma constante. A conhecida pesquisa coordenada por Regina Dalcastagnè junto ao Grupo de Estudos em Literatura Brasileira Contemporânea, da Universidade de Brasília, atesta isso. Nas páginas dos livros brasileiros de grandes editoras como a Record, a Companhia das Letras e a Rocco predominam escritores (70,6%) e personagens homens (58,2%), brancos (77,9%) e heterossexuais (85,7%). Assim, embora as mulheres sejam as que mais leem no país e influenciam a formação do hábito leitor – segundo a última edição da Pesquisa Retratos da Leitura no Brasil, desenvolvida pelo Instituto Pró-Livro –, os nomes femininos nas capas dos livros, como autoras, ainda figuram em menor escala. E a atuação de editoras geridas por mulheres e cujos projetos editoriais focuem na publicação de outras mulheres configura-se como um ato político de resistência e enfrentamento ao *status quo*.

Há que se considerar, ainda, que essas ações podem ser analisadas para além do mero ato de produção editorial. As atividades de editoras independentes geridas por mulheres devem ser analisadas como agenciamentos que estão conectados e articulados a vários outros, gerando outros possíveis agenciamentos, em uma esfera político-cultural que pode e deve ultrapassar o âmbito do campo editorial. Nos termos de Deleuze e Guattari os livros são *agenciamentos*, pois neles há “linhas de articulação ou segmentaridade, estratos, territorialidades, mas também linhas de fuga, movimentos de desterritorialização e desestratificação”. (1995, p. 12). E essas linhas e movimentos são operados por velocidades que acarretam fenômenos de retardamento, de viscosidade ou de precipitação e de ruptura, constituindo agenciamentos: “Um livro é um tal agenciamento e, como tal, inatribuível. É uma multiplicidade - mas não se sabe ainda o que o múltiplo implica, quando ele deixa de ser atribuído, quer dizer, quando é elevado ao estado de substantivo” (1995, p. 12).

Dessa maneira, a noção de agenciamento, tal como forjada por Deleuze e Guattari, torna-se necessária para a análise que será apresentada. Para Deleuze e Guattari (2011) um agenciamento pode ser dividido em dois eixos, um vertical e um horizontal. O horizontal é composto por um segmento

de conteúdo e outro de expressão. O de conteúdo pode ser chamado de *agenciamento maquínico* de corpos, o de expressão é o *agenciamento coletivo de enunciação*. Segundo o eixo vertical, o agenciamento tem ao mesmo tempo *lados territoriais ou* reterritorializados, que o estabilizam, e *pontas de desterritorialização* que o impelem. Essa tetralvência aponta para a natureza dos agenciamentos. No eixo horizontal, por um lado o agenciamento é *agenciamento maquínico* de corpos, “de ações e de paixões, mistura de corpos reagindo uns sobre os outros” (2011, p. 31). Por outro, ele é *agenciamento coletivo de enunciação*, “de atos e de enunciados, transformações incorpóreas atribuindo-se aos corpos” (2011, p. 31), são estados de coisas.<sup>52</sup> Assim, no funcionamento dos agenciamentos, os enunciados e os estados de coisas atuam como engrenagens, as faces estão em relação de complementaridade, ainda que variáveis, interconectam-se seus valores e segmentos. E como no eixo vertical o agenciamento é dividido de acordo com os movimentos que o tensionam, todo agenciamento comporta movências de desterritorialização, que podem reconfigurar processos de novas criações, constituindo novas territorialidades. Os dois movimentos coexistem em um agenciamento, não são simétricos, mas um agenciamento é composto por ambos, o movimento se passa entre um e outro.

Instaurada a inserção da noção de *agenciamento*, pretende-se analisar as experiências de editoras independentes geridas por mulheres, entendendo essas ações como agenciamentos, aqui denominados político-culturais. O livro como agenciamento, na acepção delleuziana e guatariana, não possui corpo único, embora sem órgãos, mas vários corpos, segundo a natureza das linhas consideradas, seu teor e densidade, as possibilidades de convergência sobre o plano de consistência, sendo possível “quantificar a escrita”. E como se defende aqui o livro como agenciamento político, para além do que os livros das autoras falam, interessa-nos a maneira como são feitos e colocados a circular, que relações são estabelecidas, que confrontos se criam e o que propiciam essas aproximações e/ou rupturas. Considerado como agenciamento, o livro “está somente em conexão com outros

---

<sup>52</sup> Os enunciados ressoam em atos incorpóreos, palavras de ordem exercidas sobre os corpos. Ainda que um autor emita uma sentença, há que se considerar, sob essa noção, que não há sujeito de enunciação, efetivamente, pois os enunciados expressos pelas sentenças emitidas por cada sujeito dependem de um complexo agenciamento, que inevitavelmente é uma operação coletiva.

## *Gênero, sexualidade e identidades*

agenciamentos, em relação com outros corpos sem órgãos”. (1995, p. 2). Dado que a própria literatura pode ser vista como agenciamento, relacionada a toda uma constituição de saberes e de poderes – agenciamentos vários, os processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização que vão sendo constituídos no grande território do campo literário apontam para o tensionamento de forças como a do movimento das editoras independentes geridas por mulheres, cujas atividades consubstanciam agenciamentos a partir de experiências que atravessam o mercado editorial e outras práticas político-culturais, em uma mirada coletiva, as quais também se constituem agenciamentos, deslocam escritores-leitores / leitores-escritores de pretensas zonas de conforto para zonas de pura intensidade e força. De vida, sempre em conflito.

### *2 Nós por nós: três editoras independentes geridas por mulheres*

Embora surjam cada vez mais editoras independentes geridas por mulheres, pretende-se aqui, apresentar brevemente duas delas e focar a análise nas ações de uma terceira editora, a Me Parió Revolução. A primeira selecionada é a Aliás Editora, editora independente surgida em 2017 e que se propõe a publicar livros, zines e outras publicações artesanais nos mais diversos gêneros, com ênfase na literatura e nas artes visuais. A Aliás Editora publica “mulheres (cis e trans) nas conexões produtivas do livro e da literatura, buscando viabilizar a inserção de autoras (inéditas ou não) com temáticas que valorizem o papel fundamental da mulher na construção e na potencialidade de territórios mais livres, justos e igualitários”. A editora, em seu site, apresenta-se como:

um coletivo editorial formado por mulheres - de diferentes origens e saberes - que surgiu no mundo para produzir livros, livros artesanais, zines e novos suportes para as literaturas. **Anna K. Lima, Isabel Costa e Jéssica Gabrielle Lima:** três mulheres empenhadas e felizes em buscar audibilidade, vez, cor, ouvidos, abraços ao que - nós mulheres - quisermos ser. Publicações de mulheres. Ações de mulheres inspiradas e dispostas a criar novos suportes para textos e imagens literárias. Partindo da arte e da produção de zines, nós publicamos contos, crônicas, cartas, receitas, poesias e narrativas do cotidiano escritas exclusivamente por mulheres. São elas, as escritoras e as artistas, que nos inspiram, que movem nossos mundos, que desbravam horizontes perto de

nossos olhos. Mulheres que encontraram expressões e potências na palavra escrita, sentida e falada. A editora tem base em Fortaleza, Ceará.<sup>53</sup>

Além do trabalho de confecção de objetos literários, a editora objetiva realizar encontros, saraus, debates, exposições, conversas e diversas ações em instituições públicas e particulares. A Aliás “funciona não apenas como uma publicadora, mas, sim, como um centro de pulsão e propulsão de movimentos literários”. Durante a pandemia, a editora intensificou sua atuação nas redes sociais e tem utilizado seu perfil no Instagram para realizar constantes momentos de debates com escritoras convidadas ou suas editoras têm participado ativamente de debates promovidos por outros perfis, sobre a escrita e publicação de mulheres. Tem promovido oficinas de escrita criativa, como “Capacete devia ser era no peito”, disponibilizou *ebook* de livro publicado, para que o público estreitasse contato com as publicações da editora. Para sobreviver em meio ao caos da pandemia, a Aliás segue com as vendas online e criou uma campanha de financiamento coletivo no Catarse, intituladas “Bons ventos sempre chegam”. Recentemente, iniciou um movimento para mapeamento de escritoras lésbicas, bissexuais e trans, cujos dados serão utilizados para direcionar ações, criar projetos, antologias literárias e artísticas e ampliar conexões e ajuntamentos de mulheres. Com trinta publicações em seu acervo, entre livros, revistas e zines, a editora nordestina, cearense, segue consolidando sua trajetória, ao longo desses três anos de existência e apresenta-se como uma potência criativa, para além do eixo Rio-São Paulo.

A segunda selecionada é a Quintal Edições, editora atuante desde 2015, também dedicada a publicar exclusivamente mulheres. A Quintal possui, em seu catálogo, 24 obras de escritoras, com distintas temáticas. Segundo Carol Magalhães, criadora da Quintal Edições, a preocupação da editora é ter maior número de representatividade: “Temos negras e LGBTQS publicadas e queremos que esse número cresça, bem como queremos ter no nosso catálogo outras minorias representadas”.<sup>54</sup> No início desse ano, em 28

---

<sup>53</sup> Informações coletadas do site da editora. Disponível em: <https://www.aliaseditora.com/sobre>. Acesso em maio de 2020.

<sup>54</sup> Em entrevista concedida a Bárbara Zaríf, para o TAB. Disponível em: <https://tab.uol.com.br/noticias/redacao/2019/08/08/mulheres-abrem-editoras-para-derrubar-maioria-masculina-entre-autores.htm>. Acesso em setembro de 2019.

## *Gênero, sexualidade e identidades*

de janeiro, antes da pandemia, a editora sofreu um duro golpe. Fortes chuvas que assolaram a cidade de Belo Horizonte, cidade em que se localiza a editora, alagaram a sede da Quintal Edições e destruíram a maior parte de seu estoque e material permanente, como computadores, impressora, material de trabalho, arquivos de back-up. Em pronunciamento em página da editora na rede social Facebook, depois do fato, a editora informou aos leitores sobre o ocorrido e conclamou a todos para uma campanha coletiva de financiamento, para garantir a retomada dos trabalhos:

Estivemos, desde aquela noite, desafogando. Limpando e secando a casa. Tomando fôlego. Mas reconhecemos, no pouco que sobrou, nossa maior força: segue intacto, evidente, cheio de luz, o nosso propósito de apoiar mulheres em suas jornadas de encontrar o seu lugar como autoras.

Vamos seguir em frente! Por enquanto as vendas no site foram suspensas e novos lançamentos adiados até que tenhamos os recursos e as ferramentas necessárias para dar continuidade ao nosso plano editorial. Agora precisamos de você para levantar fundos para adquirir novo equipamento, reparar avarias no espaço físico, reimprimir as tiragens perdidas e voltar ao mercado.

Contamos com o seu apoio!<sup>55</sup>

Cada uma a seu modo, as duas editoras inicialmente apresentadas buscam sobreviver em um mercado competitivo. E com os desafios que se apresentam a todos, no atual cenário da pandemia, investem maciçamente em ações no âmbito virtual, desenvolvendo atividades que tanto objetivam visibilizar a editora quanto fortalecer a publicização de produções de mulheres, foco das editoras.

A terceira editora sobre a qual discorreremos, o selo editorial Me Parió Revolução, idealizado e executado por mulheres<sup>56</sup>, foi criada pela escritora Dinha, em 2013, junto com um coletivo de mulheres da Rede Poder e Revolução. A escritora Célia Reis, membro do coletivo desde 2016, assim caracteriza o grupo:

---

<sup>55</sup> Informação coletada de postagem realizada em 20 de fevereiro de 2020 na página do *Facebook* da Quintal Edições. Disponível em: <https://www.facebook.com/quintaledicoes/>. Acesso em 22 de fevereiro de 2020.

<sup>56</sup> Hoje, as mulheres à frente da Me Parió Revolução são Maria Nilda de Carvalho Mota, Célia Reis, Sandra Regina Perez Alberti, Lindalva Oliveira Feitosa, Driely Gomes, Laniela Feitosa, Fernanda Mithie, Gláucia Dantas dos Santos. Entretanto, para além desse restrito número de mulheres que respondem oficialmente pela editora, há toda uma rede feminina que contribui para o processo de editoração dos livros, participando das oficinas de montagem, quando o processo é artesanal, o que ocorre na maior parte das vezes. As mulheres da Me Parió se autodenominam “parideiras” e não editoras.

Somos mulheres de muitas histórias, trajetórias, engajadas em múltiplas frentes da vida: família, maternidade, trabalho – fora e dentro de casa – luta por moradia, ativismo cultural, escritas, saraus, educação, biblioteca comunitária, cursinho popular, pesquisas e estudos acadêmicos. Cada uma com sua potência, com sua luz transforma esse selo editorial em voz ampliada de mulheres, como um farol largo e de grande alcance, iluminando longe.<sup>57</sup>

O selo tem a proposta de editar livros “semiartesanaís, bonitos de encher os olhos e a alma, mas sem esvaziar os bolsos”. Segundo o site da editora, a intenção é promover “a leitura facilitando o acesso aos livros, e incentivando autores e autoras estreadantes ou não a publicarem seus textos de forma independente”.<sup>58</sup> Na aba “Quem somos”, no site da editora, assim se apresentam as editoras:

#### SOBRE NÓS

Mulheres periféricas, nós somos. Interessadas no trabalho de formar leitores e leitoras críticas - que leiam o mundo (feio ou bonito) que se esconde nas entrelinhas.

E como já dizia o camarada Black Alien:

"Há três tipos de gente

As que imaginam o que acontece

As que não sabem o que acontece

E nós que faz acontecer"<sup>59</sup>

Nesse “fazer acontecer”, em sete anos de existência, a editora publicou treze títulos. O livro de estreia foi o livro de poemas de Dinha *Onde escondemos o ouro*, com tiragem esgotada, que teve uma segunda edição em 2016. Em 2014, a editora publicou *Onde estaes Felicidade*, de Carolina Maria de Jesus. *Desumanização na literatura*, de 2015, foi organizado por Fernanda Massi e Patrícia T. Nakagome e é composto por seis ensaios sobre literatura

---

<sup>57</sup> Depoimento de Célia Reis publicado em 05 de outubro de 2020 no Site Nós, Mulheres da Periferia. Disponível em: [http://nosmulheresdaperiferia.com.br/nossas-vozes/selo-literario-mepario/?fbclid=IwAR1zeFmfTEIT3e3bGPjhWjCQPvE3l\\_81ZvZmfhSdRv8bNKnA\\_0aLTKHjwCQ](http://nosmulheresdaperiferia.com.br/nossas-vozes/selo-literario-mepario/?fbclid=IwAR1zeFmfTEIT3e3bGPjhWjCQPvE3l_81ZvZmfhSdRv8bNKnA_0aLTKHjwCQ). Acesso em 06 de outubro de 2020.

<sup>58</sup> Informações disponíveis no site da editora, aba “Início”. Disponível em: <https://www.mepario.com.br/>. Acesso em 10 outubro de 2020.

<sup>59</sup> Informação coletada do site da editora. Disponível em: <https://www.mepario.com.br/e-nois-quem-e>. Acesso em 10 de outubro de 2020.

### *Gênero, sexualidade e identidades*

e desumanização. Em 2015, foi publicado no *Zero a zero*: quinze poemas contra o genocídio da população negra, organizado por Sandra Alberti e Lindalva Oliveira Feitosa. Livro de poemas de Dinha, como sugere o título, é composto por quinze poemas que tematizam o extermínio principalmente de jovens e crianças negras. Em 2016, a editora publicou o seu quinto livro, *Canções de amor e denço*, de Cidinha da Silva, sob a coordenação editorial de Driely Gomes, Laniela Feitosa, Fernanda Mithie, Dinha, Lindalva Feitosa Oliveira, Eduardo Carvalho Mota, Sandrinha Alberti. A sexta publicação da editora foi *Metralhadora de chocolate de Dinha e Du*, em 2017, parceria de escrita entre Dinha e seu esposo.

O sétimo livro, *De “Zacimbas a Suelys”*: Coletânea Afro-Tons de Expressões Artísticas de Mulheres Negras no Espírito Santo, de 2017, é uma coletânea de textos de mulheres periféricas do estado do Espírito Santo que fazem parte do Coletivo Negro Afro-Tons. A oitava publicação foi *Gado cortado em milprantos*, livro de poemas de Dinha. O nono livro foi *Espantologia Poética Marielle em nossas vozes*, livro organizado por Palmira Heine, Dinha e Célia Reis, composto por poemas de trinta e duas autoras de variadas partes do Brasil. Publicado em 2018, o décimo livro, *Teatros negros: estéticas na cena teatral brasileira*, da atriz Cristiane Sobral, delinea uma história do teatro negro no país. O livro constitui o primeiro volume da Coleção Quadro Negro. Em 2019, o décimo primeiro livro publicado foi a edição bilingue *Maria do Povo / María Pepe Pueblo*, com poemas de Dinha em português e em espanhol, para circulação também em países de fala hispânica. Também em 2019 foi publicado *Pele para nossos corpos*, da artista Michele Lomba ou Mixa, cujos poemas configuram gritos de alerta contra o silenciamento de vozes, em especial a de mulheres. Em 2020, em plena pandemia, a Me Parió Revolução reconfigurou e relançou seu site, com um novo projeto visual, e lançou o décimo terceiro título, *Diário do fim do mundo*, de Dinha. Neste livro, Dinha escreve crônicas-poemas, à guisa de um diário, registrando sentimentos vivenciados durante a pandemia.

Todas as publicações da editora atestam o protagonismo feminino e colocam em prática o objetivo de incentivar autoras, estreadas ou não, “a publicarem seus textos de forma independente”, o que já atesta o projeto de oportunizar o fortalecimento de coletividades femininas, uma das mais importantes estratégias de agenciamento perceptíveis na editora. Essa força da coletividade é expressa principalmente na publicação de dois dos livros do

acervo da editora. Um deles é *De “Zacimbas a Suelys”*: Coletânea Afro-Tons de Expressões Artísticas de Mulheres Negras no Espírito Santo, com textos de mulheres do Coletivo Negro Afro-Tons, coletivo de expressividade artística que tem como um de seus objetivos promover o “debate sobre questões políticas e sociais que perpassam pelo universo afrocentrado, com o intuito de desconstruir estereótipos depreciativos e estigmatizantes, e ressignificar valores e identidades”.<sup>60</sup> A poeta e atriz Suely Bispo foi a grande homenageada na coletânea e é autora do texto da orelha do livro. O projeto foi contemplado pelo Edital 002/2016, Diversidade Cultural, da Secretaria de Estado da Cultura do Espírito Santo.

A publicação conta com um diversificado conteúdo autoral elaborado em forma de poemas, contos, fotografias e desenhos de 24 mulheres negras. Segundo Cibele Verrangia, uma das organizadoras do Coletivo Afro-Tons, o livro surgiu pela necessidade de publicar e divulgar a intensa produção dessas mulheres, valorizando o trabalho desse grupo social: “A temática central [...] é a luta contra o feminicídio negro, o racismo, a violência contra a mulher como um todo, a transfobia e o empoderamento da mulher negra através das artes. Esta publicação fortalece o lugar de pertencimento e motiva a produção de mulheres”. O texto da contracapa do livro é da Editora Me Parió Revolução e o posfácio foi escrito por Priscila Gama de Oliveira, do Instituto das Pretas.Org. Oliveira destaca, já no início do posfácio, a importância do livro por representar mulheres negras pela voz das mulheres negras, fato representativo em uma sociedade em que os índices de mortalidade de mulheres negras é muitas vezes ignorado pelo poder público e pela sociedade. Para a autora, o livro representa um “grito em forma de arte”, um berro de “RExistência na terra onde o velho racismo se manifesta em novas práticas e onde as marcas das dores por ele causadas implicam na nossa constituição individual e coletiva”. E aponta para a necessidade de mais e mais mulheres negras em processo de redescoberta estética e a importância de que a coletânea traz coletivos de mulheres negras interligados, em

---

<sup>60</sup> Informação coletada do ebook do livro *De Zacimbas a Suelys: Coletânea Afro-Tons* [...], p. 27, disponibilizado em: [https://docs.wixstatic.com/ugd/c27f34\\_550d64a69bc34cf4908f15b71051f093.pdf](https://docs.wixstatic.com/ugd/c27f34_550d64a69bc34cf4908f15b71051f093.pdf). Acesso em 20 de novembro de 2017.

### *Gênero, sexualidade e identidades*

expressão de uma liberdade pela qual se luta sempre, criando novas perspectivas e percorrendo caminhos negados e se fazendo visível:

E as linhas desta coletânea me fizeram sentir a tenra esperança de que podemos ser e estar, de fato e de direito, onde quisermos, inclusive na forma de livro, em todas as bibliotecas, nas mãos de todos os leitores, semeando aquele amor preto que nós, mulheres negras, somos mestres em semear. Ao passear por essas linhas, em histórias de tantas mulheres, me senti ali, em cada ponto, em cada verso, representada. E o significado disso pra mim é, sem dúvida, a grata sensação de me ver refletida. [...] Mas o mais importante é que esses meus porquês são também os nossos e que em espaços como este vão sendo resolvidos, de alguma forma, por nós mesmas, em protagonismo, não só dessas linhas, mas de nossas vidas. Essas vidas pretas, muito embora não tenham o valor que merecem pelo todo, tem valor para nós. E difundir as nossas questões é também dar eco ao grito da nossa existência e das nossas imensas e diversas possibilidades, é dizer o que tem que ser dito, mesmo que toque a ferida ainda aberta. Que toque essa ferida! Principalmente a dos privilégios, a dos preconceitos, a das violências que nos tem como alvo. [...] Nenhum passo para trás...

Destacamos, do texto de Oliveira, a percepção de que a publicação do livro representa a criação / ocupação de espaços que ressignificam as potencialidades das produções artísticas visuais ou verbais, no caso do livro, reveladoras de experiências de vida alicerçadas em fontes de saberes e conhecimentos negros, os “infinitos saberes”. São, antes de tudo, experiências estético-políticas legitimadoras de lugares de fala dos que sofrem a ferida do racismo estrutural e, por meio da arte, tocam essa ferida e a enfrentam. E a publicação do livro por uma editora periférica, gerida por mulheres, só fortalece a significação dessa experiência.

O segundo livro, também uma coletânea, é *Espantologia Poética Marielle em nossas vozes*, livro produzido em parceria com o Coletivo Mulherio das Letras, composto por mulheres de todo o Brasil, geralmente escritoras. O livro é constituído de textos de mulheres que queriam expressar, poeticamente, sua indignação e dor pela execução da “mulher negra, favelada, lésbica e vereadora do município do Rio de Janeiro”, Marielle Franco, assassinada em 14 de março de 2018, em um crime bárbaro que ceifou “uma vida pulsante, ativa, que ampliava o lamento, a reação e a

proposição de milhares de vozes que historicamente foram silenciadas”.<sup>61</sup> Por isso, as autoras justificam que o título do livro não poderia ser antologia, mas sim uma “espantologia”: “não se trata de uma simples reunião de poemas sobre Marielle Franco. É, antes, a perpetuação do nosso espanto, do nosso canto... ambos necessários para que Marielle, sua luta e as nossas continuem vivas apesar dos constantes ataques à nossa integridade física, emocional, intelectual e artística”. Assinada pela Me Parió Revolução e pelo Coletivo Mulheres das Letras, a apresentação do livro antecipa que em suas páginas estarão “gritos, choro, reação e anúncio de mulheres que se sentiram atingidas, violentadas com a morte de mais uma irmã, e decidiram se expressar em poemas num movimento literário de mulheres onde fazem coro nossas vozes femininas”. Um dos aspectos mais interessantes dessa apresentação (e que se coaduna com a discussão sobre estratégias de agenciamento da editora Me Parió) é o fato de que o próprio livro já é apresentado como uma das ações geradas pelo movimento de resistência de mulheres que se teceu, após o assassinato de Marielle:

Acontece que essa morte se somou às outras para nos despertar as consciências e, feito sementes, as espalhamos ao vento, para que fecundas se multipliquem nesse contínuo movimento pela vida. Para que a luta histórica de mulheres, como Marielle, continue desfazendo os nós da violência, da objetificação, da marginalização e exclusão. A poética da luta de Marielle é aqui representada em cada escrita, em versos que soam como rios de lágrimas, vozes que ecoam por toda a Nação, denunciando a barbaridade cometida e lembrando que tal feito não é novidade, pois muitas outras tombaram ao longo dos 500 anos de Brasil. Marielle em nossas vozes prossegue, no anseio de mundos outros, onde o lugar da mulher é onde ela quiser. Onde todo lugar é o nosso lugar.<sup>62</sup>

O aspecto destacado no texto, do lugar da mulher, é importante, em diálogo, mas para além das ações da editora. Embora todo lugar deva ser

---

<sup>61</sup> Todas as citações de *Espantologia Poética Marielle em nossas vozes* foram extraídas da apresentação do livro, em sua versão digital, p. 10-11. Disponível em: [https://docs.wixstatic.com/ugd/c27f34\\_1c3b2ad6f3204cf3a453b58fe7b979b8.pdf](https://docs.wixstatic.com/ugd/c27f34_1c3b2ad6f3204cf3a453b58fe7b979b8.pdf). Acesso em 10 janeiro de 2018.

<sup>62</sup> Trecho extraído da Apresentação do livro *Espantologia Poética Marielle em nossas vozes*, em sua versão digital, p. 10-11. Disponível em: [https://docs.wixstatic.com/ugd/c27f34\\_1c3b2ad6f3204cf3a453b58fe7b979b8.pdf](https://docs.wixstatic.com/ugd/c27f34_1c3b2ad6f3204cf3a453b58fe7b979b8.pdf). Acesso em 10 janeiro de 2018.

### *Gênero, sexualidade e identidades*

“lugar de mulher”, na prática, é necessário à mulher empreender lutas cotidianas para ocupar espaços e ser reconhecida por isso. E se à condição de ser mulher associa-se a negritude, a luta por espaço é ainda mais acirrada, como afirmou Priscila Gama de Oliveira, no posfácio anteriormente citado.

Experiências como a da publicação do livro *Espantologia Poética Marielle em nossas vozes* reiteram ações de mulheres que lutam, resistem e buscam o reconhecimento a partir da expressão de suas vozes, coletivamente mais fortes. Assim, coletivos de escritoras negras vão se formando, atuando de maneira contundente por espaços em que suas vozes ecoem para além dos lugares cerceados impostos historicamente às mulheres negras. E ainda que não se constitua em um projeto editorial, gostaria de destacar a potência de uma atividade como a ocorrida em janeiro de 2017, em Salvador, na Casa Preta, a *1ª Palavra Preta – Mostra Nacional de Negras Autoras*, organizado pela cantora e compositora soteropolitana Luedji Nascimento e pela poeta e cantora brasileira Tatiana Nascimento. Para as organizadoras, o evento configurou-se como o lançamento de um olhar crítico ao silenciamento e invisibilização historicamente impostos às mulheres negras e sua arte, colocando em discussão “através das diversas artes – os papéis subalternos, exotizados, e/ou estereotipados associados às mulheres”. Para Tatiana Nascimento, o evento confluía “o sonho de muitas que trouxeram, de longe e de antes, nossos passos até aqui: sendo donas da nossa voz, da nossa palavra, do nosso canto e de nossa poesia, alimentamos a nós mesmas, e nutrimos também umas às outras”, em um movimento feito por, com e para mulheres negras. Para a organizadora, a mostra reunia “a força de nossa herança à criatividade inovadora da arte negra contemporânea que cada uma de nós atualiza na própria obra”, compartilhando a “arte negra afrodiaspórica, vibrante, diversa”. Na apresentação do evento, na página criada para isso, salienta-se o caráter de força coletiva feminina negra através das experiências estéticas:

Somos muitas, nos expressamos de diversas maneiras! reinventamos as fontes ancestrais, e renovamos os rumos da produção estética, poética, musical, performática desde a intimidade de nosso cotidiano até a expressão pública de nossa arte-existência-resistência. Partimos da crítica contundente ao cultivo da semente maravilhosa, construindo as pontes simbólicas que pavimentam nossa vida na trilha do amanhã.

Recusamos os lugares típicos em que o racismo, o cissexismo, a lesbofobia, o classismo tentam nos fixar, recusamos a invisibilização e o

silenciamento, recusamos que nossas vidas sejam contadas por sinhozinho branco patrono literário e que as mortes dxs nossxs sejam narradas como sangue de plástico na mídia:

nós escrevemos nossas palavras!

nós cantamos nossas canções!

nós falamos nossos poemas!

nós somos donas da nossa voz!<sup>63</sup>

Chama a atenção no texto de apresentação, espécie de profissão de fé do Coletivo, o fato de destacarem a diversidade de mulheres e produções artísticas em experiências estético-políticas que partem do “chão” dessas mulheres negras e expressam sua “arte-existência-resistência”. Todas essas experiências, assim como a atuação da Editora Me Parió Revolução, apontam para ações que rechaçam uma propalada subalternidade feminina negra e pobre e se constituem em um movimento de mulheres que não mais querem suas vozes encobertas. Dessa maneira, pode-se afirmar que essas questões estão em diálogo com a perspectiva de Gayatri Spivak: “Pode o subalterno falar? O que a elite deve fazer para estar atenta à contínua do subalterno? A questão da mulher parece ser a mais problemática nesse contexto. Evidentemente, se você é pobre, negra e mulher, está envolvida de três maneiras” (2014, p. 85). Todas as experiências femininas aqui citadas demonstram que essas mulheres, ainda que em condições sociais que as coloquem em posição de subalternidade, possuem vozes e tem conseguido espaços para fazer com que ecoem. E as formas de atuação da Editora Me Parió Revolução, o modo como os livros são produzidos e distribuídos, confirmam isso.

Para os livros já publicados até agora, o processo de seleção das obras foi por facilidade de acesso aos autores ou afinidade ideológica, não houve nenhum tipo de seleção pública ou realização de concurso. Já se caracterizou o processo de produção dos livros “De *Zacimbas a Suelys*”: Coletânea Afro-Tons de Expressões Artísticas de Mulheres Negras no Espírito Santo e *Espantologia Poética Marielle em nossas vozes*, frutos de

---

<sup>63</sup> Informações coletadas da página de Facebook do Coletivo Negro Casa Preta, em postagem de 16 de janeiro de 2017, disponível em:

<https://www.facebook.com/palavrapreta/photos/daqui-a-5-dias-tem-palavra-preta-mostra-de-negras-autoras-a-1%C2%AA-palavra-preta-mos/985081844957276/> Acesso em 18 de junho de 2018.

### *Gênero, sexualidade e identidades*

parceria com coletivos de mulheres. Discorreremos também, ainda que brevemente, sobre o processo de produção de alguns dos outros livros do selo Me Parió Revolução. Como já referido, o livro de estreia da editora foi o livro de poemas de Dinha *Onde escondemos o ouro*, cuja primeira edição foi artesanalmente produzida, com impressão caseira e páginas costuradas manualmente e colagem de tecido em capa. Tudo isso com a ajuda de mãos das mulheres que formaram o grupo editorial. Já o segundo livro, *Onde estaes Felicidade*, de Carolina Maria de Jesus, teve o grande apoio da filha da autora, Vera Eunice Jesus Lima, que confiou em uma pequena editora para publicação de um livro inédito de sua mãe. Os dois textos inéditos que compõem o volume são “Onde estaes Felicidade?”, que dá título ao livro, e “Favela”. Os originais foram pesquisados por Rafaella Andrea Fernandez, em seu processo de doutoramento pela UNICAMP. A publicação no ano de 2014 foi em função do centenário de nascimento da autora. Para viabilizar o projeto, inicialmente criou-se uma vaquinha virtual, com a contribuição de pessoas e instituições de diversas partes do Brasil, que tiveram seus nomes incluídos nos agradecimentos. Mas o projeto da publicação obteve o apoio do Ministério da Cultura, durante o Governo Dilma Rousseff, o que permitiu a impressão da edição em uma gráfica de Brasília, DF, diferentemente de todos os outros livros, que são sempre produzidos em São Paulo. Embora o livro tenha tido um projeto gráfico mais tradicional, o toque artesanal não se perdeu. Todas as pessoas que contribuíram financeiramente para a edição receberam seus exemplares acompanhados de um marcador de páginas feito à mão, com a identificação do dono do livro, além de uma *abayomi*, boneca negra cujo nome tem origem iorubá e significa “encontro precioso”. Sua confecção é um ato de resistência da arte e valorização da ancestralidade negra. O livro teve tiragem de 2000 exemplares e sua distribuição foi gratuita, em virtude do apoio financeiro via Ministério da Cultura. Os livros foram distribuídos pela própria editora ou pelos parceiros na edição, como a Fundação Cultural Palmares e a Ciclo Contínuo Editorial. O livro teve a tiragem esgotada.

Alguns dos livros de poemas de Dinha publicados pela Me Parió Revolução, como *Onde escondemos o ouro*, *Zero a zero*: quinze poemas contra o genocídio da população negra e *Gado cortado em mil prantos*, tiveram mais de uma edição. A primeira edição de *Onde escondemos o ouro* foi bem artesanal e caseira, com impressão em casa, costura manual das

folhas e confecção de uma capa em tecido para o livro. A segunda edição, embora ainda com toques artesanais, teve sua impressão em uma impressora profissional, facilitando o maior número de impressão de livros. Geralmente, as tiragens são de 200 a 300 exemplares, a depender da demanda da venda dos impressos, dado que os livros são disponibilizados gratuitamente no site da editora. O livro *Zero a zero: quinze poemas contra o genocídio da população negra*, inicialmente produzido em casa, com capa em papel cartão preto, pintada a mão, teve sua circulação em encontros em coletivos negros, nos quais se discutia o genocídio da população negra, principalmente suas crianças e jovens. Essa mesma edição teve uma segunda reimpressão, com o apoio de coletivos negros, para que mais exemplares circulassem nos encontros.<sup>64</sup> Para a segunda edição desse livro, em 2018, foi realizada uma campanha virtual para arrecadação de fundos que viabilizassem a impressão, bem como contribuir para a sobrevivência da autora. De acordo com o valor das contribuições, era possível receber um ou mais livros da Me Pará Revolução. Essa edição não possui as características da primeira impressão / edição, com as capas artesanais, mas recebeu ilustrações bem significativas, feitas pela Dinha e Driely Gomes, que vicejam na capa e contracapa e páginas do livro, em diálogo com a temática da obra. Já *Gado cortado em mil prantos* também teve uma primeira edição, experimental e caseira, em 2018, produzida sob o mesmo sistema de auxílio financeiro do livro anterior. As pessoas que contribuíram receberam imediatamente a versão caseira, uma espécie de “boneca” da versão que seria feita em gráfica. Essa versão possuía uma capa em papel cartão vermelho, com as informações de título e autoria, nome da editora e dados da contracapa impressos em papel em escala de cinza e colados manualmente, com a aplicação de papel adesivo transparente, para proteger. As páginas foram impressas em impressora doméstica e cortadas e coladas à capa produzida. Esse caráter artesanal se perde, embora não totalmente, na versão produzida em gráfica logo após. O projeto gráfico mantém ilustrações criadas para a primeira versão. Essa nova impressão também foi enviada aos que viabilizaram economicamente o projeto. O saldo

---

<sup>64</sup> Colaboraram os seguintes coletivos: Núcleo Poder e Revolução, Coletivo Perifatividade, Edições Um por Todos e Força Ativa, todos de São Paulo.

### *Gênero, sexualidade e identidades*

remanescente da tiragem é comercializado pela própria autora em eventos dos quais participa ou pode ser adquirido no site da editora.

A Editora Me Parió Revolução usa a internet como uma das estratégias de agenciamento para fazer circular suas publicações e promover discussões. A editora possui um site que, em sua versão mais atualizada, é composto por cinco abas: Início, Apoie-nos, Bodega literária, Quem somos e Contato. Em “Início”, o visitante é apresentado à proposta da editora, por meio do texto de apresentação “Livro pra que te quero”, apresentando a proposta da editora, como já comentado no início desse item, quando também foi apresentado o texto da aba “Quem somos”. Na primeira aba, “Início”, o visitante pode acessar os livros, em ebook, para degustação. E, se quiser adquiri-los, pode fazê-lo através da aba “Bodega literária”, na qual os livros com tiragens ainda não esgotadas são comercializados virtualmente. A aba “Apoie-nos” convida ao apoio às ações da editora através da compra dos livros editados e o link leva à aba anteriormente citada. Em “Contato”, há um formulário para contato por e-mail e a disponibilização de um link para curtir a página da editora no Facebook. A Editora mantém atualizada sua página na rede social Facebook com postagens de eventos, participação da escritora Dinha, representando o coletivo, em saraus, convites para lançamentos de livros da editora e afins. No contexto da pandemia, a escritora Dinha, com o apoio da Me Parió Revolução, empreendeu uma campanha de arrecadação de fundos, o projeto “Conexões contra o Covid”, para garantir o acesso à internet para quinhentas famílias que vivem em habitações precárias, entre os bairros de Parque Bristol e Jardim São Savério. A editora também tem realizado discussões ou as mulheres que a constituem tem participado de redes de discussões sobre o processo editorial e a circulação de textos literários.

### *3 À guisa de conclusão*

As três editoras aqui apresentadas, Aliás Editora, Quintal Edições e Editora Me Parió Revolução, desenvolvem estratégias de agenciamento político-culturais que criam espaços de publicação e circulação de vozes de mulheres escritoras. Delleuze e Guattari, em análise sobre Kafka, analisam que as duas teses principais no autor seriam “a literatura como relógio que adianta, e como tarefa do povo. A enunciação literária a mais individual é um caso particular de enunciação coletiva” (2015, p. 151). Analogamente,

podemos afirmar que isso também pode ser percebido em relação às três editoras e suas potencialidades. A Aliás Editora, nordestina, situa-se em uma região geográfica que necessita “furar a bolha” da hegemonia do mercado editorial que viceja principalmente na região Sudeste, no eixo Rio-São Paulo. E tem feito isso de maneira contundente, utilizando as possibilidades que a malha virtual permite, tentando se fazer ouvir e ver e desenvolvendo projetos variados de publicações de mulheres. Também assim tem sido a atuação da belo Horizontina Quintal Edições, que enfrenta os desafios que as pequenas editoras também enfrentam, para produzir livros e fazê-los circular. Do mesmo modo a Me Parió Revolução, em suas ações coletivas desenvolvidas, vem travando um embate a partir de uma mirada periférica, mas sempre para além dela, para trazer à luz vozes de mulheres que poderiam encontrar dificuldades para publicar por grandes editoras e tem conseguido publicar textos de mulheres e fazê-los circular, ampliando debates sobre as temáticas retratadas nas obras publicadas pela editora.

Todas as ações sobre as quais se discorreu, até agora, constituem agenciamentos que se inserem nas constituições de performances políticas engendradas pelas editoras geridas por mulheres, aqui apresentadas. Analogamente à análise que Delleuze e Guattari fazem de Kafka, pode-se afirmar que essas editoras escutam as “potências do porvir”, escutam muito além do ruído dos livros, escutam o “som de um futuro contíguo, o rumor dos novos agenciamentos, que são de desejos, de máquinas e de enunciados, e que se inserem nos velhos agenciamentos ou que rompem com eles”. (DELEUZE; GUATTARI, 2015, p. 150). As editoras geridas por mulheres e que publicam mulheres não somente escutam esse som, como ajudam a produzi-lo e o fazem reverberar, seja questionando ou transformando outros agenciamentos com os quais se cruzam, fortalecendo coletividades. E que as editoras geridas por mulheres e que publicam mulheres continuem vicejando!

## REFERÊNCIAS

BILBIJA, Ksenija. Borrón y cuento nuevo: las editoriales cartoneras latinoamericanas. *Revista Nueva Sociedad* N° 230, noviembre-diciembre de

### *Gênero, sexualidade e identidades*

2010. Disponível em: <http://nuso.org/articulo/borron-y-cuento-nuevo-las-editoriales-cartoneras-latinoamericanas/> Acesso em maio de 2016.

BILBIJA, Ksenija; CARBAJAL, Paloma Celis (Orgs). *Akademia cartonera: un abc de las editoriales cartoneras en América Latina*. Madison, Parallel/University of Wisconsin: Madison Libraries, 2010.

BOTTO, Malena. 1990-2000. “La concentración y la polarización de la industria editorial”. In: DIEGO, José Luis de (Coord.) *Editores y políticas editoriales en Argentina, 1880- 2000*. Buenos Aires: FCE, 2006.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia*. Vol. 1. Trad. Aurélio Guerra Neto e Celia Pinto Costa. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995.

DELEUZE, Gilles. *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia*. Vol. 2. Rio de Janeiro: Ed. 34, 2011.

\_\_\_\_\_. *Kafka: por uma literatura menor*. Trad. Cíntia Vieira da Silva; rev. da tradução Luiz B. L. Orlandi. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

DINHA, Maria Nilda de Carvalho Mota; REIS, Célia (Orgs.). *Espantologia Poética Marielle em nossas vozes*. São Paulo: Edições Me Parió Revolução/Mulherio das Letras, 2018.

DINHA, Maria Nilda de Carvalho Mota (Org). *De “Zacimbas a Suelys”*: Coletânea Afro-Tons de Expressões Artísticas de Mulheres Negras no Espírito Santo. São Paulo: Edições Me Parió Revolução/Coletivo Afro-Tons, 2016.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o subalterno falar?* Trad. Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa, André Pereira Feitosa. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2010.

TIBUNGO. A nova batalha das editoras independentes. Disponível em: <https://outraspalavras.net/podcasts/a-nova-batalha-das-editoras-independentes/> Acesso em julho de 2020.

ZARIF, Bárbara. “Mulheres transformam mercado editorial com publicações independentes”. UOL [on line], São Paulo, 08 ago. 2019. *Da agência Énois para o TAB*. Disponível em: <https://tab.uol.com.br/noticias/redacao/2019/08/08/mulheres-abrem-editoras-para-derrubar-maioria-masculina-entre-autores.htm>. Acesso em setembro de 2019.

## O SUJEITO TRAVESTI NO AMBIENTE MIDIÁTICO<sup>65</sup>

*Yvets Morales Medina (UFRGS)*<sup>66</sup>

### RESUMO

O texto problematiza o sujeito travesti como sujeito midiaticizado, atentando-se para os modos de representação e reconhecimento da população travesti no ambiente midiático. Assim, a partir da compreensão das gramáticas de produção e das gramáticas de reconhecimento, que são atualizadas nos campos social e comunicacional, buscamos refletir sobre o lugar de enunciação e de leitura do sujeito travesti na sociedade midiaticizada.

#### **Palavras-chave:**

Midiaticização. Sistemas midiáticos. Travestis.

### RESUMEN

El texto problematiza el sujeto travesti como sujeto mediaticizado, poniendo atención sobre los modos de representación y reconocimiento de la población travesti en el ambiente mediático. Así, a partir de la comprensión de las gramáticas de producción y las gramáticas de reconocimiento que se actualizan en los campos social y comunicacional, buscamos reflexionar sobre el lugar de enunciación y de lectura del sujeto travesti en la sociedad mediaticizada.

#### **Palabras-clave:**

Mediatización. Sistemas mediáticos. Travestis.

### ***1 Introdução***

Pensar em sujeitos travestis que habitam sociedades em processo de midiaticização, ou sociedades midiaticizadas, leva-nos a repensar universos complexos que se constroem para além de corpos sexuados e de sistemas

---

<sup>65</sup> O presente trabalho foi realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001".

<sup>66</sup> Doutoranda no PPGCOM da Universidade Federal de Rio Grande do Sul - UFRGS. Mestra em Ciências da Comunicação-Processos Midiáticos pela UNISINOS/RS. Mestra em Comunicación y Educación pela Universidad Autónoma de Barcelona.

### *Gênero, sexualidade e identidades*

hétero binários. Assim, realizamos encontros com sujeitos travestis atentando-nos para as formas como configuram identidades de gênero, sua relação com o campo social através de repensar, modificar e transgredir seus corpos, ao questionar o sistema normativo hétero binário – macho-fêmea, masculino-feminino – no qual a sociedade capitalista se normatiza e se organiza, para manter sua dinâmica de acumulação de capital e manutenção de um poder hegemônico, relegando às periferias todo aquele sujeito, ou grupo de sujeitos, “indisciplinados” que pretendem operar fora dessa normatividade. Neste caso, falamos das normas sexo-genéricas que regem a ordem e condicionam o comportamento, as identidades dos sujeitos de acordo com padrões, e a designação de papéis enquanto mulher ou homem. Desconhecendo assim, a possibilidade de outras diversidades, e colocando em uma dimensão de "anormalidade" tudo aquilo que se considera diferente.

Então, a que se denomina travesti? Para efeito deste trabalho compreendemos travesti como uma dimensão política de análise que supera o limite de uma etiqueta descritiva para nomear sujeitos que se configuram em contextos mediados. Estes sujeitos constroem sua identidade de gênero fora da norma hétero binária e se reconhecem na diversidade da diversidade sexo-genérica trans como "travestis". Elas geram uma distorção entre a correspondência do seu corpo sexuado e a identidade de gênero, isto é, se permitem transitar fora do esquema binário biológico masculino-feminino. Assim, por exemplo, pessoas do "sexo masculino" se representam com vestuários e códigos feminizados sem chegar a se identificarem como mulheres. Para Bento, “a transexualidade e o travestismo representam um perigo para a estabilidade das normas de gênero na medida em que reivindicam o gênero em discordância com o corpo sexuado”. (2011, p. 552).

Neste trabalho estamos problematizando os processos de mediação nos quais se encontram inseridos os sujeitos travestis, considerando que esses sujeitos respondem a processualidades sociais e são parte e/ou resultado de um sistema social mediado que lhes outorgou um lugar de subalternidade, tanto a nível social, político e econômico, como discursivo e simbólico com relação ao aparato hegemônico sexo-binário baseado na norma hétero binária. Nesse contexto, para compreender a mediação, citamos Fausto Neto:

A midiática se constitui a partir de formas e de operações sócio-técnicas, organizando-se e funcionando com base em dispositivos e operações constituídas de materialidades e de imaterialidades. Seus processos de materialidades se passam em cenas organizacionais/produzidas e em cenas discursivas. São em tais âmbitos que se realizam as possibilidades pelas quais a midiática pode afetar as características e funcionamentos de outras práticas socioinstitucionais. (FAUSTO NETO, 2006, p. 10).

Na compreensão da midiática é necessário reconhecer a importância que adquirem os sistemas midiáticos no funcionamento dos processos sociais, já que esses têm a possibilidade de afetar as práticas socioinstitucionais na cotidianidade, ocupando um lugar de centralidade, referência e transversalidade no campo social, como fonte de informação e de entretenimento, como fonte de construção de imaginários (MARTÍN-BARBERO, 2004 *apud* FAUSTO NETO, 2006). A população travesti não está contemplada nesse processo de midiática, já que os discursos gerados pela mídia atravessam as subjetividades destes grupos sociais e exercem pressão sobre a configuração de sua identidade sexo-genérica, a qual se materializa na modificação de seus corpos. A influência dos discursos midiáticos se pode observar quando seus referentes estéticos se encontram nos concursos de beleza, como Miss Universo e Miss Mundo, nas maneiras de nomear e serem nomeados através de nomes que habitam os personagens das telenovelas, na marginalização social e cultural quando seus corpos se expõem mutilados nas seções judiciais ou sensacionalistas dos meios de comunicação, ou na espetacularização de seus corpos e suas subjetividades quando uma personagem como Laerte Coutinho, de um reconhecido ilustrador, passa a ser uma travesti reconhecida. É aí que a lógica das mídias opera na subjetividade cotidiana dos sujeitos travestis mediante a reprodução de um discurso hegemônico baseado na regulação do sistema normativo hétero binário, através dos dispositivos de disciplinamento do poder, entre os quais se encontra os meios de comunicação.

Com esta análise não queremos cair em uma perspectiva funcionalista da mídia ou fazer dela a hegemonia do poder. Para além disso, a proposta é pensar, a partir da teoria da midiática, como as lógicas sociais interagem com as lógicas da mídia em dinâmicas complexas e dialéticas. Para Hjarvard:

## *Gênero, sexualidade e identidades*

Por uma “lógica da mídia”, não nos referimos a uma lógica única ou unificada comum a todos os formatos de mídia; a lógica da mídia representa, aqui, uma simplificação conceitual do modus operandi institucional, estético e tecnológico da mídia, incluindo-se aí as formas pelas quais a mídia distribui recursos materiais e simbólicos assim como opera com a ajuda de regras formais e informais. (HJARVARD, 2015, p. 54).

Nesta ambiência midiaticizada, as populações travestis interagem com as lógicas das mídias em um contexto de marginalidade e marginalização, a partir de onde interpelam as condições de produção e de reconhecimento (VERÓN, 1993) para dar conta do processo de produção de sentido em condições de subalternização ao discurso de poder hétero normativo do sistema sexo-genérico homem-mulher. Mas quais são esses discursos que a população constrói? Para Verón “Qualquer que fosse o suporte material, o que chamamos um discurso ou um conjunto discursivo não é outra coisa senão uma configuração espaço-temporal de sentido” (1993, p. 127). Então, compreende-se o corpo como um dispositivo discursivo que produz sentido e materializa as estratégias de disciplinamento e coerção, é assim que os corpos travestis adquirem uma condição performática (BUTLER, 1999) que ritualiza as transições corporais, os gestos, movimentos e normas de todo o tipo para interpelar a rigidez da norma hétero binária do sistema sexo-genérico. O corpo se constitui no veículo de enunciação do sujeito trans que constrói seu próprio sentido de realidade, através das modificações para ressignificar o corpo biológico e construir sua identidade na transição dos seus corpos e na instabilidade do gênero (BUTTLER, 1990). Os sujeitos travestis invadem os espaços públicos, as instituições midiáticas, educativas e de saúde para disputar o espaço simbólico e visibilizar seus corpos ressignificados de outras formas.

Na atualidade a população travesti faz uso dos dispositivos midiáticos e se apropria especialmente das redes sociais, para publicar seus corpos modificados e estabelecer relações sociais. Rompe o medo ao olhar e se expõe na virtualidade como uma maneira de proteção de sua integridade física. É no sistema midiático virtual em que geram fluxos e contrafluxos discursivos, constituindo-se a fotografia no principal recurso narrativo para ressignificar seus corpos modificados, produzidos e sensuais. Esses corpos difíceis de traduzir a linguagem verbal se cristalizam mediante um suporte

fotográfico, e são levados às diferentes plataformas, atribuindo ao corpo um papel de mediador entre as subjetividades e as materialidades, entre o sujeito travesti como produtor de sentido e os espectadores como receptores capazes de realizar operações de reconhecimento de marcas presentes na matéria significante denominada "corpo travesti".

O terceiro elemento deste complexo processo de produção de discurso e não menos importante entre a gramática de produção e de reconhecimento é a circulação que dá conta das interações entre a produção e a recepção para estabelecer zonas de contato que permitam fazer efetiva a semiose. De acordo com as maneiras que os sujeitos travestis produzem e colocam em circulação seus discursos corporais se pode fazer referência ao modelo de "circulação como terceiro", entendendo que "é o deslocamento do exame do ato comunicacional de uma problemática instrumental para aquela da dimensão discursiva (da enunciação) que vai oferecer os "insumos" da perspectiva do ângulo da complexidade" (FAUSTO NETO, 2010, p. 8). Nessa dinâmica, um dos objetivos da circulação de fotografias no Facebook, por exemplo, é estabelecer relações afetivas com os receptores para confirmar sua construção identitária sexo-genérica no reconhecimento e "aceitação" ou não de sua identidade.

A disputa de sentido desta população se encontra na confrontação do sistema de valores de gênero masculino-feminino no campo social através da circulação de corpos "anormais" no sistema midiático. Por isso é que o Facebook, o Instagram e o You Tube (apenas como exemplo de algumas ferramentas digitais que se encontram na internet), ao serem plataformas de uso "gratuito", permitem aos sujeitos colocar em circulação suas próprias representações por meio de produções fotográficas, audiovisuais e escritas para interagir tanto com a plataforma digital (meios de comunicação), como com outros indivíduos e/ou instituições, e intervir nas subjetividades dos outros, para assim, questionar o sistema binário sexo-genérico. Segundo Fausto Neto, "trata-se da ordem interdiscursiva onde a circulação se aloja - como terceiro - e se oferece como um novo lugar de produção, funcionamento e regulação de sentidos" (2010, p. 8).

A partir de nossas observações empíricas e do entendimento do processo de exposição e relação de algumas pessoas travestis com a rede social Facebook, podemos dizer que nem sempre a intenção é questionar o

### *Gênero, sexualidade e identidades*

sistema, às vezes, é de estabelecer um circuito de fluxos interacionais que lhes permitam sentir parte do sistema social através da aceitação (ou não) dos seus modos de existir, e de estabelecer relações de amizade, casais, trabalho e família, que no espaço virtual tornam-se mais fáceis de gerir, porque os olhares recaem sobre o dispositivo fotográfico, e não diretamente sobre seus corpos, constituindo, assim, uma relação simbólica-afetiva.

É assim que, no processo de circulação produzido nas redes sociais, aquelas fotografias pessoais e familiares que antes pertenciam ao âmbito privado, agora são expostas no ambiente público e se ressignificam no complexo processo de produção-circulação-reconhecimento. Por sua parte, as organizações travestis também fazem uso dos recursos midiáticos como as redes sociais Facebook, Instagram e Twitter para visibilizar seus processos organizativos, promover direitos e denunciar violações a sua integridade e aos seus direitos. Como se pode observar, a população travesti está integrada às lógicas da sociedade midiaticizada, e interage a partir do campo social (em condições de populações periféricas) com respeito à centralidade do discurso hegemônico hétero binário apropriando-se de suas lógicas, ferramentas e dispositivos. Na atualidade a nanotecnologia também tem modificado os modos de produzir, circular e consumir informação. É assim que o aplicativo WhatsApp se converteu, entre a população travesti, em um mecanismo de informação, difusão e entretenimento. Por exemplo, a criação dos grupos de WhatsApp denominados de "Fórum LGBT", "Igualdade já", "Travestis, Justiça e Direitos", para citar alguns. Esses grupos se constituem uma ferramenta interpessoal que está gerando novos circuitos de circulação da informação através dos quais a sociedade civil interage com a sociedade civil, deslocando a mediação hegemônica que tinham os meios de comunicação canônicos sobre o processo informativo:

Com a midiaticização crescente dos processos sociais em geral, o que ocorre agora é a constatação de uma aceleração e diversificação de modos pelos quais a sociedade interage com a sociedade. Ainda que os processos interacionais mais longamente estabelecidos – da ordem da oralidade presencial e da escrita em suas multiplataformas – continuem a definir padrões de comunicação, e lógicas inferenciais, que organizam a sociedade e suas tentativas, tais processos, em sua generalidade, se deslocam para modos mais complexos, envolvendo a diversidade crescente da midiaticização – o que é bem mais amplo e diferenciado do que referir simplesmente o uso dos meios. (BRAGA, 2012, p. 35).

As populações periféricas colocam em circulação seus conteúdos através de entornos digitais que vão tecendo redes complexas nas quais interagem não apenas conteúdos, mas também emoções, desejos, frustrações, organização social e ações militantes, dando, assim, não só um uso pessoal, mas recorrendo e entendendo as lógicas inferenciais para acionar processos organizativos muitas vezes débeis e, por essa razão, difíceis de identificar. Contudo, esses usos estão ressignificando tanto os aplicativos como os dispositivos tecnológicos. Entretanto, não podemos deixar de reconhecer que na população travesti atravessada pela midiaticização, tanto por estar influenciada pelo sistema midiático, assim como pelo uso das lógicas e dos dispositivos, há indivíduos que se encontram fora deste sistema. Consideramos que, em princípio, se podem identificar duas razões fundamentais: por um lado, a falta de recursos econômicos para adquirir computadores, nano computadores, telefones e mais recursos tecnológicos de terceira e quarta geração, e/ou conexão com internet, assim como o desenvolvimento das capacidades informacionais que ultrapasse o simples uso instrumental das ferramentas tecnológicas, e se conecta à produção de pequenos textos, fotos e *gifs* animados, assim como à seleção, priorização e categorização de conteúdos de consumo pessoal, limitações que evidenciam muitas vezes a falta de acesso ao sistema educativo. Com isso queremos resgatar que no campo social interagem populações heterogêneas com diferentes níveis de midiaticização e de desenvolvimento de capacidades informacionais, o que torna complexo ainda mais o campo da comunicação e as instituições que compõem o sistema midiático.

## ***2 A representação dos sujeitos trans no sistema midiático***

Como havíamos indicado anteriormente, o discurso travesti é problemático para o sistema social “normalizado”, já que questiona a norma hétero binária. É um discurso que se constrói na transição, porque se está modificando e ressignificando de forma permanente. Constrói-se na contradição de questionar o poder normativo, e ao mesmo tempo representar as estéticas e comportamentos hiper feminizados de seus corpos e suas subjetividades de modos de feminilidade impostos através dos dispositivos

### *Gênero, sexualidade e identidades*

de disciplinamento: meios de comunicação, família, escola, saúde, entre outros. Dentro desta dinâmica "muito singular", podemos observar que os sistemas midiáticos canônicos representam os corpos travestis como corpos "anormais e sofridos", corpos que não importam para a sociedade. Por isso, quando se produz uma notícia de homicídio de uma pessoa travesti, o espaço dedicado é mínimo e se evidencia a repetição permanente de modelos de discriminação, falta de respeito e apagamento. Como forma de exemplo, vamos tomar o caso do homicídio de Patrícia Tavares, que aconteceu em julho de 2016 em São Leopoldo, município do Rio Grande do Sul. A notícia<sup>67</sup> que foi publicada em 9 de julho de 2016 teve a seguinte manchete: "Travesti é morta a facadas e namorado é principal suspeito do crime". Entre vários elementos que chamam a atenção para esta notícia estão: o tamanho da foto quase do mesmo tamanho que o texto, o importante para o jornal é que se reconheça que é uma travesti, tal como está enunciado na manchete; não informam a idade, também não fala da sua ocupação; informam que o suspeito era seu namorado há quatro anos, mas em nenhum momento se fala do maltrato nem mesmo dentro da família. O que se menciona é: "A casa da vítima também funcionava como salão de cabeleireiro", além disso, não se informa nada mais do ocorrido, assim como a informação presente na manchete – "namorado é principal suspeito do crime" – deveria ter um tratamento de um ato similar a um "feminicídio", mas, por ser uma travesti o caso é relacionado mais a "briga de rua" que com uma problemática grave pela qual passam pessoas travestis. Conforme o nosso entendimento, a mídia tampouco faz um esforço de visibilizar o tema, simplesmente deixa noticiado em uma nota de um parágrafo.

O exemplo citado não é um caso isolado, a população travesti tem sido esvaziada de sentido como sujeitos políticos e privada de seus direitos cidadãos, o que a conduz a habitar espaços de violência sexual que chegam a mortes violentas em muitos dos casos; violências físicas, emocionais e simbólicas que recaem tanto nos corpos e subjetividade dessa população como na construção de imaginários das sociedades. Assim, por exemplo, segundo o Informe 2016 do Observatório de Pessoas Trans Assassinadas<sup>68</sup> –

---

<sup>67</sup> Publicada no site do notícias r7 com Rede Record, em 09/06/2016. Acesso pelo link: <https://noticias.r7.com/cidades/fotos/travesti-e-morta-a-facadas-e-namorado-e-principal-suspeito-do-crime-09062016#!/foto/1>.

<sup>68</sup> Relatório disponível em: <https://transrespect.org/wp-content/uploads/2016/11/TvT-PS-Vol15-2016.pdf>. Acesso em: 19 set. 2020.

TTM (siglas em inglês: Trans Murdering Monitoring Project), a região da América Latina e do Caribe concentra 78% dos homicídios relatados entre 2008 e 2016. Desta porcentagem já alarmante, apenas o Brasil é responsável por 39,6%<sup>69</sup> encabeçando a lista da região. Se bem que não podemos responsabilizar apenas o sistema midiático por esses acontecimentos fatais; é possível dizermos que ele também tem responsabilidade, já que o fato de colocar a problemática trans e travesti em condições de subalternidade e desigualdade reforça a existência de sujeitos marginalizados pelo sistema, além de reforçar preconceitos como: pessoas anormais, pessoas doentes que causam danos à sociedade, pessoas que devem ser eliminadas, porque são portadoras de HIV, entre outros.

Pensando nessa problematização que se desenvolve no campo social e que é abordada pelas instituições midiáticas através das lógicas comunicacionais, nos parece importante, neste ponto, convocar à midiáticação como *processualidades múltiplas*. Sob esta proposta, perguntamos quais são as formas que a mídia está representando a população travesti a partir de seus inúmeros processos tecno-comunicacionais que se veiculam através de rádio, imprensa, televisão e internet, já que, se os meios de comunicação têm a capacidade abrangente de influenciar os processos sociais, a problematização nos remete aos modos de representação que os sistemas midiáticos estão fazendo dos processos discursivos desses sujeitos, isto é, os papéis de referência na construção de um imaginário travesti na sociedade. Acreditamos que estamos muito distantes de que as lógicas dos meios de comunicação interajam em condições de igualdade com os campos sociais enquanto continuam existindo populações periféricas cuja produção de sentido é invisibilizada, anulando de alguma maneira essa rede significativa, conforme propõe Verón (1993).

Porém, não é assim determinante. As populações periféricas como as travestis interagem com as lógicas das mídias e estabelecem vínculos de recepção, colocando-se, as travestis, como receptoras dos conteúdos pautados pelos sistemas midiáticos. Estabelecem uma espécie de “contratos de leitura”

---

<sup>69</sup>A estatística não fica por aí, dos 39,6% no Brasil se identificou que mais de 50% dos assassinatos é de pessoas com menos de 30 anos, assim, entre janeiro e junho de 2016, 57% tinham menos de 30 anos, e cerca de 15% menos de 20 anos. Informação obtida do Informe 2016 do Observatório de Pessoas Trans Assassinadas – TTM (siglas em inglês: Trans Murdering Monitoring Project).

### *Gênero, sexualidade e identidades*

tácitos para se converterem em consumidoras do dispositivo televisivo, já que a imagem, os corpos em movimento e os corpos performáticos que apresentam nas telas são referenciais de sua própria *performatividade*. Os programas que mais assistem são telenovelas e *reality shows*, estes como espaços de espetacularização, estabelecendo vínculos de reconhecimento e identificação com sua cotidianidade. Os dispositivos rádio e jornal impresso não têm o mesmo efeito que a tela, porque nesses elas não estão representadas, ainda que nenhuma das interfaces midiáticas realizem produções específicas para população travesti. E isto devido a dois fatores básicos: uma, a quantidade de pessoas que não é representativa para as dinâmicas comerciais e a outra porque, ao serem marginalizadas nas economias, a capacidade de consumo não é interessante para o mercado na lógica de acumulação de capital. Além disso, as travestis se apropriam dos programas da televisão e fazem deles os espaços de entretenimento, informação e compreensão da realidade. Nos salões de beleza de travestis a tela está sempre ligada e não passa despercebida, é um ator mais na cena social do ambiente. Atualizam o contrato de leitura, no qual as pessoas aceitam o papel de receptores, estabelecendo zonas de identificação com as gramáticas de produção das telenovelas, *reality shows* e programas de espetáculo, especialmente programas ao vivo, que fazem referência às cotidianidades, que é onde geram o ponto de contato. Para as pesquisas de recepção se pode problematizar o consumo dos produtos televisivos pela população travesti entendendo que é um tipo de audiência que ainda se deixa influenciar pelas mensagens dos dispositivos midiáticos da indústria cultural sem desenvolver filtros de criticidade. Esta situação pode acontecer pelas dificuldades de acesso à educação, falta de desenvolvimento de competências comunicacionais, entre outras. A partir desta reflexão se propõe que os grupos sociais se encontram em diferentes fases de midiatisação, estabelecendo fluxos e contrafluxos com as instituições midiáticas condicionadas pela marginalização econômica, educativa, de classe e, inclusive, de representatividade.

A população travesti também está inserida numa realidade histórica, cultural, familiar e pessoal que determina os modos de relacionamento com os meios. Para aprofundar nesse relacionamento, propomos compreender a interação entre os sistemas midiáticos e os atores sociais através do que se tem posto em discussão do conceito de “zona de contato” (FAUSTO NETO,

2010, 2013) e as “zonas de interpenetração” (LUHMANN, 2005 *apud* FAUSTO NETO; SGORLA, 2013), “na qual se tecem contatos e interações entre a realidade midiática e os outros atores” (FAUSTO NETO; SGORLA, 2013). Conduzindo-nos à zona de contato como esse espaço do processo de produção da comunicação em que as instituições midiáticas e o campo social interagem em condições de itinerância, isto é, que não é uma ação estática. Pode ser entendida também como o sentimento de felicidade que está no ambiente, mas só se materializa em momentos específicos. É assim que a zona de contato pode ser veiculada através da gramática de produção, por exemplo, no caso da produção dos telejornais: quando o jornalista coloca na tela os problemas da comunidade mais imediatos, ele está procurando uma zona de contato por meio do imaginário do território, da cotidianidade. Telejornais como os da emissora Globo descentralizaram as coberturas para criar programas regionais que respondam às demandas e imaginários locais. Quando o receptor de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, escuta a notícia de que “as ruas do centro de Porto Alegre estão sendo arrumadas”, nesse momento, o receptor estabelece a zona de contato com o meio a nível visual, auditivo e experiencial, na gramática de reconhecimento, enquanto que o meio estabelece esta zona de contato antes mesmo, na gramática de produção, quando se pensava a pauta do dia. Então, é possível dizermos que mais do que ser uma zona itinerante e dinâmica, esta se encontra de maneira *assincrônica* entre os atores do processo de enunciação-recepção, pois a zona de contato pode operar no próprio discurso, como uma zona de convergência do sistema.

Quanto ao conceito de interpenetração, formulado por Luhmann (2009), poderíamos dizer que ele age como um influenciador entre campos, sistemas e instituições em termos de reciprocidade:

Não se trata de uma relação geral entre sistema e meio, mas sim de uma relação entre sistemas que pertencem reciprocamente um ao meio do outro. (...) Fala-se em penetração, quando um sistema disponibiliza a sua própria complexidade, para que outro se construa. (...) Assim, existe interpenetração, quando essa situação é recíproca. (...) Em caso de penetração, o comportamento do sistema penetrador está co-determinado pelo sistema receptor. (LUHMANN, 2009 *apud* FAUSTO NETO; SGORLA, 2013, p. 3)

### *Gênero, sexualidade e identidades*

Além disso, é importante a diferença que Luhmann (2009) faz da interpenetração e da penetração, estabelecendo à primeira uma característica fundamental, que é a situação de reciprocidade em que se estabelecem diálogos, sistemas e instituições, campos que se influenciam entre si. Contudo, quanto à penetração, disponibiliza-se em uma direção e depende das demandas que o receptor propõe para estabelecer a dinâmica de intercâmbio, mas não em termos de reciprocidade necessariamente.

### **3 Para continuar com a reflexão**

Neste percurso voltado para o sujeito travesti como sujeito periférico é possível reconhecer as marcas que uma sociedade midiaticizada deixa em populações com identidades diversas em situação de vulnerabilidade. Marcas tais como o poder do consumo da indústria cultural, a reprodução das estéticas comercializadas *hiperfeminizadas*, o uso de silicones e de cirurgias, e o disciplinamento dos corpos que permitem olhar o atravessamento das lógicas midiáticas sobre os sujeitos travesti. O papel do sujeito como consumidor dos produtos midiáticos, pode ser, entre outras razões, a necessidade de se pertencer a um sistema social que interage com o campo comunicacional e que reproduz as lógicas midiáticas.

Pensando a partir da semiose social de Verón (1993), é preciso reconhecer que o sujeito travesti constrói seu senso de realidade para dar passo a uma produção de discursos sofisticados que se materializam nas transgressões e transições dos corpos e na construção de uma identidade de gênero que dialoga com os feminismos e as masculinidades.

O lugar de enunciação dos sujeitos travestis é a periferia e desse lugar é que interpelam os discursos da centralidade em condições de marginalidade. Consomem os modelos padronizados de beleza impostos através das instituições midiáticas e procuram ficar o mais próximo possível dessa imagem, intervêm sobre seus corpos com maquiagem, vestuário, cabelo, com o uso de perucas e com sapatos de salto alto, entre outras. Esses são alguns dos modos com os quais a população trans constrói seu discurso.

## REFERÊNCIAS

- BENTO, Berenice. Na escola se aprende que a diferença faz a diferença. *Revista Estudos Feministas* [online], 2011, vol. 19, n.2, p. 549-559.
- BRAGA, José Luiz. Circuitos versus campos sociais. In: MATOS, María Ângela; JANOTTI JUNIOR, Jeder; JACKS, Nilda Aparecida (Orgs). *Mediação & Mídiação*. Salvador: EDUFBA, 2012; Brasília: Compós, 2012, p. 31-52.
- \_\_\_\_\_. Sobre “mediatização” como processo interacional de referência. In: XV ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS, Grupo de Trabalho Comunicação e Sociabilidade. *Anais [...]*. Bauru: PPGCOM UNESP / Compós, 2006, p. 1 - 16.
- BUTLER, Judith. Actos performativos y constitución del género: un ensayo sobre fenomenología y teoría feminista. In: CASE, Sue-Ellen (Ed.). *Performing Feminisms: Feminist Critical Theory and Theatre*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1990, p. 270-282.
- \_\_\_\_\_. *El género en disputa: el feminismo y la subversión de la realidad*. Barcelona: Paidós, 1999.
- HJARVARD, Stig. Da Mediação à Mídiação: a institucionalização das novas mídias. *Parágrafo*, São Paulo, v. 2, n. 3, p. 51-62, jul./dez. 2015.
- FAUSTO NETO, Antônio; SGORLA, Fabiane. Zona em construção: acesso e mobilidade da recepção na ambiência jornalística. XIII ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS, GT Recepção: processos de interpretação, uso e consumo midiáticos. *Anais [...]*. Salvador: EDUFBA, 2013.
- FAUSTO NETO, Antônio. Mídiação, prática social – prática de sentido. In: XV ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS, Grupo de Trabalho Políticas e Estratégias de Comunicação. *Anais [...]*. Bauru: PPGCOM UNESP / Compós, 2006, p. 1 -15.
- \_\_\_\_\_. *A circulação além das bordas*. Mediatización, Sociedad y Sentido: Diálogos Brasil y Argentina. Rosario: UNR, 2010, p. 2-17.
- VERÓN, Eliseo. *La semiosis social*. Fragmentos de una teoría de la discursividad. Barcelona: Gedisa, 1993.

## **NO BALANÇO DE OXUM E IANSÃ: MULHERES QUE AMAM MULHERES**

*Josiane Alves dos Santos (UNEB)* <sup>70</sup>

*Karina Lima Sales (UNEB)* <sup>71</sup>

### **RESUMO**

A literatura contemporânea tem apresentado pluralidade e multiplicidade de vozes, fazendo com que o espaço, outrora ocupado por um perfil hegemônico, seja contestado e questionado. Avançando neste esforço de contra maré, as produções atuais nos apresentam diversidade de corpos, memórias, afetos e amores. Este estudo é composto pela seleção de três contos que seguem respectivamente a mesma ordem de análise: “No balanço do teu mar” e “Mameto”, presentes no livro *Um Exu em Nova York*, de Cidinha da Silva, e “Isaltina Campo Belo”, que compõe a obra *Insubmissas lágrimas de mulheres*, de Conceição Evaristo. Objetivou dar destaque a essas narrativas, além de analisá-las como um marco na escrita literária contemporânea que privilegia o amor entre mulheres. Buscou ancorar esses amores a uma herança ancestral de Oxum e Iansã, a fim de legitimar corpos dissidentes da diáspora. Teceu argumentações a partir da poeta e teórica Tatiana Nascimento (2019), bem como, apoiou-se nas argumentações da também teórica e poeta estadunidense Audre Lorde (2019), utilizou a teórica Grada Kilomba a fim de tratar sobre colonialidade. O estudo dos contos demonstrou a sensibilidade das autoras em tratar de outras possibilidades de amores, incluindo os corpos dissidentes negros, utilizando da linguagem literária para descolonizar a heterocisnormatividade impregnada na sociedade.

### **Palavras-chave:**

Homossexualidade negra. Lésbicas na literatura. Literatura de autoria negra.

### ***ABSTRACT***

Contemporary literature has presented plurality and multiplicity of voices, causing the space, once occupied by a hegemonic profile, to be challenged and questioned. Advancing in this counter-tide effort, current productions present us with diversity of bodies, memories, affections

---

<sup>70</sup> Graduanda do Curso de Letras: Língua Portuguesa e Literaturas, turma 2016.2 da Universidade do Estado da Bahia – UNEB / Departamento de Educação, *Campus X* - Teixeira de Freitas - BA, integrante do Grupo de Estudos Tessituras Negras - UFPB. E-mail: josianealves.789.ja@gmail.com.

<sup>71</sup> Doutora em Letras: Estudos Literários pela UFMG. Professora Assistente no Curso de Letras: Língua Portuguesa e Literaturas da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), *Campus X*. E-mail: kalisalima@hotmail.com.

and loves. This study was interested in discussing some stories that deal with the relationship between women in the book *Um Exu em Nova York* (2017) by the writer Cidinha da Silva, and the short story “Isaltina Campo Belo”, by Conceição Evaristo, from the book *Insubmissas lágrimas de mulheres* (2016). It aimed to highlight these narratives, in addition to analyzing them as a milestone in contemporary literary writing that privileges love between women. He sought to anchor these loves to an ancestral heritage of Oxum and Iansã, in order to legitimize dissident bodies from the diaspora. He made arguments from the poet and theorist Tatiana Nascimento (2019), as well as, based on the arguments of the also theoretical and American poet Audre Lorde (2019), he used the theoretical Grada Kilomba in order to deal with coloniality. The study of short stories demonstrated the authors' sensitivity in dealing with other possibilities of love, including black dissident bodies, using literary language to decolonize the heterocysnormativity impregnated in society.

### **Keywords:**

Black homosexuality. Lesbians in literature. Black authorship literature.

#### **A voz funda do rio**

Quando ela diz meu nome  
em tom grave, quando ri forte e  
divertida, há uma força telúrica que  
escapa do lago e faz redemoinhos insondáveis.

Quando ela diz venha, é sopra  
de vida, fogueiro de alegria para  
meu coração que quer tanto segui-la.

Quando ela diz tô com saudade  
de tu, me derreto como manteiga  
ao sol. Assim mesmo, com gosto do  
que se come, do que se degusta.

Eu deixo de ser oblíqua e me  
torno pronome-sujeito na língua da  
mulher que me ama.

(SILVA, 2016, p. 95-96)

## **1 Introdução**

A literatura contemporânea manifesta uma diversidade de produções que a partir do seu próprio *lôcus* apresenta a insurgência de outras existências. Um destaque deste cenário é a escritora mineira Cidinha da Silva, editora da Kuanza Produções, com diversos títulos publicados em uma gama de gêneros literários: conto, crônica, ensaio, infanto-juvenil etc. Um dos seus recentes títulos – objeto de estudo deste artigo – *Um Exu em Nova York* (2018), ganhou no ano de 2019 o Prêmio da Biblioteca Nacional na categoria contos. Assim como nas outras obras, a literatura de Cidinha é composta de uma estética que bebe das africanidades e suas religiosidades, cria a partir dessa interconexão afrodiaspórica, materializando uma literatura notoriamente ancestral e contemporânea. A partir de um cunho político, a autora estabelece em suas produções duras críticas ao sistema racista instalado em nossa sociedade, às mortes prematuras de jovens negros e às desigualdades sociais, de raça e de gênero.

*Um Exu em Nova York* é composto de dezenove contos-crônicas, em que o leitor se percebe em uma encruzilhada, que desanda em Nova York, e perpassa por terreiros, ruas, esquinas e lugares outros. As personagens parecem apresentar uma interconexão entre si, aspecto perceptível da estética literária da autora, até mesmo pela conexão com o título do livro, reverenciando o orixá andarilho, dos caminhos, da comunicação e mensageiro. As narrativas nos convidam a peregrinar, a fim de nos deslocar, para nos encontrarmos com a nossa ancestralidade africana. Assim como a divindade Exu, a obra é composta de uma pluralidade de memórias, de povos, histórias e caminhos, que a partir das narrativas nos possibilitam *exuzi-lharmos*, e pensarmos outros caminhos para reivindicarmos nossas memórias.

Conceição Evaristo é também escritora mineira, tendo desde os *Cadernos Negros* (1978) escrito e publicado, ao longo desses anos, textos que atravessam os gêneros literários da poesia, ficção e ensaístico. Nos últimos dez anos, nos presenteou com sete títulos, em que percebemos uma literatura que costura memórias, criando um extenso recurso literário da população negra, por meio de relatos e de histórias que atravessam a realidade, mas também aliadas à poeticidade única de Evaristo que imprime em sua literatura os rostos esquecidos do cânone. Ademais, a espiritualidade e a religiosidade de matriz africana presentes em sua estética literária revelam uma inclinação

sensível a outras leituras de mundo.

A obra *Insubmissas lágrimas de mulheres* (2016) de Conceição Evaristo é um livro composto de treze contos, intitulados com os nomes das personagens principais dos textos. A partir de uma narradora ouvinte conta-se a vida das personagens, mulheres negras, costurando ao longo das tramas memórias esquecidas, mas vivas nas lembranças de um povo. Ao longo dos textos, as personagens ganham vida por meio de uma narração detalhada de traços, jeitos, olhares e sons. Conceição desenha rostos familiares que nos parecem conhecidos, com os quais nos encontramos. E, a partir de cada conto, esses rostos se encaixam em nossa memória.

Este estudo é composto pela seleção de três contos que seguem respectivamente a mesma ordem de análise: “No balanço do teu mar” e “Mameto”, presentes no livro *Um Exu em Nova York*, de Cidinha da Silva, e “Isaltina Campo Belo”, que compõe a obra *Insubmissas lágrimas de mulheres*, de Conceição Evaristo. Inicialmente apresentaremos os contos e as leituras de análises realizadas, apropriando-nos de fragmentos do texto a fim de associar os relacionamentos entre mulheres presentes nas narrativas com o *itan*<sup>72</sup> *Oxum seduz Iansã* (PRANDI, 2000).

Esse diálogo tem interesse em reverenciar esses relacionamentos dissidentes como herança ancestral. Fundamentamos o estudo em Kilomba (2019) e Nascimento (2019) discutindo como as marcas da colonialidade<sup>73</sup> imprimiram nos povos das américas um modelo heterocisnormativo<sup>74</sup> de ser, excluindo quaisquer outras possibilidades de existir no mundo. Por fim, sob os estudos de Lorde (2019), abordamos alguns exemplos de proximidade entre mulheres no continente africano e com Kilomba (2019) refletimos sobre

---

<sup>72</sup> *Itan* (nome singular e plural) é o termo em iorubá para o conjunto de todos os mitos, canções, histórias e outros componentes culturais dos iorubás. Os iorubás que aceitam o *itan* como facto histórico é porque confiam no *itan* como sendo a verdade absoluta na resolução de disputas. Os *itan* são passados oralmente de geração a geração. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Itan>. Acesso em 10 de setembro de 2020.

<sup>73</sup> Entende-se, aqui, colonialidade enquanto experiência traumática, *ferida* que torna o *sujeito negro* a representação mental daquilo que o *sujeito branco* não quer se parecer. Dessa maneira, é como se o projeto colonial europeu moldasse o inconsciente coletivo das pessoas negras para alienação, decepção e trauma psíquico (KILOMBA, 2019).

<sup>74</sup> Heterocisnormatividade é o conceito utilizado para discutir os padrões pré-estabelecidos enquanto norma na sociedade, de que as pessoas se orientam apenas/exclusivamente pelo gênero/sexo oposto, e também o entendimento de gênero em consonância com o sexo biológico (Nota das autoras).

## *Gênero, sexualidade e identidades*

a importância da escrita e da linguagem literária para ressignificar (re)existências da negritude dissidente. As seções estão nomeadas com fragmentos dos contos que estão sendo analisados.

### *2 enquanto não aprendo a criar melodia para te fazer canção*

No conto “No balanço do teu mar”, o amor protagonizado por duas mulheres é de uma sutileza e de uma leveza encantadoras. O conto se estabelece a partir da ótica da personagem-narradora, que tece a partir de algo que poderia ser, caso a sua amada estivesse presente nas festas de largo.<sup>75</sup> A presença desse amor é visualizada a partir do imaginário cheio de saudade da narradora, caminhando ao longo do trajeto, assim como na ritualidade da festa. É a partir da narrativa que o amor ausente se contorna, como podemos observar no trecho a seguir:

seu cabelo e altura são os pontos de referência para te encontrar na multidão. Os detalhes do teu rosto, o conjunto beleza-melanina-tonicidade de teus braços tão ímpares, não pensaria encontrar em outra mulher (SILVA, 2017, p.33).

A presença do vazio deixado por esse amor é sentida por essa narradora, que compartilha os momentos ímpares que poderiam acontecer. Esse amor é convocado e se faz presente na imaginação do querer: “Imagino o que tu dirias”, “apontaríamos”, “concluiríamos”, e é pela ausência da amada, conhecedora dos jeitos e das vontades da narradora, que o conto se estrutura.

E você, conhecedora de meus estratagemas, pegaria meu rosto e sorriria, calada, imersa nesse infinito seu que me acalma. Antes que eu baixasse o rosto à procura do seu ombro, você me daria um beijinho furtivo. Nossas bocas protegidas por suas mãos, as mais poderosas do mundo. E se eu morresse naquele momento, de morte morrida, por suposto, seria a morte doce da pessoa mais feliz do universo (SILVA, 2018, p. 35).

É a partir deste cenário que a autora constrói um conto híbrido, já que se assemelha a uma crônica, haja vista a presença de linguagem simples, objetiva e o texto curto, além de tratar de uma abordagem de um recorte

---

<sup>75</sup> Festas comuns do mês de dezembro em Salvador - BA, em que acontecem manifestações populares religiosas (Nota das autoras).

cotidiano, pois na cena temos o relato de uma festa religiosa popular em Salvador. Ao mesmo tempo, o conto apresenta uma poeticidade tão única para falar do amor entre duas mulheres, narrativa de desenrolar solto e com poucas personagens. No desfecho do conto-crônica, as orixás femininas, Oxum e Iansã, são convidadas a abençoar esse amor ancestral. *Òsun*, orixá da pertença às águas doces, é vaidosa e conquistadora, possui relação com as pedras preciosas e o ouro e é conhecida por sua sensibilidade. Iansã, como também é conhecida a divindade de Oyá, é a senhora das tempestades, uma guerreira própria da força dos ventos e do poder da natureza. Sobre as divindades, a autora diz:

E quando vou às festas, continuo te buscando no tapete vermelho de Iansã, essa senhora generosa e altiva. No tapete amarelo de Oxum, nossa mãe que me deu ao mundo para te amar e te dar apoio para que teu propósito maior não te roube de ti mesma. Nas esquinas de nossa menina, exuzilhamentos que nos atravessam e testam (SILVA, 2018, p. 35).

Outro apontamento interessante é que a narradora apresenta com criticidade situações que aparentemente sofreram mudanças, a fim de pontuar uma ruptura da normalidade. Como por exemplo, uma mulher de *Asê* da sua predileção que canta um “Salve Rainha” para promover a paz entre as religiões; um padre que interrompia a missa de Santa Bárbara para instigar os fiéis a compartilhar o culto que estava sendo transmitido ao vivo a outros, pelas redes sociais. De maneira que, à medida que esses rituais tradicionais da festa vão deixando de ser o que eram, sofrendo rupturas, também o romance se rompeu e o “espírito em festa” da amada não está presente, assim como a tradição.

O lance entre as personagens parece ter acabado há algum tempo, uma vez que a narradora receosa a procura na multidão, e pensa sobre a possibilidade dos cabelos dela já estarem grisalhos. Esse romance ainda provoca forte impacto na narradora de coração de água, que usa a ironia e a crueza como disfarce para as saudades sentidas, ao se ver sem a companhia sensata de sua amada que não está ali para interceder pelo menino grande que queria comer caruru; ou para demonstrar empatia pela conhecida solitária, ou para consolar quando a narradora se emociona com a senhora de vida simples e fervorosa em Santa Bárbara. Assim, joga “paciência com o tempo” e

continua a procurá-la nas festas de largo, enquanto não aprende a “criar melodia para lhe fazer canção”.

### ***3 a flecha acertou o coração da caça***

No conto “Mameto” deparamo-nos com uma história sobre uma mãe de santo sapatão, de um terreiro conhecido por ter muitas mulheres de axé lésbicas. Há um tempo sozinha, apesar dos seus relacionamentos anteriores serem de conhecimento do terreiro, ninguém se metia em sua solidão, dada a sua pose de autoridade. Aspectos da personalidade da divindade de Oxum são usados na construção da personagem “se alguém conseguisse chegar à outra margem daquele rio silencioso que era seu interior, atravessaria um caminho de pedras lisas e conchas pontudas difícil de firmar o pé” (SILVA, 2018, p. 51).

Mameto é descrita como sendo uma mulher consumida pelo desejo de amar, assemelhando-a à orixá conquistadora das águas doces. Mas esse coração foi flechado pela namorada de uma de suas filhas de santo. O conto diz que depois de muita resistência “a flecha acertou o coração da caça e escancarou a face abissal da paixão” (SILVA, 2018, p. 52). E apesar do burburinho causado no terreiro, a mãe de santo se via feliz, dançando e cantando no salão com a nova paixão. As divindades de Iansã e Oxum são lembradas no desfecho do conto. Quando se junta com sua amada, Mameto sorri encantada e com isso “o céu ruborizou um abóbora iansânico no entardecer dos dias frios. Oxum ria um riso de menina arteira” (SILVA, 2018, p. 52).

Mas no desfecho do conto, a partir do riso arteiro de Oxum e da postura sábia e cética de Exu, que não se iludia, registra-se: “o trabalho apenas começava” (SILVA, 2018, p. 52). Essa flechada final dá a entender que este romance não passava de mais uma das muitas conquistas de Mameto. Como um ritual, a mãe de santo que evidencia ser uma filha de Oxum, com a qualidade da conquista, está sempre neste ciclo, em que algo termina para recomeçar. Esse aspecto está evidente desde o início do conto, quando se afirma que Mameto “roçava à vera e não escondia de ninguém [...]. Os filhos chamam a companheira de tia ou até mesmo de mãe. Elas dormem juntas em cama de casal e com a porta do quarto bem fechada. E ninguém fala no assunto” (SILVA, 2018, p. 51).

Assim, início e fim da narrativa se interligam ciclicamente, reforçando a ideia de que a personagem entra em um relacionamento para posteriormente rompê-lo e passar um tempo na sombra, até que seja novamente uma mulher consumida pelo desejo de amar, para logo depois se encontrar em uma nova paixão, quando a flecha mais uma vez acerta o coração de outra caça.

#### ***4 um chamamento à vida***

O conto “Isaltina Campo Belo”, de Conceição Evaristo, é o sexto conto de *Insubmissas lágrimas de mulheres* (2016). Como nos outros contos do livro, uma personagem narra sua história a uma atenta ouvinte que se coloca como a narradora de todas as tramas colhidas. Campo Belo conta que desde a infância se sentia diferente, uma angústia já acompanhava a personagem,

Tive uma infância feliz, só uma dúvida me perseguia. Eu me sentia menino e me angustiava com o fato de ninguém perceber. Tinham me dado um nome errado, me tratavam de modo errado, me vestiam de maneira errada... Estavam todos enganados. Eu era um menino (EVARISTO, 2016, p. 50).

Em sua percepção, todos estavam cometendo um grande erro. Campo Belo antes mesmo dos seus cinco anos já havia descoberto que era um menino no corpo de uma menina e esperava que os adultos também percebessem. Aos seis anos teve que ir ao hospital para uma cirurgia de emergência de apendicite e, apesar da dor, sua esperança era que o médico, ao examiná-la, “iria descobrir quem era eu, lá por debaixo de mim, e contaria para todos. Então, o menino que eu carregava, e que ninguém via, poderia soltar as suas asas e voar feliz” (EVARISTO, 2016, p. 51). Mas isso não aconteceu e a personagem relata que a fala do médico de que ela era uma “menina muito corajosa” doeu mais do que a dor de apêndice.

A personagem cresceu alimentando um sentimento de amor e ódio por sua mãe. Por ser enfermeira, esperava que a ajudasse em sua descoberta, o que não ocorreu. A personagem conta que os assuntos sobre menstruação e sexo eram algo de segredo entre as mulheres adultas, somente com a chegada da menstruação da irmã e posteriormente a sua ocorreu uma ligeira

### *Gênero, sexualidade e identidades*

explicação sobre o assunto. E foi sozinha que procurou informações sobre o corpo da mulher e do homem e sobre sexo. Este contexto familiar tão castrador e prenhe de silenciamentos sobre sexualidade, em que imperava a ausência de conversas abertas sobre sexualidade na infância, corrobora para a perpetuação de estereótipos sobre gênero, e pelo apagamento da real atração sexual-afetiva dos filhos.

Isaltina afirma que, enquanto contemplava o seu corpo, o que a confundia era “o caminho diferente que os meus desejos de beijos e afagos tendiam. [...]. Amarrava os meus desejos por outras meninas e fugia dos meninos. [...] imaginava doces meninas sempre ao meu lado” (EVARISTO, 2016, p. 62). Presa na ilusão da heteronormatividade, fruto da colonialidade, reforçada pela cultura ocidental e abençoada pelo cristianismo, Campo Belo se sentia fora do ninho ao ver casais sendo formados por homens e mulheres. De maneira que em algum momento se sentiu pressionada e assumiu um relacionamento com um rapaz que inicialmente se apresentava como um jovem educado.

Com o desenrolar do namoro, apesar das explicações da personagem sobre se sentir um menino, o rapaz insistia e afirmava que “tinha certeza de meu fogo, afinal, eu era uma mulher negra” (EVARISTO, 2016, p. 64). A fala do rapaz é um dos reflexos construídos pela colonialidade que reforça o estereótipo do corpo sexualizado da mulher negra:

Historicamente, mulheres negras têm tido essa função de serem corpos sexualizados e reprodutores de trabalhadores (Collins, 2000; hooks, 1981; 1992); isto é, tem a função tanto de amantes como de mães. Durante a escravização, as mulheres negras foram sexualmente exploradas para criar filhas/os (KILOMBA, 2019, p. 141).

Ou seja, o corpo das mulheres negras foi/é representado socialmente de forma depreciativa, desde a mucama, mulata, doméstica e a mãe preta (GONZALEZ, 1984). No aniversário desse rapaz, Campo Belo foi vítima de um estupro coletivo cometido por homens intencionados a ensinarem-na “a ser mulher”. Essa violência é chamada de forma pejorativa em nossa sociedade de “estupro corretivo”, infelizmente percebida na realidade de muitas mulheres que não se orientam pela heterocisnormatividade. Como consequência deste estupro, a personagem ficou grávida, e sua filha nasceu, Walquíria.

É no desfecho do conto, quando Campo Belo conhece a professora de sua filha, que se reconhece, como podemos observar no trecho:

Sim, eu podia me encantar por alguém e esse alguém podia ser uma mulher. Eu podia desejar a minha semelhante, tanto quanto outras semelhantes minhas desejam um homem. E foi então que eu me entendi mulher, igual a todas e diferente de todas que ali estavam (EVARISTO, 2016, p. 66-67).

E é com Miríades que a personagem ganha o seu “chamamento à vida”, se oferece e recebe a outra como dádiva. A amada chegou quando bons ventos da bonança sopraram o que nos faz pensar na qualidade de Oyá, orixá dos ventos, da tempestade e da transformação. Por fim, Campo Belo depois de viver dias felizes com Miríades e a sua filha, diz que hoje “Miríades brinca de esconde-esconde em alguma outra galáxia” (EVARISTO, 2016, p. 67) nos relembrando o sorriso arteiro de Oxum, se escondendo depois de uma conquista.

### **5 Oxum seduz Iansã**

Entende-se aqui que o encontro do amor entre mulheres com as divindades de Oxum e de Iansã nos contos não são meras coincidências, mas uma celebração ancestral. No itan “Oxum seduz Iansã”, disponível em *Mitologia dos Orixás*, de Reginaldo Prandi (2000), conta-se que Oxum, ao ver Iansã, achou-a linda, atraente e elegante, passando então a desejá-la, até conquistá-la e Iansã se entregar. Mas Oxum logo seguiu para uma nova conquista, aspecto do mito que nos lembra Mameto, do conto de Cidinha da Silva, que também partiu para uma nova paixão. A narradora do conto de Cidinha da Silva foi dada ao mundo por Oxum para amar continuamente. No itan, a busca de Oxum por uma nova conquista despertou a ira de Oyá, com isso, Oxum teve que se esconder em um rio, vivendo lá até hoje.

A existência deste itan nos possibilita questionar a heterossexualização cisnormativa que os discursos da colonialidade tem imposto desde a diáspora, impactos que foram refletidos ficcionalmente na trajetória de vida da personagem Campo Belo. Como bem coloca a teórica e poeta Tatiana Nascimento:

## *Gênero, sexualidade e identidades*

A negritude lgbtqi+ enfrenta estereótipos que taxam a homossexualidade/dissidências sexuais de “praga branca”, contaminando os viris povos negros “africanos” (o monolito África/Wakanda) pela via da colonização. Consequentemente, orientações sexuais, identidades de gênero, práticas de sexo-afeto que são, efetivamente, negramente ancestrais y documentadas por exemplo em mitos fundacionais (como os itans) são ditas embranquecimento/colonização (NASCIMENTO, 2019, p. 4-5).

Os estereótipos que são dados a um corpo negro (hétero, cis, viril, fértil e reprodutor) são normatizados, considerados próprios e corretos. Enquanto os corpos negros dissidentes são perseguidos e condenados a uma anulação existencial, física e simbólica. Dessa maneira, a teórica argumenta que os *itans cuir* são fundamentais para compreender a ancestralidade negra sexual-dissidente. No itan já citado, a relação de Oxum com as águas doces nasce do seu relacionamento com Oyá. É se escondendo dela e de sua ira que encontra no rio morada. Tatiana Nascimento diz “um de seus domínios simbólicos mais importantes, a pertença à água doce que simultaneamente a pertence, se deve a ter transado com Iansã” (NASCIMENTO, 2019, p. 6).

É imprescindível pensar o teor deste itan como um mito lésbico da ancestralidade negra. É necessário teorizar sobre possibilidades outras de existência que não as legitimadas pela colonialidade. A história da colonização é heterocisnormativa, dessa maneira é indispensável recriar outras narrativas anticoloniais para que

não morram as raízes nutrizas da assunção dessa ancestralidade das dissidências sexuais e/ou de gênero; para que tenhamos lastro histórico da diáspora negra; para nos livrar da mirada heterocisnormativizante que a colonialidade impõe a nossas trajetórias/existências/simbologias pré-atlânticas, como tentativa de planificar e rasificar; mais fácil dominar narrativas, sexualidades, práticas, existências de sujeitos & de povos bem mais complexas, que escapam ao binarismo homem/mulher católico branco tido como parâmetro de sexualidade (NASCIMENTO, 2019, p. 10).

Fazer isso é requerer nas raízes que fundam a ancestralidade das dissidências sexuais e/ou de gênero um alicerce contra a heteronormatividade imposta pela colonialidade, a fim de nos rotular e dominar. Esse aspecto se interconecta com a chaga do racismo, tão cotidiano, que não pode ser lido sob a chave de um evento violento sofrido individualmente, mas sim como a soma de eventos violentos que revelam um padrão histórico de abuso racial marcado, inclusive, pelas memórias coletivas do trauma colonial, como

afirma a teórica e artista Grada Kilomba, que defende a discussão do trauma dentro do contexto do racismo, pois forças sociais e históricas influenciam na formação do trauma:

[...] os dolorosos efeitos do trauma mostram que as/os africanas/os do continente e da diáspora foram forçadas/os a lidar não apenas com traumas individuais e familiares dentro da cultura *branca* dominante, mas também como trauma histórico coletivo da escravização e do colonialismo reencenado e restabelecido no racismo cotidiano, através do qual nos tornamos, novamente, a/o “*Outra/o*” subordinado e exótico da branquitude (KILOMBA, 2019, p. 215).

Assim, a “mirada heterocisnormativizante” imposta pela colônia-lidade as nossas trajetórias/existências/simbologias também encontra lastro nessas memórias coletivas do trauma, dado que as dissidências sexuais e/ou de gênero são experiências ancestrais. Mas é preciso desconstruir essa mirada. A teórica e poeta estadunidense Audre Lorde em seu artigo “Para começo de conversa: alguns apontamentos sobre as barreiras entre as mulheres e o amor”, publicado originalmente em 1978, conta que na costa da África ocidental há doze tipos de casamento, dentre eles a um que se chama “dar a cabra ao bode” que possibilita a uma mulher se casar com outra mulher, que pode ou não ter filhos e, se os tiverem, eles farão parte da linha sucessória da primeira mulher. Diz:

Casamentos como esse são realizados por toda a África, em diversos lugares e entre povos distintos. É comum que as mulheres envolvidas sejam integrantes reconhecidas de suas comunidades, avaliadas não por sua sexualidade, mas pelos papéis que exercem (LORDE, 2019, p. 63).

Os relatos apresentados por Lorde, assim como o itan, demonstram que relacionamentos entre mulheres eram uma realidade em alguns povos do continente africano, que por conta da diáspora forçada e da colonialidade foram se diluindo enquanto experiência comum entre as comunidades tradicionais.

A autora ainda contextualiza as relações estabelecidas entre as coesposas africanas, mesmo em um contexto intrincado e complexo. Como também as guerreiras amazonas do antigo Daomé, que eram conhecidas como as mais importantes e ferozes guarda-costas do rei (LORDE, 2019). Os

## *Gênero, sexualidade e identidades*

exemplos que Lorde apresenta são usados para demonstrar que mulheres negras sempre criaram vínculos de união e isso faz parte da nossa história. A autora traz também, na íntegra, o relato de Efik-Ibibio, uma mulher nigeriana de 92 anos que, em suas memórias, recorda seu amor por outra mulher:

Eu tinha uma amiga a quem revelava os meus segredos. Ela gostava muito de guardar segredos. Nós agíamos como marido e mulher. Éramos como carne e unha, e tanto o meu marido quanto o dela sabiam do nosso relacionamento. O povo do vilarejo nos apelidou de irmãs gêmeas. Quando eu me desentendia com o meu marido, era ela quem reestabelecia a paz. Eu mandava meus filhos irem trabalhar para ela frequentemente, como retribuição pela gentileza dela comigo. Meu marido teve a sorte de conseguir mais pedaços de terra do que o marido dela, e permitia que ela usasse parte do terreno, ainda que ela não fosse minha coesposa (ANDRESKI, 1970, p. 131 apud LORDE, 2019, p. 63).

A colonialidade foi/é responsável pelo apagamento de culturas e pela desumanização dos povos de África. Sistematizou corpos e amores/afetos como os ideais, leia-se o corpo branco heterocisnormativo, e, dessa forma, deslegitimou e inferiorizou os corpos negros dissidentes. Disseminou a partir da colonização modo único de se relacionar, excluindo todas as outras possibilidades do imaginário cultural e social, utilizando a igreja como meio para reprimir identidades e sexualidades, sob o pretexto do pecado.

Como ferramenta de manutenção do poder usada pela colonização, a linguagem ocupou um *status* voltado para subalternização, omissão e silenciamento. Mas, é também a partir dela que podemos ressignificar essa linguagem que operou tanto tempo contra nós, ao transformar os nossos silêncios em linguagem e ação, assumindo um papel vital transformador nesse processo. Audre Lorde pontua que para aqueles que escrevem é eminente esmiuçar a verdade da linguagem utilizada. É importante o compartilhamento das palavras que para nós são significativas (LORDE, 2019). E mais importante ainda é

a necessidade de ensinarmos a partir da vivência, de falarmos as verdades nas quais acreditamos e às quais conhecemos, para além daquilo que compreendemos. Porque somente assim podemos sobreviver, participando de um processo de vida criativo e contínuo, que é o crescimento (LORDE, 2019, p. 55).

Kilomba também entende a linguagem literária e as produções literárias como atos de resistência, de reconstrução de imagens identitárias da negritude ecoando de pessoas negras, desconstruindo estereótipos e reafirmando (re)existências, a fim de dismantelar a alienação causada pela colonialidade (KILOMBA, 2019). A teórica, a partir de considerações importante de bell hooks, diz que essas produções literárias, que muitas vezes são colocadas na margem, não devem ser vistas apenas

como um espaço periférico, um espaço de perda e privação, mas sim como um espaço de resistência e possibilidade. A margem se configura como um “espaço de abertura radical” (HOOKS, 1989, p.149) e criatividade, onde novos discursos críticos se dão. É aqui que as fronteiras opressivas estabelecidas por categorias como “raça”, gênero, sexualidade e dominação de classe são questionadas, desafiadas e desconstruídas (KILOMBA, 2019, p. 68).

Dessa forma, a construção literária que apresenta outras possibilidades de amores/afetos em suas narrativas demonstra romper com um modelo hegemônico de amor presente nas narrativas literárias e no imaginário social e possibilita a transformação de mundos alternativos contra hegemônicos. É preciso estarmos atentas/os que há ainda muitos silêncios a serem quebrados. A literatura contemporânea, apesar de abarcar possibilidades outras de amores/afetos, ainda deixa de lado muito da diversidade humana de ser e amar, como por exemplo, a quase nenhuma aparição de pessoas trans, travestis, não binárias, pansexuais etc.

O compromisso de quebrar esses silêncios é notório nos contos das autoras que compõem este estudo, Cidinha da Silva e Conceição Evaristo. Na literatura de ambas, percebemos personagens e enredos que celebram a diversidade de amores/afetos da negritude. Este engajamento é evidente na voz funda que vem do rio do poema de Cidinha da Silva e suave no poema de Kati Souto, poeta negra sapatão não binária:

**O poder de ver a beleza no que um dia pensei  
ser maldito**

e eles dizem que eu já não posso ser o que sou e  
o que

/me tornei

## *Gênero, sexualidade e identidades*

e na verdade nunca havia sido tão bela  
tão cor  
e eles temiam: maldita! perversa! indigna!  
e eu sorrindo digo: suave.  
enquanto danço por mim mesma vejo a beleza do  
que  
  
/eles dizem  
maldição  
um giro. um eu esquecido. parte não de mim. um  
pulo  
correntes longas caem de minha cabeça e das  
minhas  
  
/mãos e dos  
meus pés  
leve. uma pirueta. suave. doce. lábios macios. um  
olhar  
  
/que me  
perfura. um não erro  
de se amar mulher  
de ser mulher  
um poder  
não uma maldição  
de se ter capacidade de ler tantas linhas de  
decifrar  
  
/enigmas  
da mais bela poesia  
autora: vida  
e sorrindo eu digo: é suave.

(SOUTO, 2018, p. 19)

Assim, o maldito, a ideia colonial da heterocisnormatividade se torna bela no olhar do eu poético, ao se libertar desses padrões pré-estabelecidos. Suave, a linguagem literária permite que amores/afetos sejam descolonizados e (re)existam.

### *6 Considerações finais*

O interesse desse estudo foi explorar a presença de relacionamentos entre mulheres negras nos contos, correlacionando-os com o itan de Oxum e

Iansã, a fim de legitimar este amor em suas raízes ancestrais, evidenciando, assim, essas narrativas que quebram silenciamentos e possibilitam discussões, desconstruções, além de tecer, a partir da literatura, possibilidades outras de existência.

Os contos de Cidinha da Silva abordam essa relação amorosa sem o peso da dor, do sofrimento de existir em uma sociedade culturalmente heterocisnormativa, apresenta esses encontros com poeticidade, reverenciando a poesia do ato, a sutileza do ser, a experiência como *tecnologia-ancestral afrofuturista*.<sup>76</sup> Em “Isaltina Campo Belo” Conceição Evaristo narra uma trajetória que poderia ser a de muitas mulheres não heterossexuais. Diz sobre a infância dolorosa de viver sabendo quem se é, mas pressionada/o socioculturalmente a não o ser. Perpassa pelas violências que o corpo dissidente pode vir a sofrer e sofre, seja pela invisibilidade do eu, causada pela heteronormatividade, ou pela violência máxima do estupro.

Cada uma a sua maneira, em seu fazer literário, evidenciou relações entre mulheres negras, reverenciando a herança ancestral do encontro amoroso de Oxum e Iansã registrado no itan. Ambas nos ofereceram narrativas de amor entre duas mulheres, ora densas e/ou tensas, ora fecundas de poeticidade, plasmadas com cores iansânicas e acompanhadas do sorriso arteiro conquistador de Oxum.

## REFERÊNCIAS

- EVARISTO, Conceição. *Insubmissas lágrimas de mulheres*. Belo Horizonte: Nandyala, 2016.
- GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *Revista Ciências Sociais Hoje*, Anpocs, 1984, p. 223-244.
- KILOMBA, Grada. *Memórias da plantação*. Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2019.
- LORDE, Audre. *Irmã Outsider*. Tradução de Stephanie Borges. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2019.
- NASCIMENTO, Tatiana. *Cuírlombismo Literário*. São Paulo: Editora N-1

---

<sup>76</sup> Conceito utilizado em *Cuírlombismo literário* pela teórica Tatiana Nascimento (2019).

*Gênero, sexualidade e identidades*

edições, 2019.

SILVA, Cidinha da. *Um exu em Nova York*. Rio de Janeiro: Pallas, 2018.

\_\_\_\_\_. *Canções de amor e denço*. São Paulo: Me Parió Revolução, 2016.

SOUTO, Kati. *escura.noite*. 2. ed. Brasília: Padê editorial, 2018.

## HOMOEROTISMO E (DES) ENCONTROS COM A SUBJETIVIDADE EM DUAS NARRATIVAS CURTAS

*Bougleux Bomjardim da Silva Carmo (UNEB)<sup>77</sup>*

### RESUMO

Neste artigo, objetiva-se estabelecer reflexões acerca das relações homoafetivas representadas em textos extraídos de duas antologias de contos gays. Para tanto, articula-se, precipuamente, estudos contemporâneos acerca das homossexualidades na teoria psicanalítica (FREUD, 1976; QUINET; JORGE, 2020), textos relacionados à questão do poder, representação e violência (ADORNO, 1970; BOURDIEU, 2014; FOUCAULT, 2014; GINSBURG, 2012), com elementos das teorias de gênero (BUTLER, 2019; 2017; 2015) para uma compreensão determinada da emergência da violência e do estranhamento na performatividade do corpo e do homoerotismo, principalmente, acerca da divisão subjetiva frente aos papéis sexuais. Diante disso, toma-se como objeto de análise duas narrativas: “Sargento García” (ABREU, 2005) e “O futebol” (HONÓRIO, 1995). Como resultado, descreve-se elementos da ficcionalidade dos textos em questão para explicitar em que medida se cruzam hierarquizações, jogos de dominação, estereótipos, práticas e outros imaginários dominados pela heteronormatividade que, por sua vez, acentua, provoca ou sinaliza melancolia, ruptura, medos e violência no encontro de corpos do mesmo sexo.

**Palavras-chaves:** homoerotismo; psicanálise; representações; performatividade.

### ABSTRACT

This article aims to reflect about the homoaffective relations represented in texts extracted from two gay tale anthologies. Therefore, we articulate contemporary studies on homosexuality from psychoanalytic theory (FREUD, 1976; QUINET; JORGE, 2020), texts about to the question of power, representation and violence (ADORNO, 1970; BOURDIEU, 2014; FOUCAULT, 2014; GINSBURG, 2012), with elements of gender theories (BUTLER, 2019; 2017; 2015). Thereby, we try to point for a determined understanding of the violence and strangeness in the body and the homoeroticism performance, mainly, the subjective division regarding sexual roles. So, we take two narratives as analysis object: “Sergeant García” (ABREU, 2005)

---

<sup>77</sup> Doutorando em Estado e Sociedade pela Universidade Federal do Sul da Bahia. Mestre em Letras - Proletras pela Universidade Estadual de Santa Cruz. Licenciado em Letras Vernáculas pela Universidade do Estado da Bahia. Tem formação teórica em Psicanálise Clínica pela Associação Brasileira de Psicanálise e Psicoterapias. Docente da Rede Estadual de ensino da Bahia e tutor de Letras/EaD da Universidade Estadual de Santa Cruz. *E-mail:* bougleux.carmo@hotmail.com

## *Gênero, sexualidade e identidades*

and “The football” (HONÓRIO, 1995). As a result, we describe elements of the fictionality of the texts in question to explain the extent to which hierarchies, games of domination, stereotypes, practices and other imaginary dominated by heteronormativity intersect, and, finally, how this question accentuates, causes or signals melancholy, rupture, fears and violence in the encounter of bodies of the same sex.

### **Keywords:**

homoeroticism; psychoanalysis; representations; performativity.

## ***1 Introdução***

Mais do que as representações sociais, a literatura pode desvelar na construção da ficcionalidade, ainda que inconscientemente, diversas dimensões que se entrelaçam na relação entre imaginários e formas de viver que, esteticamente, fazem ressoar as forças políticas, sociais e culturalmente estabelecidas, testemunhando e servindo como fonte histórica, pois, das mentalidades e visões de seu momento histórico (ADORNO, 1970). No trato com a dimensão do homoerotismo, do sujeito homossexual ou da homossexualidade eclodem-se diferentes manifestações dos modos de fazer-se sujeito. Em outros termos, há diversos matizes sobre o homoerotismo que precisam “sair do armário” mediante a crítica literária, posto que “ainda há muito a se investigar sobre a presença de vozes ficcionais e autores homossexuais na literatura desde seu nascimento, considerando diferentes gêneros literários e tendências artísticas” (PORTO, 2016, p. 86).

Com efeito, a metáfora do armário, como uma espécie de epistemologia que engendra discursos e práticas (SEDGWICK, 2007), coloca em circulação sentidos ambíguos e, por vezes, contraditórios relativos aos modos de como os sujeitos LGBTQIA+ se posicionam nas relações sociais. Entretanto, o recorte deste trabalho se detém sobre o homoerotismo entre homens gays, já que as homossexualidades são vivenciadas de formas muito diversas, do ponto de vista social, histórico e intersubjetivo, em razão das constrictões da estruturação psíquica (QUINET; JORGE, 2020) e das questões político-culturais que perpassam essas vivências em suas performatividades (BUTLER, 2015).

Nesses termos, não se poderia colocar em posições equivalentes os modos de representação do homoerotismo entre homens e entre mulheres dadas as singularidades dessas homossexualidades, o que não pressupõe

hierarquização em termos de crítica ou análise literárias. Isso posto, o armário, conforme a metáfora acima mencionada, vem a ser uma *presença formadora*, apesar do apoio que diferentes sujeitos possam receber de suas comunidades imediatas (SEGDWICK, 2007). O texto ficcional, por sua vez, com a presença de homossexuais ou a ficção produzida por homossexuais se tensiona, portanto, nessas relações, práticas e discursos em diferentes medidas e tradições.

Não obstante, sobre esse último ponto colocado, importa destacar que as representações homoeróticas não dispõem ainda, em seu próprio interior, de uma mesma tradição de representações na produção literária, tal como se efetiva com homens gays e mesmo mulheres lésbicas – como é o caso da homocultura na Grécia antiga constitutiva da política e das relações socioculturais da pólis grega (SANTOS, 2009). Sob esse prisma, as representações de pessoas *queer*, transexuais, intersexuais, dentre outros grupos centrais da comunidade LGBTIQ+ são objetos da contemporaneidade e, por tal razão, são elementos de uma tradição ainda por construir-se e consolidar-se. Por tal razão, faz-se necessário um olhar detido sobre a erótica e as formas de sexualidade de cada singularidade ou de cada grupo para melhor entendimento das relações intersubjetivas e dos fenômenos que se apresentam nessas literaturas, enquanto campo de força dos modos de subjetivação dessas pessoas.

Por sua vez, o olhar psicanalítico contemporâneo, que tem atualizado o pensamento freudiano, postula a necessidade de encarar as homossexualidades distantes de quaisquer conotações patológicas, mas como uma instância pulsional constitutiva mesmo dos sujeitos heterossexuais, haja vista “que o ser humano tem uma constituição bissexual e que existem, em todos os indivíduos, coexistindo lado a lado, em proporções diversas componentes heterossexuais e homossexuais” (QUINET; JORGE, 2020, p. 14). Essa visada sobre as identificações sexuais tensiona os discursos centrados em uma suposta consciência da escolha ou “opção” sexual, por exemplo. Nesse prisma, a descoberta homossexual consciente deriva da bússola pulsional e de um longo processo de identificação que se desenvolve na história de cada sujeito (QUINET; JORGE, 2020).

Com isso, urge apontar para a intersecção entre o social e o individual nas representações das relações homoeróticas, com o objetivo de

## *Gênero, sexualidade e identidades*

indicar em que medida estão perpassadas por esquemas, hierarquias culturais e modos de subjetivação construídos coletivamente, mas que se espraiam para o âmbito da intimidade da performance dos corpos em suas formas e políticas de afetividade, bem como da insurgência das relações de poder nas diferentes configurações relacionais das homossexualidades. Sendo assim, busca-se interpretar as relações homoeróticas na centralidade dos aspectos da violência – como categoria estética - e do poder na condição de linhas que atravessam representações dos papéis sexuais e do desejo homoerótico em dois contos, sendo um de Caio Fernando Abreu, presente na obra *Morangos Mofados* (ABREU, 2005), e a segunda narrativa oriunda da antologia do conto gay brasileiro organizado por Honório (1995).

Sendo assim, a presente discussão abre-se para compreender as relações homoeróticas como um processo de transformação em um contexto social mais amplo de “esgarçamento” das forças conservadoras, em uma perspectiva dialética e, nos termos psicanalíticos, a partir da aporia do *estranhamento* das posições subjetivas e sexuais, pelo qual se pode observar circuitos de afetos outros como resultados de diferentes horizontes sociais historicamente em mutação. Tais mutações se dão de modo quantitativamente distintos em cada cultura e lugar.

### ***2 Desejos e afetividades homoeróticas na ordem do subalterno***

Em primeiro plano, convém assumir os elementos aqui analisados como parte de um estado de coisas da ordem do subalterno (SPIVAK, 2010). Com efeito, no âmbito da produção literária, a obra de Abreu (2005), com é o caso, pode ser tomada como um exemplo de discurso insurgente no contexto político e cultural de seu aparecimento, a saber, a ditadura militar, de ideologias conservadoras e da emergência do feminismo, na década de 80 (FERREIRA JÚNIOR; BORA, 2010, p. 111). Somando a essas dissidências, convém mencionar as propostas de arte no teatro e na dramaturgia nas quais buscava-se tensionar as normatizações ora impostas, bem como propor outras estéticas nas quais as sexualidades, os sujeitos *queer* e outras formas de enunciação de gênero pudessem inquietar a sociedade via ativismo (TRÓI, 2019), que, desde meados do século XX, sinalizam, dentre outros elementos:

[...] fatores como o recrudescimento da violência contra a população LGBT; o aprisionamento do movimento gay institucionalizado à lógica heteronormativa e bem-comportada; a aposta no paradigma da igualdade e dos marcos legais sem considerar as estruturas discriminatórias presentes no próprio aparato estatal; o crescimento dos estudos de gênero e sexualidade no Brasil; a não adequação às normas corporais e comportamentais propagandeadas pelas instituições sociais; o advento das redes sociais como plataforma de divulgação e reverberação desses trabalhos; entre outros aspectos. (TRÓI, 2019, p. 44).

Porém, ainda incipiente enquanto um campo de investigação estético-literário, o homoerotismo, nessa época, impôs-se como uma voz a ser ouvida no âmbito do cânone, sendo, dessa forma, um tipo de discurso “ex-cêntrico” atrelado à patologização e marginalização, que se deve curvar à uniformização dos desejos e arquétipos da sociedade burguesa heteronormativa (MITIDIERI; CAMARGO, 2015; PORTO, 2016). Nesse sentido, não só a obra analisada, sobre a condição homoafetiva, enquanto manifestação das sexualidades em busca de reconhecimento, como também a própria investigação sobre o homoerotismo no campo da estética são elementos ainda em busca de centralidades e, tal como sinaliza Porto (2016), não dispomos de uma cartografia desses estudos, senão releituras do cânone e incursões poderosas em busca de melhor entender as representações homoeróticas.

Tal cenário impõe a caracterização desse conjunto como subalterno, dado que “não é fácil em uma cultura ainda machista e homofóbica como a brasileira falar de questões da homocultura”, conforme postula Dias da Silva (2015, p. 07), em virtude do medo, dos modelos religiosos, notadamente, judaico-cristãos ou mesmo por considerar tais questões com indiferença e desimportância. Nessa esteira, urge questionar quanto à importância de se compreender as performatividades homossexuais no que tange ao encontro dos corpos e afetividades a fim de tensionar os modelos e normas vigentes.

Com efeito, torna-se procedente tal incursão como forma de compreender o domínio dos afetos sob atravessamentos de relações de poder que são da ordem do coletivo, já que se manifestam no nível macro das relações sociais, pois, como bem aponta Bourdieu (2014), são muitas as estruturas de divisão sexual, noções abstratas das relações sociais, diferentes formas de dominação emergentes no tecido coletivo e que invadem à

### *Gênero, sexualidade e identidades*

intimidade como noções naturais e eternizantes. Dessa maneira, tais processos são envolvidos linguisticamente e simbolicamente para, a partir daí, serem manifestados no nível da intimidade como ecos dessa ordem (BOURDIEU, 2014). Em última instância, tais ordens são conformadoras de um *habitus* sexuado, na qual o masculino domina arbitrariamente, não obstante com ares de coerção natural, como se tudo fosse biológica e naturalmente sobredeterminado (BOURDIEU, 2014).

É fundamental considerar que a noção de intimidade é bastante opaca e modula conforme novos processos de subjetivação e sociabilidade que se instalem na cultura e na sociedade. Da mesma forma, não se pode desvincular da dimensão política o fato de que a relação público-privado encontra-se em linhas bastante tênues, porquanto a intimidade está sujeita à construção temporal e discursiva dos espaços e relações com os corpos, seus usos e significados imputados sobre esses processos (ARFUCH, 2005).

Nessa perspectiva, compreendendo, a partir de Freud (1976) e Bourdieu (2014), a força do falo, como expressão simbólica do poder, na construção das representações coletivas, é possível perceber como papéis sexuais no domínio das relações homoeróticas são semiotizações de uma suposta naturalização, notadamente, na cultura judaico-cristã ocidental, da dominação sexual do macho sobre a fêmea, como arquétipos relativos aos papéis biológicos hegemônicos, aos desejos, práticas e relações de poder determinantes das conjugalidades dos corpos. Conforme as pistas freudianas e bourdieusianas, essas relações falocizadas subjugam certas práticas e corpos, sobredeterminam o que insufla o erótico, perpassando a performance e fazendo vigorar, em alguma medida, formas de violência que se manifestam em signos de opressão, sentimentos e afetos comprimidos, sufocamentos dos sentidos, dificuldade quanto às percepções da própria subjetividade, abandono, autodepreciação ou mesmo em atos e comportamentos de agressão deliberada, por exemplo.

Portanto, sob essa ótica, nada no homoerotismo pode ser tomado, consoante aqui argumenta-se, como algo da ordem eminentemente subjetiva e ao acaso da vontade consciente, senão na intersecção desses atravessamentos coletivos e simbólicos que imbricam-se determinando modos de ser homossexual e a performatividade dos encontros como construções sociais (FOUCAULT, 2014). Há, pois, uma relação entre falo e *logos* no âmbito dos usos do corpo e seus prazeres sob o primado da masculinidade (BOURDIEU,

2014). Diante disso, urge questionar como a posição sexual e determinados usos do corpo são conjugados nas relações homoeróticas, ora retiradas do âmbito circunscrito do desejo subjetivo, bem como sobre as interdições mormente estabelecidas e que tipo de *logos* permeia o sexo ou o desejo gays.

São inquietações das quais o discurso ficcional pode desvelar enquanto representação, já que a “homossexualidade é obliterada pelas leituras críticas de base canônicas, sendo pouco ou nada incisivas ao posicionar a temática” (GARCÍA, 2014, p. 22). Nessas condições, pode-se operar com modos de fala e enunciações de desejos experienciados no campo das interdições culturais, políticas e sociais. Assim, para além da subalternidade de gêneros, no campo das afetividades (PIOSIADLO; FONSECA; GESSNER, 2014) ter-se-ia, então, uma subalternização de papéis em jogos de dominação afetivo e sexual, tendo os estereótipos um profundo e fundamental papel na intersecção coletivo-individual, porquanto funcionam como crenças, modos operatórios, maneiras de tratar a informação ou mesmo como um modo de controlar comportamentos (PIOSIADLO; FONSECA; GESSNER, 2014).

Consoante as autoras, as relações afetivas são conformadas histórica e socialmente, legitimando-se em divisões consideradas naturais, mas perpassadas por violência. Mais ainda, há, por vezes, uma naturalização da violência no contexto da intimidade das relações, velada por interditos, medos e papéis inferiorizados. Relações essas que se amplificam para além das heterossexualidades, senão, também, às homossexualidades. Trata-se de um debate que a teoria psicanalítica também participa buscando compreender as questões éticas e estéticas a partir de seus postulados, conforme se tratará a seguir.

### ***3 Homossexualidades no divã psicanalítico contemporâneo***

O propósito, nesta seção, é situar, em breves notas, alguns elementos centrais do debate contemporâneo sobre as homossexualidades a partir da própria teoria psicanalítica, partindo de algumas formulações freudianas (FREUD, 1976) e de psicanalistas pesquisadores (as) que têm atualizado muitas dessas formulações (QUINET; JORGE, 2020). Recorre-se a esses elementos para a compreensão da descoberta consciente do desejo homosse-

### *Gênero, sexualidade e identidades*

xual que se irrompe na experiência vivida pelas personagens nos textos analisados neste trabalho.

Sendo assim, tópicos centrais como o processo de (des) patologização da homossexualidade, tal como já feito por Paoliello (2020), os movimentos sociais, políticos, científicos e culturais que corroboraram para isso não serão aqui tratados, pois seria necessário um espaço maior para a discussão e crítica cultural, das mentalidades e dos diversificados movimentos – centralmente os feministas - que influenciaram o cenário/discurso de aceitação e de criminalização da condição homossexual, tal como o discurso científico do século XIX e a cultura judaico-cristã (QUINET, 2020).

Além disso, embora as teorias de gênero, em geral, construam-se sobre uma acentuada crítica às inúmeras formulações freudianas e a própria teoria psicanalítica pós-freudiana ter contribuído negativamente para o trato com a homossexualidade, como assinalam Quinet e Jorge (2020), é preciso endossar o papel da teoria psicanalítica sobre a condição homossexual, devido as contribuições de Sigmund Freud para um olhar sobre a questão a partir da fenomenologia das pulsões, da hipótese do inconsciente e das variações da sexualidade humana, claramente na contramão da sexologia, psiquiatria e cultura de sua época. A partir desses postulados, pode-se, então, problematizar as situações vividas no texto ficcional enquanto expressões de experiências no tocante à realidade. Todas essas dimensões envolvem-se em um profundo manto político e de representações mormente sedimentados em discursos sobre os modos de ser, de sentir e desejar culturalmente localizados.

Sendo assim, tomemos a nota de Freud (1976) na edição de 1915 do texto *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade*:

Todos os seres humanos são capazes de fazer uma escolha de objeto homossexual, e que na realidade o fizeram em seu inconsciente. Realmente, as ligações libidinais com pessoas do mesmo sexo desempenham um papel tão importante como fatores na vida psíquica normal, e mais importantes como causa da doença, quanto ligações idênticas com o sexo oposto. Ao contrário, a psicanálise considera que a escolha de um objeto, independentemente de seu sexo, - que recai igualmente em objetos femininos e masculinos-, tal como ocorre na infância, nos estágios primitivos da sociedade e nos primeiros períodos da história, é a base original da qual, como consequência da restrição num ou noutro sentido, se desenvolvem tanto os tipos normais como os invertidos. Assim, do ponto de vista da psicanálise, o interesse sexual exclusivo de homens por mulheres também constitui um problema que precisa

ser elucidado, pois não é fato evidente em si mesmo, baseado em uma atração, afinal de natureza química (FREUD, 1976, p. 132).

Sigmund Freud situa claramente a complexidade não só da homossexualidade, como da própria heterossexualidade, imposta como norma social. Consoante Paoliello (2020), Freud substituiu, mais tarde, o termo *invertido* por *homossexual* para distanciar-se das conclusões da psiquiatria da época que posicionava o desejo por iguais como uma questão congênita e associada às diversas doenças mentais. Urge assinalar a distinção na teoria freudiana entre pulsão e escolha de objeto, uma vez que “o que ele chama de pulsão ou tendência homossexual, que é um componente libidinal de todo ser humano, e a homossexualidade exercida na prática como uma escolha de objeto efetivada pelo sujeito (consciente ou inconsciente)” (QUINET, 2020, p. 93).

Assim, o médico vienense considerava a homossexualidade um mistério e desenvolveu várias hipóteses para sua origem, porém todas as suas observações clínicas o levaram a posicionar-se na direção contrária à cultura, legislação e pesquisa psiquiátrica e sexológica de sua época para postulá-la como uma das variantes da sexualidade humana. Dito isto, é a teoria freudiana que, a *priori*, arrisca-se a tirar o desejo homossexual do limbo, da doença, dos comportamentos patológicos e enfrentar seriamente a condição subjetiva e afetiva de homens e mulheres frente às instituições políticas, religiosas e médicas de sua época.

Sob esse prisma, a escolha de objeto, que leva o sujeito na fase genital, conforme a metapsicologia psicanalítica, a estabelecer práticas bi-hétero-homossexuais – com a devida licença para o neologismo empregado – se efetiva na história do desenvolvimento libidinal das identificações sexuais que operam inconscientemente ao longo da vida. Isso é da ordem da individualidade, da subjetividade e da historicidade do sujeito. No entanto, seguindo as assertivas de Quinet (2020), a pulsão, que é a energia libidinal, caracteriza-se pela sua emergência em todo ser humano, dada a bissexualidade inerente e inconscientemente assentada, como espaço privilegiado da diversidade humana em relação ao outro, posto que “o verdadeiro parceiro é o objeto *mais-de-gozar (a)* de cada um, que pode se alojar num homem ou

### *Gênero, sexualidade e identidades*

mulher (independentemente de seu sexo anatômico ou posição subjetiva feminina ou masculina)” (QUINET, 2020, p. 96 – grifos do autor).

As práticas sexuais são contingentes, mesmo as heterossexuais, que estão sob a opressão de discursos e normas sociais historicamente construídas na diferenciação de papéis. Por exemplo, o uso dos prazeres, a forma de utilizar o próprio corpo, as práticas masturbatórias, o exercício do gozo não se dá ainda com as mesmas liberdades entre homens e mulheres que se identificam como heterossexuais, enquanto escolha de objeto *mais-de-gozar* ou *objeto (a)*, nos termos lacanianos empregados por Quinet (2020). Apesar dos avanços em termos de despatologização em meados do século XX pelos organismos internacionais de saúde, das liberdades e direitos civis homoparentais conquistados, bem como a ampliação dos espaços de circulação de discursos, práticas, experiências e visibilidades, a homossexualidade, enquanto prática, ainda se defronta com um amplo debate pela aceitação, recusas, normativizações e subalternização.

Como será visto na análise dos contos, a condição de atividade ou passividade da energia pulsional - masculino ou feminino em termos de posição subjetiva frente ao deslocamento das pulsões na direção do objeto - não são elementos que se restringem à anatomia e à fisiologia genital, pois, segundo Quinet (2020, p. 101) “Lacan desconstruiu a relação ‘sujeito ativo *versus* sujeito passivo’ ao apontar que ‘o objeto é ativo e o sujeito é subvertido’”. Assim, homens e mulheres nas diferentes combinações de escolha de objeto sexual podem se posicionar como sujeitos ou objetos em relação ao desejo do outro (QUINET, 2020).

Essa questão da posição ativa e passiva é, justamente, o que desperta ou provoca, em muitos homens homossexuais ou que se descobrem como tal, conforme sinalizam as narrativas, as divisões subjetivas sobre seus papéis em termos de masculinidade. Colocando em miúdos, assumir uma posição passiva na relação sexual os fariam menos homens, ou inferiores ou objeto de escárnio social caso assumissem tal posição. Nesses termos, o desafio de ser homossexual existe pelas restrições e normas sociais e culturais opressoras sobre papéis sexuais, de gênero e de identidade (BUTLER, 2015) que produzem sofrimento subjetivo e destroçam os sentidos que homens e mulheres produzem sobre si mesmos (as) no processo de subjetivar-se.

Em psicanálise, a sexualidade encontra sua centralidade como um campo de forças intersubjetivas para o qual se convergem discursos, normas,

introejeções, (inter)ditos, instituições e outros elementos que vão transitar entre o biológico, o pulsional, o comportamental e o psíquico. Sendo assim, é preciso pensar nessas questões quanto ao homoerotismo e ao desejo homossexual, dada a condição de certo ostracismo que homens e mulheres homossexuais ainda vivem na contemporaneidade, apesar de mudanças significativas no âmbito político, cultural e social.

#### ***4 Performatividades, poder e violência no homoerotismo***

Para Ferreira Júnior e Bora (2010), a constituição do itinerário homoafetivo construído por Caio Fernando Abreu se efetiva na relação entre aquilo que é coletivo com o individual, pela qual as experiências vividas pelos sujeitos são vertidas tanto pelo público quanto pelo privado, mediado por um estilo experimental que busca inserir-se em um contexto político de retomada da própria condição de ser, na qual “verifica-se que o papel do escritor como artífice, busca reproduzir em termos ficcionais a necessidade de expressão de uma linguagem de pulsão homoerótica através da sexualidade como diferença (FERREIRA JÚNIOR; BORA, 2010, p. 111). No que concerne aos contos da antologia de Honório (1995), trata-se de um panorama da diversificada produção da estética homoerótica brasileira, notadamente, de escritores (as) esquecidos (as), marginais ou não-canônicos.

Em virtude dos limites e objetivos deste trabalho, determinadas passagens das narrativas em Abreu (2005) e Honório (1995) são destacadas para exposição da análise. Nessas condições, apresentam-se como *flashes*, trechos e cenas dos contos que exprimem o fio argumentativo deste trabalho. Tal forma de incursão deve funcionar como uma metodologia exploratória das problemáticas apresentadas e, assim, o conjunto de recortes deve propiciar uma discussão das possibilidades de análise do universo das representações.

#### ***4.1 Homoerotismo no conto “Sargento Garcia”***

Em um primeiro plano, no conto “Sargento Garcia” (ABREU, 2015), o narrador-personagem, ao assumir a enunciação, vigora trazer ao leitor as miríades de sua experiência homossexual. O enredo se estabelece no

### *Gênero, sexualidade e identidades*

contato do jovem Hermes, 17 anos, no alistamento militar a fim de averiguar suas condições de serviço militar. A situação de hierarquia e poder se estabelece no primeiro contato do jovem com um sargento do quartel que realiza a verificação dos jovens a serem alistados. Cena que envolve gritos, comandos e todo o esquema de ação esperado por um militar. No entanto, ao fim desse momento, o jovem, ao ir embora do quartel, reencontra-se com o sargento que lhe oferece carona. A partir daí, então, a relação entre ambos se modifica, em virtude do interesse despertado no sargento Garcia pelo jovem.

Durante a carona, o militar não tarda em deixar claras suas intenções e o contexto das informações e impressões colocadas na narração apontam para sua experiência e percepção de como o jovem era diferente em relação aos homens com os quais ele estava acostumado a tratar no quartel, pois Hermes, para o sargento era “assim, um moço fino, educado. Bonito” (ABREU, 2015, p. 121). O Garcia investe sobre o jovem com toques enquanto dirigia, sugerindo que fossem para outro lugar, insinuando intenções sexuais. Quanto ao jovem, se pela força das circunstâncias ou por uma curiosidade despertada naquele momento, conjecturava o fato de que “o mundo era enorme, cheio de coisas desconhecidas, nem boas nem más [...] esperando só a hora de a gente ficar ofuscado para sair flutuando no meio do que se podia tocar” (ABREU, 2015, p. 122). Em síntese, Hermes começa a se permitir às investidas do sargento.

O encontro se estabelece em algum local, talvez um prostíbulo, porém um espaço, ao que parece, bastante frequentado pelo Garcia e guardado por Isadora. O ensejo sexual se estabelece abruptamente e com o jovem realizando os desejos do militar que, adulto feito e experiente, conduz o intercuro no sentido de satisfazer-se sem preocupar-se com a condição do jovem, sua primeira vez, sua condição nova, agora desperta. Para o jovem, a mistura de sensações, muitas contraditórias entre si, a descrição dos cheiros, do ambiente e dos toques aponta para um estado de contemplação que distancia a percepção do ato sexual em si.

Nesse contexto, o estabelecimento de papéis imposto pelo sargento não coloca o rapaz na condição de viver a experiência homossexual sob seu próprio controle ou sob seu consentimento, senão acuar-se sob o comando do militar. Tudo isso coloca Hermes em uma condição de objeto, medo, indecisão e total insegurança por não conseguir participar da condução do intercuro sexual: “quis gritar, mas as duas mãos se fecharam sobre a minha

boca. Ele empurrou, gemendo [...] Mordeu minha nuca. Com um movimento brusco do corpo, procurei jogá-lo para fora de mim” (ABREU, 2015, p. 128).

A descrição desse encontro, por sua vez repleta de impressões sinestésicas, memórias e observações sutis quanto aos detalhes das sensações que vive, aponta para o modo como o narrador abstrai os eventos à medida em que os vive. Com efeito, sua primeira experiência com outro homem o deixa absorto em possibilidades, ao passo que irrompe seus medos. Medos, com efeito, relativos à confusão gerada por desejos até então recônditos e adormecidos, isto é, tinha consciência de que sua condição não poderia mais ser negada, embora não sabia o que fazer com tudo o que tinha vivido. Simultaneamente, seu contato com o sargento Garcia fez “acordar alguma coisa que não devia acordar nunca, que não devia abrir os olhos, nem sentir cheiros, nem gostos, nem tatos, uma coisa que deveria permanecer para sempre surda cega muda” (ABREU, 2015, p. 129).

Preciado (2009) afirma que o desdobrar do homoerotismo desencadeia vergonha, repulsa e outros estados psicológicos. De fato, a *psique* precisa lidar com uma série de interditos culturais, religiosos e a condição ambígua da sexualidade. Mais ainda, a referida autora aponta para as alterações identitárias em razão do desejo homossexual. Nesses termos, Hermes, em Abreu (2015), precisa aprender a lidar com o jogo dos medos sociais relativos aos interditos desse novo desejo nele desperto. Butler (2015) endossa a inter-relação entre identidade e gênero, destoando da tradição que toma essas dimensões de forma estanque. Para a filósofa – profunda leitora das teorias freudianas e foucaultiana - a questão do gênero é parte constitutiva da condição de coerência identitária e é preciso atentar-se para as forças reguladoras que socialmente impõem suas conformidades, como se coerência, em termos de identidade, se efetivassem na relação contígua entre sexo, gênero, prática sexual e desejo “pelas próprias leis que buscam estabelecer linhas causais ou expressivas de ligação entre o sexo biológico, o gênero culturalmente constituído e a “expressão” ou ‘feito’ de ambos na manifestação do desejo sexual” em uma inteligibilidade constitutiva e naturalizada (BUTLER, 2015, p. 43-44).

A partir do raciocínio da autora, pensar a condição do Hermes, no conto, é refletir na relação das forças reguladoras, que impõem lógicas binárias na condição do ser, com suas próprias descontinuidades, isto é,

### *Gênero, sexualidade e identidades*

estabelecer sua própria linguagem, seu gênero, sua condição identitária e, dessa forma, estabelecer uma unidade na sua própria experiência. Nas cenas descritas acima, o rapaz não pode escolher quais papéis desempenharia ou como o intercuro sexual poderia se desenrolar. Disso resulta os sentimentos de objetificação e não de uma vivência de descoberta dos próprios desejos e modos de dar-lhe materialidade.

Contudo, tal empreendimento, enquanto modo de subjetivação, carrega seus medos, uma vez que se trata de um processo de reconstrução e o jovem do conto em questão encontra-se confuso: “meu caminho, pensei confuso, meu caminho não cabe nos trilhos de um bonde” (ABREU, 2015, p. 130). Trata-se, pois, de encontrar saída para as pressões estabelecidas a partir do momento que o desejo, até então recôndito, vem à tona.

Uma narrativa aparentemente tão sensível opera, por meio de sua forma, um tipo de violência ao estatuto estético dominante. Adorno (1970) entende que a obra muitas vezes se encontra insatisfeita como aquilo que é socialmente determinado. Abreu (2015) ao inserir um militar no enredo, em um conto que originalmente foi escrito aos fins da ditadura militar brasileira, enfrenta sutilmente todo esse contexto. A forma do conto “Sargento Garcia”, os elementos que coloca em relevo, as nuances descritivas daquilo que o narrador-personagem enuncia, a violência do ato sexual, o medo e as contradições relativas ao desejo homossexual que emergem são dimensões que podem adentrar à consciência, pois aquilo que estava flutuante e difuso angaria uma materialidade na linguagem da descoberta - enquanto tomada de consciência - e abstração do jovem Hermes frente ao jogo de forças atravessam sua experiência.

É preciso ainda um olhar sobre outros pontos sensíveis denunciados no conto em tela. Trata-se da situação de divisão subjetiva desperta no Hermes ao considerar o estranhamento de seu desejo, ou seja, o desejo homossexual como um domínio do estranho, no sentido atribuído por Freud (1976), como seu duplo ou aquilo que desliza de suas fantasias narcísicas e primárias levando-o à profunda angústia. Essa irrupção violenta em sua subjetividade, em um tempo profundamente hostil à condição homossexual, coloca Hermes frente ao inominável de sua condição, ao medo dos destinos daquilo agora desperto, em suma toca o real do que pairava em seu inconsciente pulsional (JORGE, 2020).

Concomitante, a situação do sargento Garcia sinaliza para uma rede de operações discursivas de elevado interesse nesta discussão. Ao que parece, o militar vivia suas práticas homossexuais paralela e sub-repticiamente à instituição militar, ora grande representante do discurso heteronormativo, dos modelos de masculinidade e de papéis de gênero, bem como sondava os recrutas, respondia ao seu próprio desejo. Não obstante, sua posição predatória refletisse sua posição social, tal fator não se apresenta como divisão subjetiva ou estranhamento, porquanto não é fonte de angústia. Sua forma segura de agir denota a experiência de sair-se frente às contingências para viver suas práticas homossexuais.

São, portanto, duas formas conflitantes de vivência da homossexualidade em suas temporalidades, expectativas e que revelam a multiplicidade dos perigos envolvidos para cada sujeito, já que, de um lado tem-se um homem adulto, experiente e que aprendeu a lidar com as contingências, com os cenários e subterfúgios. De outro, um adolescente inexperiente, imaturo e inseguro colocado à própria sorte e ao devir de possibilidades ainda não pensadas. O encontro violento dos corpos provocou, no mais jovem, o desencontro com sua própria subjetividade.

#### ***4.2 Homoerotismo no conto “O futebol”***

No conto “O Futebol”, de Adnu Banos em Honório (1995), o contexto de personagens masculinos e viris, jogadores de futebol após um jogo em incursões no vestiário, apresenta um conjunto improvável para presença aberta do homoerotismo, ao menos relativamente ao tempo da escrita desse conto, cercado de maiores tabus e interditos. Contudo, um jogo de olhares e movimentações entre um atacante um pouco ferido no jogo e um goleiro que, inusitadamente, o observa, abre caminho para aproximações e toques amistosos, fator que desperta no goleiro, pela primeira vez, a atração por outro igual. O narrador, de posse da enunciação, não dá voz aos sujeitos e a narrativa está entregue a sua onisciência. Os jogadores, por sua vez, aproveitam-se do esvaziamento do vestiário para dar vazão à experiência sexual entre iguais.

Nesse ínterim, a narrativa se enche de descrições da performance, detalhes dos corpos, da forma do toque, dos sentidos e sentimentos

### *Gênero, sexualidade e identidades*

despertados no intercuro sexual carregado pela emoção e medo da descoberta ou de um possível flagrante. Contudo, o que chama atenção é o conjunto de emoções vividas pelo goleiro em seu primeiro contato com outro corpo masculino. Narra-se desejo e repulsa, ansiedade em experimentar mais uma vez, o medo de ter o corpo violado, de experimentar o papel passivo no intercuro sexual: “ficou imaginando: e se esse cara quiser me enrabar? Estou fora, porque sou é macho” (HONÓRIO, 1995, p. 39). Não obstante o interdito, o encontro abrupto e as formas de toque o permitiram experimentar práticas e sensações novas ao goleiro. Com efeito, persiste a ideia no imaginário social de que determinado papel sexual, a posição de ativo no intercuro sexual, definiria a masculinidade e, portanto, a experiência de excitar-se com outro homem, na descoberta, apresenta seus limites e medos, em virtude da construção social dos papéis sexuais (BOURDIEU, 2014). Tais colocações bourdieusianas dialogam com a noção de abjeto e abjeção culturalmente construída pelas heteronormatividades discursivas que perpassam a subjetivação, em um mecanismo performativo que institui um repúdio constitutivo, formador e fundante, pelo qual “o sujeito é constituído através da força da exclusão e da abjeção, uma formação que produz um exterior constitutivo relativamente ao sujeito, um exterior abjeto que está, afinal, ‘dentro’ do sujeito” (BUTLER, 2000, p. 197).

A experiência se repete, posto o goleiro já se sentir envolvido, em certa medida, com o companheiro de partidas. O atacante, mais ousado, arranja uma situação para propiciar um novo encontro e assume o controle do jogo. O goleiro viu-se no papel passivo da performance do encontro: “era uma situação ridícula, ser cantado por outro homem. E o que falar? O que iria acontecer numa cama?” (HONÓRIO, 1995, p. 40). A posição passiva, considerada como um papel feminino, é mote de preconceitos sob o discurso de rebaixamento, humilhação e inferioridade, como o é considerado pela mentalidade conservadora e heteronormativa.

O encontro casual, com pouca interação em termos de diálogo, descamba na excitação do sexo, mais uma vez, ricamente descrito quanto à performance e como os corpos se movimentam. De fato, a descrição do sexo é recorrente no conjunto das representações do homoerotismo, uma presença marcante que vigora, aparentemente, na necessidade de naturalizar o que comumente foi tratado com desviante, patológico, demoníaco, consoante nos mostra a literatura.

Sendo assim, do ponto de vista heurístico e epistemológico, são as investigações psicanalíticas freudianas que dão o ponto de partida para retirar a homossexualidade e o homoerotismo do campo das perversões sexuais – à época chamados de invertidos frente aos ditos normais - para colocá-los como parte das variantes da sexualidade humana, assim como é a teoria freudiana que assume o termo homossexual no lugar de “invertido” (PAOLIELLO, 2020). A história da despatologização da homossexualidade é um tema de grande interesse e que merece um espaço maior que não cabe nos propósitos deste trabalho.

Em todo caso, assume-se que essa construção narrativo-descritiva das cenas que envolvem performances sexuais como uma possível característica da forma narrativa homoerótica, já que a forma artística pode ser uma maneira de esgarçar a unidade totalizante, conforme Bastos, Cabral e Rezende (2014). Assim, o comumente aceito pode se desconstruir, tal como a questão da patologização do desejo homoerótico. Tal desconstrução se deu paulatinamente e não se pode afirmar que tenha se encerrado, dado embate contemporâneo sobre a posição social, cultural e afetiva das homossexualidades frente aos discursos, instituições e movimentos reacionários.

No contexto da cena em questão, o ato sexual rompe com todos os interditos atinentes ao goleiro e, ao ceder às carícias consoante o papel passivo do intercuro sexual, “sentia um novo prazer, diferente até então” (HONÓRIO, 1995, p. 41). A cena do contato sexual insinua o atacante, em papel ativo, controlando a situação e retirando todas as condições do goleiro desvencilhar-se, denotando uma condição “dolorida para o goleiro que tentava se desvencilhar de seu estuprador” (HONÓRIO, 1995, p. 41). Nesse ponto da performance, o goleiro se viu obrigado a acostumar-se com o ato, já que o atacante tinha mais força e procedeu com o ato até a sua consumação orgásmica. Para o goleiro “aquele fato perturbou-lhe por toda a semana, sentia-se diferente, queria repetir aquela experiência. Tinha sido dolorosa, mas no final gostara” (HONÓRIO, 1995, p. 41). Toda essa incursão no conto mostra as rupturas de papéis a que os sujeitos se permitem em um misto de aventura e violência, curiosidade e interditos, uma vez que uma das personagens adentra a um campo totalmente novo, novo modo de subjetivar-se e subverter a própria identidade (BUTLER, 2015).

### *Gênero, sexualidade e identidades*

A narrativa de “O futebol” encerra-se com o goleiro, agora interessado em vivenciar mais uma vez a experiência, percebendo o seu pretense parceiro em um novo jogo sexual no mesmo vestiário e, diante da situação, “uma faísca de raiva botou-lhe no olhar, sentiu ciúmes, sentiu o mundo desabar a seus pés, demorou a entender que tinha sido mais um na mão daquele que lhe mostrara um novo prazer” (HONÓRIO, 1995, p. 42). Tal situação apresentada à personagem é decepcionante pelas quebras de expectativas, sua posição objetificada, tendo em conta sua autopermissão em dessubjetivar-se de suas concepções de masculinidade e afetividades permitindo-se à entrega de um novo papel sexual e em uma pressuposta confiabilidade no outro, um estreitamento de laços que, ao fim, foi unidirecional, além da tentativa de domesticação do próprio corpo, quase como o arquétipo do sonho de Artemidoro, antecipando o papel sexual oniricamente vivido (FOUCAULT, 2014).

Nesse contexto, o sujeito encontra-se perdido em si mesmo, precisa encontrar um modo de subjetivar-se frente às indefinições apresentadas, notadamente, frente à melancolia instaurada por perder a si mesmo (GINZBURG, 2012). Com efeito, a personagem do goleiro se depara com o estranho em si, seu duplo no desdobrar-se de suas fantasias, um embate entre a anatomia de seu corpo e os papéis ora socialmente impostos quanto ao discurso da masculinidade. Para Quinet (2020, p. 93), “o real da anatomia não impede que homens e mulheres tenham dúvidas e se perguntem sobre sua posição sexuada, ou seja, se são ‘efetivamente’ homens e mulheres”. Trata-se, no contexto do conto, de um momento de ruptura, já que a homossexualidade, consoante Quinet (2020, p. 93) “é transestrutural. Ela é uma escolha de gozo do sujeito”, já que é encontrada em diferentes “níveis” independente da prática e dos usos do corpo e do prazer, no sentido foucaultiano.

Como pano de fundo dessas construções, reinam hierarquizações populares acerca dos papéis sexuais, nas quais a posição ativa se reserva à masculinidade dominadora, superior e a posição passiva como feminina, submissa, inferior e carregada de conotações negativas, estigma e termos pejorativos, como “boiola”, “viado”, “bicha”, “xibungo” (SIMÕES, 2012). No conto em questão, a condição de vivência da experiência homossexual se efetiva sempre nas fronteiras e interstícios entre o público e o privado, como experiência íntima que não pode ou não deveria ser reconhecida pelo sujeito

como uma forma de afetividade possível ou lícita enquanto prática ou modo de enxergar a própria masculinidade.

### **5 Considerações Finais**

O presente texto aponta para a subalternidade da discussão relativa ao homoerotismo no âmbito da pesquisa estética contemporânea. Mostrou-se em como as afetividades, medos e desejos homoeróticos refletem hierarquias sociais pela dificuldade em lidar com as identificações e posições sexuais, em virtude do domínio dos estereótipos de masculinidade sedimentados. Problematizou-se a manifestação da estética da violência mediante, não só as representações, mas pelo esgarçamento da forma literária ao impor, no discurso, elementos marginalizados ou excluídos do imaginário coletivo heterossexista ao inserir, nesse mesmo imaginário, aquilo que é da ordem homossexual.

As personagens presentes nos contos aqui analisados estão em discursos fronteiros no modo de fazer-se sujeito. Diante dos questionamentos postos neste trabalho, mostra-se que não só a descoberta do desejo homossexual é fonte de angústia, mas também o modo de lidar com os papéis sexuais. Interessa notar o conflito em sentir o desejo homossexual, ao passo que o mesmo estranhamento não se daria com o despertar do desejo heterossexual. Isso posto, a experiência homoerótica perpassada por performances violentas ou pela violência das transformações dos sentidos produzidos internamente pelo sujeito nos encontros provocam rupturas subjetivas, divisões e estranhamentos.

Nesses termos, ratifica-se o poder e a violência das constrições culturais sobre as afetividades à margem, na íntima relação entre cultura e a construção de identidade e gênero, bem como nos usos do corpo, do prazer e no ensejo de voltar-se à interioridade para compreensão e cuidado de si. Em todo caso, trata-se de uma violência que também se irrompe na divisão subjetiva abrupta vivida pelas personagens das narrativas. Interessante é que, pela própria natureza da narrativa curta, as situações não se fecham completamente, pois cada sujeito precisará posicionar-se frente ao novo cenário interno e às interdições sociais, aos próprios destinos e ao desejo que não pode ser mais negado sem que isso custe novos sofrimentos. Dessa

### *Gênero, sexualidade e identidades*

forma, ao esgarçar os limites do próprio corpo, as personagens se defrontam com novos circuitos afetivos.

Há, obviamente, elementos da narração que poderiam ser entendidos como uma tentativa de simbolização social, nos termos psicanalíticos, daquilo que as personagens não conseguem expressar em palavras, uma vez que nem tudo que circula no campo pulsional, inconsciente e afetivo pode se circunscrever ao nominável e representável. Há de se considerar os diferentes discursos e práticas da homossexualidade não manifesta, contingente – como acontecem em situações prisionais - ou nas quais se desvincula o uso do corpo com a afetividade, por exemplo, o caso de homens que mantém relações sexuais com outros, mas não se consideram gays, uma vez que estas relações se baseariam apenas na ideia da exterioridade do uso do contato e do gozo e não, necessariamente, pela presença de afetividade. Daí os (as) psicanalistas contemporâneos (as) falarem em homossexualidades no plural a fim de ressaltar a diversidade de posições, discursos, práticas e modulações subjetivas.

Finalmente, a presente exposição endossa a importância, no contexto dos estudos e da crítica literária, da necessidade de prover reflexões que evidenciem os conflitos vividos pelos sujeitos homossexuais frente à violência dos estereótipos dos papéis sexuais, das hierarquias e do desafio do autoconhecimento. Igualmente, importa salientar a posição da teoria psicanalítica na contemporaneidade que se encontra em uma nova *demarché* – em vigorosos retornos à Freud - no intuito de revisar os postulados sobre seus próprios objetos teóricos e sobre as diferentes condições da sexualidade humana em suas diversas manifestações intersubjetivas, práticas e pulsionais, dando, portanto, condições para pensar os fenômenos estéticos do homoerotismo sob chaves mais específicas e amplas.

### **REFERÊNCIAS**

- ABREU, Caio Fernando. *Morangos mofados*. Rio de Janeiro: Agir, 2005.  
ADORNO, Theodor. *Teoria Estética*. Trad. Artur Morão. Lisboa, Portugal: Martins Fontes, 1970.

ARFUCH, Leonor. Cronotopías de la intimidad. In: ARFUCH, Leonor (Org.). *Pensar este tiempo: espacios, afectos, pertenencias*. Buenos Aires/Barcelona/México: Paidós, 2005, p. 239-290.

BASTOS, Aguinaldo; CABRAL, Alexandre Marques; REZENDE, Jonas. *Ontologia da violência: o enigma da crueldade*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2014.

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina: a condição feminina e a violência simbólica*. Tradução Maria Helena Kühner. 2 ed. Rio de Janeiro: BestBolso, 2014.

BUTLER, Judith. Corpos que pesam. In: LOURO, Guacira Lopes. *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Tradução Tomaz Tadeu da Silva. 4 ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019, p. 193-220.

\_\_\_\_\_. *A vida psíquica do poder: teorias da sujeição*. Tradução Rogério Bettoni. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

\_\_\_\_\_. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. 9 ed. Tradução Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

DIAS DA SILVA, Antonio de Pádua. Dos artefatos culturais que compõem a organização da literatura, homoerotismo e expressões homoculturais. In: MITIDIERI, André Luis; CAMARGO, Flávio Pereira (Orgs.) *Literatura, homoerotismo e expressões homoculturais*. Ilhéus: Editus, 2015, p. 07-10.

FERREIRA JÚNIOR, Nelson; BORA, Zélia. Itinerários homoeróticos na obra de Caio Fernando Abreu. *Terra roxa e outras terras*, Revista de Estudos Literários, v. 18, p. 109-117, 2010.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade 3: o cuidado de si*. Tradução Maria Thereza da Costa Albuquerque. São Paulo: Paz & Terra, 2014.

FREUD, Sigmund. O estranho. In: FREUD, Sigmund. *Obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Jayme Salomão (Trad.). Rio de Janeiro: Imago, v.17, 1976, p. 275-314.

\_\_\_\_\_. Três ensaios sobre a teoria da sexualidade (1905). In: FREUD, Sigmund. *Obras completas*. Rio de Janeiro, Imago, v. 7, 1976.

GARCÍA, Paulo César. *Literatura e representações do homoerotismo*. Salvador: EDUNEB, 2014, v. 2.

GINZBURG, Jaime. *Literatura, violência e melancolia*. Campinas: Autores Associados, 2012.

### *Gênero, sexualidade e identidades*

- HONÓRIO, José Carlos. *O amor com olhos de adeus*: antologia do conto gay brasileiro. São Paulo: Editora Transviatta, 1995.
- JORGE, Marco Antonio Coutinho. O real e o sexual: do inominável ao pré-conceito. In: QUINET, Antonio; JORGE, Marco Antonio Coutinho. *As homossexualidades na psicanálise*. 2 ed. Rio de Janeiro: Atos e Divãs Edições, 2020, p. 19-32.
- MITIDIERI, André Luis; CAMARGO, Flávio Pereira (Orgs.) *Literatura, homoerotismo e expressões homoculturais*. Ilhéus: Editus, 2015.
- PAOLIELLO, Gilda. A despatologização da homossexualidade. In: QUINET, Antonio; JORGE, Marco Antonio Coutinho. *As homossexualidades na psicanálise*. 2 ed. Rio de Janeiro: Atos e Divãs Edições, 2020, p. 33-50.
- PIOSIADLO, Laura Christina Macedo; FONSECA, Rosa Maria Godoy Serpa da; GESSNER, Rafaela. Subalternidade de gênero: refletindo sobre a vulnerabilidade para violência doméstica contra a mulher. *Escola Anna Nery Revista de Enfermagem*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 4, p. 728-733, 2014.
- PORTO, Luana Teixeira. Literatura e sociedade: uma leitura da representação da homoafetividade em contos brasileiros do século. *Signo*, Santa Cruz do Sul, v. 41, n. esp., p. 79-87, 2016.
- PRECIADO, Beatriz. *El deseo homosexual Guy Hocquenghem*: terror anal. Prólogo de René Schérer. Santa Cruz de Tererife (ES): Editora Melusina, 2009.
- QUINET, Antonio; JORGE, Marco Antonio Coutinho. *As homossexualidades na psicanálise*. 2 ed. Rio de Janeiro: Atos e Divãs Edições, 2020.
- QUINET, Antonio. Homossexualidades em Freud. In: QUINET, Antonio; JORGE, Marco Antonio Coutinho. *As homossexualidades na psicanálise*. 2 ed. Rio de Janeiro: Atos e Divãs Edições, 2020, p. 91-108.
- SANTOS, Daniel Barbosa dos. *Cultura política homoerótica entre a Grécia antiga e a (pós)modernidade*: cientificismo, literatura e historiografia. 270f. 2009. Tese (Doutorado em História) - Departamento de História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.
- SEDGWICK, Eve Kosofsky. A epistemologia do armário. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 28, p. 19-54, 2007.

SIMÕES, Júlio Assis. Homossexualidade e movimento LGBT: estigma, diversidade e cidadania. In: BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lilian Moritz. *Cidadania, um projeto em construção*: minorias, justiça e direitos. São Paulo: Claro Enigma, 2012, p. 119-128.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.

TRÓI, Marcelo de. Te at(r)o Oficina, corpo dissidente na cena brasileira. In: COLLING, Leandro (Org.). *Artivismos das dissidências sexuais e de gênero*. Salvador: EDUFBA, 2019, p. 41-56.

## **MARISQUEIRA:**

### **Uma reflexão sobre criação lexical à luz das relações de gênero**

*Cryсна Bomjardim da Silva Carmo (UNEB)<sup>78</sup>*

*Élica Mota Rodrigues (UNEB)<sup>79</sup>*

## **RESUMO**

Este estudo objetiva apresentar uma reflexão acerca dos sentidos da palavra marisqueira em oposição ao seu correspondente masculino – marisqueiro. Teoricamente, o estudo fundamenta-se na Teoria dos Modelos Cognitivos Idealizados, na discussão de gênero gramatical e nos estudos da Teoria de Gênero – conceito estruturante das relações sociais, sustentado na diferença biológica entre os sexos na sociedade. Os dados do estudo são oriundos da internet (imagens do Google) e de uma entrevista com uma trabalhadora do ramo. Sendo assim, metodologicamente, guia-se pela Linguística de Corpus, Sociolinguística e pela *Language Into Act Theory*, uma vez que os dados que incrementam o corpus são oriundos da fala espontânea. Os resultados demonstram que tanto o conceito de classe quanto a de gênero influenciam a formação da palavra marisqueira, nos termos da assimetria que ambos os conceitos engendram.

### **Palavras-chave:**

Marisqueira. Modelos Cognitivos Idealizados. Gênero gramatical.  
Relações de gênero.

## **ABSTRACT**

This study aims to present a reflection on the meanings of the word marisqueira in opposition to its male counterpart - marisqueiro. Theoretically, the study is based on the Theory of Idealized Cognitive Models, on the discussion of grammatical gender and on the studies of Gender Theory - structuring concept of social relations, based on the biological difference between the sexes in society. The data of the study come from internet (images from Google) and an interview with a worker in the industry. Therefore, methodologically, it is guided by Corpus Linguistics, Sociolinguistics and Language Into Act Theory, since the data that increase the corpus come from spontaneous speech. The results demonstrate that both the concept of class and that of

---

<sup>78</sup> Doutora em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Minas Gerais [UFMG]. Mestre em Letras/Linguística pela Universidade Federal de Juiz de Fora [UFJF]. Professora Assistente da Universidade do Estado da Bahia [UNEB]. Integra o quadro docente permanente do Programa de Mestrado em Letras do Departamento de Educação – Campus X da UNEB, recentemente aprovado. Vincula-se ao Grupo de Estudos Interdisciplinares em Cultura, Educação e Linguagens [GEICEL]. e Linguagens [GEICEL]. E-mail: [crysnabonjardimsc@gmail.com](mailto:crysnabonjardimsc@gmail.com)

<sup>79</sup> Graduanda em Letras, Língua Portuguesa e Literaturas, pela Universidade do Estado da Bahia. E-mail: [elicamota@gmail.com](mailto:elicamota@gmail.com).

gender influence the formation of the word seafood, in terms of the asymmetry that both concepts engender.

**Keywords:**

Marisqueira. Idealized Cognitive Models. Grammatical gender.  
Gender relations.

## ***1 Introdução***

Se fizermos uma pesquisa sobre o termo *marisqueira* no *Google*, chegaremos a resultados no mínimo inusitados. Na aba *Todos*, a primeira informação que encontramos diz respeito a endereços de restaurantes de frutos do mar. Em seguida, temos o significado do termo fornecido pelo dicionário *Oxford Language*, cuja definição vem do português europeu: “vendedora de frutos do mar” e “restaurante de frutos do mar”. Já na aba *Imagens*, vemos uma profusão de pratos com mariscos, restaurantes de mariscos e, por fim, algumas imagens de mulheres catando mariscos. Por outro lado, se buscarmos pelo seu correspondente masculino, *marisqueiro*, executando os mesmos procedimentos, a primeira informação que encontramos é o significado do termo, fornecido pelo mesmo dicionário *Oxford*: “que ou o que marisca ou gosta de mariscos” e “vendedor de mariscos”. Já na aba *Imagens*, todos os quadros que aparecem são de homens catando mariscos. Diante disso, este estudo objetiva apresentar uma reflexão acerca dos sentidos da palavra *marisqueira* em oposição ao seu correspondente masculino – *marisqueiro*. Teoricamente, o estudo fundamenta-se na Teoria dos Modelos Cognitivos Idealizados, na discussão de gênero gramatical e nos estudos da Teoria de Gênero – conceito estruturante das relações sociais, sustentado na diferença biológica entre os sexos na sociedade. Os dados do estudo são oriundos da *internet* (imagens do *Google*) e de uma entrevista com uma trabalhadora do ramo. Nesse contexto, as nossas guias metodológicas advêm da Linguística de *Corpus*, da Sociolinguística e da *Language Into Act Theory*, uma vez que os dados que incrementam o *corpus* são oriundos da fala espontânea.

## **2 Orientação teórica**

Nesta seção, apresentamos os princípios teóricos que orientam este estudo, quais sejam: a Teoria dos Modelos Cognitivos Idealizados, a discussão de gênero gramatical e os estudos sobre Teoria de Gênero. Tais princípios sustentam seu objetivo, ou seja, a reflexão acerca dos sentidos da palavra marisqueira em oposição ao seu correspondente masculino – marisqueiro.

### **2.1 Teoria dos Modelos Cognitivos Idealizados**

Antes de tratarmos da noção de *modelos cognitivos idealizados* (MCIs), precisamos fazer duas considerações. A primeira diz respeito à Linguística Cognitiva, vertente teórica na qual os MCIs estão alocados, já a segunda envolve a ideia de *Gestalt*.

A Linguística Cognitiva (LC) parte da crença de que o conhecimento linguístico abrange tanto o conhecimento da língua quanto o conhecimento do mundo mediado por essa língua. Nesse contexto, a LC compreende “o estudo da língua em sua função cognitiva, no qual cognitiva se refere ao papel crucial das estruturas informacionais intermediárias em nossos encontros com o mundo” (GEERAERTS; CUYCKENS, 2007, p. 3). Em outras palavras, se a língua é compreendida como uma capacidade cognitiva, nos termos de um modo que constitui a estrutura informacional da mente, a interação dos sujeitos com o mundo é mediada também por ela, assim como é com os outros sistemas, a exemplo do sensorio-motor: sentimos a temperatura partir do tato, percebemos as cores a partir da visão. Ou seja, a informação advinda do mundo, para ser processada pela mente, parte de um primeiro contato com a pele e com os olhos, por exemplo. Dentro desse quadro, cabe à língua organizar o mundo, processar e transmitir as informações do mundo. Dessa forma, podemos caracterizar a língua como um repositório de conhecimento do mundo, uma coleção estruturada de categorias significativas que nos ajudam a lidar com novas experiências e armazenar informações sobre as antigas. (GEERAERTS; CUYCKENS, 2007, p. 3).

Já o conceito de *gestalt*, de acordo com Alan Cienki (2007), entra dentro de uma nova abordagem linguística, definida como “experencial”,

pois compreende que a natureza de nossos corpos, o sistema sensório-motor e cognitivo, a memória, as emoções, a estrutura social, entre outras, determinam estruturas de caráter universal da língua. Em outras palavras, entende-se que a atividade motora, o processamento cognitivo, o pensamento, as emoções, a percepção e a língua apresentam o mesmo tipo de estrutura informacional na mente humana. Ou seja, todas operando via associação, nos termos configurantes de *gestalts*. Como dividimos o mesmo aparato biológico, as *gestalts* são tomadas como pressupostos universais. Segundo Lakoff (1987), essas estruturas usadas no processamento cognitivo podem estabelecer relações internas entre as partes de diferentes tipos dentro dela; podem ter relações externas com outras *gestalts*; podem mapear parcialmente uma *gestalt* em outra, ou incorporar uma dentro da outra. Contudo, é preciso distinguir propriedades prototípicas das não prototípicas dentro ou entre as essas estruturas cognitivas. Por fim, instanciações de *gestalts* na linguagem podem envolver propriedades gramaticais, pragmáticas, semânticas e/ou fonológicas. Obrigatoriamente envolve perspectiva. Sendo assim, “a sintaxe de uma linguagem é estruturada por numerosos *gestalts* sobrepostas, cujo conhecimento orienta os falantes em sua produção de linguagem e os destinatários em sua compreensão” (CIENKI, 2007, p. 176).

Posto isto, podemos afirmar que essa noção fundamenta a noção de modelos cognitivos idealizados (MCI), cuja explicação detalhada apareceu, pela primeira vez, em Lakoff (1987), conforme encontramos em Cienki (2007, p. 176):

Os MCIs são propostos como uma maneira pela qual organizamos o conhecimento, não como um reflexo direto de um estado de coisas objetivo no mundo, mas de acordo com certos princípios estruturantes cognitivos. Os modelos são idealizados, à medida em que envolvem uma abstração, por meio de processos perceptuais e conceituais, das complexidades do mundo físico. Ao mesmo tempo, esses processos conferem uma estrutura organizacional - por exemplo, na forma de categorias conceituais[...] Eles fornecem um meio vantajoso de processamento de informações porque eles são adaptados à neurobiologia humana, experiência humana incorporada, ações e objetivos humanos e interação social humana.<sup>80</sup>

---

<sup>80</sup> **Tradução nossa:** ICMS are proposed as a way in which we organize knowledge, not as a direct reflection of an objective state of affairs in the world, but according to certain cognitive structuring principles. The models are idealized, in that they involve an abstraction, through perceptual and

## *Gênero, sexualidade e identidades*

Para ilustrar o conceito de MCI, tomemos a categoria conceitual *humano*. Sabemos que, do ponto de vista biológico, é um tipo de animal, mamífero, bípede, enquadrado, taxonomicamente, como *homo sapiens* – ou seja, um tipo de primata que exibe dois sexos, apresenta reprodução sexuada, possui um sistema de comunicação complexo (língua). Por outro lado, relaciona-se a homem: indivíduo dotado de inteligência e linguagem articulada; próprio, característico, desenvolvido por homens; bondoso; sem teor divino; que não provém de Deus: comportamento humano (DICIONÁRIO ONLINE DE PORTUGUÊS, 2020). Em outras palavras, essa categoria organiza-se em um MCI, funcionando como *background* a cada instanciação de um item lexical que o compõe. Dentro dos MCI, cabem todas as nuances. No MCI de humano cabe tanto a sua perspectiva biológica (animal, mamífero, primata) quanto a mais social (pessoa bondosa em oposição ao que é divino). Além dessas categorias mais “naturais”, o MCI enquadra práticas sociais e políticas. Aqui podemos pensar no MCI que ordena o trabalho dentro de uma sociedade de classes, ou naquele MCI que ordena as funções de homens e mulheres dentro de uma dada comunidade social. A perspectiva, individual e coletiva, é que delinea os sentidos e as avaliações dentro de cada MCI. Nesse contexto, essas estruturas não são estáticas, pelo contrário, os MCIs não só mudam como o tempo, como também acumulam a história de tais mudanças.

### *2.2 Gênero em duas perspectivas*

Ao buscarmos o significado da palavra *gênero* no *Dicionário Online do Português* (2020), encontramos, como primeira informação, uma aceção descrita nos seguintes termos: “conceito generalista que agrega em si todas as particularidades e características que um grupo, classe, seres, coisas têm em comum”. Essa perspectiva atravessa todos os sentidos dessa palavra, já que refere-se: (1) famílias ou raças de seres vivos, i.e., grupo da classificação que, por apresentarem semelhanças entre si, são reunidas em espécies

---

conceptual processes, from the complexities of the physical world. At the same time, these processes impart organizing structure—for example, in the form of conceptual categories.[...] They provide an advantageous means of processing information because they are adapted to human neurobiology, human embodied experience, human actions and goals, and human social interaction. (CIENKI, 2007, p. 176).

vizinhas: cachorro, lobo e chacal são espécies do gênero *canis*, *sapiens* e *erectus* são espécies do gênero *homo*; (2) diferença social entre homens e mulheres que varia conforme a cultura, tendo em vista o sexo biológico; (3) estilo, tipo, modo de vida; (4) estrutura e características formais da composição da obra literária – gênero lírico, gênero épico, gênero dramático; por fim, (5) categoria gramatical que se baseia na distinção entre masculino, feminino e neutro. Sendo assim, podemos concordar com Silva (2019), quando ela afirma que “gênero é um termo polissêmico”. Neste estudo, trataremos de gênero numa perspectiva gramatical (5) e como categoria social analítica (2).

### **2.2.1 Gênero gramatical: para além da associação com o sexo**

Gênero refere-se às relações morfossintáticas de concordância que envolvem os nomes e seus satélites. Para efeitos de exemplificação, consideremos os sintagmas nominais *os gatos pretos* e *as gatas pretas*, os núcleos *gatos* e *gatas* não só obrigam a concordância de plural, quanto obriga a de gênero. Embora gênero seja uma categoria comum nas línguas humanas, ela não se manifesta da mesma forma. Conforme Silva (2019), nem todos os sistemas linguísticos observam sexo na definição da categoria gramatical de gênero, a exemplo das línguas indo-europeias, dentre as quais destacamos o português. Nas línguas algonquinas, a definição de gênero passa pela oposição dos traços animado e inanimado. Por outro lado, essa categoria nem é observada nas línguas urálicas. Em outras palavras, gênero é uma categoria complexa, mesmo do ponto de vista formal, dado que ela não se manifesta da mesma forma nas línguas do mundo.

Em português, a oposição de gênero, entre as formas masculina e feminina, é estabelecida por meio da flexão do sufixo ou da desinência -a (átono final) para marcar o feminino, pois, semanticamente, o masculino é caracterizado como a forma não-marcada, ao passo que o feminino indica um tipo de especialização: menina é o feminino de menino, mas barca é um tipo de barco e não o seu correspondente feminino (CÂMARA JÚNIOR, 1970). Diante de problemas como esses, Câmara Júnior (1970, p. 87) vai afirmar que “a flexão de gênero é exposta de uma maneira incoerente e confusa nas gramáticas tradicionais”. Nesse contexto, o autor aponta dois problemas: a

## *Gênero, sexualidade e identidades*

incompreensão semântica da natureza do gênero e a distinção entre flexão de gênero e certos processos morfossintáticos para indicar o sexo.

No primeiro caso, temos a associação equivocada entre gênero e o sexo dos seres. Gênero abrange todos os substantivos, quer designem seres animais, providos de sexo (menino/menina, urso/ursa, coelho/coelha, marisqueiro/marisqueira) quer designem apenas coisas (feminino: casa, ponte, mesa / masculino: palácio, pente, sofá). No segundo caso, as gramáticas apresentam mulher como sendo feminino de homem. Na realidade, temos dois termos distintos, em que mulher é uma palavra sempre feminina, ao passo que homem é sempre uma palavra masculina. Algo semelhante ocorre com imperador/imperatriz, galo/galinha, perdiz/perdigão: em todos esses casos temos sufixos derivacionais para estabelecer o gênero. Segundo Câmara Júnior (1970), *-triz*, *-inha* ou *-ão* não podem ser confundidas com flexão de gênero, pois se tratam de sufixos de derivação. Em outras palavras, a flexão de gênero está para os substantivos, assim como as flexões de tempo/modo/gênero estão para os verbos.

Diante disso, podemos afirmar que dentro do plano gramatical, gênero e sexo não correspondem a mesma coisa. Dessa forma, advogamos que a língua não é sexista: sexista é a forma com a qual os sujeitos podem fazer uso dela, mesmo sem ter muita consciência disso. Neste estudo, nos perguntamos o porquê de agentivos denominais femininos apresentarem outros sentidos que não o humano, a exemplo de marisqueira em oposição a marisqueiro?

### ***2.2.2 Gênero: uma categoria analítica em ascensão***

Comumente, gênero é associado ao sexo biológico, ou seja, uma mulher é definida como tal porque nasceu com uma vagina, ao passo que um homem é definido assim porque nasceu com um pênis. Contudo, essa associação não cobre a variedade de identidades de gênero reconhecidos atualmente, tais como *cisgênero*, *transgênero* e *não-binário*. Entretanto, a associação entre sexo e gênero tem produzido, historicamente, relações de poder, nas quais o gênero masculino tem privilégios sociais em relação ao feminino, dada as diferenças não só biológicas, como subjetivas, delimitadas socialmente: frágil/forte pacífica/violento, emocional/racional, submissão/autoridade, etc.

Joan Scott (1995), a partir da conexão entre duas proposições, define gênero como: (1) um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e (2) uma forma primária de dar significado às relações de poder. Nesse contexto, as mudanças na organização das relações sociais correspondem sempre a mudanças nas representações de poder, mas a mudança não é unidirecional (p.86), envolve sistemas simbólicos que estruturam, implícita ou explicitamente, as instituições que organizam a sociedade: família, igreja, escola, mídia, organizações políticas e jurídicas e, finalmente, os sistemas linguísticos.

No caso dos sistemas linguísticos, basta lembrar que é por meio das palavras que acessamos o mundo material e imaterial. Por meio da língua, acessamos aspectos objetivos das pessoas e das comunidades, tais como traços físicos, econômicos, educacionais; como também acessamos aspectos mais subjetivos a exemplo de crenças, religião, sistema de organização social. Em outras palavras, o que não se nomeia, embora possa existir, passa ao terreno do invisível, quando não é nomeado (GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, 2014). Nesse contexto, em uma sociedade ordenada sob a égide da diferença de gêneros, muitas tarefas e atividades realizadas pelas mulheres são invisibilizadas por não serem nomeadas. Um exemplo disso é clássico trabalho doméstico que não era visto como uma forma de trabalho. Além da falta de palavras para nomear as atividades realizadas pelas mulheres, há aquelas que nomeiam não só essas agentes, mas também outros domínios, nem sempre marcados pelo traço humano – e o caso do termo marisqueira.

### **3. Orientação metodológica**

Para proceder à reflexão acerca dos sentidos da palavra marisqueira em oposição ao seu correspondente masculino – marisqueiro, este estudo correlaciona pressupostos metodológicos da Linguística *de Corpus* (SARDINHA, 2004), da Sociolinguística (TARALLO, 1960) já que estas permitem não só o estudo qualitativo, mas também quantitativo do fenômeno em foco. Como o *corpus* é de fala espontânea, ou seja, aquela que é executada ao mesmo tempo em que é planejada (NENCIONI, 1983), este estudo se orienta pelos princípios da *Language into Act Theory* (LAcT - CRESTI,

## Gênero, sexualidade e identidades

2000; RASO, 2012). Dado os limites deste artigo, a seguir, apresentamos o *corpus* e as etapas de pesquisa.

Na Tabela 1, temos a caracterização de um *corpus* de amostragem, compilado para fins de pesquisa. Este é constituído por uma porção de língua falada, de tamanho finito e circunscrito ao ano de 2019. Quanto ao conteúdo, é de natureza dialetal, pois busca captar fenômenos da diastratia, i.e., mostrar traços de identidade dos falantes e de sua comunidade de fala, enviesados por fatores pessoais como sexo/gênero, faixa etária, escolaridade e nível socioeconômico.

**Tabela 1:** Critérios de compilação do *corpus*

| Critérios definidores do Corpus de Trabalho |   |   |
|---|---|---|
| Modo  | Falado                                    | porções de fala transcritas   |
| Tempo                                       | Contemporâneo                             | período de tempo corrente   |
| Seleção                                     | De amostragem<br>[ <i>sample corpus</i> ] | composto por porções de textos ou de variedades textuais, planejado para ser uma amostra finita da linguagem como um todo |
| Conteúdo                                    | Regional ou dialetal                      | textos provenientes de uma ou mais variedades sociolinguísticas específicas   |
| Finalidade                                  | De estudo                                 | o <i>corpus</i> que se pretende descrever   |

Fonte: Rodrigues, 2020

Para manusear os dados do *corpus*, selecionamos o *AntConc* (ANTHONY, 2020) como ferramenta. Esse concordanciador pode ser rodado em programas como *Windows*, *Mac* e *Linux* e o seu *download* é gratuito. O *AntConc* apresenta diversas funções como: *word list*, *concordance*, *concordance plot*, *file view*, *collocates* e *keyword list*. Para compilar o *corpus*, cumprimos as seguintes etapas: (1) seleção do objeto de estudo (comunidade linguística, grupo social, informante) e seleção do referencial teórico da pesquisa; (2) entrevista com o informante selecionado para captação dos dados; (3) transcrição dos dados oriundos da entrevista. Como se trata de dados de fala espontânea, a transcrição obedece ao critério semiortográfico estabelecido pela LAcT (CRESTI, 2000; RASO, 2012); (4) compilação do *corpus*; (5) tratamento do *corpus* via concordanciador; e (6) produção de relatório dos resultados.

#### **4 Análise de dados**

Biderman (2001) afirma que o léxico, assim como outros níveis que estruturam as línguas humanas, também reflete diferenças sociais dentro das diversas comunidades de fala. Em outras palavras, diferenças sociais, tais como valores de classe e de gênero, são explicitadas via palavras na fala espontânea dos sujeitos das comunidades. É nesta correlação entre trabalho e gênero, via manifestação linguística, que se encontra este estudo. Particularmente, nos sentidos evocados pelo termo *marisqueira*, enquanto agente da ação de catar ou vender mariscos. Para realizar essa reflexão, cumprimos o seguinte percurso: descrevemos o termo *marisqueira* em termos morfológicos e semânticos, em seguida apresentamos o desenho do modelo cognitivo de idealizado de trabalho, bem como o subdomínio de pesca.

##### **4.1 Marisqueira: descrição morfológica e semântica do termo**

A palavra *marisqueira* é resultado de um processo de derivação morfológica, que consiste na junção de um *afixo* (sufixo ou prefixo) a uma *base*. Esse tipo de processo ocorre em palavras como *jornalista* (*jornal* + *ista*), *jornaleiro* (*livro* + *eiro*), *lavável* (*lava* + *vel*), *contemplação* (*contempla* + *ção*), *reler* (*re* + *ler*) e *predispor* (*pré* + *dispor*). Em todas essas ocorrências, a estruturação dá-se com a presença de uma base + afixo, que ora ocorre como base + sufixo (como em *retratista*) ora como prefixo + base (como em *reler*).

Nos processos de derivação, a base pode ser composta por uma forma livre (possui autonomia sintática: *jornal* + *ista*) ou uma forma presa (não possui autonomia sintática: *pré* + *dispor*). Já os afixos possuem funções sintático-semânticas definidas, delimitando usos e os significados das palavras. Contudo, os afixos disponíveis em uma língua apresentam graus de generalidade e produtividade distintos. Por exemplo: no caso da nominalização<sup>81</sup> de verbos em português, a produtividade é quase absoluta – *Maria tagarelou* > *A tagarelíce de Maria* (BASÍLIO, 1987, p. 29). Por outro lado, a formação de agentivos denominais possui uma produtividade parcial, já que a palavra a ser criada pode ser constituída a partir da junção com os

---

<sup>81</sup> Consiste em transformar uma oração em sintagma nominal para sua inserção numa frase matriz.

## Gênero, sexualidade e identidades

sufixos (x-o, x-ista, x-eiro), unidades do sistema linguístico, atravessadas por fatores contextuais que influenciam a escolha do falante (CARMO, 2005). A palavra marisqueira enquadra-se nesta última perspectiva. Diante disso, podemos descrevê-la como uma palavra formada por uma base livre (marisco) e o sufixo (-eira) - flexão do gênero feminino em oposição ao seu correspondente (-eiro) (CÂMARA JÚNIOR, 1970). A descrição desse processo pode ser conferida abaixo:

| [ [ marisco ] N – eira ] N/Adj]  |  |
|--|--|
| <b>base livre</b><br><b>marisco:</b><br>Sm.Zool.1. Qualquer dos invertebrados marinhos, ger. Crustáceos e moluscos, que servem de alimento ao homem.<br>2.Mexilhão. (FERREIRA, 2000, p.448)  | <b>Sufixo</b><br><b>-eiró</b><br>dos suf. lat. -ar <i>ĩ</i> us,a,um formador de adjetivos, e de seus der. -ar <i>ĩ</i> us, <i>ĩ</i> i' o que produz ou cuida de', -ar <i>ĩ</i> a,ae e -ar <i>ĩ</i> um, <i>ĩ</i> i' 'local', formadores de subst.; em port., forma adj. e/ou subst. com diversos matizes semânticos: profissão, atividade: <i>fazendeiro, porteiro, relojoeiro</i> ; caráter, temperamento: <i>aventureiro, encrenqueiro</i> .<br>(Busca na ferramenta Google)                        |
| <b>ma-ris-co:</b><br>1 ZOOLOG Denominação comum aos invertebrados marinhos alimentícios.<br>2 ZOOLOG Molusco bivalve ( <i>Anomalocardia brasiliana</i> ), da família dos venerídeos, muito comum na região litorânea brasileira, de superfície externa lisa, coloração amarelo-clara, com manchas ou pintas de formatos distintos, caracterizado por viver enterrado na areia ou no lodo.<br>3 ZOOLOG Vescama-vírgula.<br>4 REG (RJ), ZOOLOG Mexilhão1, acepção 2.<br>5 COLOQUIO Homem que ama a vida do mar, por profissão ou não.<br>6 ZOOLOG Verbigação, acepção 1.<br>ETIMOLOGIA <i>der</i> de marati+isco.<br>(MICHAELIS, 2020) | <b>-eiro</b><br><b>1.Substantivos que formam outros substantivos:</b><br>a) ocupação, ofício, profissão: barbeiro, copeira<br>b) lugar onde se guarda algo: galinheiro, tinteiro<br>c) árvore ou arbusto: laranjeira, craveiro<br>d) idéia de intensidade, aumento: neveeiro, poeira<br>e) objeto de uso: permeira, pulseira<br>f) noção coletiva: berreiro, formigueiro.<br><b>2. Formam também adjetivos de substantivos:</b><br>-eiro: relação, posse, origem = caseiro, mineiro<br>(CUNHA, 1070) |

Quanto ao significado de marisqueira, se fizermos uma busca simples na ferramenta de busca do Google, encontramos os seguintes sentidos para marisqueira: “vendedora de frutos do mar” e “restaurante de frutos do mar”. Tais como podemos ver na Figura 1:

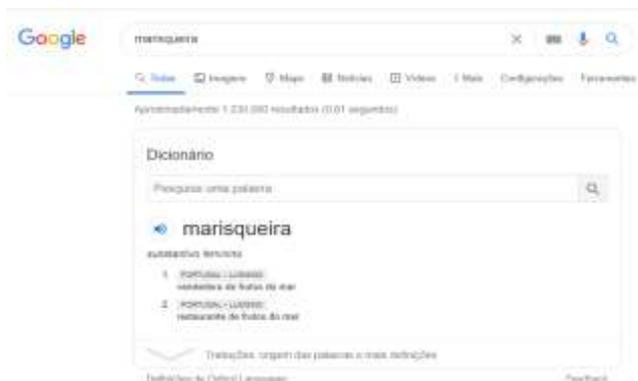
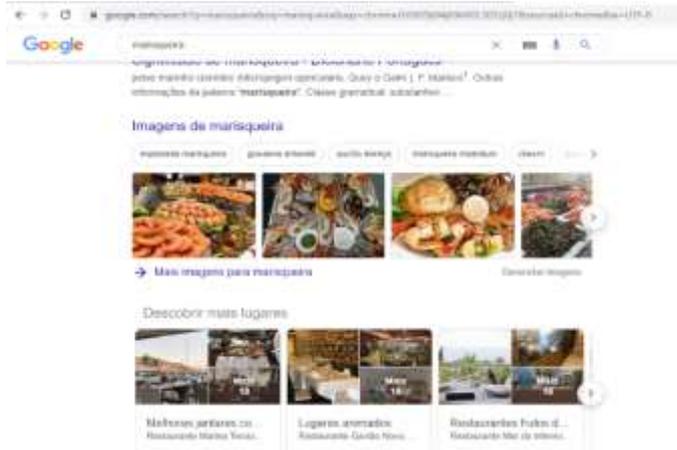


Figura 1: Dicionário online do Google

Porém, se fizermos uma busca nos dicionários *online*, encontraremos marisqueira com o sentido de “vendedora de marisco” no *Infopédia* (2020) e *Wikcionário* (2020). Nesse último, ainda há o sentido de profissão, i.e., “pessoa que pega marisco”. Todavia, tanto nos dicionários acima mencionados, quanto nos dicionários online *Michaelis* (2020) e *Dicionário Online de Português* (2020), o significado de marisqueira refere-se a: (1) local onde se vendem mariscos; (2) restaurante onde se servem mariscos; e (3) peixe marítimo cujo nome científico é *Micropogon furnnieri* – também conhecido como corvina ou anchova. Diante disso, podemos afirmar que o termo marisqueira está ligado a outros sentidos originalmente. Só, posteriormente, é que o termo ganhou o sentido que marca o feminino como agente. Assim, marisqueira pode ser definida como um *neologismo* que, possivelmente, foi importado do português europeu para o português do Brasil. Tanto que se formos a um dicionário como o *Mini-Aurélio Século XXI* (FERREIRA, 2000), não encontraremos esse termo como entrada no dicionário, mas outras palavras cuja base é marisco: mariscada (prato feito de frutos do mar), mariscar (colher ou apanhar mariscos, catar ou ciscar incestos pelo chão). Em outras palavras, não encontramos o substantivo que corresponde ao agente da ação designada pelos verbo mariscar. Contudo, marisqueira aparece como entrada no *Dicionário Aurélio de Língua Portuguesa* (FERREIRA, 2010), cujos sentidos envolvem: (1º) vendedora de frutos do mar; (2º) restaurante de frutos do mar; e (3º) corvina. Todavia, se

## *Gênero, sexualidade e identidades*

fizemos uma busca por imagens de marisqueira na mesma ferramenta, encontramos as seguintes imagens, expostas na Figura 2:



**Figura 2:** Imagens de marisqueira na busca do Google traço [- humano]

Na primeira imagem, vemos mariscos cozidos ou crus, fugindo da primeira acepção apresentada nos dicionários citados. Apenas posteriormente, quando avançamos no buscador de imagens do Google, é que encontramos, misturadas às imagens de mariscos e estabelecimentos, imagens humanas de marisqueira. Contudo, há um dado interessante: a primeira imagem referente ao termo que aparece é de uma personagem da novela da Globo, *Segundo Sol* (Direção de João Emanuel Carneiro, 2018), chamada Luiza, interpretada pela atriz Giovanna Antonelli. Só em seguida, é que encontramos as mãos de uma mulher catando mariscos, conforme Figura 3:



**Figura 3:** Imagens de marisqueira no buscador Google traço [+ humano]

Nesse contexto, podemos constatar que nem sempre a forma feminina das palavras corresponde ao feminino das formas masculinas. Pelo menos, não exclusivamente. Aqui, destacamos o item lexical marisqueira, cuja formação parte da junção entre uma base [marisco] com um sufixo denominal [-eiro/a]. Contudo, marisqueira significa, além do agente feminino da pesca de mariscos, [local](#) onde mariscos são vendidos, restaurantes onde mariscos são servidos e nome de uma espécie de [peixe](#) de água salgada.

Esses dados convergem com a constatação de Botelho (2014), em sua pesquisa sobre as construções agentivas em x-eiro. Conforme a autora, os agentivos humanos têm seu correspondente feminino da forma masculina, na maioria das ocorrências, a exemplo de faxineiro/faxineira, enfermeiro/enfermeira, blogueiro/blogueira. Contudo, Botelho destaca que nem sempre o termo feminino corresponde ao masculino. Tal como podemos observar no quadro abaixo adaptado de Botelho (2014):

**Tabela 2:** Critérios de compilação do *corpus*

| Humano        | Objeto        | Humano      | Locativo    |
|---------------|---------------|-------------|-------------|
| carteiro      | carteira      | bolseiro    | bolseira    |
| churrasqueiro | churrasqueira | baileiro    | baileira    |
| jardineiro    | jardineira    | camasero    | camaseira   |
| leiteiro      | leiteira      | calceiro    | calceira    |
| lixeiro       | lixeria       | cimenteiro  | cimenteira  |
| pipoqueiro    | pipoqueira    | cervejeiro  | cervejeira  |
| porteiro      | porteira      | empreiteiro | empreiteira |
| queijeiro     | queijeira     | madereiro   | madeiraira  |
| sanducheiro   | sanduscheira  | pedreiro    | pedreira    |
| sorveteiro    | sorveteira    | sucateiro   | sucateira   |
|               |               | sapateiro   | sapateira   |
|               |               | sorveteiro  | sorveteira  |

**Fonte:** Botelho (2014, p.107-108)

Como podemos ver, o correspondente feminino da forma masculina pode realmente tomar uma outra direção: a forma feminina é o “objeto” (*jardineira*, *leiteira*, *sorveteira*) ou “locativo” (*cervejeira*, *empreiteira*, *pedreira*), enquanto a forma masculina é sempre “agente humano” (*jardineiro*, *leiteiro*, *sorveteiro*, *cervejeiro*, *empreiteiro*, *pedreiro*). Diante desses dados, Botelho (2014, p. 108) apresenta a seguinte consideração, com a qual coadunamos:

## *Gênero, sexualidade e identidades*

A primeira conjectura vai em direção ao nosso modelo cultural, fortemente, marcado pela suposição de uma superioridade masculina. Não seria estranho, portanto, nesse modelo, associarmos ao gênero gramatical feminino os traços [- humano] e [+ objeto] justificando assim, a escolha do feminino para as construções de objetos-agentes. De fato, os únicos exemplos de objeto e locativo que encontramos no masculino foram chaveiro e bagageiro que são formas homônimas, designando o agente humano e objeto. A segunda conjectura, dentro do mesmo modelo cultural, diz respeito à origem mais remota desses ofícios no universo masculino. Primeiro surgiram os lixeiros, pipoqueiros, sanduicheiros; estes postos, só mais recentemente, foram ocupados por mulheres. (BOTELHO, 2014, p. 108)

Acreditamos que o caso de marisqueira se enquadre no mesmo contexto das formas apresentadas por Botelho (2014). Contudo, acrescentamos um outro dado: diferente de outras atividades, catar mariscos é uma atividade exercida majoritariamente por mulheres.

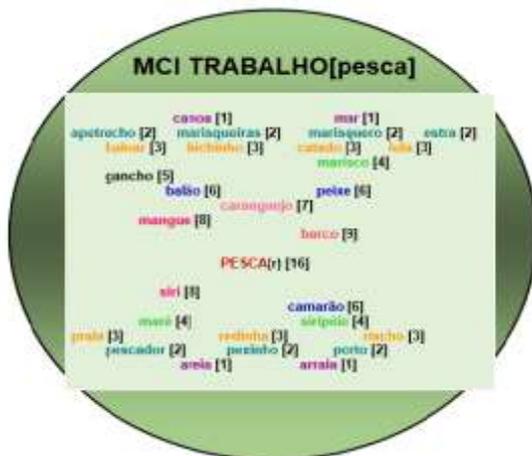
### ***4.2 MCI TRABALHO[Pesca]: o lugar da marisqueira***

Como vimos na seção 2.1, os modelos cognitivos idealizados (MCI) são domínios cognitivos estruturados mentalmente, responsáveis por armazenar aspectos que configuram nossas experiências no mundo. Embora estáveis, não são estruturas rígidas, por isso são passíveis de serem modificados conforme as adaptações e mudanças do próprio contexto das nossas experiências, arquivados em nossa memória individual e coletiva (CHIAVEGATTO, 2009). Sendo assim, quando usamos uma palavra, não evocamos apenas o seu significado, mas também o MCI que a sustenta, ou seja, seu contexto de fundo. Nessa perspectiva, podemos afirmar que, para cada experiência humana, há um MCI correspondente, cuja adaptação ocorre conforme as novas necessidades que emergem do cotidiano dos sujeitos, atravessado por fatos sociais e históricos. No caso de marisqueira, podemos reconhecer os MCIs de: RESTAURANTE (onde se serve mariscos), FEIRA (onde se [vende mariscos](#)), PEIXE (corvina ou anchova) e TRABALHO (vendedora de mariscos ou pessoa que pega mariscos).

Nesta pesquisa, destacamos o MCI DE TRABALHO, já que este funciona como o contexto cognitivo que exerce pressão sobre o termo marisqueira. Contudo, precisamos considerar que cada atividade possui a sua

especialidade. Assim, podemos afirmar que o MCI TRABALHO funciona como uma grande categoria, na qual encaixa-se todas as atividades humanas que se relacionam com os traços de produção, sobrevivência e remuneração dos sujeitos (CARMO, 2020)<sup>82</sup>. Nesse contexto, a autora descreve, a partir das palavras de um *corpus* de estudo, o MCI TRABALHO[Pesca], dentro da categoria macro MCI TRABALHO, o qual pode ser observado a seguir:

Figura 4: Modelo Cognitivo Idealizado Trabalho [Pesca]



Fonte: Carmo (2020)

Na Figura 4, temos a representação do MCI TRABALHO[Pesca], no qual encontramos: (a) instrumentos usados para a execução da atividade: barco (9), balão (6) gancho (5), siripóia (4), redinha (3), apetrecho (2), canoa (1); (b) espaço da realização da atividade: mangue (8), riacho (3), praia (3), maré (4), mar (1), areia (1); (c) produto resultante da atividade: siri (8), caranguejo (7), camarão (6), peixe (6), peixinho (2), bichinho (3), lula (3), ostra (2), arraia (1); agente da atividade: pescador (2), marisqueiras (2),

<sup>82</sup> Artigo no prelo.

### *Gênero, sexualidade e identidades*

marisqueiro (2). (CARMO, 2020). Todavia, vivemos em uma sociedade estratificada, estruturada por dois pressupostos fundamentais que atingem a atividade da marisqueira: *classe social e gênero*.

A noção de classe social é fundamental para explicar as relações de opressão econômica e de exploração dos sujeitos. Conforme, a perspectiva marxista, as relações de classe envolvem a distribuição desigual de direitos e poderes sobre os recursos produtivos básicos da sociedade e os resultados de seu uso (SANTOS, 2008, p.354). Em outras palavras, dentro da estrutura de classe, nem todos os sujeitos têm acesso às mesmas oportunidades, tanto na esfera do trabalho quanto na do consumo. Tais diferenças são decodificadas via sistema linguístico. Nesse contexto, o conceito de classe também estrutura a pirâmide denominal dos agentivos do português brasileiro (MIRANDA, 1979), ou seja, estrutura o processo de formação das palavras que nomeiam as atividades, o trabalho.

De acordo com Carmo (2005), o MCI TRABALHO, enquanto macro categoria que serve de insumo a todas as atividades produtivas, envolve um conjunto de atividades nas quais se aplicam forças e faculdades humanas para alcançar um determinado fim, sendo assim envolve coordenação de caráter físico e/ou intelectual para a realização de qualquer tarefa, serviço ou empreendimento, cujo resultado é a remuneração ou o salário (FERREIRA, 2000). Dessa forma, envolve atividades braçais e intelectuais. Contudo, essa diferença na forma de executar o trabalho também passa pela avaliação social e por processos educacionais. Assim, quanto mais braçal menos valorizado é o trabalho, quanto mais intelectual mais valorizado é o trabalho. Em outros termos, o MCI TRABALHO é estruturado como níveis de uma pirâmide. Nas palavras de Carmo (2005, p.111):

Assim, da base da pirâmide até o topo, temos a classe social **baixa**, desprovida de bens não só materiais como simbólicos, e as classes, gradativamente mais providas desses bens (classes **média** e **alta**). Tal hierarquia se projeta, associativamente, no MCI Trabalho nos termos seguintes: na base (em baixo) temos as profissões do “fazer”, envolvidas com a força física, menos prestigiadas. Verticalmente e, gradativamente, temos as profissões especializadas, intelectualizadas, e cada vez mais relacionadas com o “saber”, com *status* superior.

Posto isso, e partindo do princípio de que as línguas refletem diferenças sociais, podemos afirmar que os falantes ao criarem novos itens

lexicais para nomear agentes dos diversos postos de trabalho ou profissões, obedecem mesmo que inconscientemente a seguinte estrutura piramidal: (1º) no topo da pirâmide [x-o] – define atividades altamente especializadas, normalmente restritas a ambientes acadêmicos e de pesquisa (*filósofo, sociólogo, paleontólogo*); (2º) nos níveis intermediários da pirâmide [x-ista] – define atividades que indicam alguma especialidade, seja intelectual, tecnológica ou artística, atividades que se encontram distribuídas em vários setores sociais, desde a academia até setores públicos e privados (jornalista, eletricitista, linguista); e (3º) na base da pirâmide [x-eiro] – define as atividades que não requerem especialização intelectual, normalmente braçais, que alcançam os setores sociais menos prestigiados (faxineiro, lixeiro, jornaleiro) (CARMO, 2005)<sup>83</sup>.

A noção de gênero também é atravessada por essa divisão, na qual oportunidades de trabalho e de consumo são distribuídas de forma desigual entre homens e mulheres. Nessa estrutura, a categoria homens possuem mais poder social do que a categoria mulheres (SCOTT, 1995; SANTOS, 2008). Isso se reflete nos tipos de trabalho, salário e prestígio destinado a homens e mulheres, dada as diferenças físicas e subjetivas. Isso se expressa no MCI TRABALHO[*Pesca*].

Diferente de outras atividades, “catar mariscos” é uma atividade exercida majoritariamente por mulheres. Contudo, homens eventualmente podem realizá-la. Isso fica evidente no excerto abaixo, extraído do *corpus*:

#### **Excerto 1**

CAR: [98] // o dona Maria / deixa eu te perguntar uma coisa / aqui em Ponta de Areia e / qual a [2] maior / a principal arte de pesca? E [2] o marisco / os pescadores vao pra alto mar //

MAR: [99] // menina aqui tem muito pescador ne / agora *marisqueiro* tem mais pouco porque eles gosta mais de pescar / *marisqueiro* tem pouco [2] mesmo //

MAR: [100] // mas pa pescar tem muito / tem vez que quando o barco ta parado essa ponte aqui fica cheia / e agora fizeram outra la / a ota tambem fica cheia / tem mais pa pescar mesmo //

MAR: [101] // agora eles vao / quando tao parado / quando nao tem lugar pa pescar / eles vao po marisco / pegar o siri / siri assu / aqueles grandao / vai pegar o

---

<sup>83</sup> Consultar Miranda (1079), para uma visão mais geral sobre os agentivos em português. Sobre a formação dos agentivos denominais em x-ista e x-eiro, consultar respectivamente as dissertações de Carmo (2005) e Botelho (2004).

### *Gênero, sexualidade e identidades*

caranguejo / agora / eles ja nao pega de gancho / de primeira era de gancho ne / ce lembra? Sabe o que e gancho / aquela de ferro com a negoça pa pegar / agora nao / agora e redinha / eles compra saco pa fazer redinha / so chega la / eles chega la / vao la a tarde / bota na porta do buraco do caranguejo / no outro dia vai la tirar tudinho que ta tudo lacado naquela redinha / e mole // [hhh]

No Excerto I, podemos contatar que no campo da pesca, catar marisco é uma espécie de segunda opção para os homens [*quando tao parado / quando nao tem lugar pa pescar / eles vao po marisco* /]. Ou seja, quando estes não encontram espaço nos barcos, seja por motivos econômicos ou porque a pesca encontra-se na baixa temporada. A hipótese para essa divisão de trabalho da pesca envolve, teoricamente, força e risco. Ou seja, pescar peixes é uma atividade mais arriscada que catar mariscos, assim como esta última atividade exige menos força física. Portanto, a pesca está para os homens, assim como catar mariscos está para as mulheres. Contudo, se considerarmos a distância em que essas atividades são executadas, podemos pensar que a atividade de catar mariscos está mais próxima das casas das famílias do que a atividade de pesca, a qual exige maior distanciamento quando consideramos a pesca em alto-mar.

Nesse contexto, vemos um esquema mais básico de organização do MCI TRABALHO[Pesca]: mulheres são coletoras e homens são caçadores. Diante disso, podemos pensar que o trabalho das mulheres, que na perspectiva das relações de gênero exigem menos força e menos riscos, é invisibilizado e subvalorizado diante do trabalho masculino, mesmo que este seja socialmente desprestigiado. No caso de marisqueira, essa invisibilidade vem com a polissemia da palavra, já que além de se referir a mulher que cata ou vende mariscos, também se refere à restaurante (local) e a um peixe chamado corvina (animal), assim só dentro do contexto é possível selecionar o seu sentido. O que evidentemente não acontece com o seu par masculino – marisqueiro. O mais interessante é que catar ou vender mariscos nem é uma atividade, majoritariamente, masculina. Além disso, se os homens preferem pescar a catar mariscos, isso quer dizer que, financeiramente e socialmente, pescar é mais vantajoso. Sendo assim, essa atividade, majoritariamente, feminina é subvalorizada.

### **5 Considerações finais**

Diante dos resultados, acreditamos que respondemos a proposta inicial deste estudo, qual seja: apresentar uma reflexão acerca dos sentidos da palavra *marisqueira* em oposição ao seu correspondente masculino – marisqueiro. Os resultados demonstram que tanto o conceito de classe quanto o de gênero influenciam a formação da palavra *marisqueira*, nos termos da assimetria que ambos os conceitos engendram: no caso da classe, *marisqueira* é uma atividade que ocupa a base da pirâmide, portanto é uma atividade desprestigiada socialmente, a qual é exercida, normalmente, por pessoas da *classe baixa*, desprovida de bens não só materiais como simbólicos, por isso *marisqueira* é formada a partir do sufixo (-eiro/a); no caso do gênero, *marisqueira* é uma palavra que além de se referir a um agente humano, também nomeia um tipo de restaurante (local) e de peixe – fato que não ocorre com *marisqueiro*, seu oposto de gênero, cujo sentido é sempre humano. Assim, este estudo corrobora o pressuposto deste estudo de que, diferenças estruturadas socialmente, tais como classe e gênero, são explicitadas via sistema linguístico. Contudo, relações sustentadas por assimetrias, mais cedo ou mais tarde, geram conflitos: na sociedade e na língua. Nessas arenas, lutamos pelo uso não sexista da linguagem.

### **REFERÊNCIAS**

- ANTHONY, L. *Lawrence Anthony Website* (AntConc), 2020. Disponível em: <<http://www.laurenceanthony.net>> Acesso em 15. out. 2020.
- BASÍLIO, M. *Teoria lexical*. São Paulo: Ática, 1987.
- BOTELHO, Laura Silveira. As construções agentivas em x-eiro: uma abordagem sociocognitiva. *Dissertação* (Mestrado em Linguística), Universidade Federal de Juiz de Fora, 2004.
- BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CÂMARA JÚNIOR, J. M. *Estrutura da Língua Portuguesa*. Petrópolis: Vozes, 1970.

### *Gênero, sexualidade e identidades*

- CARMO, C. B. S. A configuração da rede polissêmica de construções agentivas denominais x-ista: Uma abordagem sociocognitiva. *Dissertação* (Mestrado em Linguística), Universidade Federal de Juiz de Fora, 2005.
- CIENKI, A. Frames, Idealized Cognitive Models, and Domains. In: GEERAERTS, D.; CUYCKENS, H. *The Oxford handbook of Cognitive Linguistics*. New York: OUP, 2007. p. 170-187.
- CHIAVEGATTO, V.C. Introdução à linguística cognitiva. *Matraga*, Rio de Janeiro, v.16, n.24, jan./jun. 2009. (pdf)
- CRESTI, E. *Corpus di Italiano parlato*. Firenze: Accademia della Crusca, 2000.
- DICIONÁRIO ONLINE DE PORTUGUÊS. *Marisqueira*. 2020. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/marisqueira/>> Acesso em 15. out. 2020
- DICIONÁRIO ONLINE DE PORTUGUÊS. *Humano*. 2020. Disponível em <<https://www.dicio.com.br/humano/>> Acesso em 15. out. 2020
- DICIONÁRIO ONLINE DE PORTUGUÊS. *Gênero*. 2020. Disponível em: < <https://www.dicio.com.br/genero/>> Acesso em 15. out. 2020
- FERREIRA, A. B. H. *Mini-Aurélio Século XXI: o minidicionário da língua portuguesa*. 4º ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010.
- FERREIRA, A. B. H. *Dicionário Aurélio de Língua Portuguesa*. 5º Ed. Curitiba: Positivo, 2010.
- GEERAERTS, D.; CUYCKENS, H. *The Oxford handbook of Cognitive Linguistics*. New York: OUP, 2007.
- GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Manual para o uso não sexista da linguagem: o que bem se diz bem e entende. Rio Grande do Sul: Secretaria de Comunicação e Inclusão Digital, 2014. [pdf]
- INFOPÉDIA.DICIONÁRIO PORTO EDITORA. *Marisqueira*. 2020. Disponível em: [Dicionário Porto Editora]<<https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/marisqueira>>. Acesso em 15. out. 2020
- LAKOFF, G. *Women, fire, and dangerous things: What categories reveal about the mind*. Chicago: University of Chicago Press. 1987.
- LAROCA, M. N, de C. *Manual de morfologia do português*. 3ed. Juiz de Fora: Editora da UFJF. 2011[1994].

- MICHAELIS. DICIONÁRIO BRASILEIRO DE LÍNGUA PORTUGUESA. *Marisco*. 2020. Disponível em: <<https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/marisco/>>. Acesso em 15. out. 2020
- MIRANDA, N. S. *Agentivos deverbais e denominais: um estudo da produtividade lexical*. *Dissertação* (Mestrado em Linguística) Rio de Janeiro: UFRJ, 1980.
- RASO, T.; MELLO, H. (Org.). *C-ORAL-BRASIL I: corpus de referência do português brasileiro falado informal*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.
- RODRIGUES, E.M. *CORPUS DE TRABALHO: Um Estudo da Criação Lexical na Fala Espontânea de uma Marisqueira de Ponta de Areia/BA. Trabalho de Conclusão de Curso* (Graduação em Letras). Universidade do Estado da Bahia, 2020.
- SANTOS, J.A.F. Classe Social e Desigualdade de Gênero no Brasil. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, Vol. 51, no 2, 2008, pp. 353 a 402.
- SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Sociedade*, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.
- SILVA, R. S. Predizibilidade da marcação de gênero em substantivos na língua espanhola: uma análise de vídeos do youtube. *Dissertação* (Mestrado em Letras). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2019.
- TARALLO, F. *A pesquisa sociolinguística*. 2º ed. São Paulo: Ática, 1986.
- WIKCIONÁRIO. Marisqueira. 2020. Disponível em: <<https://pt.wiktionary.org/wiki/marisqueira>> Acesso em 15. out. 2020

## **O FACEBOOK ASUGOV GV E SEUS USOS E APROPRIAÇÕES POR SUJEITOS COMUNICANTES SURDOS<sup>84</sup>**

*Sonia Maria Queiroz de Oliveira (UFJF)<sup>85</sup>*

*Jiani Adriana Bonin (Unisinos)<sup>86</sup>*

### **RESUMO**

O texto discute resultados de uma pesquisa vinculados à compreensão das inter-relações comunicativas entre a Associação dos Surdos de Governador Valadares (ASUGOV) e os sujeitos surdos na sua página no Facebook. As observações, realizadas a partir de uma abordagem netnográfica, indicam que os processos comunicacionais desenvolvidos neste cenário digital colaboram para o fortalecimento da cultura surda em perspectiva cidadã a partir da constituição de vínculos comunitários, da divulgação e promoção de ações educativas, esportivas e integrativas realizadas na associação, assim como pela abordagem de pautas políticas de interesse do grupo.

### **Palavras-Chave:**

Facebook. Sujeitos comunicantes surdos. Usos e apropriações digitais. Cidadania Comunicativa.

### **ABSTRACT**

The text discusses results of a research linked to the understanding of the communicative interrelations between the Association of the Deaf of Governador Valadares (ASUGOV) and the deaf subjects on its Facebook page. The observations, made from a netnographic approach, indicate that the communicational processes developed in this digital scenario collaborate to strengthen the deaf culture in a citizen perspective from the establishment of community bonds,

---

<sup>84</sup> Neste texto discutimos resultados da pesquisa de doutorado em andamento, intitulada *Usos e apropriações do Facebook Asugov GV por sujeitos comunicantes surdos na perspectiva da cidadania comunicativa*, realizada por Sonia Maria Queiroz de Oliveira, sob orientação de Jiani Bonin, no Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Unisinos.

<sup>85</sup> Doutoranda em Comunicação pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Membro do grupo de pesquisa PROCESSOCOM. Professora da Universidade Federal de Juiz de Fora-Campus GV (UFJF-GV). E-mail: sonia.queiroz@ufff.edu.br; oqms@hotmail.com.

<sup>86</sup> Professora-pesquisadora no Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), Brasil. Doutora em Ciências da Comunicação pela Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo. Coordenadora do grupo de pesquisa PROCESSOCOM. Pesquisadora da Rede Temática Comunicação, Cidadania, Educação e Integração na América Latina (Rede AMLAT). E-mail: jianiab@gmail.com

the dissemination and promotion of educational, sports and integrative actions carried out in the association, as well as the approach of political agendas of interest to the group.

**Keywords:**

Facebook. Deaf communicating subjects. Digital uses and appropriations.  
Communicative Citizenship

***1 Introdução***

As minorias são atualmente compreendidas como todo grupo humano em situação de desvantagem social, cultural, econômica, política e, ou jurídica “[...] cujos direitos são vulnerados apenas por possuírem alguma ou algumas características diferentes das do grupo dominante da sociedade” (LOPES, 2006, p. 55). Progressivamente, uma nova forma de concepção vinculada à afirmação da cidadania, proclamada desde a Revolução Francesa de 1789, fez emergir a ideia do respeito às minorias, às suas necessidades e peculiaridades (CORTINA, 2005). Esta concepção deflagrou uma mutação no olhar sobre as minorias, historicamente tidas como grupos de pessoas inferiores e, por isso, objeto de preconceito e de discriminação.

Dentre os grupos minoritários do qual fazem parte, entre outros, mulheres, idosos, negros, povos indígenas e ciganos, encontra-se aquele formado por pessoas com deficiência auditiva. De acordo com o Decreto N° 5.626, de janeiro de 2005, em seu artigo 2º, parágrafo único, considera-se pessoa surda aquela que, por ter perda auditiva, compreende e interage com o mundo por meio de experiências visuais, manifestando sua cultura principalmente pelo uso da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS (BRASIL, 2005). Assim, pode-se nominar pessoa surda aquela que compreende e interage com o mundo por meio de experiências visuais, manifestando sua cultura.

A comunicação é uma dimensão constitutiva da existência humana, faz-se presente na vida de todos. O surgimento das TICs (Tecnologias de Informação e Comunicação), que inclui um conjunto de recursos tecnológicos integrados entre si, vem configurando um novo alcance para os processos de comunicação contemporâneos.

## *Gênero, sexualidade e identidades*

Castells (2015) observa que uma nova forma de organização das atividades humanas emerge com a difusão das tecnologias digitais nas sociedades, cunhando o termo “sociedade em redes” para descrever e analisar essa nova estrutura social. Neste contexto, a comunicação vem constituindo, também, uma estrutura organizativa para atividades relacionadas ao ser cidadão.

Nesta realidade tecnológica propulsora de interatividades comunicacionais, constituem-se as redes sociais, formas de estruturação sociocomunicacional compostas por pessoas ou organizações, conectadas por um ou vários tipos de relações, compartilhando interesses em comum e construindo outros.

Considerando este cenário comunicacional, nosso olhar se volta para o Facebook, plataforma de rede social virtual mais utilizada em todo o mundo.<sup>87</sup> De modo mais específico, focalizamos aqui as inter-relações comunicativas constituídas na página da Associação dos Surdos de Governador Valadares (ASUGOV).<sup>88</sup> O desafio proposto tem nos exigido pensar os processos comunicacionais digitais, os usos e apropriações das tecnologias, o sujeito comunicante surdo e a cidadania comunicativa.

## *2 Perspectivas teórico-metodológicas*

De partida, compartilhamos com Maldonado (2013), Bonin e Saggin (2016; 2017) a perspectiva de entendimento dos sujeitos comunicantes como agentes dos processos comunicativos que tem ação, voz, participação ativa e muitas vezes crítica nos processos comunicacionais midiáticos. Eles são multidimensionalmente constituídos, possuem culturas configuradas desde seu lugar social e dos contextos socioculturais que marcaram trajetórias de vida. Suas culturas são também configuradas a partir de suas trajetórias de vínculos com as mídias.

Com o advento da digitalização, possibilidades renovadas abriram-se para os sujeitos sociais em relação aos usos e apropriações destas

---

<sup>87</sup> Em julho de 2018, o Facebook divulgou possuir um total de 2,2 bilhões de usuários ativos mensais. No Brasil, esta rede social havia atingido a marca de 127 milhões de usuários ativos mensais no primeiro trimestre daquele ano. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/tec/2018/07/facebook-chega-a-127-milhoes-de-usuarios-mensais-no-brasil.shtml>

<sup>88</sup> Disponível em: <https://www.facebook.com/asugov.gv.9>

tecnologias. Durante a maior parte da história humana, essas interações foram ‘face a face’. A comunicação massiva e depois a digitalização, permitiram que interações comunicacionais não mais se baseiam de forma exclusiva na co-presença física dos sujeitos. A heterogeneização dessas interações abarca situações comunicacionais que até um tempo atrás seriam ‘improváveis’ de se imaginar e de se concretizar. Manuel Castells nos auxilia a pensar na complexidade destes processos, que envolvem múltiplas dimensões:

Comunicação é o compartilhamento de significado por meio de troca de informação. O processo é definido pela tecnologia da comunicação, pelas características dos emissores e receptores da informação, por seus códigos culturais de referência e protocolos de comunicação e pela abrangência do processo significativo. O significado só pode ser compreendido no contexto de relações sociais em que a informação e a comunicação são processadas (2015, p. 101).

No caso dos processos comunicacionais digitais, temos a possibilidade de os sujeitos serem produtores comunicacionais, ainda que estas possibilidades estejam configuradas pelas lógicas das plataformas vinculadas aos interesses e direcionamentos das corporações que as produzem.

O foco da nossa pesquisa são os processos comunicacionais entre pessoas surdas (e, ou ouvintes<sup>89</sup>) no perfil Asugov GV do Facebook, as interações que ali se dão a partir da participação de sujeitos comunicantes vinculados à associação. Este ambiente do ciberespaço<sup>90</sup> é lugar onde se constituem relações sociais. As pessoas ali desenvolvem o que podemos chamar, de forma inicial, como um sistema multicultural de comunicação.

Em relação a esse aspecto, Claudio (2016) argumenta que “O multiculturalismo tem o valor da diversidade humana e social, que atravessa as comunidades e nos possibilita construir uma reflexão ampliada sobre a perspectiva do cidadão surdo comunicante” (p.26). O multiculturalismo tem como fundamento o questionamento das verdades únicas e absolutas, buscando combater sob todos os vieses a desigualdade. Nesse sentido, aponto

---

<sup>89</sup> Apesar dos ouvintes não comporem os sujeitos de interesse do presente artigo, a questão posta pela comunicação na surdez não se limita à interação entre surdos, envolvendo também, de modo relevante, as interações entre surdos e ouvintes.

<sup>90</sup> Ciberespaço pode ser considerado uma virtualização da realidade, um mundo onde se constituem interações virtuais imbricadas na realidade existencial (LÉVY, 1996).

### *Gênero, sexualidade e identidades*

como exemplos os movimentos de resistência e de afirmação de culturas surdas, representadas no Brasil pela Federação Nacional de Educação e Integração de Surdos.<sup>91</sup> Neste delineamento, Cortina (2005) indica a necessidade de aprender a construir o mundo juntos em uma perspectiva de educar para a cidadania, um educar cidadão, fundamentado na igual dignidade das pessoas.

O desenvolvimento dos caminhos metodológicos da pesquisa empírica foi orientado por uma abordagem netnográfica, considerando a flexibilidade e adaptabilidade do método aos estudos das comunidades digitais, de e suas culturas e a manifestação de seus elementos (comportamentos, valores ou crenças) (KOZINETS, 2014).

A escolha da rede social Facebook se deu porque é nela que se organiza o convívio e a sociabilidade dos associados da ASUGOV no ambiente digital. Este ambiente também possibilita observar características de seus usuários, nuances diversas que compõem suas culturas.

As observações realizadas no Perfil Facebook Asugov GV incluíram as postagens e as interações desenvolvidas em torno das mesmas durante junho de 2008 (início da página) a junho de 2020. A seguir exploramos resultados destas observações.

### ***3 Processos comunicativos no Facebook ASUGOV GV***

O perfil no Facebook Asugov GV observado é público e as interações que procedem dos usuários são públicas também. A primeira produção midiática da Asugov neste perfil foi uma imagem representativa de um antigo logotipo da associação, compartilhada por ‘amigos de amigos da Asugov’, surdos e ouvintes, com manifestações de curtidas registradas. Essas, via de regra, foram feitas por emojis. Ao longo de outras produções, observa-se o uso frequente deste recurso pelos associados. O uso de emojis como forma de interação comunicacional no espaço digital Facebook Asugov GV, em contrapartida aos quase inexistentes comentários e compartilhamentos, suscitaram-nos questionamentos sobre se este seria um recurso comunicacional eficiente para manifestação dos sujeitos comunicantes.

---

<sup>91</sup> Para maiores informações consultar: <https://feneis.org.br/>

*Emoji* é uma palavra de origem japonesa, composta pela junção dos elementos *e* (imagem) e *moji* (letra), considerado um pictograma ou ideograma, ou seja, uma imagem que transmite a ideia de uma palavra ou frase completa. As constantes modificações dos emojis e a possibilidade de comunicação através de uma imagem sintetizadora de uma ideia, palavra ou frase inteira, são fatores associados ao uso dos mesmos pelos sujeitos surdos em postagens das redes sociais às quais possam pertencer em sua condição bilíngue – bicultural (PORTAL DO SURDO, 2010).

Nas postagens realizadas no Facebook Asugov GV, vimos que os emojis foram utilizados como forma recorrente de comunicação entre os associados. Inferimos que o uso deste recurso está vinculado à afinidade e proximidade das Libras (visualidade) com a imagem do *emoji* como representações do significado de uma palavra ou frase inteira. Isso aponta para uma conexão entre a escrita e a externalização comunicacional do pensamento entre os pertencentes da cultura surda, pelo fato da surdez correlacionar-se com o aspecto visual da escrita como uma alternativa comunicacional, que por vezes é “subestimada no seu valor semiótico e na sua função como instrumento mediador de aprendizagem” (REILY, 2003, p. 164).

Nas postagens observadas, registramos um uso considerável de *emojis* correspondentes à denominação ‘curtir’; à imagem do coração ‘love’; à expressão facial ‘uau’. Sobre estes, em um olhar inicial, é possível afirmar que, lexicalmente, ‘curtir’, ‘amar’, ‘uau’ são palavras/expressões indicativas de posicionamentos individuais e das afeições em geral. Possivelmente relacionam-se a táticas de negociação de identidades manifestadas por meio das opiniões postadas (ROSA E SANTOS, 2013). Os usos observados apontam para o sentido de concordância, de aprovação em relação ao conteúdo ofertado através da postagem. Sem desconsiderar a necessidade de análises mais profundas, visualizamos que essas manifestações evidenciam apropriações comunicacionais correlacionadas a possíveis relações/laços de amizade.

As observações exploratórias realizadas no espaço digital da ASUGOV permitiram perceber que os sujeitos comunicantes surdos associados buscam reconhecimento e ressignificação da surdez como diferença cultural, embora de forma tímida. Ainda assim, os dados sinalizam

### *Gênero, sexualidade e identidades*

que eles atuam e fomentam processos que também contribuem para o exercício da cidadania comunicativa. A natureza tímida percebida, por sua vez, pode estar associada a restrições nos conhecimentos específicos em relação aos recursos existentes na plataforma da rede social observada.

Destacamos das observações no perfil da associação os seguintes pontos em relação às práticas comunicacionais dos sujeitos comunicantes surdos: a) o modo de acesso à rede, via de regra, feito pelo celular; b) a permissão de acessos aos dados de todos participantes na rede se dá de forma irrestrita; c) os usos dos recursos comunicacionais *gifs* e *emojis* são constantes nas respostas a postagens de vídeos; d) os eixos temáticos predominantes, constantes nos vídeos, imagens e textos foram relativos à política, à identidade do grupo e a jogos; e) o uso da língua portuguesa se dá de forma ínfima.

Em relação às atividades realizadas pela Asugov, constamos a realização de encontros de lazer, de ações e palestras educativas e de encontros dos associados, além de campeonatos de jogos entre associações de surdos de diversas localidades, demonstrando uma atuação no campo cultural, educacional e de lazer.

De acordo com nossas observações, os processos comunicacionais vinculados ao perfil Asugov GV na rede social Facebook também possibilitam: a) personalizar mensagens através de interações estabelecidas nas postagens; b) produzir uma espécie de vitrine de comunidade, reforçando laços identitários e culturais; c) direcionar visitas e participações à associação; d) obter informações sobre demandas específicas dos sujeitos comunicantes surdos; e) abordar assuntos da atualidade vinculados a interesses dos associados; f) reforçar a importância do curso de Libras; g) divulgar e ofertar trabalhos realizados pela comunidade surda; h) gerir possíveis crises entre associados.

Refletindo sobre limites relativos às práticas comunicacionais no cenário observado, apontamos a tímida participação dos sujeitos comunicantes surdos entrevistados no perfil Asugov GV, que pode estar relacionada, entre outros fatores, ao modo como é gerido o espaço, sem maior presença e interação por parte do moderador.

#### 4 Considerações finais

Em síntese, nossas observações sobre os processos comunicacionais desenvolvidos na página da ASUGOV no Facebook permitem dizer que, apesar do tímido uso dos recursos ofertados na plataforma pelos sujeitos surdos, os processos comunicacionais desenvolvidos auxiliam no fortalecimento da cultura surda em perspectiva cidadã a partir da constituição de vínculos comunitários, da divulgação e promoção de ações educativas, esportivas e integrativas realizadas na associação, assim como pela inclusão de pautas políticas de interesse do grupo.

As observações realizadas sinalizam que a participação comunicacional dos sujeitos surdos no Facebook Asugov GV realiza-se principalmente a partir do uso de *emojis*, recurso ofertado pela plataforma que se vincula a características da Língua Brasileira de Sinais LIBRAS, além de ser parte das culturas digitais contemporâneas.

#### REFERÊNCIAS

- BONIN, J. A. & SAGGIN, L. Perspectivas para pensar as inter-relações entre sujeitos comunicantes e mídias digitais na constituição de cidadania comunicativa. *Conexão – Comunicação e Cultura*, Caxias do Sul, v.16, n.32, p.97-113, jul./dez. 2017. Disponível em: <http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/conexao>. Acesso em 24 abr. 2020.
- \_\_\_\_\_. Reflexões teóricas para pensar as relações entre mídias, identidades culturais, movimentos sociais e cidadania. *Lumina*, Juiz de Fora, v.10, n.1, abr. 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/lumina>. Acesso em: 24 de abr. de 2020.
- BRASIL, 2005. *Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005*. Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5296.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5296.htm). Acesso em 06 ago. 2019.
- CASTELLS, M. *O Poder da comunicação*. São Paulo: Paz e Terra. 2015.

### *Gênero, sexualidade e identidades*

- CLAUDIO, J. P. *A cultura dos sujeitos comunicantes surdos: construções da cidadania comunicativa e comunicacional digital no Facebook*, 2016. 239 f. Tese (Doutorado) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação, 2016. Disponível em: [http://www.repositorio.jesuita.org.br/bitstream/handle/UNISINOS/6044/Jan a%20a%20C3%ADna+Pereira+Claudio\\_.pdf?sequence=1](http://www.repositorio.jesuita.org.br/bitstream/handle/UNISINOS/6044/Jan%20a%20C3%ADna+Pereira+Claudio_.pdf?sequence=1) Acesso em outubro de 2018.
- CORTINA, A. *Cidadãos do mundo: para uma teoria da cidadania*. São Paulo, Edições Loyola, 2005.
- IBGE, *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística*. Cidades @. [S. l.]. Disponível em: [http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=312770&search= minas-gerais|governador-valadares](http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=312770&search=minas-gerais|governador-valadares). Acesso em 18 set. 2019.
- KOZINETS, R. V. *Netnografia: Realizando Pesquisa Etnográfica online*. Porto Alegre: Penso, edição digital, 2014.
- LÉVY, P. *Cibercultura*. 3 ed. São Paulo: Editora 34, 2016.
- LOPES, A. M. D'Á. Multiculturalismo, minorias e ações afirmativas: promovendo a participação política das mulheres. *Revista Pensar*, Fortaleza, v.11, p.54-59, fev. 2006.
- MALDONADO, A. E. Pensar os processos sociocomunicacionais em recepção na conjuntura latino-americana de transformação civilizadora. In: BONIN, J. A.; Rosário, N. M. do. (Orgs.). *Processualidades metodológicas: configurações transformadoras em Comunicação*. Florianópolis: Insular, 2013.
- PORTAL DO SURDO. Canais, Cultura Surda. [S. l.]. Disponível em: [http://www.portaldosurdo.com/index.php?option=com\\_content&view=artic le&id=208&Itemid=194](http://www.portaldosurdo.com/index.php?option=com_content&view=article&id=208&Itemid=194), acesso em 12 de fevereiro de 2019.
- REILY, L. H. As Imagens: o lúdico e o absurdo no ensino de arte para pré-escolares surdos. In: Silva, I. R.; Kauchakje, S.; Gesueli, Z. M. (Org.) *Cidadania, surdez e linguagem: desafios e realidades*. São Paulo: Plexus, 2003.
- ROSA, Gabriel Artur Marra e SANTOS; Benedito Rodrigues dos. *FACEBOOK (E as nossas identidades virtuais)*. Brasília: Thesaurus, 2013.
- SACKS, O. *Vendo Vozes: uma jornada pelo mundo dos surdos*. Rio de Janeiro: Companhia de Bolso, 2010.

SKLIAR, C. Os Estudos Surdos em Educação: problematizando a normalidade. In: Skliar, C. (Orgs.). *A surdez – um olhar sobre as diferenças*. Porto Alegre: Mediação, 2016.

## **(RE)PENSANDO A IDENTIDADE INDÍGENA NAS REPRESENTAÇÕES DA ADAPTAÇÃO DE *O GUARANI***

*Dannisleyk Moraes de Araújo Santos (UNEB)<sup>92</sup>*

*Juciene Silva de Sousa Nascimento (UNEB)<sup>93</sup>*

### **RESUMO**

O uso de novas pedagogias e inovações no ensino na língua portuguesa vem possibilitando o desenvolvimento de estudos voltados a garantir um bom aprendizado. Nesta pesquisa, busca-se rediscutir a identidade indígena contemporânea, através da adaptação de *O Guarani* para o recurso pedagógico no ensino e aprendizagem. Utiliza-se a história de *O Guarani* (2010), de José de Alencar adaptado para História em quadrinhos. E para conceituar e problematizar as questões identitárias apresenta-se os estudos de Bauman (2005) e Gomes (2008) com a teoria da (re)visão das identidades colonizadas, entre outros autores que discutem essa temática. Para tanto, ressalta-se que a escola é um ambiente privilegiado para a promoção de relações étnico-raciais positivas, trazendo a Lei nº 11.645/08. Os resultados dessa pesquisa mostraram que a HQ é um recurso de grande importância para (re)discutir a identidade indígena na contemporaneidade.

### **Palavras-chave:**

Identidade indígena. Histórias em Quadrinhos. ERER.

### **RESUMEN**

El uso de nuevas pedagogías e innovaciones en la enseñanza de la lengua portuguesa ha permitido el desarrollo de estudios destinados a garantizar un buen aprendizaje. En esta

---

<sup>92</sup> Licenciada em Letras Vernáculas e Literatura -Universidade do Estado da Bahia/Departamento de Ciências Humanas e Tecnologias-Campus XVIII – Eunápolis. E-mail: [dannisleyk@gmail.com](mailto:dannisleyk@gmail.com)

<sup>93</sup> Doutora em Educação pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Mestre em Literatura e Diversidade Cultural pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), especialista em Metodologia do Ensino Superior pela Faculdade Adventista da Bahia (FADBA) e graduada em Letras com Espanhol pela Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). É professora/pesquisadora da Universidade do Estado da Bahia, Campus XVIII. Faz parte do Grupo de Pesquisa CONEXÕES: CULTURA E EDUCAÇÃO (UNEB/Campus XVIII), atuando na linha de pesquisa 01: Minorias, diversidades e resistências e da linha 02: Saberes culturais e processos formativos ; e do Grupo de Pesquisas em Linguagens, Poder e Contemporaneidade - GELPOC, atuando nas linhas de pesquisa Estudos decoloniais, subalternidades e Poder. Atualmente, trabalha na área de Educação das Relações Étnico-Raciais, Formação docente, Literatura, Memória e Representações Identitárias. E-mail: [cienenascimento37@gmail.com](mailto:cienenascimento37@gmail.com)

investigación, buscamos rediscutir la identidad indígena contemporánea a través de la adaptación de *O Guarani* para el recurso pedagógico en la enseñanza del aprendizaje. Utilizamos la historia de *O Guarani* (2010), de José de Alencar adaptada a los cómics y para conceptualizar y problematizar las cuestiones de identidad nos apropiamos de los estudios de Bauman (2005); Gomes (2008) con la teoría de la (re)visión de las identidades colonizadas, entre otros autores que discuten el tema. Por lo tanto, enfatizamos que la escuela es un entorno privilegiado para la promoción de relaciones étnico-raciales positivas, lo que trae la Ley N<sup>o</sup> 11.645 / 08. Por lo tanto, los resultados de esta investigación mostraron que los cómics son un recurso muy importante para (re)discutir la identidad indígena en los tiempos contemporáneos.

**Palabras-clave:**

Identidad indígena. Cómics. ERER.

***1 Introdução***

A utilização de novas formas de ensino de Língua Portuguesa vem possibilitando o desenvolvimento de estudos voltados a garantir um aprendizado de qualidade. Assim, no âmbito da literatura infantojuvenil, as adaptações em Histórias em Quadrinhos podem ser um recurso no processo de ensino-aprendizagem para (re)pensar a identidade indígena. Nesta pesquisa, discutimos a identidade indígena contemporânea, através da adaptação de *O Guarani* como recurso pedagógico no ensino-aprendizagem.

A Educação para as Relações Étnico-Raciais (doravante ERER) é um processo educativo que possibilita às pessoas a superação de preconceitos raciais e contribui para que elas compreendam e se engajem em lutas por equidade social. Dada essa situação, trabalhamos a seguinte questão: Como a identidade indígena pode ser construída de acordo com as construções simbólicas na literatura? Para esses apontamentos, utilizamos o romance *O Guarani* (2010), de José de Alencar adaptado para História em Quadrinho. Assim, o objetivo Geral desta pesquisa é rediscutir a identidade indígena contemporânea, através da adaptação de *O Guarani* para o recurso pedagógico no ensino e aprendizagem e os específicos são: Apresentar a História em Quadrinhos como recurso no ensino e aprendizagem da leitura; discutir as propostas normativas que contribuem para a afirmação da identidade indígena e analisar como a HQ *O Guarani* apresenta as características da identidade indígena na contemporaneidade.

## *Gênero, sexualidade e identidades*

A inclusão da temática indígena na escola, através da Lei 11.645/03, é resultado de um amplo movimento de luta indigenista por seus direitos, principalmente pelo reconhecimento de suas identidades étnicas, culturais, econômicas e sociais.

Para fundamentar nossa pesquisa e problematizar as questões identitárias nos apropriamos dos estudos de Bauman (2005) e de Gomes (2008) com a teoria da (re)visão das identidades colonizadas, entre outros autores que difundem estudos nessa linha de pesquisa. Também, as orientações dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) que orientam a utilização de Histórias em Quadrinhos como um recurso auxiliador nas escolas. Para tanto, ressaltamos que a escola é um ambiente privilegiado para a promoção das relações étnico-raciais positivas em virtude da marcante diversidade em seu interior, buscando efetivar a Lei nº 11.645/08.

### ***1 A Identidade Indígena na Educação a partir da Lei 11.645/08***

Ao nos referir epistemologicamente à identidade, a qual começamos a formar tão precocemente, nunca é um exercício de fácil reflexão sobre suas origens e os elementos presentes na construção das mesmas. O sujeito constrói sua identidade como se construísse uma morada para nela habitar, “com a ilusão de poder se definir e, assim, identificar-se a si próprio, identificando-se pelo encontro com o outro, ao mesmo tempo semelhante e diferente” (OLIVEIRA, 2012, p.22).

Ao longo da vida, em meio às interações e identificações com diferentes pessoas e grupos com quem convivemos, construímos nossa identidade, mediante os elos estabelecidos com pessoas ou grupos. Conforme defesa de Hall (2011), a identidade não é fixa, e, em convergência com esse pensamento, tem-se Zygmunt Bauman (2005, p.19) que afirma que “as identidades flutuam no ar”, logo, podemos decidir acolher uma ou outra, pois são negociáveis e revogáveis. A identidade vai sendo tecida em meio às relações estabelecidas, e essas variam conforme as situações em que nos colocamos.

Da mesma maneira, Rajagopalan (*apud* OLIVEIRA, 2015, p. 25), destaca, que as identidades estão em permanente estado de transformação, num processo de constante adaptação às novas circunstâncias que vão surgindo. Então, não poderíamos falar em identidade sem considerar as

relações estruturais que imperam em um dado momento. Ao considerar que as identidades são formadas e transformadas no interior da representação, Bauman (2005) encara a questão da identidade como uma questão socialmente necessária. De acordo com a noção de sujeito sociológico de Hall (2011), a identidade é formada na interação entre o eu e a sociedade. Ao tratarmos identidades no processo de educação é importante lembrar que ela é um processo amplo, contínuo, que acontece ao longo da vida de cada pessoa e não se restringe às experiências de escolarização. A escola se consagrou como espaço central de socialização, bem como de aquisição de conhecimentos. Não apenas produz e socializa saberes, ela produz experiências cotidianas que vão integrando-nos em uma lógica de sociedade e, ao mesmo tempo, vão produzindo um lugar social que podemos/devemos ocupar.

Nesse contexto, para os povos indígenas assumir a educação escolar é um grande desafio, a razão para é o fato de serem lógicas distintas, que fundamentam a organização da escola e a vida em suas comunidades, sendo desafiador colocar sobre controle uma instituição que reproduz relações capitalistas – individualização, competição, hierarquização, seleção dos melhores – e torná-la adequada a culturas que vivem e pretendem continuar vivendo de acordo com outras racionalidades (BONIN, 2012).

Foi inaugurado no Brasil um movimento, com a Constituição Federal de 1988 que reconheceu “aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam” (MEDEIROS, 2012, p. 49). Em âmbito internacional, o marco foi a Convenção n° 169 da Organização Internacional do trabalho sobre Povos Indígenas e Tribais de 1989, segundo ele,

[...] o documento estabeleceu novas normas a serem seguidas pelos Estados signatários nas relações com os povos indígenas e tribais em que fossem asseguradas a eles igualdade de tratamento e de oportunidades no pleno gozo dos direitos humanos e liberdades fundamentais e respeito às suas identidades sociais e culturais, costumes e tradições e suas instituições (MEDEIROS, 2012, p. 50).

Assim, em 10 de março de 2008 foi aprovada a lei n°. 11.645 pelo Congresso Nacional, alterando a Lei n° 9.394 de 20 de dezembro de 1996,

### *Gênero, sexualidade e identidades*

modificada pela Lei n° 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, incluindo no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática história e cultura afro-brasileira e indígena nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio. Essa inclusão da temática indígena na escola é resultado de um amplo movimento de luta dos povos originários por seus direitos, principalmente pelo reconhecimento de suas identidades étnicas, culturais, econômicas e sociais.

Nesse sentido, qual a necessidade de uma lei que obrigue o estudo da história e da cultura indígena na escola? Para Medeiros (2012), a escola historicamente abordou a temática apresentando os indígenas de forma genérica e estereotipada, ou mesmo silenciou sobre o tema. Sendo assim, é importante estudar a identidade dos povos indígenas, uma vez que esses povos reivindicam seu direito ao passado (e, conseqüentemente, o direito ao presente) e a difusão desse passado aos não indígenas. Além disso, não sendo foco dessa pesquisa, mas salientamos tal pormenor como indicação para uma continuidade temática, vale ressaltar que as línguas indígenas têm importantes contribuições e influências que ainda fazem modificações na nossa forma de falar o português, além de trazerem contribuições fundamentais na formação do português do Brasil, inclusive na sua pronúncia.

Vivemos em um momento de avanços teóricos e de ampliação de pesquisas na temática indígena, “nos livros e currículos escolares, já se sentem essas transformações, no entanto ainda percebemos permanências da velha tradição historiográfica – o que é natural, pois ela atuou por praticamente cinco séculos e deixou um legado de muita força” (MEDEIROS, 2012, p. 56). Assim, a possibilidade que a Lei 11.645/03 nos coloca é a de estabelecer um diálogo intercultural e respeitoso com os povos indígenas, em que eles sejam os principais interlocutores de suas histórias, de seus saberes, culturas e modos de viver.

### ***2 A Adaptação Literária como recurso auxiliador para identificação da identidade indígena em O Guarani***

Uma das tarefas da escola é formar o aluno leitor e, neste caso, os desafios são de várias ordens, desde a escolha das estratégias de incentivo à leitura até a concorrência com outras linguagens. Em tempos que impera uma visualidade pautada na fragmentação e na rapidez, o aluno, muitas vezes,

tende a trocar o texto literário por adaptações que são feitas para o cinema, televisão, HQ, etc. É necessário considerarmos que a adaptação está sujeita a aspectos específicos do novo veículo, determinando a reescrita do texto. As diferenças de técnicas de (re)construção inviabilizam algumas cenas e sequências, pois o próprio formato escolhido para ser produzido impõe o tempo de duração e o modo de construção do texto (NAGAMINI, 2004, p. 19).

Todo texto pode ser reproduzido em uma adaptação, embora haja a necessidade de cuidar para que as críticas direcionadas para as adaptações não exijam que esta tenha a mesma interpretação, indo além, ou seja, igual a obra fonte. Para Santos (*et al* 2016), as adaptações existentes podem até ter a pretensão de ser iguais, mas por utilizarem de linguagens diferenciadas elas não conseguem se igualar a obra fonte. Toda adaptação utiliza meios específicos da sua própria linguagem para recriar aquilo que está sendo utilizado em outra mídia, embora, aguardamos que a mesma se apresente da mesma forma do conteúdo fonte, sobre tal. Já Hutcheon (2013, p. 28) aponta que o processo de adaptação se caracteriza como uma repetição e não replicação. Ou seja, o ato de replicar caracteriza como uma cópia fiel da obra fonte, já a repetição faz uso de intertextualidade para recontar a recepção da mensagem inicial.

As adaptações literárias têm ganhado espaço no sentido de formar intelectuais a partir de textos novos construídos sobre enredos antigos, numa espécie de apropriações. Dessa forma, Andrea Antolini Grijó (2005), considera que esse dispositivo didático,

[...] faz circular os cânones, tão raros à academia, cria um novo e enorme mercado para os livros paradidáticos e ainda fornece à sociedade, nesse caso representada pelos pais e professores, a sensação de formação de uma geração de intelectuais que não apenas leem livros, mas leem Camões, Shakespeare, Cervantes, entre outros (GRIJÓ, 2017, p. 84).

Em virtude disso, a adaptação literária redireciona a obra para outro público partindo do pressuposto de que esse novo público “não tem o perfil daquele previsto pelo autor da obra original” (PAIVA, 2014). Traduzir de uma forma mais simples, claro que simplifica, por outro lado, põe ao alcance do leitor uma história antes inacessível, (FEIJÓ, 2012).

### *Gênero, sexualidade e identidades*

Conforme Lia Mendes (2004, p. 33), elementos formadores da “comunidade imaginada” dão uma ideia do potencial imaginativo nele empregado: narrativa, tradição, caráter nacional, mito, ideia de raça pura. Segundo ela, todo um aparato ideológico que tem muito pouco a ver com a realidade ou com alguma teoria de base científica provavelmente porque “[...] o conceito de identidade nacional está profundamente ligado à subjetividade, a necessidade de pertencimento, autoafirmação e, portanto, com aquela gama de sentimentos que formam a base do que se convencionou qualificar de nacionalismo” (MENDES, 2004, p. 33).

Assim, o indianismo no Brasil produziu poucas obras literárias, dentre elas *O Guarani* de José de Alencar, que se propôs estabelecer o surgimento de uma identidade nacional em que o índio é idealizado como herói. Nessa obra, o autor destaca hábitos, costumes, crenças, alimentação, fatores que constituem para a identidade de um povo. Podemos ver, então, que a adaptação literária traz em si uma gama de potencialidade em disseminar conceitos e descrições de determinados grupos. Sob essa perspectiva, *O Guarani* adaptado para HQ, é o objeto de análise, fornecendo campo para a percepção da identidade indígena, que reflete de alguma maneira, sobre a situação do índio na nossa sociedade.

### ***3 A identidade indígena na adaptação de O Guarani para HQ***

Considerando (re)pensar a identidade indígena na obra *O Guarani* de José de Alencar, faz-se necessário conhecer o período histórico da sua publicação, na tentativa do rompimento com os pensamentos europeus que demarcavam a época. Nesse sentido, o Romantismo no Brasil, foi uma fase de consciência nacional, o desejo de individualização nacional, houve a quebra dos modelos até então seguido pelos escritores dos séculos anteriores, ou seja, nesse período deu-se início a tentativa de romper com os modelos implantados pelos europeus. Dessa forma, o progresso abonou o país, surgindo a criação da educação superior no Brasil, os estudantes que antes iam estudar no exterior, traziam consigo influências europeias; criação de jornais e a criação de folhetins que publicavam capítulos de obras de vários autores. Com esse movimento, essas mudanças foram aceitas pelo público em geral.

A imagem do índio criada em um momento político de pós independência do Brasil, que impunha a necessidade da construção de uma identidade nacional. Surgiu, então, a ideia de fazer da imagem do “índio” um símbolo nacional. Porém, na obra em questão, essa imagem do indígena, não é genuína, mas elaborada, forjada, romantizada. Nos trechos selecionados da obra em análise, *O Guarani*, veremos como a imagem do índio que foi apresentada, se mostra como a de um índio idealizado, de maneira que contribuiu para (des)construção da identidade indígena em favor da construção de uma identidade nacional, mas que era baseada nos valores europeus. Eles só poderiam fazer parte da história se deixasse ser o que eram e passassem a desejar a vida civilizada.

Na sequência dos fatos o indígena se apresenta como de chefe da tribo goitacá, quando o leitor toma conhecimento da maneira pela qual Peri é recebido pelo fidalgo português após ter salvado Cecília de morte, impedindo a queda de uma pedra sobre ela.

**Figura 1:** A visão do colonizador em relação ao colonizado



**Fonte:** <https://literaturafalarapiracaprofdavi.com> (2019).

Essa era a representação da visão do colonizador em relação ao colonizado, uma vez que não reconhecia o indígena como pertencente a nação brasileira. O índio na sua organização social era guerreiro, logo, ele já era um herói, ele não precisava ser considerado. A negação dos valores envolvidos nessa relação, da representação da visão do colonizador em relação ao colonizado, causa efeitos no que diz respeito aos estereótipos formados que recaíram sobre eles como reprováveis. A figura do colonizador não reconhece

### *Gênero, sexualidade e identidades*

o índio como ser nacional, no entanto o índio se coloca como pertencente da nação.

Nesse sentido, a interculturalidade deve envolver um processo de construção de uma ideia de reconhecimento da diversidade cultural, e não o da interculturalidade, é a que tem orientado as políticas educativas do país na contemporaneidade. Para Russo e Paladino (*apud* JULIANO, 1993) estão os que entendem interculturalidade como uma interrelação, diálogo e troca entre culturas diferentes, sem sobreposição da cultura dominante sobre outra subordinada. Nesse sentido, os que entendem como instrumento de “empoderamento” das minorias, das populações que estão à parte da cultura hegemônica, ao possibilitar o acesso tanto a conhecimentos próprios, quanto aos da sociedade, o qual lhes permitiria lutar por direitos e autonomia (*apud* COLLET, 2006). Portanto, o termo interculturalidade somente aparece na legislação brasileira quando se refere aos povos indígenas (LDB de 1996; Parecer CNE nº 14 e Resolução CEB nº 3, de 1999; Lei 10.172, de 9 de janeiro de 2001, que institui o Plano Nacional de Educação, entre outros).

Há uma negação da identidade nacional, por parte da figura representativa do colonizador, pois os estrangeiros não conseguem identificar a nação através da representatividade do sujeito índio. Mediante o exposto, a necessidade da efetividade da Lei 11.645/08, é de vital importância para a ressignificação do estudo da história e da cultura indígena na escola, pois esta, historicamente, abordou a temática apresentando os indígenas de forma genérica e estereotipada, ou mesmo silenciou sobre o tema, sendo importante estudar os povos indígenas, porque esses povos reivindicam seu direito ao passado (e, conseqüentemente, o direito ao presente) e a difusão desse passado aos não indígenas. Conforme indica a Convenção 169 da OIT, “[...] a educação escolar é entendida como um meio de superar os preconceitos sofridos pelos povos indígenas e as ideias equivocadas a seu respeito, veiculando informações que permitam reconhecer, conhecer, respeitar e valorizar a diversidade” (MEDEIROS, 2012, p. 51).

Na imagem seguinte, fato que ainda se sucede nesse primeiro encontro, após o salvamento de Ceci, Peri, apresenta-se ao fidalgo D. Antônio, como primeiro de sua tribo, posição hierárquica em sua cultura, no entanto, ela se torna inválida diante da hierarquia apresentada pelo europeu, mostrando a visão do colonizador em relação ao colonizado.

**Figura 2:** A visão do colonizador em relação ao colonizado II



Fonte: <https://literaturafalarapiracaprofdavi.com> (2019).

Em sua cultura, o índio Peri era hierarquicamente importante, diferente da situação de convívio com o branco, na qual era evidente (subjugação da importância sociocultural do outro). Assim, constituir uma estrutura garantindo na escola uma discussão sobre os estereótipos e preconceitos existentes sobre esses grupos possibilitando a valorização da diversidade cultural, reconhecendo essa diversidade e assegurando ao indígena a utilização de seus processos próprios.

A visão estereotipada do colonizador em relação ao colonizado também pode ser vista no trecho após Peri salvar Cecília de ser ferida por uma flecha no rio por um índio da tribo *Aymoré*, ele reage atirando contra o índio com uma pistola que recebeu de presente da Cecília. O fato de D. Lauriana classificar a figura do índio como “demônio”, por estar reagindo de uma forma que segundo os costumes padronizados daquele seguimento social não se utilizava, demonstrava uma visão estereotipada da figura do índio.

### *Gênero, sexualidade e identidades*

**Figura 3:** A visão do colonizador para o colonizado III



**Fonte:** <https://literaturafalarapiracaprofdavi.com> (2019).

Comumente, é atribuído aspectos simbólicos reducionistas em relação a imagem do outro, como a fisionomia que expressa um determinado segmento étnico, mas como pouco se procura aprofundar sobre esses sinais diacríticos particulares de um determinado grupo social, logo se apresenta como uma que serve de elemento diferenciador de uma etnicidade ou identidade indígena. Essa construção idealizante do índio não o considera, pelo contrário, ignora a situação real do nativo tendo suas características e cultura desprezadas pelo colonizador. Contribui para construir preconceitos quando descreve o índio como “demônio”, colaborando para adjetivos relacionados ao indígena como preguiçosos, violentos, bichos, entre outros discrepantes. Em relação a isso, Baniwa (2008) discute que implica vários aspectos da vida, não só no campo da filosofia ou da forma de pensar e viver, mas também das formas de conceber a sociedade, a cosmologia, os valores e os contra valores, o que é considerado como valor e o que é considerado como não-valor.

A incidência da violação da identidade indígena ocorre concomitante à promoção da figura do colonizador, enquanto Ceci loira e Isabel indígena, faz um paralelo entre o que chama de “selvagem” e “civilizado”. Ceci vem em primeiro lugar, com sua roupa, moral, fisionomia, Isabel vem em segundo com traços para fixar o que seria “o tipo brasileiro”, indolência, cabelos pretos, lábios desdenhosos, é a mestiça.

**Figura 4:** Processo de Consideração da Diversidade II



**Fonte:** <https://literaturafalarapiracaprofdavi.com> (2019).

Nesse contexto, a possibilidade da mestiçagem seria um passo para o embranquecimento do nativo, com a possibilidade de estar junto ao europeu, em sua casa, mas como inferior, submisso. No caso específico dos povos indígenas, Baniwa (2008) nos lembra que o que pesa é a prática histórica, que insiste pela invisibilidade dessas coletividades. É como se no imaginário coletivo das pessoas, os povos indígenas existissem, mas não enquanto sujeitos e atores políticos dessa diversidade. Segundo o autor, eles simplesmente não são sujeitos de direitos, por exemplo, no campo das políticas públicas, isso reflete um pouco o conflito que a nossa sociedade brasileira enfrenta (BANIWA, 2008).

Na adaptação para HQ, como na obra original, a imagem do indígena é representada como um “bom selvagem” que convive em harmonia com a família de D. Antonio de Mariz, um fidalgo que morava na região da Paraíba, onde o índio habitava. O indígena é bom para servir, porém selvagem, classificando-o como inferior. Como podemos observar no trecho abaixo, o índio visto como herói, mas não como igual.

## Gênero, sexualidade e identidades

Figura 5: O índio como herói, mas não como igual



Fonte: <https://literaturafalarapiracaprofdavi.com> (2019).

Peri, o índio bom amigo, que corre todos os riscos para salvar a vida do português, servindo sem indagação assim, sendo digno de ser chamado de convidado a estar junto do português. É sabido que, apresentando heterogeneidade notável em sua composição populacional, o Brasil desconhece a si mesmo. Na relação do País consigo mesmo, é comum prevalecerem vários estereótipos, tanto regionais quanto em relação a grupos étnicos, sociais e culturais. Historicamente, registra-se dificuldade para se lidar com a temática do preconceito e da discriminação racial/étnica. O País evitou o tema por muito tempo, sendo marcado por “mitos” que veiculam uma imagem de um Brasil homogêneo, sem diferenças, ou, em outra hipótese, promotor de uma suposta “democracia racial” (RUSSO; PALADINO, 2014 *apud* BRASIL, 1997, p. 22).

Perpetuava, portanto, a política de assimilação, e foi no contexto dessa política que surgiu a figura do “índio” aculturado ou em contato permanente com a urbanidade – também chamado de “bom selvagem” e de “selvagem”, “bravo”, “bugre” termos presentes no romance.

Dessa forma, as diferenças, por sua vez, são construídas pelos sujeitos sociais ao longo do processo histórico e cultural, nos processos de adaptação do homem e da mulher no meio social e no contexto das relações de poder. Sendo assim, para Nilma Lino Gomes (2008, p. 133), mesmo os aspectos tipicamente observáveis que aprendemos a ver como diferentes desde o nosso nascimento só passaram a ser percebidos dessa forma porque nós, seres humanos e sujeitos sociais, no contexto da cultura, assim os nomearam e identificaram. Nesse contexto, Gomes (2008) ressalta sobre as

relações raciais e identitárias, em que vivemos todos os dias de dados alarmantes da existência de desigualdades raciais.

Na passagem que se sucede, observamos estereótipos atribuído ao indígena quando o europeu o chama de “caboclo” considerando sua assimilação as características europeias e distanciando-se da sua identidade.

**Figura 6:** Estereótipos



**Fonte:** <https://literaturafalarapiracaprofdavi.com> (2019).

O “caboclo” é entendido como aquele índio destribalizado, propenso a inserção a comunidade, por ter sido isolado e por assim entender que negou sua condição indesejada. No momento nacional vigente, avanços teóricos e de ampliação de pesquisas na temática indígena, nos livros e currículos escolares, já se sentem essas transformações. No entanto, ainda podemos perceber permanências da velha tradição historiográfica e deixou um legado de muita força. Nesse sentido, a Lei 11.645/03 oferece caminhos para estabelecer um diálogo intercultural e respeitoso com os povos indígenas, em que eles sejam os principais interlocutores de suas histórias, dos seus saberes, culturas e modos de viver.

Infelizmente, livros didáticos já trazem a representação do índio, no entanto, diversas vezes como “aculturados” (MEDEIROS, 2012). Dessa maneira, na sua cultura, o indígena abriu mão da sua crença, do seu povo, em prol de uma busca pela semelhança com o europeu, assim, anulando a si mesmo, no objetivo de ser aceito por eles. Esse fato fica evidente, no trecho que ele se despede de sua mãe, para estar servindo a Ceci.



O que vemos é o índio competente no intuito de agradar ao europeu, não medindo esforço, colocando em risco sua própria vida, servindo-o imensuravelmente. O índio sendo o personagem principal para a construção da identidade nacional, na imagem representada pelo índio Peri, contorce o que se esperava para a valorização da identidade nacional.

Identificamos que a imagem do indígena na escrita de José de Alencar, da forma como está organizada, privilegia ações que ocultam, apagam, silenciam ou desvalorizam as manifestações culturais do indígena, de sua identidade. Neste sentido, conteúdos relativos aos povos indígenas, bem como aos temas étnico-raciais, às relações de gênero e à diversidade, precisam ser (re)pensadas junto as orientações curriculares como demarcadoras de um fazer diferente. A Lei 11.645/08 ser trabalhada na desconstrução de histórias sedimentadas do ponto de vista eurocêntrico, articulada com o sistema de educação brasileiro. Para isso, Bonin (2012) sugere que sejam utilizados e potencializados o trabalho com diversos títulos da literatura infanto-juvenil que são produzidos por indígenas e que mostram os outros olhares sobre as crenças, os costumes, os hábitos, as histórias contadas pelos povos indígenas.

#### ***4 Considerações finais***

A discussão proposta nessa pesquisa, surgiu a partir da importância de se rediscutir a identidade indígena, podendo ser (re)construída de acordo as representações simbólicas, sobretudo na literatura. Ademais, a partir do olhar dessa afirmação identitária, desfazer estereótipos disseminados pela visão do colonizador. Através da efetivação da Lei 11.645/08 torna-se possível apresentar ações que trabalhem as questões étnico-raciais no âmbito educacional, bem como contribuir para que tais ações sejam de fato afirmativas no tangente à identidade indígena.

Isso posto, retomamos, aqui, pontos considerados relevantes de ratificação da existência da (des)consideração da identidade indígena mediante análise do objeto dessa pesquisa, confirmando que algumas ações, sobretudo as que aqui nos serviram de recorte, promovidas pelas construções em torno da figura do índio na obra de *O Guarani*, legitimam determinados estereótipos, como demonizado, submisso, selvagem, o que evidencia os

### *Gênero, sexualidade e identidades*

descompassos com a diversidade dos processos sócio-históricos nacionais. A (des)consideração dessa diversidade pode se materializar mediante a reafirmação de concepções identitárias que fazem com que os processos formativos na escola se distanciem do reconhecimento de uma identidade genuína do indígena na contemporaneidade.

A perspectiva pelo respeito à diversidade étnica e cultural é o aspecto central que fundamenta a nova base de relacionamento dos povos indígenas com o Estado. O herói nacional resultante da união colonizador/colonizado foi o resultado da afluência de um momento histórico com o modelo literária do momento. Mas, passado o Romantismo, o conceito de “bom selvagem” permanece inalterada, é o que atestam as inúmeras reproduções de *O Guarani*. Podemos ainda perceber a atribuição da imagem de criatura selvagem e indomável que o colonizador construiu sobre o sujeito indígena pelo fato de o indígena ser o dono da terra, senhor de seus caminhos e conhecedor dos segredos da floresta tropical.

Pudemos notar, também, a (des)construção da identidade indígena, na adaptação literária, sobretudo quando na representação da personagem indígena este se nega a voltar a sua cultura, a estar com seu povo, em favor de agradar a senhora colonizadora. Tal fato contribuiu para descaracterizar sua cultura originária, suas raízes, sua história e sua identidade. Portanto, as culturas nacionais ao produzir sentidos sobre a nação, sentidos com os quais podemos nos identificar, constroem identidades. Esses sentidos estão contidos nas histórias que são contadas sobre a nação, e a imagem que dela são construídas.

Nesse sentido, a educação tem função importante de possibilitar o diálogo étnico-cultural, cuja condição é o reconhecimento do outro embasado no respeito de sua identidade. Para tanto, cabe à escola favorecer situações de ensino aprendizagem que contextualizem os conhecimentos que os mesmos já trazem quando chegam a escola e os que vão adquirindo nas aulas. Os desafios são diversos, porém, é possível discutir a identidade indígena mediante diferentes perspectivas.

### **REFERÊNCIAS**

ALENCAR, José de. *O guarani*. –São Paulo: Ciranda Cultural, 2010. – (Clássicos da literatura).

BANIWA, Gersem Luciano. *Diversidade Cultural, Educação e a questão indígena*. In *Diversidade Cultural: da proteção à promoção* / José Márcio Barros, organizador; [fotos Luan Barros, Maurício Zaferino; artes José Augusto Barros]. – Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

BAUMAN, Zygmunt. *Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi/Zygmunt Bauman*; tradução, Carlos Alberto Medeiros. - Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

BONIN, Iara Tatiana. Educação Escolar Indígena e Docência: Princípios e normas na legislação em vigor. In: BERGAMASCHI, Maria Aparecida, *et al.* (Orgs). *Povos Indígenas e Educação* – 2. Ed. – Porto Alegre: Mediação, 2012.

BRASIL. *Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua portuguesa*/Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1998.

FEIJÓ, Mario. *O prazer da leitura: como a adaptação de clássicos ajuda a formar leitores*. 1. ed. São Paulo: Ática, 2012.

GOMES, Nilma Lino. *Diversidade étnico-racial e a educação brasileira*. In *Diversidade Cultural: da proteção à promoção* / José Márcio Barros, organizador; [fotos Luan Barros, Maurício Zaferino; artes José Augusto Barros]. – Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

GRIJÓ, Andrea Antolini. *Quem conta um conto aumenta um ponto?* [Tese]. 2017. Vitória, E.S. Universidade Federal do Espírito Santo, 2017. Disponível em: <<http://periodicos.unesc.net/lendu/article/viewFile/3577/3855>>.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro - 11 ed., 1. reimp. - Rio de Janeiro: DP&A, 2011.

HUTCHEON, Linda. *Uma teoria da adaptação*. Tradução André Cechinel. 2. ed. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2013.

MEDEIROS, Juliana Schneider. Povos indígenas e a lei n.º. 11.645: (in)visibilidades no ensino da história do Brasil. In: BERGAMASCHI, Maria Aparecida, *et al.* (orgs). *Povos Indígenas e Educação* – 2. Ed. – Porto Alegre: Mediação, 2012.

### *Gênero, sexualidade e identidades*

MENDES, Lia. *A Criação do mito do herói indígena em “O Guarani”, de José de Alencar.* Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/86933/202031.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 19 de ago. 2019. Dissertação. Florianópolis, SC. 2004.

NAGAMINI, Eliana. *Literatura, televisão e escola: estratégias para leitura de adaptações/ Eliana Nagamini.* \_ São Paulo: Cortez, 2004. \_ (coleção aprender e ensinar com textos; v.11/ coord. Geral Adilson Cíтели, ligia Chiappini)

OLIVEIRA, Fabiana Kanan. 2012. *Influências culturais e identitárias no ensino-aprendizagem de língua inglesa como uma língua adicional: considerações sobre o contexto brasileiro.* Disponível em: <http://biblioteca.uniritter.edu.br/imagens/035UNR89/0000D7/0000D7A1.pdf>. Acesso em: 16 de jun. 2018.

RUSSO, Kelly; PALADINO, Mariana. Reflexões sobre a lei 11.645/2008 e a inclusão da temática Indígena na escola. *ITABAIANA: GEPIADDE*, Ano 08, Volume 16 | jul./dez. 2014. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/forumidentidades/article/viewFile/4260/3538>. Acesso em: 16 set. 2018.

SANTOS, Gerlandia Couto *et al.* *Estudo Comparativo dos Conteúdos de Linguagens na adaptação da obra Grande Sertão: veredas de João Guimarães Rosa.* Artigo pdf. Universidade do Estado Da Bahia – UNEB, 2016.